

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

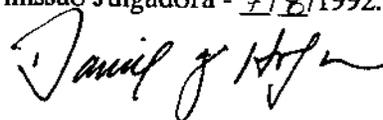
**PARCELEIROS DE MACHADINHO**

**HISTÓRIA MIGRATÓRIA E AS INTERAÇÕES ENTRE  
A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E O CICLO AGRÍCOLA EM RONDÔNIA**

**JOHN MARION SYDENSTRICKER NETO**

Orientador:  
Prof. Dr. DANIEL J. HOGAN

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela Co-  
missão Julgadora - 7/8/1992.



Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia como cumprimento parcial dos requisitos para  
obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Campinas - SP

Agosto - 1992

Sy25p

17252/BC

BIBLIOTECA CENTRAL

## APRESENTAÇÃO

Saí do Sul e cheguei em Rondônia disposto a desvendar e vivenciar a mística amazônica, que fascina e impele a migração para a região. Queria penetrar o mundo dessa gente errante, apossar-me de seus valores, costumes e falas, e compreender o contexto mais amplo da fronteira.

Meu primeiro contato com Rondônia foi em julho de 1985, como entrevistador da pesquisa *Malária na Fronteira Amazônica (1985-1987)*, conduzida por membros do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR-UFMG), sob a coordenação dos professores Donald Sawyer e Diana Oya Sawyer. Concluído o levantamento de dados, ambos colocaram, sem restrições, à minha disposição todo o material empírico coletado. Tempos depois, implantei a base de dados de Machadinho na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e iniciei as análises.

Apesar de curta, a estadia em Rondônia, em 1985, foi suficiente para retomar sentimentos e paixões pela região Amazônica, vividos nas primeiras viagens, ainda na adolescência, para Manaus, Belém e Altamira. Motivou-me a regressar, no ano seguinte, "de fusca, mala, cuia e caderno de campo", a Machadinho. Na época, ainda projeto de colonização; hoje, município. Passei nove meses pesquisando e vivendo as dores e as alegrias dos que acreditaram que na fronteira estava o sucesso, a vida de futuro.

Desde as primeiras incursões na área de pesquisa, até a conclusão desta dissertação, alguns anos passaram. Conheci e cruzei com muitas pessoas e passei por situações que vão do cômico ao trágico. Sobrevivi a todas elas e recolhi um material rico e farto que espero, um dia, retomar de forma livre e descompromissada. Contarei então, quem sabe, "causos" e escreverei algumas crônicas, registrando fatos marcantes ou corriqueiros, mas que vividos intensamente não foram apagados com o tempo. Mas isso é para depois.

Muitos colaboraram neste estudo. Com ou sem registro nominal, todos, de diferentes maneiras, estão presentes. No entanto, alguns fatos e pessoas marcaram de forma direta e incisiva este processo. Mesmo correndo o risco de cometer algumas injustiças, cabem algumas referências.

Daniel Hogan, orientador desta dissertação, acreditou, desde a primeira hora, nos "impulsos juvenis" de desbravar a Amazônia. Teve certeza e convicção em fatos que não via, mas apenas pressentia. Respeitou minha decisão de não ingressar imediatamente na pós-graduação e apoiou-me na formulação de um projeto de pesquisa próprio, quando as "racionalidades da vida" apontavam outros encaminhamentos. O projeto inicial evoluiu, virou dissertação e, ao longo de todo este processo, deu grande liberdade de trabalho, estimulando a busca de caminhos próprios. Por seu intermédio, conheci Donald Sawyer e envolvi-me com a pesquisa sobre malária, em Machadinho.

Através de Elza Berquó, Coordenadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO-UNICAMP), tive o apoio institucional para desenvolver o trabalho. Estimulou-me a reformular o projeto

e buscar recursos em diferentes agências, o que redundou na aprovação de financiamento da Organização Mundial de Saúde (HRP-WHO). Na elaboração do relatório final, gastou parte do seu tempo examinando, juntamente comigo, os dados de fecundidade, procurando nexos e apontando encaminhamentos. Aprendi muito com sua rica experiência de pesquisa.

Convivi com os "mineiros", colaborando mais diretamente nos trabalhos de campo da pesquisa sobre malária, realizada em Machadinho. Fiz amizades e travei, em diferentes momentos, um contato mais próximo com Diana Oya Sawyer, Haroldo Torres, Roberto Luís Monte-Mór e diversos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. Stephen Vosti, professor visitante no CEDEPLAR (1985-86), mesmo depois do retorno aos Estados Unidos, continuou ligado e interessado no meu trabalho. Por seu intermédio, via "bitnet", cartas e telefonemas, consegui superar os inúmeros e recorrentes problemas com fitas e cartuchos, e implantar a base de dados na UNICAMP.

Desde o princípio, os contatos com Donald Sawyer entrelaçaram discussões acadêmicas e envolvimento com questões práticas. Minhas habilidades manuais, convenceram-no de minha utilidade numa "equipe de frente" e passei a disputar uma das vagas como entrevistador da pesquisa prestes a se iniciar (julho de 1985). Residindo em Machadinho, ao longo de 1986, paralelamente ao meu trabalho, atualizei dados para a pesquisa do CEDEPLAR. Assessoriei-o na logística dos dois últimos "surveys", participando de reuniões e treinamentos, contatos com órgãos, refazendo instalações elétricas, preparando cardápios ou contratando faxineiras. Com Donald, descobri que a pesquisa se faz no campo, coisa que os livros dizem, mas quase sempre não ensinam. Desde então, mesmo à distância, temos mantido um relacionamento amigável e franco, que muito me dá prazer.

Os parceiros de Machadinho tiveram paciência incomum. Sempre cordiais e prestativos, receberam-me em seguidas visitas. Apesar de não compreenderem algumas das minhas preocupações, e ouvirem, por vezes meio perplexos, minhas observações e "imaginações sociológicas", nunca colocaram em dúvida a seriedade e a natureza do meu trabalho.

Residi, durante todo o trabalho de campo, com Márcio Dias, enfermeiro responsável pelo posto de saúde de Machadinho, em 1986. Mineiro, de pouca fala e jeito simples, nunca hesitou em dividir o espaço de sua casa, recém-construída. Dona Maria, uma senhora de fibra, grande vivência e sorriso cativante, juntamente com seus filhos e netos, procurou, de todas as formas, dar a assistência e o apoio "familiares". Prontamente me aceitou como mais um "pensionista", o que me permitiu saborear sua deliciosa comida. Além disso, socorreu-me nas inesperadas, mas felizmente curtas, doenças.

Nas viagens a Porto Velho, sempre contei com a amizade de Leticia Santos e Wim Groeneveld. Logo que cheguei a Rondônia sofri um acidente, que afastou-me, por quase um mês, do trabalho de campo. Wim e Leticia acolheram-me em sua casa durante todo o tratamento médico e período de "repouso forçado". Nas curtas estadias em Porto Velho, entre as diversas etapas do trabalho de campo, eram interlocutores importantes ou informantes privilegiados que me colocavam a par dos acontecimentos no chamado "Brasil moderno e desenvolvido".

De volta a Campinas, cursei, como aluno especial, algumas disciplinas da pós-graduação. Nesse período, participei do grupo de discussão coordenado pelos alunos do Mestrado de Sociologia, mas que reunia alunos de diversos programas. Em meio às exposições de trabalhos para o exame de qualificação ou capítulos de tese, apresentei um texto, que depois de modificações, veio a ser o projeto para o ingresso no mestrado. Sônia Seixas Barbosa, Joaquim Barbosa, Leila Ferreira e Ronaldo Baltar,

colegas em diferentes cursos, deram importantes contribuições e estimularam-me a ir em frente e prestar o exame de seleção.

O período de créditos foi um momento agitado. O então Conjunto de Sociologia, hoje Departamento, sofreu uma ampla renovação do corpo docente. Convivi com diferentes "escolas" e vivi a transição na reformulação do Programa de Mestrado em Sociologia. Em 1988, a UNICAMP teve uma de suas mais longas greves e invadimos o verão de 1988/89 repondo aulas até o início do carnaval. Apesar de todos os entraves, professores e alunos mantiveram o dinamismo dos cursos.

Sempre recebi o apoio e a atenção do corpo de professores e funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), onde desenvolvi o curso, como o estímulo dos pesquisadores, funcionários e bolsistas do Núcleo de Estudos de População (NEPO), onde trabalho. Em especial, Estela Maria Garcia Cunha e José Marcos Pinto da Cunha vivenciaram minhas angústias e encorajaram-me a concluir o trabalho. José Marcos, deixando de lado o seu próprio trabalho, leu com cuidado grande parte da dissertação, sugerindo reformulações e assessorando em aspectos técnicos, que fugiam à minha formação. Lana Mara Meneses, bibliotecária do NEPO, saiu em busca de parte da bibliografia e possibilitou o acesso a material que eu, por mim mesmo, não teria.

Eduardo Iso e Ednaldo Carvalho Guimarães, alunos dos cursos de estatística e mestrado em engenharia agrícola, respectivamente, colaboraram, de diferentes maneiras, na implantação da base de dados e nas primeiras análises estatísticas. Ambos traduziram em linguagem acessível ao sociólogo, conceitos e rotinas de trabalho das áreas de computação e estatística.

Keila Vianna Sydenstricker envolveu-se com o trabalho, inicialmente, com o interesse de amiga, e depois, com a cumplicidade dos que se amam e dividem a mesma casa. Desdobrou-se, como ninguém, para que o período de análise dos dados e elaboração do texto fosse menos desgastante e tenso. Assumiu tarefas cotidianas de minha responsabilidade, dando-me mais tempo e maior tranquilidade para a reflexão. Privou-se, em grande medida, de contemplar o entardecer, dar voltas pela rua e abraçar fantasias leves, para vivenciar problemas imaginários, mas tão reais para aqueles que estão enlouquecidos pela incontável compulsão do trabalho de tese. Não bastasse isso, arrumou tempo e energias para retratar com sensibilidade e arte, paisagens de Machadinho, infelizmente não incorporadas, neste momento, ao trabalho.

Daura Vianna, Suzana Cavenaghi e João Bérnago, com seu trabalho durante fins de semana ou noites adentro, melhoraram em muito a qualidade e apresentação do texto. Daura, revisou o texto, Suzana cuidou da arte final e, João, confeccionou os mapas e figuras.

Agradeço a todos a colaboração recebida, direta ou indiretamente, e assumo a responsabilidade pelas idéias expressas, assim como pelos eventuais erros e omissões.

## SUMÁRIO

PÁGINA DE ROSTO .....	i
APRESENTAÇÃO .....	ii
SUMÁRIO .....	v
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	viii
LISTA DE TABELAS .....	x
LISTA DE FIGURAS .....	xii
INTRODUÇÃO .....	1
<b>CAPÍTULO 1 - RONDÔNIA: OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 RONDÔNIA: O QUADRO HISTÓRICO .....	13
1.2 COLONIZAÇÃO OFICIAL: A MARCA DOS ANOS SETENTA .....	17
1.3 POLONOROESTE: A DIRETRIZ DOS ANOS OITENTA .....	25
<b>CAPÍTULO 2 - PROJETO MACHADINHO: CARACTERIZAÇÃO GERAL .....</b>	<b>35</b>
2.1 MACROAMBIENTE .....	36
2.2 INFRA-ESTRUTURA E "CIDADE DE FUTURO" .....	40
2.3 SAÚDE E EDUCAÇÃO: UM QUADRO DE PRECARIIDADES .....	42
2.4 ÁREA AGRÍCOLA E APOIO AO PRODUTOR .....	46



5.6 UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO .....	145
A Exploração Agrícola .....	145
O Distanciamento da Mata .....	150
As Condições de Vida .....	156
<b>CAPÍTULO 6 - MACHADINHO : EVIDÊNCIAS E INFERÊNCIAS .....</b>	<b>160</b>
6.1 DEIXANDO A TERRA: A SUBSTITUIÇÃO DE PARCELEIROS .....	162
6.2 AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO: MOMENTOS DE UMA REALIDADE .....	166
6.3 COMUNIDADE: UMA REALIDADE ABSTRATA .....	170
6.4 ANTICONCEPÇÃO: UM QUADRO NÃO ANTECIPADO .....	175
As Condições Tradicionais de Alta Fecundidade .....	175
Os Métodos Modernos de Controle .....	176
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>181</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>BERON</b>	Banco do Estado de Rondônia S.A.
<b>CEDEPLAR-UFMG</b>	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais
<b>CEPA-RO</b>	Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - Rondônia
<b>CEPAMI</b>	Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes
<b>CEPLAC</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
<b>CIBRAZEM</b>	Companhia Brasileira de Armazenamento
<b>CFP</b>	Companhia de Financiamento da Produção
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>EFMM</b>	Estrada de Ferro Madeira Mamoré
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAPESP</b>	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo
<b>FINEP</b>	Financiadora de Estudos e Projetos
<b>FINSOCIAL</b>	Fundo de Investimento Social
<b>FAO/PNUD</b>	Food and Agriculture Organization/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>HRP-WHO</b>	Special Programme of Research, Development and Research Training in Human Reproduction - World Health Organization (Programa Especial para Pesquisa, Desenvolvimento e Treinamento em Reprodução Humana - Organização Mundial de Saúde)
<b>IBC</b>	Instituto Brasileiro do Café
<b>IBGE</b>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBM-Brasil</b>	International Business Machines - Brasil
<b>IBRA</b>	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
<b>IBRD</b>	International Bank for Reconstruction and Development (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - Banco Mundial)
<b>IEF</b>	Instituto Estadual de Florestas - Rondônia
<b>IFPRI</b>	International Food Policy Research Institute (EUA)
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INDA</b>	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
<b>INPA</b>	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
<b>ITR</b>	Instituto de Terras de Rondônia
<b>MDOLONG</b>	Arquivo Longitudinal de Machadinho
<b>MDO3ANOS</b>	Arquivo Longitudinal de Machadinho - 3 Anos
<b>MIRAD</b>	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
<b>NEPO-UNICAMP</b>	Núcleo de Estudos de População - Universidade Estadual de Campinas
<b>NUAR</b>	Núcleo Urbano de Apoio Rural
<b>NURE/MIGR-RO</b>	Núcleo Estadual Responsável por Migrações - Rondônia
<b>PA</b>	Estado do Pará

<b>PAs</b>	Projetos de Assentamento
<b>PAR</b>	Projeto de Assentamento Rápido
<b>PIC</b>	Projeto Integrado de Colonização
<b>PLANAFLORO</b>	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>POLAMAZÔNIA</b>	Programas de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
<b>POLONOROESTE</b>	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
<b>PROTERRA</b>	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
<b>PVEA</b>	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
<b>RADAMBRASIL</b>	Radar do Brasil
<b>RO</b>	Estado de Rondônia
<b>SEMARO</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Rondônia
<b>SEPLAN</b>	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
<b>SEAGRI-RO</b>	Secretaria de Estado da Agricultura - Rondônia
<b>SECET-RO</b>	Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Turismo - Rondônia
<b>SESAU-RO</b>	Secretaria de Estado da Saúde - Rondônia
<b>SEPLAN-RO</b>	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - Rondônia
<b>SEPLAN-CEP-DEI</b>	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - Coordenadoria de Estudos e Pesquisas - Divisão de Estatística e Informação - Rondônia
<b>SETRAPS-RO</b>	Secretaria de Estado do Trabalho e da Promoção Social - Rondônia
<b>SPVEA</b>	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
<b>SUDECO</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
<b>SUDHEVEA</b>	Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
<b>SPSS-PC+</b>	Statistical Package for Social Science for Microcomputer PC (Pacote Estatístico para Ciências Sociais para microcomputador PC)
<b>SUCAM</b>	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
<b>TELERON</b>	Telecomunicações de Rondônia S.A.
<b>TDR-UNDP/World Bank/WHO</b>	Special Programme for Research and Training in Tropical Diseases - United Nations Development Programme/World Bank/World Health Organization (Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Banco Mundial/Organização Mundial de Saúde)
<b>VASP</b>	Viação Aérea São Paulo

## LISTA DE TABELAS

1. Tabela 1.1 -	Projetos de Assentamento do INCRA em Rondônia - 1970 a 1990. ....	31
2. Tabela 1.2 -	Projetos de Assentamento da Reforma Agrária em Rondônia (PNRA). 1986 a 1989. ....	33
3. Tabela 3.1 -	Projeto Machadinho, Glebas 1 e 2 segundo a Discriminação de Áreas. ....	51
4. Tabela 3.2 -	Indivíduos Presentes ao Longo dos Anos e seu Percentual em Relação aos Entrevistados em cada Levantamento de Dados. ....	60
5. Tabela 4.1 -	Chefes de Domicílio de Machadinho segundo o Local de Nascimento. ....	70
6. Tabela 4.2 -	Chefes de Domicílio de Machadinho por Local de Residência Anterior à Mudança para Rondônia, segundo o Local de Nascimento. ....	72
7. Tabela 4.3 -	Chefes de Domicílio de Machadinho segundo a Migração Interestadual. ....	76
8. Tabela 4.4 -	Chefes de Domicílio de Machadinho segundo a Migração Interestadual Intermediária Agrupada por Região de Origem e Destino, Antes da Ida a Rondônia. ....	78
9. Tabela 4.5 -	Chefes de Domicílio de Machadinho segundo as Experiências Urbana e Rural de Residência e Trabalho. ....	80
10. Tabela 4.6 -	Chefes de Domicílio de Machadinho segundo a Maior Cidade de Residência ou Trabalho. ....	81
11. Tabela 4.7 -	Chefes de Domicílio de Machadinho Antes da Migração para Rondônia, segundo algumas Características. ....	84
12. Tabela 4.8 -	Chefes de Domicílio de Machadinho segundo a Situação de Residência Antes da Migração para Rondônia, e sua Mudança ou não, Após a Migração. ....	85
13. Tabela 4.9 -	Chefes de Domicílio de Machadinho segundo a Situação de Trabalho Antes da Migração para Rondônia, e sua Mudança ou não, Após a Migração. ....	86

14. Tabela 4.10 - Chefes de Domicílio de Machadinho segundo a Posição na Ocupação Antes da Migração para Rondônia, e sua Mudança ou não, Depois da Migração. ....	90
15. Tabela 5.1 - População de Machadinho, segundo o Local de Nascimento. ....	102
16. Tabela 5.2 - Modelo Razão de Consumo: Ponderação Utilizada para Produtores e Consumidores segundo o Sexo e Faixa Etária. ....	122
17. Tabela 5.3 - População de Machadinho, segundo os Grupos de Permanência Média. Julho de 1985 a Junho de 1987. ....	130
18. Tabela 5.4 - Permanência Média (24 meses), segundo o Número de Indivíduos por Domicílio. ....	139
19. Tabela 6.1 - Mulheres de 15-54 Anos Unidas Usando Contraceptivos para Machadinho, Unidades da Federação e Brasil, segundo os Métodos Utilizados - 1986. ....	178

## LISTA DE FIGURAS

1. Mapa 1.1 -	Estado de Rondônia - Situação Fundiária. ....	26
2. Gráfico 1.1 -	Migrantes com Destino a Rondônia. Ano de Chegada 1977 a 1990. ....	29
3. Mapa 2.1 -	Município de Machadinho d'Oeste e Projeto Machadinho. ....	38
4. Mapa 3.1 -	Projeto de Assentamento Machadinho. ....	61
5. Gráfico 4.1 -	Machadinho Rural. Ocupação dos Chefes em Dois Momentos: Antes de Rondônia e em Rondônia. ....	88
6. Figura 4.1 -	Chefes de Domicílio de Machadinho: Intervalos de Tempo. Esquema dos 5 Números. ....	96
7. Gráfico 5.1 -	Machadinho Rural - 1986. Naturais e Não Naturais de Rondônia. (801 casos). ....	101
8. Gráfico 5.2 -	Machadinho Rural - 1984/1987. Incremento Populacional Mensal por Sexo. ....	106
9. Gráfico 5.3 -	Machadinho Rural - 1984/85. Presentes no Lote - Relação de Parentesco. Média Móvel de 3 Pontos. ....	110
10. Gráfico 5.4 -	Machadinho Rural - 1984/1985. Presentes no Lote - Razão de Masculinidade. Média Móvel de 3 Pontos. ....	114
11. Gráfico 5.5 -	Machadinho Rural - 1984/85. Presentes no Lote - Nº de Pessoas por Domicílio. Média Móvel de 3 Anos. ....	115
12. Gráfico 5.6 -	Machadinho Rural - 1984/85. Presentes no Lote - Idade Mediana por Sexo. Média Móvel de 3 Pontos. ....	117
13. Figura 5.1 -	Ciclo Agrícola - Principais Atividades. ....	120
14. Gráfico 5.7 -	Modelo Razão de Consumo - 24 Anos. Família de 7 Pessoas. Média Móvel de 3 Pontos. ....	124
15. Gráfico 5.8 -	Machadinho Rural - 1984/85. Presentes no Lote - Razão de Consumo. Média Móvel de 3 Pontos. ....	125

16. Gráfico 5.9 -	Machadinho Rural - 1984/85. Presentes no Lote. Estrutura Etária. Meses Selecionados. ....	127
17. Gráfico 5.10 -	Machadinho Rural - 1985/87. Permanência Média Mensal. 2 Ciclos Agrícolas. ....	131
18. Gráfico 5.11 -	Machadinho Rural - 1985/87. Permanência Média Mensal segundo a Experiência Urbana. Chefes de Domicílio. ....	134
19. Gráfico 5.12 -	Machadinho Rural Mensal - 1985/87. Permanência Média por Sexo e Idade. População Total. ....	136
20. Gráfico 5.13 -	Machadinho Rural - 1985/87. Permanência Média por Faixa Etária. População Total. ....	137
21. Gráfico 5.14 -	Machadinho Rural - 1985/87. Permanência Média Mensal por Sexo. Adultos - 15 Anos e Mais. ....	138
22. Gráfico 5.15 -	Machadinho Rural - 1985/87. Permanência Média Mensal segundo Parentesco. Chefes e Filhos de 10 Anos ou Mais. ....	142

## INTRODUÇÃO

Os processos de ocupação de novas terras têm desafiado o vigor e a criatividade dos atores políticos, diretamente envolvidos, e dos analistas em busca de seus significados e implicações. Seja nas falas quotidianas, seja em conceituações refinadas, *Fronteira* e *Colonização*, constituem o binômio-síntese desse processo.

Embora se verifique, ao longo do tempo, uma diversidade de regimes fundiários, atividades econômicas e populações envolvidas, um elemento unificador deste processo social tem sido o controle do espaço e dos homens. A reconstrução histórica e a abordagem antropológica, ao lado de outros enfoques, têm colocado em questão a noção dos vazios demográfico e social, comumente atribuída às regiões tidas como de fronteira.

Apesar da atualidade desse debate, que permanece em aberto, suas raízes remontam a trabalhos escritos há mais de 100 anos - Turner, buscando o significado da fronteira americana e Wakefield, tratando da colonização, em particular a ocupação dos "Estados Ocidentais da América".

Como mostrou Pereira (1990:1-11), a tese de Frederick J. Turner, sobre o significado da fronteira na história americana, e as críticas que lhe foram formuladas abarcam vários pontos da discussão sobre os ciclos da fronteira no Brasil.

A percepção geográfica, a interpretação que a vê como resultado de um processo social, a visão de estágios sucessivos, a especificidade rural, a polêmica sobre o surgimento das cidades e se teriam precedido os assentamentos agrícolas, e o confronto especulação versus ocupação produtiva, estão presentes nas formulações de Turner ou marcaram o debate que se travou.

Entretanto, a "tese" de Turner permaneceu ausente do debate brasileiro. Segundo Otávio G. Velho, isto se deve "*às abordagens em geral culturalistas e/ou historicistas dos scholars brasileiros que não permitem enfrentá-la [a tese de Turner] no próprio terreno em que ela poderia ser discutida a fundo, mas apenas ignorá-la de saída escudados nestas diferenças evidentes*" (citado em Pereira, 1990:2). Ao lado disso, o pensamento de Turner foi abarcado de forma muito simplificada, deixando de lado sua complexidade e faces contraditórias. A produção social das terras vista por ele, enquanto um campo em e de conflitos, não foi assimilada.<sup>1</sup>

### **Fronteira: Os Marcos Teóricos**

A extrema adjetivação atribuída aos termos *fronteira* e *frente*, reflete as ambigüidades inerentes aos conceitos importantes no campo das ciências sociais.<sup>2</sup> Se por um lado mostra a imprecisão de formulações teóricas, por outro, exprime a complexidade de situações abarcadas - referência espacial, atividade econômica, concentração populacional, estágio de sua dinâmica e especificidades internas - e evidencia a existência de realidades distintas que cabe ao menos reconhecê-las (Sawyer et alii, 1990:20-2; Pereira, 1990:11-4).

---

<sup>1</sup> Anotação de aula - Curso Sociologia da Colonização (José V. Tavares dos Santos) FFLCH-USP - nov. 1990.

<sup>2</sup> A título de exemplo, Sawyer menciona 21 adjetivos diferentes, sem incluir os adjetivos espaciais específicos, tais como paranaense, matogrossense (Sawyer et alii, 1990:21).

Entre as principais formulações teóricas, destacam-se as teses da funcionalidade, do campesinato tradicional, do modelo etapista e a que defende uma abordagem regional.

A tese da funcionalidade tem, como ponto de partida, a noção de que "*a expansão da fronteira fundamenta-se na reprodução de formas não-capitalistas de produção*". Esta premissa é válida tanto para as formulações originais, quanto para o pensamento crítico que a retomou, superando a visão dual, e colocou-a em termos da análise da acumulação de capital. Assim, a agricultura da fronteira é vista como supridora das demandas de uma economia capitalista em desenvolvimento - alimentos e mão-de-obra baratos - estando a ela articulada. (Becker, 1988:63-4).

Para outros autores, a fronteira é um espaço privilegiado para o estabelecimento de um campesinato, nos moldes tradicionais, resistente, e até mesmo refratário ao avanço do capitalismo. A conceituação clássica na sociologia é a de Martins (1975), com a distinção entre as "frentes de expansão e pioneira", ou a diferenciação entre os movimentos demográfico e econômico.

Entre os antropólogos, a produção do Museu Nacional, se por um lado, reconhece a presença de elementos tradicionais, por outro, "relativiza" a noção de um confronto de lógicas e sistemas de representações específicas: campesinato de fronteira em oposição ao capitalismo. Reconhece a diferenciação no interior do próprio campesinato, adotando uma postura onde a "*fronteira passa a ser entendida como espaço, onde o processo de colonização está instituindo novas relações sociais ou redefinindo antigas*" (Musumeci, citada em Becker, 1988:65).

Foweraker (1982) é talvez o maior representante do modelo etapista ou dos estágios sucessivos. Isto se deve não apenas à ambiciosa tentativa de pensar o caso brasileiro propondo uma economia política da fronteira pioneira, como pelas recorrentes citações à sua obra, em trabalhos sobre a ocupação da Amazônia.

Apesar de referir-se à articulação de diferentes modos de produção, onde o capitalista é o dominante, sua análise dos processos de transformações da fronteira sugere uma visão etapista, formada

por três estágios consecutivos: não-capitalista, pré-capitalista e capitalista. Nesse modelo, "*o processo de acumulação primitiva permanece essencialmente o mesmo*"; *porém, não constitui uma "fase histórica, mas um modelo híbrido de clara subordinação ao capitalismo"* (Foweraker, 1982).

A abordagem regional surge com Sawyer (1984; 1986) e Sawyer et alii (1990), que propõe uma nova conceituação de fronteira e frentes, com o intuito de uma melhor compreensão do processo de ocupação da Amazônia.

Esclarecendo o que tem como objetivo, o autor afirma que: "*não pretendemos formular generalizações abstratas que se aplicariam a qualquer sociedade em qualquer período histórico...procuramos esboçar uma análise historicamente situada na Amazônia do período do desenvolvimento associado-dependente, a partir de 1964. Consideramos inútil e equivocada a busca de leis universais da fronteira*" (Sawyer et alii, 1990:22).

A formulação de fronteira, utilizada por Sawyer, supõe atividades econômicas e não processos demográficos. Isto se deve a dois fatores: 1) Não existe ocupação demográfica sem atividade econômica e 2) Atividades econômicas voltadas para a especulação, e não para a produção exigem pouca ou nenhuma ocupação demográfica.

Criticando a homogeneidade estrutural, a contigüidade espacial e a "unilinearidade" temporal que, implícita ou explicitamente, marcam a conceituação de fronteira, propõe que se incorpore justamente o oposto: a heterogeneidade, a descontinuidade espacial e a retração. Sugere que a fronteira amazônica seja vista sob a perspectiva integrada de movimentos de expansão e estagnação, ou de *fluxo* e *refluxo* da economia brasileira. Desta forma, os movimentos centrífugos e centrípetos do desenvolvimento capitalista, em geral vistos separadamente, seriam incorporados em uma única abordagem.

Essa perspectiva de análise supõe que os novos espaços, com atividades econômicas, não sejam tomados como definitivamente e irreversivelmente incorporados à economia capitalista. Antes,

deve-se entender os fluxos como potencialmente capazes de se converterem em refluxos; que a expansão da produção em áreas pioneiras pode registrar uma queda proporcional ou real, quando comparada às demais regiões ou ao país como um todo.

Assim, na formulação proposta por Sawyer, "*fronteira denota potencial e frentes atividades concretas em toda a sua diversidade*" (Sawyer, 1984:7). A frente é "*uma combinação concreta de forças produtivas e relações de produção que se introduz em uma área de fronteira. Pode ser caracterizada de acordo com sua forma específica de organização econômica, por exemplo, frente agrícola, pecuária, mineradora empresarial, garimpeira...*" (Sawyer et alii, 1990:27).

As idéias de fluxo e refluxo ganham maior significado quando referidas às relações entre a implantação de empreendimentos capitalistas na Amazônia e a tendência à concentração espacial da agricultura brasileira. Isto é particularmente verdade num momento de rápidas transformações tecnológicas, de integração crescente entre a indústria e a agricultura, e de crise fiscal do Estado, onde a "fronteira amazônica pós-incentivos" perdeu muitos dos seus atrativos.

Entre os entraves regionais mais sérios, o autor aponta a vastidão da Amazônia, acarretando problemas nas redes de transporte e comunicações, dificultando a distribuição de equipamentos, insumos modernos, serviços técnicos e financeiros. Ao lado disso, a precariedade da infra-estrutura social (escolas, serviços de saúde,...) e os fatores ecológicos têm representado limitações graves para a constituição de um mercado de mão-de-obra e a implementação bem sucedida de projetos antevistos como promissores.

### **Colonização: A Perspectiva Demográfica em Wakefield**

As idéias de Wakefield sobre a colonização permanecem atuais.<sup>3</sup> Apesar de ter examinado a expansão das colônias inglesas, em diferentes continentes, com particular atenção para os "Estados

---

<sup>3</sup> Utilizou-se de uma tradução para o português (publicada em 1946 na Revista de Imigração e Colonização) do artigo "Colonização" da obra *England and America*, atribuída a Wakefield e publicada em New York em 1884.

Ocidentais da América" a ocupação das novas terras nos estados nacionais seguem este perfil. Segundo o autor, a existência de terras livres e a emigração de população de uma área ocupada e/ou consolidada para um espaço novo e/ou vazio, são os dois elementos constitutivos do processo de colonização.<sup>4</sup>

Ao examinar o PIN, programa que estabeleceu as diretrizes da ocupação mais intensa da Amazônia Brasileira nos anos setenta, sente-se a atualidade das idéias de Wakefield. Daí, a importância de serem retomados alguns pontos examinados pelo autor.

Para a nação, região ou área promotora da colonização, o movimento de ocupação de novos espaços possibilita o aumento dos meios de emprego de capitais e trabalho. Isto é alcançado através da extensão do mercado - novas fontes de produtos essenciais e complementares, a custos mais baixos, e a ampliação dos consumidores de produtos das áreas consolidadas - diminuição da população na área de origem e formação de um novo campo para o emprego de capitais.

Falando da distribuição das novas terras, o autor defende a centralização nas mãos do governo através de um sistema "homogêneo e justo". Na sua visão, a condução do processo pelo governo assegura a continuidade, e evita as mudanças constantes que impedem o progresso pretendido.

Tratando da relação população e terras, mostra que a ocupação de novos espaços condensa a um só tempo, as expectativas e perspectivas da nação ("mother-country") e da colônia. O objetivo de diminuir a população na nação encontra sua resposta nas colônias, cuja *"grande necessidade é trabalho, com o que tudo se compra"* (Wakefield, 1946:360).

O estabelecimento de um equilíbrio dinâmico, entre disponibilidade de terras e afluxo populacional, é importante para garantir e conservar as condições mais propícias para atrair trabalho e capital. Ao lado disso, há de se construir uma imagem positiva da emigração, tanto na mãe-pátria, através da valorização de seus aspectos promissores, quanto nas colônias, eliminando as condições ruins dos migrantes recém-chegados.

---

<sup>4</sup> "Como a farinha é um elemento do pão, assim também são as terras livres um elemento da colonização." Wakefield (1946:362).

As razões da colonização apontadas por Wakefield, constituem o centro da formulação do Programa de Integração Nacional (PIN). A constituição e a ampliação do mercado nacional, passavam pela incorporação de regiões e populações até então marginalizadas - Amazônia e Nordeste. Essa visão, parcialmente modificada nos anos oitenta, conservou a preocupação geopolítica da incorporação dos "vazios" ou do alívio de tensões sociais, incluída a "pressão demográfica", nas áreas do centro-sul do país.

Wakefield dedica grande parte do artigo ao tratamento detalhado da questão populacional; discute as implicações demográficas nas regiões de origem ("mother-country"), como na de destino (colônia em formação) (Wakefield, 1946:385-406). Para o autor, o objetivo para a primeira, nem sempre alcançável, seria a diminuição da população (eliminar o excedente); para a segunda, a formação de um contingente capaz de garantir "*o suprimento de trabalho constante e regular*".

Falando do perfil da população migrante, segundo a "ciência econômica", afirma que "*devem ser homens e mulheres em igual número, e se forem casados melhor*", insistindo que sejam "*moços, para que seu trabalho dure o mais que é possível, e se amoldem prontamente às novas espécies de trabalho*".

Procurando entender o sucesso da ocupação dos "Estados Ocidentais da América", Wakefield examina as correntes migratórias que se originaram nos "Estados Orientais", principalmente na Inglaterra, e para lá se dirigiram. Verifica que a "*maior parte compõe-se de moços, apenas casados, que procuram uma nova habitação, que se ajudam e se animam com mútua afeição, robustos e resolutos, levados a abandonar o lugar do seu nascimento, não por temerem privações, porém atraídos para lugares novos pelo amor à independência, por um sentimento de ambição, e a maior parte talvez pela ansiedade a respeito do bem-estar dos filhos que têm de nascer*".

Mais adiante, o autor conclui que com "*a proposta de seleção de emigrantes - casais jovens apenas chegados à puberdade - obter-se-ia o maior alívio do excesso de população pela remoção do menor número de gente; alcançar-se-ia também o sumo bem da emigração, não só com o menor dispêndio, porém,*

*o que mais importa, com o menor sacrifício de sentimentos pessoais*". A um só tempo seriam contempladas as demandas das regiões de destino - necessidade de braços - e de origem - excesso de população.

A preocupação de Wakefield em tratar a colonização, também sob o enfoque demográfico, não é encontrada em grande parte da literatura concernente à questão agrária e, em particular, nas análises das fronteiras da história brasileira. Com exceção de trabalhos de sociólogos-demógrafos, o tema população não foi incorporado criticamente.<sup>5</sup> Discutindo a ocupação de novas terras, em geral, os estudos consideram apenas a variável migração e, assim mesmo, como um dado e não como um tema problematizado.

No entanto, ainda que não discutido, o componente demográfico é reconhecido em alguns níveis. Os estudos agrários, voltados para a pequena produção familiar, ao enfatizarem a importância do grupo doméstico na garantia de sua reprodução, assumem que o tamanho, a composição e o momento do ciclo vital são elementos significativos na configuração das estratégias de ação.<sup>6</sup>

Nos documentos do INCRA, que tratam da colonização através de pequenas propriedades, é clara a construção de um "lavrador modelo" e, conseqüentemente, a valorização de um grupo doméstico específico. Como será mostrado no Capítulo 1, variáveis demográficas tais como tamanho e composição por idade e sexo, configuram este modelo e, por extensão, os critérios de seleção.

### **Enfoque e Estrutura do Texto**

Do exposto, evidencia-se que os aspectos demográficos, ainda que não analisados e por vezes até negados como relevantes, perpassam as políticas de colonização e carecem, sob diversos aspectos, de abordagens qualificadas.

---

<sup>5</sup> Não foram considerados os trabalhos estritamente demográficos, pois estes não dialogam diretamente com a literatura sociológica sobre a questão agrária.

<sup>6</sup> A omissão da questão demográfica é ainda mais sentida, já que Chayanov (1974) é o paradigma ou a inspiração de várias das análises. Esse autor abarca a questão e a debate longamente, ao tratar da relação consumidores/produtores.

Assim, nesta dissertação, propõe-se examinar uma experiência específica de colonização na região Amazônica - Projeto de Assentamento Machadinho, hoje município de Machadinho d'Oeste, Estado de Rondônia - dentro de uma perspectiva sociológica, mas com o olhar voltado para a dinâmica demográfica.

É um estudo de caso que traz novos elementos para o debate sobre a ocupação de novas terras nas ciências sociais; recupera detalhadamente a dinâmica demográfica vista por dois ângulos: 1) História migratória e 2) Interação entre os movimentos de fragmentação e de reconstituição do grupo doméstico e a sazonalidade do ciclo agrícola.

Apesar de dialogar com as correntes teóricas, não se colocam como objetivos a discussão e aprofundamento dos paradigmas que têm marcado o debate. Adota-se a abordagem regional proposta por Sawyer (1984, 1986), considerando-se como frente agrícola o processo em curso em Machadinho. Trata-se, mais especificamente, de uma frente camponesa; o trabalho, desenvolvido quase integralmente no lote, realiza-se mediante duas faces conjuntas e indissociáveis: as atividades voltadas para o auto-consumo e as destinadas ao mercado.

O trabalho está organizado em seis capítulos, além desta introdução.

No Capítulo 1, apresenta-se um histórico do processo de ocupação do estado de Rondônia. Especial ênfase é dada às duas últimas décadas, período de importantes transformações sócio-econômicas, e que mudaram o padrão de ocupação até então em curso. A colonização oficial, conduzida pelo INCRA, foi a marca dos anos setenta; o Programa POLONOROESTE constituiu a diretriz dos anos oitenta.

O capítulo seguinte trata especificamente do Projeto de Assentamento Machadinho, área de colonização onde se desenvolveu a pesquisa de campo. Apresenta-se uma caracterização geral do projeto, incluindo o macroambiente, a infra-estrutura disponível, e os serviços de apoio e assistência à população assentada.

A área de pesquisa, propriamente dita - glebas 1 e 2 do Projeto Machadinho - e as duas fontes de dados primários - as pesquisas *Malária na Fronteira Amazônica: Aspectos Econômicos e Sociais de Transmissão e Controle (1985-87)*, e *Família, Fecundidade e as Estratégias de Assentamento em Rondônia (1986)* são apresentadas no Capítulo 3. Discute-se, ainda, a metodologia de cada uma delas e o tratamento geral dos dados empíricos.

A apresentação dos resultados de pesquisa começa no Capítulo 4, onde é discutida a história migratória dos chefes de domicílio de Machadinho. Defende-se a idéia de que esses migrantes, apesar de criados na zona rural, não são camponeses no sentido clássico. Foram criados num contexto de decomposição da estrutura agrária, não têm raízes definidas, e suas trajetórias denotam uma vida forjada em vários estados, nos meios rural e urbano e exercendo diferentes ocupações. Muitos moraram em centros de médio e grande portes, e incorporaram valores e modo de vida urbanos.

No capítulo 5, analisa-se o processo de trabalho e a abertura do lote, ao longo de três anos. É dada particular ênfase à dinâmica das mudanças no grupo doméstico. Mostra-se que os parceiros dependem quase que exclusivamente da força braçal - daí a importância do grupo doméstico - e que as técnicas adotadas são muito rudimentares.<sup>7</sup> O processo de trabalho e a abertura do lote são examinados em dois momentos: 1) chegada dos indivíduos a Machadinho (1984-1985) e 2) os dois anos seguintes (1985-1987), abarcados através da mobilidade da população.

No último capítulo retomam-se alguns pontos discutidos anteriormente, privilegiando-se duas ordens de questões. A primeira, refere-se às perspectivas dos parceiros em termos da permanência no lote e do caráter do trabalho nele desenvolvido. A segunda, questiona o "tradicionalismo" das famílias, na fronteira sob dois aspectos: a relação família-comunidade e o controle da fecundidade.

---

<sup>7</sup> Parceiro, em Rondônia, é como comumente se designa o lavrador assentado pelo INCRA.

A fim de garantir a privacidade dos indivíduos entrevistados, os depoimentos recuperados ou transcritos não trazem os nomes dos informantes. Além disso, as informações secundárias, que não comprometiam os depoimentos, foram deliberadamente omitidas e/ou modificadas.

## CAPÍTULO 1 - RONDÔNIA: OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO

O estado de Rondônia ocupa uma área de 238.378,7 km<sup>2</sup> no noroeste do Brasil, correspondendo a 2,80% do território brasileiro, e 6,19% da região Norte. Localiza-se entre as coordenadas geográficas 8° e 14° de latitude S., e 60° e 67° de longitude W.Gr.; faz fronteira interna com os estados do Amazonas (norte e nordeste), Mato Grosso (leste e sudeste) e Acre (noroeste) e, internacional com a República da Bolívia (sul e oeste) (IBGE, 1990a:20).

Em 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé, com o desmembramento de terras dos estados do Amazonas e Mato Grosso.<sup>8</sup> Em 1956, passou a chamar-se Território Federal de Rondônia e, em 1981, através da Lei Complementar nº 41, foi elevado à condição de estado.

Neste capítulo, apresenta-se um breve quadro histórico da ocupação do atual estado de Rondônia, dando-se ênfase ao processo de colonização verificado nas duas últimas décadas. Destaca-se a importância que o INCRA assumiu na conformação sócio-econômica do espaço.

---

<sup>8</sup> O Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 criou, além do Território Federal do Guaporé, os territórios do Amapá, Rio Branco, Ponta Porã e Iguazu.

## 1.1 RONDÔNIA: O QUADRO HISTÓRICO<sup>9</sup>

As primeiras incursões de portugueses, na área do atual estado de Rondônia, remontam à segunda metade do século XVII, através das expedições bandeirantes - a primeira por Raposo Tavares, em 1650 - e das missões jesuítas nas décadas seguintes. Os primeiros povoamentos surgiram no século XVIII a partir da penetração, pelos rios, de aventureiros e faiscadores motivados pela descoberta de ouro em Cuiabá. Com a exaustão das minas, a região ficou praticamente abandonada, sendo retomada sua ocupação somente no final do século XIX, com o primeiro ciclo da borracha (Modesto, 1981:1-2).

Um marco, na configuração territorial da região, foram as expedições militares que levaram anos mais tarde à construção do Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do rio Guaporé, no local da antiga Guarda de Sta. Rosa Velha (Rondônia, SECET, 1986). Os mesmos interesses estratégicos, que orientaram a ocupação do espaço regional no século XVII, redundaram, quase dois séculos depois, na criação dos territórios federais (1943), e fundamentaram a política de colonização da Amazônia nas décadas recentes. Nos anos setenta, o vácuo político criado pela ditadura foi preenchido pelo ufanismo desenvolvimentista do Brasil potência, aliado às noções de segurança interna e de defesa nacional (Ianni, 1979).

Os avanços tecnológicos de indústrias químicas e de automóveis nos países europeus e norte-americano, criaram uma demanda crescente pela borracha natural, levando à sua exploração na região Amazônica. Com o primeiro ciclo da borracha (1850-1910), nordestinos, castigados pela seca, chegaram até a região do atual estado de Rondônia; estabeleceram-se nos seringais ao longo dos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, estendendo-se com penetrações ao longo dos rios Jamari e Ji-Paraná.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> A reconstrução histórica seguiu, em linhas gerais, a apresentada por Monte-Mór (1980:54-93). Evitando a recorrente citação da obra, optou-se por referi-la somente nas citações textuais ou indicação de outras fontes.

<sup>10</sup> Em 1884, o Estado do Amazonas concedeu o primeiro seringal no Rio Madeira, com uma área de 2.962 ha. Entre 1909 e 1915, os Estados do Amazonas e Mato Grosso titularam, em definitivo, 326 seringais na região do atual Estado de Rondônia (Brasil, Ministério da Agricultura & FGV, citado em Rondônia, CEPA, [198-]).

Pela forma de recrutamento dos seringueiros e através do sistema de aviação que estruturava o processo produtivo extrativista, criavam-se as bases de dependência e permanência do seringueiro no seringal.

Ao longo desse ciclo, a economia assentou-se em bases puramente extrativistas, tendo a borracha como produto principal e a castanha-do-Brasil como secundário. As grandes distâncias entre os pequenos núcleos, a estrutura de comercialização da borracha centralizada em Manaus e Belém e o sistema de aviação com os barracões nos seringais impediram a formação de centros locais.

Com o início da produção dos seringais de cultivo da Ásia, a extração de borracha entrou em crise, paralisando, a partir da segunda década do século XX, o processo de povoamento e a atividade econômica da região.

Interesses comerciais, problemas de transporte e questões políticas internacionais redundaram em tratados entre o Brasil e a Bolívia para a construção de uma ferrovia. Transcorreu-se mais de meio século entre os primeiros acordos e a conclusão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), em 1912, ligando as atuais cidades de Guajará-Mirim e Porto Velho. Nessa época, a economia regional estava em declínio, atingindo a estagnação em 1920 (Rondônia, CEPA, [198-]).

A partir dos postos de telégrafo, implantados pelo Marechal Cândido Rondon, nas primeiras décadas deste século, surgiram os núcleos - Vilhena, Pimenta Bueno, Rondônia e Ariquemes - no sudeste de Rondônia. Esses núcleos, ao lado dos existentes ao longo dos principais rios e da ferrovia, constituíam a incipiente "rede urbana" até os anos quarenta.

Na década de quarenta surgiram as bases de uma nova ocupação da região; ocorreu um revigoramento da exploração da borracha, foi criado o território do Guaporé, e surgiram as primeiras experiências de colonização - as colônias agrícolas.

Com a Segunda Guerra Mundial, a Amazônia envolveu-se no conflito através dos "soldados da borracha". Acordos com os Estados Unidos provocaram uma série de investimentos, na Amazônia,

em infra-estrutura portuária, de saúde e saneamento, criação de instituições financeiras - Banco de Crédito da Borracha - e novo afluxo de nordestinos.

Devido à curta duração das medidas (1941-45), e o caráter efêmero de muitas delas, os grandes esforços não redundaram em uma revitalização ampla da economia da região amazônica como um todo. Durante a guerra, a produção de borracha ficou bem abaixo daquela do início do século. Cessado o conflito, a rota com a Ásia foi restabelecida, voltando a economia amazônica ao estado de estagnação anterior (Cardoso & Müller, 1977).

Em Rondônia, este segundo ciclo da borracha teve maiores implicações que o primeiro. Um maior afluxo de nordestinos chegou à região, e a busca de "colocações" mais produtivas representou o maior espriamento da população. Com a retração da exploração da borracha, grande parte desta população permaneceu na região, deslocando-se para as "cidades" de então: Porto Velho e Guajará-Mirim, ou direcionando-se para áreas de uma nova atividade extrativa, que viria ganhar força nas décadas seguintes: a exploração de cassiterita.

Em 1943, foi criado pelo governo federal o território federal do Guaporé. Os impactos, mais imediatos, da criação do território ocorreram na cidade de Porto Velho. Transformada em capital, nela instalaram-se instituições federais e fortaleceu-se o seu papel de entreposto comercial. Em 1950, 27,2% da população recenseada residiam no distrito sede de Porto Velho, o que revela o seu papel de polarização a nível regional.<sup>11</sup>

A instalação das colônias agrícolas pelo governo federal, iniciada no final dos anos quarenta, tinha por objetivo promover uma ocupação mais estável e garantir o abastecimento de produtos agrícolas para as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim. Com exceção da Colônia Iata, as demais concentraram-se ao redor de Porto Velho, apresentando resultados muito aquém dos esperados.

---

<sup>11</sup> Em 1950, a população residente em Rondônia era de 36.935 e a do distrito sede do município de Porto Velho, 10.036 (Monte-Mór, 1980:75-6).

A descoberta da cassiterita em Rondônia, em 1952, o início da exploração, em 1958, e sua intensificação na década seguinte, representaram uma nova fase econômica. Paulatinamente a economia, assentada no extrativismo da borracha, deslocou-se para a exploração mineral, redirecionando e diversificando as atividades produtivas. A intensificação da lavra, através do garimpo, no início dos anos sessenta, deslocou seringueiros, lavradores e moradores de cidades e vilas, e atraiu novas correntes migratórias (Dal Maso, 1990:26). A densidade demográfica de Rondônia, que em 1950 era de 0,15 hab/km<sup>2</sup>, passou a 0,29 hab/km<sup>2</sup>, dez anos depois.

Em meados da década de sessenta, a cassiterita suplantou a borracha na formação da renda interna, e a produção de Rondônia alcançou 97% da produção nacional, envolvendo aproximadamente 45.000 garimpeiros (IBGE, citado em Monte-Mór, 1980:79). Em 1970, a importância crescente da produção de Rondônia e a pressão de grupos econômicos acarretaram a proibição da lavra manual pelo governo federal. A atividade passou ao controle de grupos econômicos nacionais e estrangeiros.<sup>12</sup>

As idéias de intervenção do Estado, no planejamento, desenvolvimento e integração das regiões, remontam à década de quarenta. No caso da Amazônia, elas tomaram impulso, a partir de 1953, com a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Superintendência (PVEA e SPVEA), voltados para o desenvolvimento da agricultura, infra-estrutura e exploração de recursos naturais. A esses órgãos seguiram-se outros que, num contexto marcado pela geopolítica, mantiveram as mesmas diretrizes desenvolvimentistas e de integração nacional.

A necessidade de encurtar espaços e garantir o fluxo inter-regional, canalizou os investimentos para a construção de estradas. À rodovia Belém-Brasília, marco dos anos cinqüenta, seguiram-se, nas décadas seguintes, a Brasília-Acre, Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

---

<sup>12</sup> A lavra manual foi proibida pelo Ministério das Minas e Energia - Portaria nº 195 de 15 de abril de 1970 - sob a alegação de que esse método "permite o aproveitamento de apenas 30% do minério por metro cúbico extraído, enquanto a racionalização da extração permite aproveitamento de até 95%" (Lando, 1979:30 e Fundação João Pinheiro, citado em Monte-Mór, 1980:79).

No caso de Rondônia, o tráfego entre Porto Velho e Cuiabá só se estabeleceu a partir de 1968, com a conclusão da estrada. O traçado seguiu em linhas gerais, o caminho do telégrafo, aproveitando trechos de estrada abertos na década de quarenta. A ligação com o centro-sul do país foi o "*principal elemento dinamizador e reestruturador do espaço social rondoniense; criaram-se as condições mínimas para o início do processo de ocupação agrícola, marcando a ruptura do território com o modelo extrativista da Amazônia*" (Monte-Mór, 1980:88).

## 1.2 COLONIZAÇÃO OFICIAL: A MARCA DOS ANOS SETENTA

Apesar das colônias agrícolas implantadas pelo governo do então território, nas décadas de quarenta e cinquenta, foi nos anos setenta que a colonização oficial ganhou força e imprimiu uma nova configuração à ocupação de Rondônia.<sup>13</sup> O grande mentor desse processo foi o INCRA, criado em meio à formulação do PIN. Através do Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, o INCRA incorporou as atribuições, pessoal e acervos patrimoniais do IBRA e INDA.

Do ponto de vista mais global, essas mudanças representaram alterações estruturais e institucionais, e o direcionamento para um planejamento mais tecnificado, já em curso desde meados da década anterior (Arezzo, 1982:19-20).

O INCRA instalou-se em Rondônia, com os objetivos de: "*recuperar as terras públicas irregularmente detidas, regularizando parte dos que comprovarem a cultura efetiva e morada habitual observados os permissivos legais e assentar, nas áreas remanescentes das regularizações provenientes das*

---

<sup>13</sup> Nas décadas de quarenta e cinquenta foram criadas as seguintes colônias pelo Governo do Território : 1) No município de Guajará-Mirim: Iata (1945) com 180.000 ha e 641 famílias; 2) Nas proximidades de Porto Velho: Candeias (1948/1949) com 18.000 ha e 35 famílias, Treze de Setembro (1954) para brasileiros e japoneses, Paulo Leal (1959) e Areia Branca (Modesto, 1981:4; Tavares et alii, 1979:133).

*áreas recuperadas pelo poder público, as famílias que emigrarem para o território em busca de melhores oportunidades de trabalho"* (INCRA, citado em Dal Maso, 1990:107).

A política de assentamento do INCRA, para a região, foi calcada na concepção de pequenas propriedades, em média com 35-50 ha de área útil, destinadas a migrantes descapitalizados que para lá se deslocavam. A expectativa era a de que a mão-de-obra, para a formação e trato das culturas, fosse provida pela própria família. Assim, garantia-se, a um só tempo, melhores meios de vida e uma elevação da renda do parceleiro com os plantios perenes.<sup>14</sup> A valorização do grupo familiar fundava-se não apenas na operacionalização mais imediata da produção. Reconhecia-se na família uma capacidade de viabilizar a fixação, entendida de forma mais ampla.

Como apontou Dal Maso (1990:31), "*a colonização oficial em Rondônia nasceu de e em situações de conflito*". Em geral, os projetos abertos pelo INCRA regularizaram ocupações em curso; as tensões e conflitos mais sérios surgiram de dois empreendimentos privados, organizados pelas colonizadoras Calama S.A. e Iporanga.

Entre 1963 e 1967, a Calama S.A. demarcou e vendeu 1.400 lotes com áreas entre 25 e 200 ha, na região de Vila Rondônia (atual cidade de Ji-Paraná). Não tendo a aprovação prévia do IBRA, e sem os investimentos na infra-estrutura, criou-se uma situação insustentável do ponto de vista jurídico e social, acarretando a suspensão do empreendimento.

A criação do PIC Ouro Preto pelo INCRA, em 1970, veio em parte solucionar os problemas sociais enfrentados por 500 famílias com a paralisação das atividades da Colonizadora Calama S.A. (Silva, citado em Dal Maso, 1990:30).

Na região dos atuais municípios de Espigão d'Oeste e Cacoal, a Colonizadora Iporanga (Irmãos Melhorança) iniciou, em 1968, a demarcação, e vendeu 600 lotes através de seu escritório em

---

<sup>14</sup> Em Rondônia, parceleiro é como comumente se designa o lavrador assentado pelo INCRA.

São Paulo. A área de mais de 1.000.000 ha era grilada e invadia território tradicional dos índios Suruí e Cinta Larga.

As repercussões e pressões nacional e internacional quanto ao conflito criado - invasão, descaracterização do habitat das nações indígenas e as epidemias que as dizimaram - contribuíram para a criação do PIC Gy Paraná, em 1972 (Dal Maso, 1990:31) (Mapa 1.1).

A atuação marcante e abrangente do INCRA em Rondônia, nos anos setenta, decorre da conjunção de alguns fatores, entre eles: a disponibilidade de terras, a sua qualidade, a composição da equipe do INCRA, a inexistência de um poder local forte, e o "fechamento" da Transamazônica ao pequeno produtor.

O contexto fundiário de Rondônia, em 1970, era extremamente favorável à implantação de uma política de colonização. O cadastramento de 1967 realizado pelo IBRA, revelou que apenas 7% das terras possuíam títulos definitivos (155 propriedades). Os 93% restantes correspondiam a terras devolutas, ou seja, terras da União. Esse quadro de "disponibilidade de terras" refletiu a ocupação anterior da região - presença de várias nações indígenas e a exploração extrativista quase toda calcada na posse.

Quanto aos solos, as informações sobre a região indicavam que eles eram de boa qualidade. Isto, em parte, se confirmou na área do PIC Ouro Preto, o que levou à euforia da descoberta de um "novo Paraná". Posteriormente, estudos e a própria experiência dos parceiros revelaram que as terras eram "manchadas", e que as de melhor qualidade não se equiparavam à terra roxa paranaense.<sup>15</sup>

Lando (1979:70-1), valendo-se do depoimento de Silvio Gonçalves de Faria, ex-coordenador de atividades fundiárias do INCRA, e que durante a década de setenta deteve grande poder e influência local, vê, na composição da equipe local do órgão, um elemento importante para o avanço da

---

<sup>15</sup>

Segundo Lando (1979:78), "é interessante observar que na mesma época em que as migrações passaram a ser um grave problema em Rondônia, iniciou-se a campanha da má qualidade das terras (até então férteis) e, portanto, não propícias à agricultura de base familiar".

colonização, assentada na pequena propriedade familiar. De acordo com esse autor, *"a equipe local do INCRA era constituída de elementos ligados à problemática reformista, que haviam sido alijados de cargos de maior poder decisório do Governo Juscelino, indo localizar-se na Amazônia e, posteriormente, em Rondônia quando da instalação do INCRA na área. Participavam, ainda, desta equipe, elementos com experiência de Reforma Agrária adquirida em outros países"*.

A dependência político-administrativa do então território, ao governo federal, e a inexistência de um poder local forte permitiram ao INCRA uma atuação mais independente. Ao lado disso, a própria concepção dos PICs, que atribuía ao INCRA grande abrangência de ação, a farta disponibilidade de recursos financeiros que esse órgão foi dotado e as carências em todas as esferas, levaram o INCRA a ir além da questão fundiária.

Atuando diretamente em diferentes campos (produção, comercialização, transporte, educação e saúde), o INCRA assumiu, na prática, a própria figura do Estado, fortalecendo o seu poder na definição de políticas e linhas de ação em Rondônia.

A regularização fundiária, realizada pelo INCRA, não representou apenas a redefinição da ocupação do espaço físico; constituiu no ordenamento ou reordenação de novas relações sociais onde ambas, regularização fundiária e relações sociais, determinaram-se mutuamente (Dal Maso, 1990:110-2). Ainda que demandas localizadas possam ter influenciado no redirecionamento de decisões anteriormente tomadas, as diretrizes de ação do INCRA sobrepuseram-se, levando muitas vezes a uma ressocialização dos assentados.

A denominação *parceleiro*, cunhada pelo INCRA e que está carregada de ambigüidades, espelha parte desse processo. Ela encobre *"as diferenças - principalmente econômicas - existentes entre os agricultores instalados nos projetos de colonização oficial, considerando-os, pelo menos ao nível do ideológico, iguais. Todos são parceleiros, todos têm lotes de igual tamanho e, portanto, nada há o que os diferencie"* (Lopes, 1983:71).

O fato de serem todos parceiros e estarem buscando fazer futuro/refazer a vida, garante, ao menos a princípio, uma identidade comum. Como disse um parceiro, "*aqui no Machadinho ninguém é rico de verdade; todo mundo está tentando, conforme sua idéia e do seu modo, fazer o futuro que não deu no sul*".

Através de seus técnicos, a influência do INCRA atingiu a vida pessoal dos parceiros. É comum a referência "à orientação, ajuda em momentos de crise e aconselhamento" recebidos. Um parceiro chegou a afirmar que "*o pessoal do INCRA foi um pai que acudia na necessidade e apoiava nas decisões acertadas*".

Essa atuação paternalista, personalista e carismática, explica-se pela falta de canais de representação política e pelo próprio isolamento da população. Vivendo no meio da mata, o INCRA muitas vezes era uma das únicas manifestações concretas do Estado e da ordem. Em geral, sua presença só foi precedida pela SUCAM, mas que tinha uma atuação precisa no campo da saúde e sempre carente de recursos.

No processo de seleção de candidatos a parceiros, estabeleceram-se algumas premissas que orientaram este ordenamento imprimido pelo INCRA; construiu-se a figura do "parceiro modelo", firmado em um padrão de comportamento e de composição demográfica do grupo doméstico.

Na criação dos elementos de normalidade e distinção, configuram-se, por oposição, os de exclusão social e estigmatização. Em termos do comportamento, privilegiaram-se os candidatos tidos como "civilizados, empreendedores e de boa conduta"; a estes, contrapuseram-se os bestiais, preguiçosos e marginais (Tavares dos Santos, 1987).

A valorização da composição demográfica do grupo doméstico, pelo INCRA, contribuiu em grande medida para o fortalecimento do padrão de migração familiar para Rondônia.<sup>16</sup> Um documento

---

<sup>16</sup> Entende-se por padrão migratório familiar a migração na qual o grupo doméstico menor (família nuclear composta de pais e filhos) desloca-se em geral em conjunto ou, quando em separado, em intervalos de tempo muito curtos entre os deslocamentos. É distinto do padrão de migração de nordestinos para São Paulo, examinado por Durham (1973), onde o chefe, ou outro

que demonstra a importância atribuída ao grupo doméstico é a Norma DPS. 1-P/1a do INCRA, de 22 de junho de 1981, que trata do preenchimento do Formulário de Identificação e Classificação de Candidato a Parceleiro - Fichas IC - utilizado na seleção de candidatos.<sup>17</sup>

Segundo esta norma, para serem selecionados, os candidatos deverão preencher as exigências previstas na Norma DPS. 1-F/1 do INCRA de 1973, ou seja: "*só poderão beneficiar-se da distribuição de terras: a) os proprietários de terras com área inferior ao módulo estabelecido pelo projeto; b) os maiores de 18 anos e menores de 60; c) os que não exerçam função pública, autárquica ou em órgão paraestatal ou não se achem investidos de atribuições parafiscais; d) os que não apresentem defeito físico ou doença incurável que os incapacitem para as atividades agrícolas; e) os que tiverem bons antecedentes ou apresentem atestado de reabilitação; f) os que não tiverem outra renda além da que será obtida na exploração da parcela com a família ou eventual ajuda de terceiros*" (INCRA, citado em Dal Maso, 1990:121), somando ainda um mínimo de 500 pontos nos itens que compõem o formulário de seleção e classificação de candidatos.

O formulário reúne basicamente três conjuntos de informações: dados pessoais do candidato, experiência agropecuária (culturas, manejo animal, crédito rural, comercialização) e dados dos demais membros do conjunto familiar. Apesar do detalhamento quanto à experiência agropecuária, o único dado relevante para a pontuação é o número de anos de trabalho no meio rural, que na ponderação final pode representar no máximo 40% dos pontos necessários.

O peso decisivo na pontuação está nas variáveis demográficas. Baseado no tamanho e na composição por idade e sexo do grupo doméstico atribuem-se pesos distintos a cada um dos indivíduos

17

---

membro da família, vai na frente e, após ter-se estabelecido, chama a família ou retorna à região de origem para buscá-la. Ao tratar da Norma DPS. 1-P/1a do INCRA (1981) será examinada a sua lógica interna, sem entrar no mérito e avaliação sobre sua efetiva aplicação na seleção de candidatos.

que, depois de ponderações sucessivas, compõem três elementos importantes na classificação final: idade do candidato, idade dos demais membros e força de trabalho disponível.<sup>18</sup>

Algumas simulações com famílias, em diferentes momentos do ciclo vital, e com 3 a 7 membros, mostram que o mínimo de pontos necessários para a seleção (500) é quase sempre ultrapassado, sem levar em conta a experiência agropecuária do candidato. Em alguns casos extremos, como por exemplo o de candidatos jovens com apenas um filho, as variáveis demográficas correspondem a pelo menos 80% dos pontos necessários.

O peso secundário, atribuído à experiência agropecuária do candidato, é confirmado por técnicos que participaram da seleção de parceiros em Machadinho. Segundo eles, com exceção dos casos extremos, a experiência agropecuária apenas reforça a tendência já apontada pelos "itens demográficos".

O fechamento da Transamazônica, ao pequeno produtor, transformou Rondônia em uma das poucas alternativas para o contingente de migrantes expulsos, no processo de intensificação do capitalismo no campo (Martine, 1987:17). No entanto, ainda que de forma secundária, o "privilegiamento" de grandes projetos na região Amazônica, a partir de 1974, com a criação do POLAMAZÔNIA, imprimiu algumas mudanças em Rondônia.

Em meados da década de setenta, foi aberta a licitação de grandes propriedades, tais como as das Glebas Baixo Candeias, Jacundá e Corumbiara. A área máxima permitida a um único proprietário - 3.000 ha - foi muitas vezes superada, através do registro de lotes vizinhos, em nome de parentes ou "testas de ferro" (Millikan, 1988:67) (Mapa 1.1).

A expectativa de maior afluxo de migrantes, com destino a Rondônia, confirmou-se com os dados censitários. Ao longo da década de setenta, e principalmente na segunda metade, a migração para

---

<sup>18</sup>

A ponderação final (100/100) assim se divide: idade do candidato 25/100, idade dos demais membros do grupo doméstico 25/100, força de trabalho disponível, 30/100 e experiência agropecuária do candidato 20/100.

Rondônia foi crescente. A população residente, que em 1970 era de 111.064, alcançou 491.069 em 1980, correspondendo a uma taxa média geométrica, de incremento anual, de 16,03%.<sup>19</sup>

Com pouco tempo, ficou evidente que o INCRA, apesar de bem aparelhado, não possuía nem os recursos financeiros nem a organização administrativa, capazes de responder às demandas impostas pelo contingente migratório. Apesar da abertura de novos projetos de colonização, a introdução dos PADs, a partir de 1974 e a ampliação dos primeiros (Ouro Preto e Gy-Paraná), o INCRA não conseguiu fazer frente à demanda por terra.<sup>20</sup>

Um levantamento do INCRA, nos sete projetos existentes em 1978, revelou que haviam sido assentadas 16.482 famílias, prevendo-se que até o final de 1980 seria atingido um total de 23.438. Mesmo que se pudesse alcançar esse montante - o que não ocorreu em decorrência de dificuldades na abertura de estradas e na demarcação de novas áreas - em 1977 já havia 30.000 famílias aguardando lote em Rondônia (Turchi, 1981:313). Nos anos seguintes o afluxo de novos migrantes foi crescente, só decaindo a partir de 1987.

Esta situação, reforçada pela legislação de terras que legitima a posse a partir das benfeitorias - fundamentalmente a derrubada - deflagrou um processo de invasões e a abertura de "marcações", com vistas à obtenção do título definitivo. Assim, não é por acaso que o levantamento cadastral do INCRA, de 1972, revelou diversas formas de ocupação, muitas delas sem qualquer respaldo legal (Martine, 1979:7).

De forma geral, a expansão da rede urbana, a ocupação mais intensa de antigos municípios e a criação de novos, tiveram origem com a abertura dos projetos de colonização. Municípios como os

---

<sup>19</sup> Neste mesmo período (1970-80) o Brasil apresentou uma taxa média geométrica de incremento anual de 2,42%, a região Norte 5,02% e Roraima 6,83%. As outras unidades da região tiveram taxas abaixo de 4,7% (IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980 - Brasil, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Territórios - Dados Gerais, Tabela 1).

<sup>20</sup> Nos PADs - Projetos de Assentamento Dirigido - a atuação do INCRA restringiu-se à questão fundiária (discriminação, legitimação, titulação e alienação das terras), ficando a assistência sócio-econômica e agrícola aos parceiros sob a responsabilidade de outros órgãos públicos. Os critérios de seleção dos candidatos tornaram-se mais rígidos, exigindo-se deles um capital inicial e experiência agrícola prévia (Moreira & Pecht, citado em Monte-Mór, 1980:98).

de Ouro Preto, Cacoal, Jaru, Colorado, Cerejeiras, Rolim de Moura e, mais recentemente, Machadinho (1988), surgiram de projetos de colonização; Ji-Paraná (antiga Vila Rondônia) dinamizou-se com a criação do PIC Ouro Preto e, Ariquemes, com a abertura dos PADs Burareiro e Marechal Dutra (Mapa 1.1).

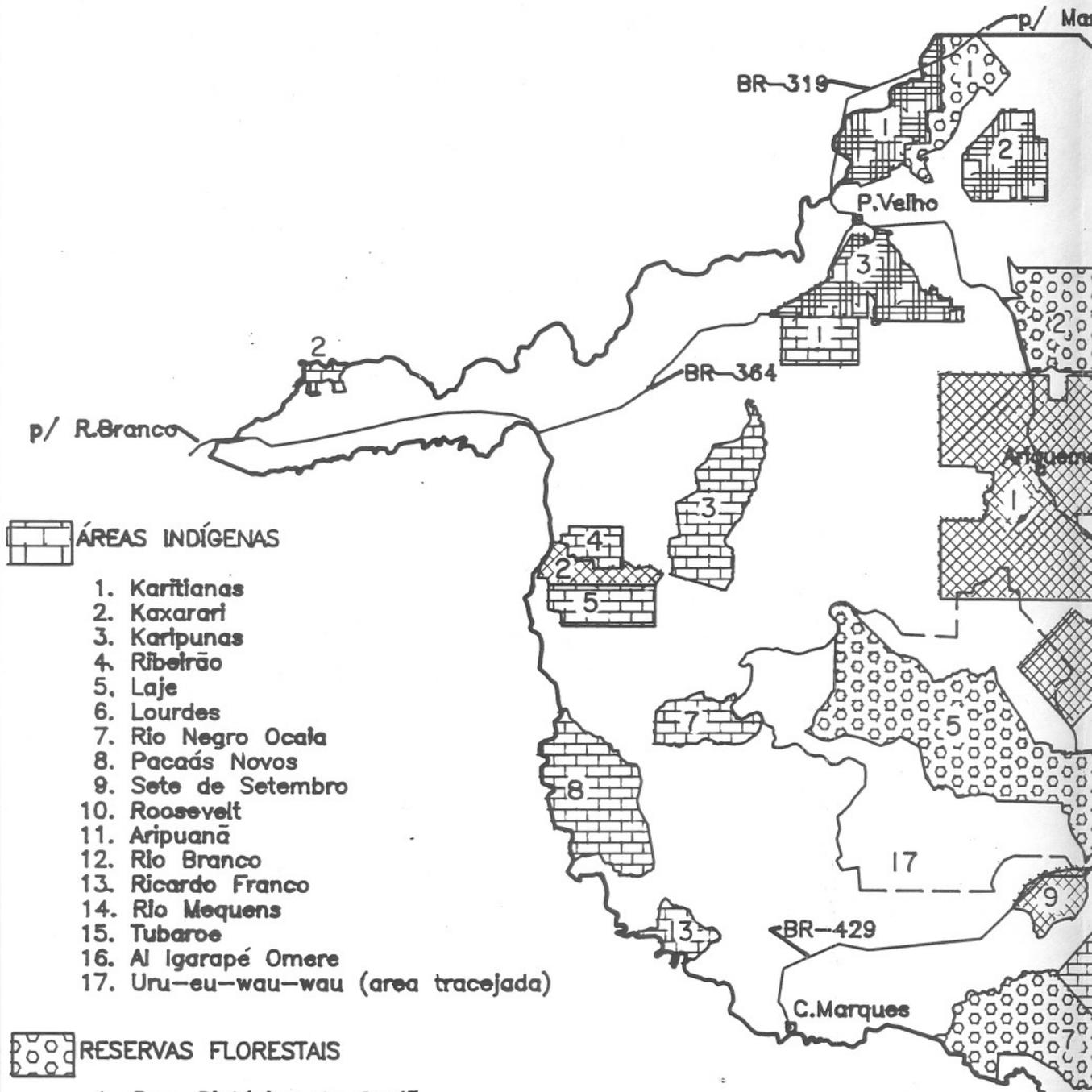
O surgimento e o rápido crescimento de cidades, representaram, por si só, um novo atrativo em Rondônia. Dada a precariedade de serviços existentes, proliferaram os pequenos estabelecimentos comerciais, para atendimento local, ou empresas maiores, ligadas à exploração e comercialização de produtos agropecuários e madeireiros. Na área de transporte, as companhias fizeram fortuna com o carregamento de cargas e trânsito intenso inter e intra-regional de passageiros.

Ao lado dos empreendimentos privados, a presença forte de instituições públicas e a demanda crescente por mais técnicos e pessoal de apoio, contribuíram para a vinda de indivíduos do centro-sul do país. A dinâmica urbana verificada revela que a fronteira amazônica e, em particular a rondoniense, constituem um espaço onde as esferas rural e urbana cada vez mais se relacionam, deixando para trás a concepção tradicional de fronteira agrícola (Monte-Mór, 1980; Becker, 1982, 1988).

### **1.3 POLONOROESTE: A DIRETRIZ DOS ANOS OITENTA**

A intenção de garantir um tráfego contínuo, entre o centro-sul do país e Rondônia, levou à busca de financiamentos externos. A resistência dos organismos internacionais ao asfaltamento da BR-364 - trecho Cuiabá-Porto Velho - foi superada com a incorporação desta obra a um projeto maior de desenvolvimento regional, voltado para a promoção humana, proteção ambiental e apoio às nações indígenas.

# MAPA 1.1 - ESTADO DE RONDÔNIA: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA



## ÁREAS INDÍGENAS

1. Karitianas
2. Kaxarari
3. Karpunas
4. Ribeirão
5. Laje
6. Lourdes
7. Rio Negro Ocala
8. Pacaás Novos
9. Sete de Setembro
10. Roosevelt
11. Aripuanã
12. Rio Branco
13. Ricardo Franco
14. Rio Mequens
15. Tubaroe
16. Al Igarapé Omere
17. Uru-eu-wau-wau (area tracejada)

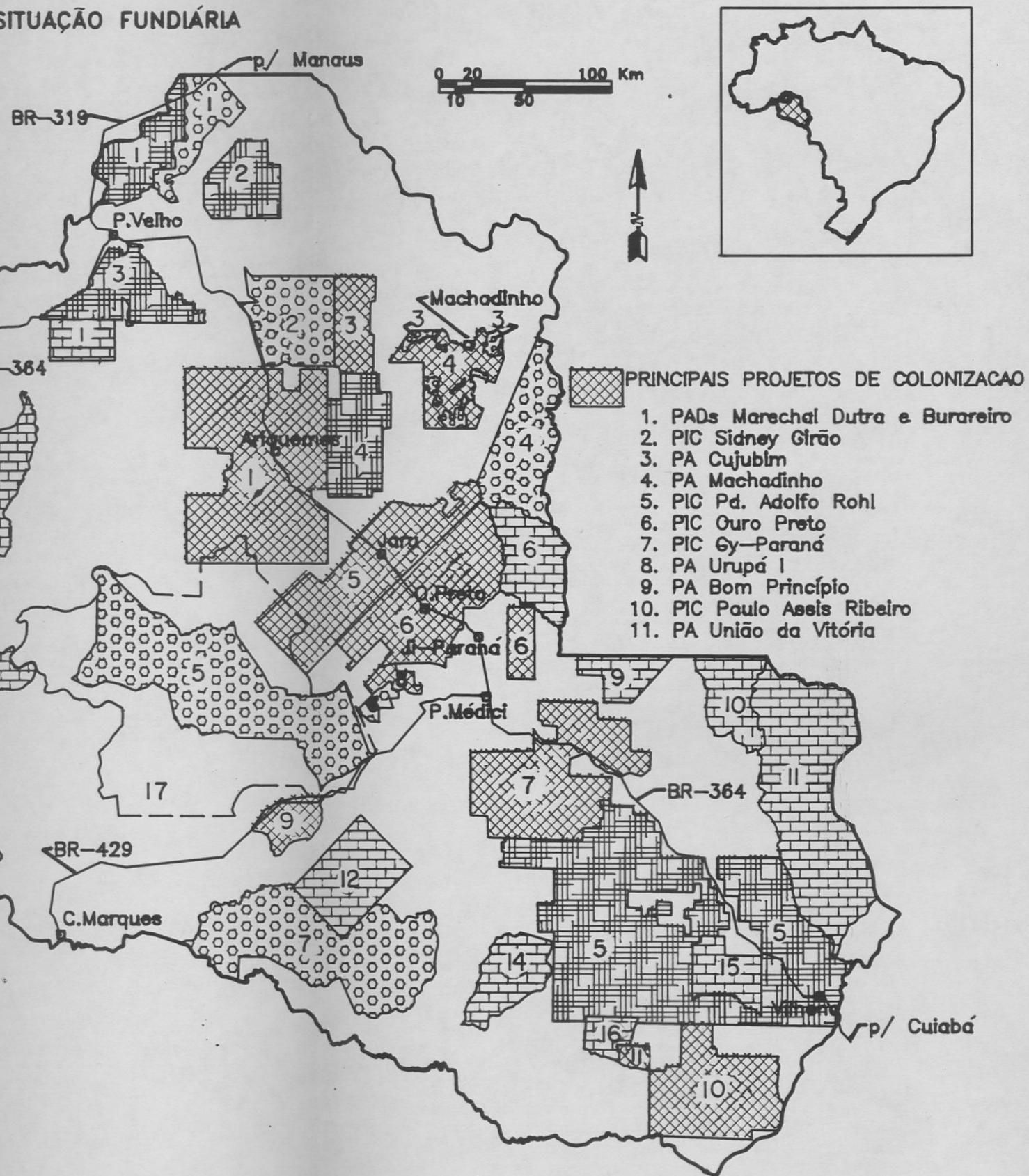
## RESERVAS FLORESTAIS

1. Res. Biológica do Cuniã
2. Res. Nacional da Jamarã
3. Res. em bloco - Machadinho
4. Res. Biológica do Jarú
5. Parque Nacional dos Pacaás Novos
6. Res. Florestal do Urupá
7. Res. Biológica do Guaporé

## LICITAÇÃO PÚBLICA - GRANDES PROPRIEDADES

1. Gleba Cuniã
2. Gleba Jacundá
3. Gleba Baixo Candeias
4. Gleba Burareiro
5. Gleba Corumbiara

# SITUAÇÃO FUNDIÁRIA



Assim, foi criado o Programa POLONOROESTE, através do Decreto 86.029, de 27 de maio de 1981, abrangendo a área de influência da BR-364. Essa área, de aproximadamente 410.000 km<sup>2</sup>, incluía o estado de Rondônia e 14 municípios no oeste e noroeste do Mato Grosso. O Programa POLONOROESTE tinha como objetivos principais:

*"1) Concorrer para a maior integração nacional, pavimentando a BR-364 no trecho Cuiabá-Porto Velho; 2) Promover a adequada ocupação da região, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões; 3) Lograr o aumento significativo na produção da região e na renda de sua população; 4) Favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento, a níveis inter e intra-regional; 5) Assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e da proteção às comunidades indígenas"* (Rondônia, 1990:5-6).

Para Rondônia, a criação do POLONOROESTE foi um marco histórico. A partir de sua implantação, estabeleceram-se as bases para a elevação do território a estado (1981). Já no processo de formulação do programa, o envolvimento do poder local (governador e uma elite de técnicos com ambições políticas claras) foi no sentido de tornar o POLONOROESTE um programa social e economicamente abrangente.

A iminência de eleições, apontada pelo processo mais amplo de abertura política, e o agravamento da crise no país, impeliram as elites locais a alargarem as bases de sustentação política. Elas tinham clareza da irreversibilidade da importância política do pequeno produtor em Rondônia (Perpétuo, [1982]:68-9).

De fato, com o POLONOROESTE já iniciado, nas eleições de 1982 houve uma exploração política sem precedentes. Os sentimentos ufanistas de um "novo eldorado" ressurgiram maximizados pelas perspectivas de grandes investimentos, em todos os campos. O asfaltamento da BR-364 em andamento, o anúncio de abertura de novos assentamentos para mais de 150.000 famílias, pelo governador, em maio de 1982 (A Crítica, citado em Fearnside, 1989:51), e o início da inscrição e seleção

para projetos de assentamento "modelo", constituíram provas inquestionáveis de que um novo processo estava em curso. Não foi por acaso que o poder local venceu as eleições.

O Programa POLONOROESTE envolveu três fases, sendo elas: Fase I, asfaltamento da BR-364 e verbas menores para o desenvolvimento rural, proteção ambiental e área de saúde; Fase II, desenvolvimento rural de Mato Grosso, e, Fase III, colonização de novas áreas, principalmente em Rondônia.

No primeiro orçamento, de US\$ 1,55 bilhão para 1981-85, alocaram-se: 57,3% dos recursos para o setor de transportes, 23,0% à colonização de novas áreas, 12,7% ao desenvolvimento rural, 2,8% para serviços de títulos de terra, 3,1% para assuntos indígenas, 1,0% para proteção ambiental e outro 1,0% para a administração (World Bank, [198-]:5-6).

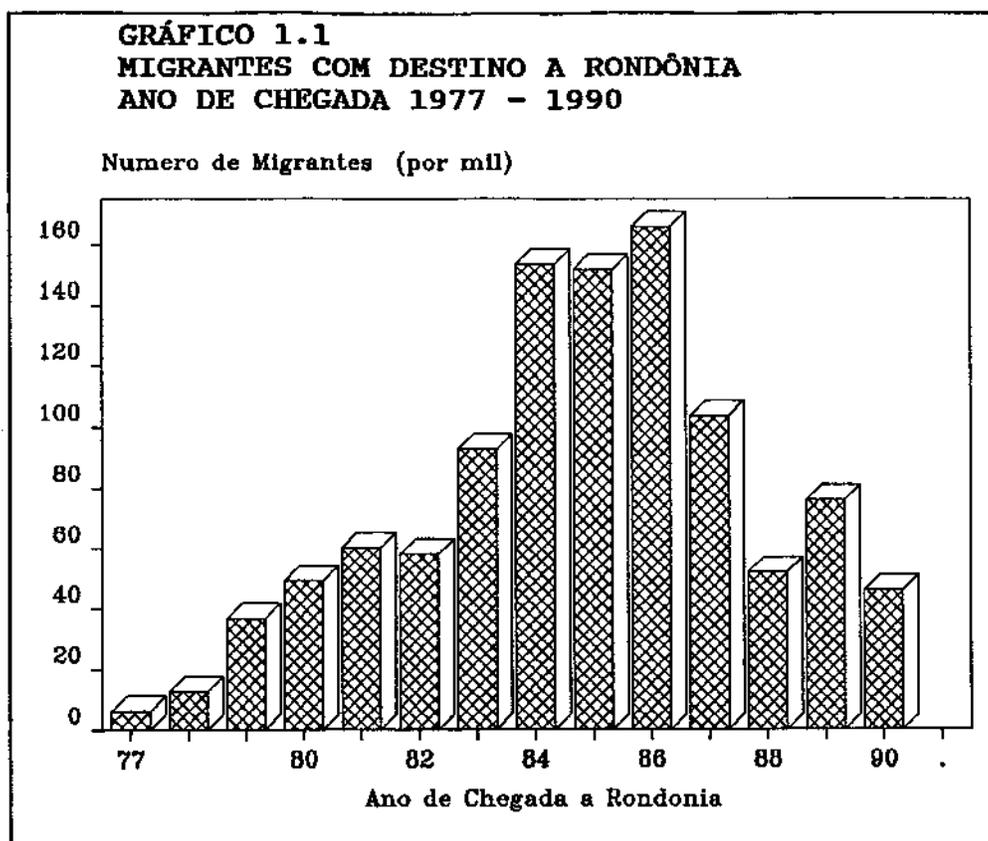
O BIRD (Banco Mundial) comprometeu-se a financiar 34% do programa, cabendo os 66% restantes ao governo brasileiro. Na contrapartida nacional, 43% viriam de agências governamentais diretamente ligadas ao programa, e 23% seriam providos por fundos de desenvolvimento - PIN e PROTERRA (Millikan, 1988:76).<sup>21</sup>

Em setembro de 1984 o asfaltamento da BR-364 foi concluído, permitindo o tráfego permanente e de maior volume entre Rondônia e o centro-sul do país. Esse fato acelerou, ainda mais, os processos em curso. A migração, que desde o fim da década anterior vinha crescendo e alcançou 49.205 indivíduos em 1980, chegou a 153.327 em 1984 - aumento de 65% em relação a 1983. O movimento foi ascendente até 1986, apresentando, a partir do ano seguinte, uma queda; em 1990, o número de migrantes voltou ao patamar de 1980.<sup>22</sup> O Gráfico 1.1 traz o volume migratório com destino a Rondônia, no período 1977-1990.

---

<sup>21</sup> A participação do Banco Mundial excedeu bastante a previsão inicial em decorrência da crise fiscal do Estado Brasileiro (Millikan, 1988:97).

<sup>22</sup> Segundo os dados preliminares do Censo Demográfico de 1991, Rondônia tem uma população residente de 1.130.400 indivíduos. Este montante corresponde a uma taxa média geométrica de incremento anual de 7,87%, número que só ficou abaixo da verificada em Roraima, 9,55% (IBGE, 1992b).



Obs. 1. 1977 - Dados do 2º semestre (3.140) vezes dois.  
 2. 1990 - Dados do 1º semestre (23.046) vezes dois.

Fontes: RONDÔNIA, SEPLAN-NURE/MIGR. (1984).  
 RONDÔNIA, SEPLAN (1984 A 1988).  
 DAL MASO (1990:64).  
 SEPLAN-RO (NURE/MIGR.).

A "coincidente" concentração de terras de boa qualidade nas grandes propriedades, aliada à pressão populacional, levou à ocupação de terras de pior qualidade pelos pequenos agricultores. Se houve falhas no processo de escolha de novas áreas de colonização nos projetos do POLONOROESTE (Fearnside, 1989:51), não é menos verdade que o estoque de terras férteis tornou-se insuficiente para os assentamentos previstos. Os projetos abertos, dentro do Programa de Colonização de Novas Áreas, foram implantados em terras inferiores aos "projetos antigos", criados na década anterior (Fearnside, 1989:53-8).

A melhoria na infra-estrutura regional, através da implementação e ampliação da abrangência das políticas públicas, a valorização da terra e a migração crescente, com destino a Rondônia, implicaram numa ocupação indiscriminada do estado, ao longo dos anos oitenta, agravando o quadro configurado na década anterior.

Procurando agilizar o assentamento de maior número de famílias, um ano antes do início do POLONOROESTE, o INCRA criou os PARs, responsabilizando-se apenas pela marcação e distribuição dos lotes. Essa nova modalidade de colonização refletia a nova orientação do órgão, no sentido de apressar a emancipação dos projetos. Dava prioridade à atuação em áreas, pelo menos parcialmente ocupadas e com alguma infra-estrutura existente.

Até 1988, haviam sido assentadas, nos PARs de Rondônia, 16.000 famílias em lotes de 50 ha. Os projetos, ocupando uma área de mais de 1.000.000 ha, praticamente não tinham infra-estrutura e serviços de apoio e assistência (Dal Maso, 1990:36 e 115-8; Millikan, 1988:85).<sup>23</sup>

Concomitantemente, a Fase III - Colonização de Novas Áreas do POLONOROESTE - previa o assentamento inicial de 30.000 famílias, das quais 22.000 em Rondônia no período 1981-85. Documentos posteriores reduziram essa meta para 15.000 (Rondônia), mas apenas 31% desse montante foram alcançados. Foram instalados, em Rondônia, os Projetos de Assentamento Machadinho, Urupá e Cujubim, sendo o primeiro o maior (2.934 assentados) e melhor estruturado (Mapa 1.1).

Esses projetos representaram uma mudança na concepção da ocupação do espaço, até então adotada pelo INCRA. A tradicional grade de lotes retangulares foi substituída por um recorte mais adaptado ao meio ambiente, e compatível com a qualidade dos solos. Ao lado disso, foram previstos investimentos mais substantivos em infra-estrutura de estradas, instalações para armazenamento, serviços

---

<sup>23</sup> Millikan, citando Becker, refere-se a 12.226 famílias assentadas entre 1980 e 1984, em projetos, com uma área total de 905.205 ha (Millikan, 1988:82 e 85).

de extensão rural, e assistência nas áreas de saúde e educação. Como se verá no Capítulo 2, todos os planos não se materializaram ou, quando implementados, eram pecários.

No entanto, a criação dos PARs e PAs não evitou que reservas florestais e áreas indígenas fossem invadidas. A ação dos posseiros, somaram-se a ganância dos grileiros e a atuação de empresas madeireiras. Esse quadro virou manchete na imprensa internacional e nacional, motivou manifestações e pressões da comunidade ambientalista em todo o mundo, levando, ao lado de outros fatores, à interrupção do POLONOROESTE, em 1984.

A suspensão do Programa de Colonização de Novas Áreas do POLONOROESTE representou o fim de um modelo de colonização calcado em grandes projetos, com investimentos expressivos em infra-estrutura e rede de apoio e serviços. A abertura de novas áreas de colonização, pelo INCRA, deu-se, a partir de então, dentro do PNRA. A Tabela 1.1 apresenta a colonização oficial em Rondônia, para o período 1970-1980.

TABELA 1.1 - PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA EM RONDÔNIA - 1970 A 1990.

PROJETO	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA TOTAL	LOTE MÉDIO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	FONTE DE FINANCIAMENTO
PIC OURO PRETO	1970	512.585	100	5.162	INCRA/PIN
SIDNEY GIRÃO	1971	69.310	100	638	INCRA/PIN
GY PARANÁ	1972	486.137	100	4.756	INCRA/PIN
PAULO A. RIBEIRO	1973	293.580	100	3.094	INCRA/PIN
P. ADOLPHO ROHL	1975	407.219	100	3.786	INCRA/PIN
PAD MARECHAL DUTRA	1975	494.661	100	4.672	INCRA/PIN
BURAREIRO	1975	304.925	100/250	1.555	INCRA/PIN
PAR BR-364	1980	921.487	50	12.213	INCRA
GLEBA G	1982	33.944	50	1.200	INCRA
GLEBA JACUNDÁ	1982	620.880	50	2.587	INCRA
PA URUPÁ I	1981	75.460	30	1.246	POLONOROESTE
MACHADINHO	1982	382.940	40	2.934	POLONOROESTE
BOM PRINCÍPIO	1983	190.000	65	1.435	FINSOC/INCRA
CUJUBIM	1984	39.439	40	504	POLONOROESTE
TOTAL		4.832.567		45.782	

Fonte: Millikan, (1988:82); Dal Maso, (1990:36).

Obs: 1. Áreas dadas em ha.

2. PIC - Projeto Integrado de Colonização.

PAR - Projeto de Assentamento Rápido.

3. FINSOC - FINSOCIAL.

PAD - Projeto de Assentamento Dirigido.

PA - Projeto de Assentamento.

A conclusão, em 1985, da estrada (de terra) entre Presidente Médici (BR-364) e Costa Marques (Vale do Guaporé), veio agravar ainda mais a situação. A BR-429 cruzou uma região de solos fracos e entrecortada por territórios de povos indígenas, e áreas previamente estabelecidas como de preservação ambiental. Uma série de conflitos e invasões ocorreu nessas áreas.

Segundo o Censo Agropecuário de 1985, nesse ano havia 80.615 estabelecimentos, ocupando uma área de 6,032 milhões de ha. Apesar de ter ocorrido uma desconcentração fundiária em Rondônia, a partir da instalação dos projetos de colonização, os grandes estabelecimentos ainda retêm grande estoque de terras.

No período 1970-1985, os estabelecimentos menores de 100 ha ampliaram, quanto ao número, sua participação em 70,5%; quanto à área, cresceram 512,3%, ocupando, no final do período, uma área de 2,105 milhões de ha, correspondente a 34,9% do total.

Os estabelecimentos de 100-999 ha, mesmo reduzindo sua participação nos quinze anos, em termos de área e número, ainda representavam, em 1985, 19,1% em termos do número, e 35,4% da área ocupada. A mesma tendência verificou-se com os estabelecimentos de 1.000 ha ou mais que, em meados da década de oitenta, representavam 0,6% do total de estabelecimentos e 29,7% da área explorada (IBGE, 1990b:2-3).

Apesar da interrupção do POLONOROESTE, a ocupação de Rondônia continuou seu curso. Suspensa a colonização de novas áreas, outras formas de assentamento foram criadas. A mais expressiva constituiu-se dos projetos de reforma agrária, atrelados ao PNRA da Nova República, iniciados em 1985.

A mesma incapacidade de fazer frente às demandas crescentes e os limites administrativos e institucionais verificados anteriormente persistiram. Se, por um lado, a queda no afluxo de novos migrantes, com destino a Rondônia, arrefeceu novas demandas, por outro, as demandas não respondidas, até então, engendraram outras. Ao lado disso, a extinção, incorporação ou desmembramento de órgãos

federais, sem a concomitante estruturação administrativa, ocorrida na segunda metade dos anos oitenta, ampliaram o imobilismo do Estado.

Em Rondônia, o plano regional do PNRA iniciou-se em 1986, mas a distribuição de lotes foi bastante retardada. Em 1990, havia 22 projetos e 5.786 famílias assentadas, prevendo-se a entrega de outros 2.081 lotes. A Tabela 1.2 apresenta um quadro geral com a situação desses projetos até 1989.

TABELA 1.2 - PROJETOS DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA EM RONDÔNIA (PNRA) 1986 A 1989.

PROJETO DE ASSENTAMENTO	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA TOTAL	FAMÍLIAS ASSENTADAS	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)
SÃO FELIPE	1986	19.100	461	PIMENTA BUENO
VITÓRIA DA UNIÃO	1986	21.027	520	COLORADO D'OESTE
VALE DO JAMARI	1986	12.000	717	PORTO VELHO
D'JARU-JARU	1986	21.000	593	JARU
RIO P. DO CANDEIAS	1986	33.000	522	PORTO VELHO
PYRINEUS	1987	5.261	172	JI-PARANÁ
ZEFERINO	1987	7.545	344	ROLIM MOURA/P.MÉDICI
TANCREDO NEVES	1987	33.000	1.219	OURO PRETO/P. MÉDICI/ JI-PARANÁ
ITAPIREMA	1987	6.345	249	JI-PARANÁ
JATUARANA	1988	41.530	157	ARIQUEMES/JARU
VERDE SERINGAL I-II	1988	14.900	255	VILHENA
MARCOS FREIRE	1988	11.052	294	PIMENTA BUENO
BURITI	1988	25.000	283	ARIQUEMES/PORTO VELHO
CAIGARINHA	1986	401	16 *	JARU
VÁRZEA ALEGRE	1989	7.855	240 *	CABIXI
CACHOEIRA	1989	9.160	275 *	PIMENTA BUENO
EMBURANA	1989	2.881	86 *	ESPIGÃO D'OESTE
RIBEIRÃO GRANDE	1989	7.952	190 *	ESPIGÃO D'OESTE / PI- MENTA BUENO/JARU
NOVA FLORESTA	1989	4.500	92 *	JARU
COLINA VERDE	1989	24.400	432 *	JARU
MASSANGANA	1988	30.000	750 *	JARU/ARIQUEMES
TOTAL		337.909	7.867	

Fonte: Millikan, (1988:89) Dal Maso, (1990:36) e dados diversos SEPLAN-RO (mimeo).

Obs: 1. Áreas dadas em ha.

\* Capacidade de assentamento e/ou famílias a assentar.

Na segunda metade da década de oitenta, a ocupação de Rondônia apresentava um quadro crítico; eram crescentes as pressões, em diversas esferas, por mudanças e a adoção de diretrizes que abarcassem a questão ambiental. Isso levou à canalização dos recursos do POLONOROESTE para a institucionalização de órgãos voltados para a questão ambiental - SEMARO, IEF, ITR e Polícia Militar

Florestal - e a formalização da primeira versão do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia - Decreto nº 3.782, de 14 de junho de 1988.

Neste decreto, a política de ordenamento ambiental estabelecia como postulados básicos:

*"1) Preservação dos ecossistemas frágeis; 2) Uso em bases conservacionistas dos recursos naturais visando maximizar a sustentabilidade dos sistemas rentáveis de produção; 3) Integração nacional da região, sob o ponto de vista sócio-econômico-ecológico; 4) Manutenção da integridade territorial das áreas indígenas, protegendo as comunidades, seus usos e costumes, dos efeitos exógenos; 5) Proteção às comunidades tradicionais, seringueiros e ribeirinhos; 6) Segurança Nacional"* (Rondônia, 1990:38-9).

Foram definidas seis grandes zonas, em função de suas potencialidades naturais, uso verificado, estrutura fundiária e seus aspectos sócio-econômicos e culturais. Se, por um lado, o zoneamento foi criado para direcionar e disciplinar os investimentos, por outro, o PLANAFLORO foi concebido para materializar as diretrizes do zoneamento. Cinco componentes integram o PLANAFLORO: 1) Manejo de recursos naturais (conservação e proteção ambiental, produção florestal e produção agro-silvo-pastoril); 2) Ação fundiária (demarcação e regularização); 3) Infra-estrutura viária (estradas e navegação fluvial); 4) Serviços de apoio social (educação, saúde e abastecimento de água) e 5) Administração, monitoria e avaliação.

Em termos dos custos e fontes de financiamento, a primeira etapa do PLANAFLORO (3 anos) foi orçada em US\$ 229 milhões, sendo previstos os seguintes recursos: 72% recursos externos - BIRD; 14% verbas extra-orçamentárias do governo estadual e os 14% restantes, provenientes do orçamento da União.

## **CAPÍTULO 2 - PROJETO MACHADINHO : CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Neste capítulo apresenta-se uma caracterização geral do Projeto de Assentamento Machadinho - área de colonização oficial sob a responsabilidade do INCRA - onde foi desenvolvida a pesquisa de campo e que deu origem ao município de Machadinho d'Oeste.

Machadinho d'Oeste (criado em 11 de maio de 1988) localiza-se na parte nordeste de Rondônia, entre os municípios de Ariquemes e Jaru. Ocupa uma área de 12.962 km<sup>2</sup>, entre as coordenadas geográficas 8° e 10° de latitude S. e 61° e 63° de longitude W.Gr. (Mapa 2.1). A sede do município, ex-núcleo urbano principal, dista aproximadamente 150 km, em estrada de terra, da BR-364 e 400 km de Porto Velho, capital do estado (Rondônia, SEPLAN-CEP-DEL, 1991:20). Os dados preliminares do Censo Demográfico de 1991, apontam uma população de 16.720 indivíduos no município de Machadinho d'Oeste (IBGE, 1992a:41).

Apesar da área ocupada pelo Projeto Machadinho ser, no conjunto, considerada virgem e de acesso extremamente difícil, até a abertura das estradas pelo INCRA, em alguns locais há registros de ocupação de aproximadamente 50 anos atrás. São antigos núcleos seringalistas concentrados, na maioria,

às margens do Rio Machadinho (Brasil, MIRAD-INCRA & SEPLAN-Projeto RADAMBRASIL, 1985:12).

No plano original, o Projeto Machadinho cobria uma área de aproximadamente 592.000 ha, dividida em sete glebas, somando um total de 5.520 lotes, com área média em torno de 40 ha. Em meados de 1984 foram entregues os lotes da primeira etapa - Machadinho I, glebas 1 e 2 com 1.742 lotes. No ano seguinte deu-se início à segunda fase, com a entrega dos 1.192 lotes das glebas 3 e 6. Os 2.934 lotes dessas quatro glebas ocupam, incluídas as reservas florestais, 209.000 ha.

Posteriormente o projeto foi revisto e a área de assentamento, incluindo lotes, reservas florestais, núcleos urbanos e rede de estradas, reduzida para seis glebas, totalizando 382.940 ha. A demarcação das duas glebas restantes foi suspensa, com o cancelamento do programa de colonização de novas áreas.

O Mapa 2.1 localiza o município de Machadinho d'Oeste no Estado de Rondônia e o Projeto Machadinho (quatro glebas entregues) no município. A divisão por glebas é apresentada no Mapa 3.1 - Projeto de Assentamento Machadinho.

## 2.1 MACROAMBIENTE<sup>24</sup>

O relevo possui aspectos variados, distinguindo-se duas unidades com características de relevo marcadamente diferentes. A primeira é constituída pelo Planalto Dissecado Sul da Amazônia, que se

---

24

As informações sobre relevo, vegetação e clima foram extraídas de Wittern, 1982:7-29; as referentes ao inventário florestal de Brasil, MIRAD-INCRA & SEPLAN - Projeto RADAMBRASIL, 1985; e as de solo de Fearnside, 1989:48-58; Wittern, 1982 e Brasil, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários-INCRA & Ministério das Minas e Energia-Projeto RADAMBRASIL, 1984).

caracteriza pelo relevo bastante fragmentado, de características geomorfológicas semelhantes, predominância de relevo dissecado em cristas e numerosas serras.

A segunda é a Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional, que apresenta altimetria em torno de 100 a 200 metros e se caracteriza por constituir uma superfície rebaixada e entalhada por drenagem incipiente. Em meio à área dissecada, sobressaem alguns conjuntos de relevo residual, com altimetria mais elevada e com características bem diferenciadas.

Quanto à vegetação, são distinguidos fisionomicamente dois tipos: floresta equatorial subperenifólia e floresta equatorial de várzea. A primeira é uma vegetação arbórea heterogênea, não muito adensada, de porte elevado, cujo estrato superior pode atingir até 50 metros e cujo estrato médio varia de 20-35 m.

A floresta equatorial de várzea possui formações arbóreo-arbustivas, higrófilas, densas, de porte médio e na maioria perenifólias. Ocorre em faixas de largura variável ao longo do Rio Machadinho - tributário do Ji-Paraná - que corta o projeto de colonização, e em alguns igarapés de maior porte.<sup>25</sup>

No inventário florestal realizado nas glebas 1 e 6 os dados do potencial volumétrico "*mostram que se a região não é caracterizada por uma floresta exuberante, também não apresenta evidências de uma área sem nenhum valor do ponto de vista do estoque madeireiro existente*".

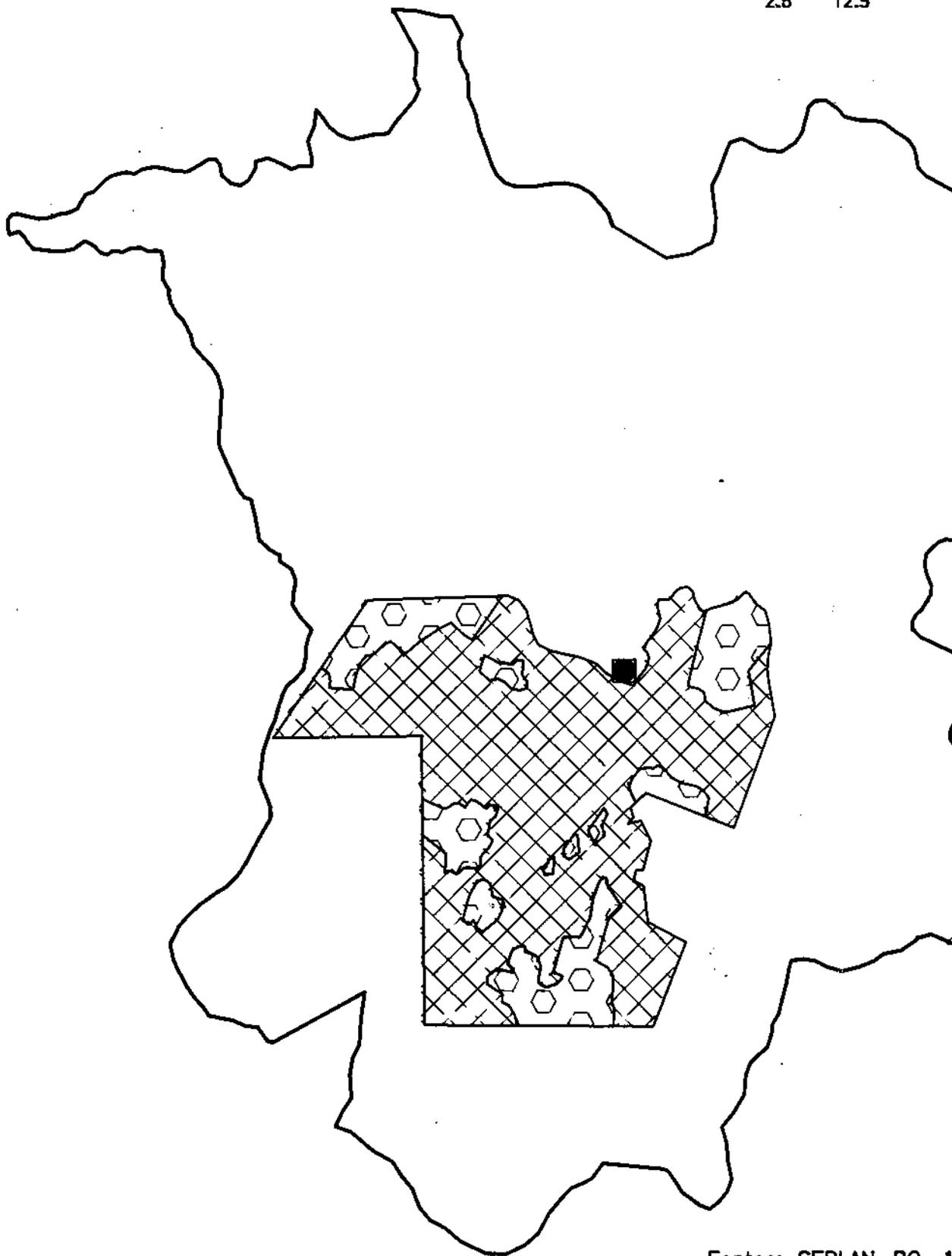
*"Na gleba 1, aproximadamente 40% das espécies identificadas têm uma ocorrência rara ou ocasional, aparecendo somente em cerca de 1 a 10% das amostras efetuadas. No outro extremo, com grande dispersão na área inventariada, de 70 a 80% das amostras, aparecem apenas 3% das espécies identificadas, dentre as quais algumas de grande valor comercial"* (Brasil, MIRAD-INCRA & SEPLAN - Projeto RADAMBRASIL, 1985:21 e 24).

---

25

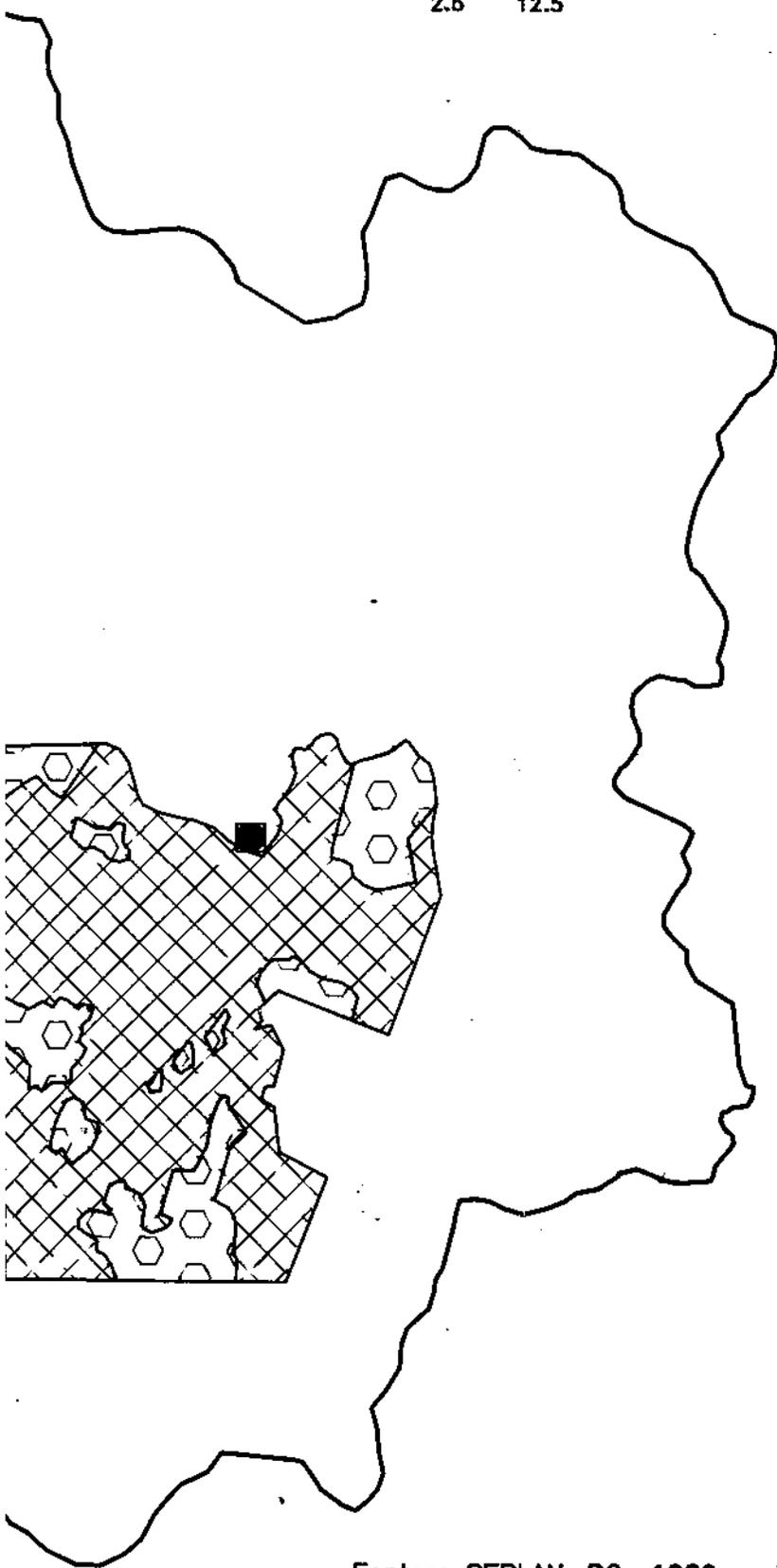
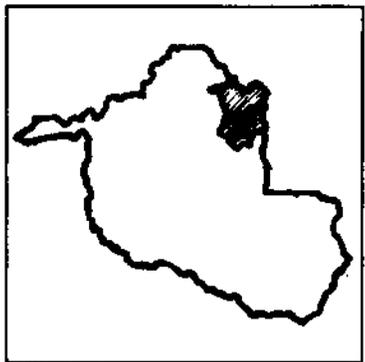
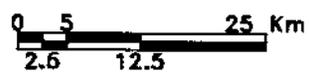
Para uma melhor caracterização fisionômico-ecológica da vegetação do Projeto Machadinho, confira Brasil, MIRAD-INCRA & SEPLAN-Projeto RADAMBRASIL, 1985:8-17).

MAPA 2.1 - MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE E PROJETO MACHADINHO



Fontes: SEPLAN-RO, 1  
MIRAD-INCRA/

**ADINHO D'OESTE E PROJETO MACHADINHO**



■ - Sede do Município

Fontes: SEPLAN-RO, 1989 - MAPA DO ESTADO DE RONDÔNIA,  
MIRAD-INCRA/RO, 1986 - MAPA DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DE RONDÔNIA

Em termos do total de volume bruto por unidade de área, 40% correspondem a madeiras de interesse comercial nos mercados externo e interno (54,48 m<sup>3</sup>/ha). Os 60% restantes estão divididos entre as madeiras de interesse no mercado regional (28%) e as atualmente sem cotação comercial (32%).

O clima,<sup>26</sup> segundo a classificação de Köppen, é do tipo Am - quente e úmido, apresentando precipitação elevada, cujo total anual compensa a ocorrência de uma estação seca nítida. Os balanços hídricos, segundo o método de Thornthwaite & Mather, mostram que os "déficits" hídricos ocorrem nos meses de julho, agosto e setembro, época em que se verificam as temperaturas médias mais elevadas. Ao longo do ano, a temperatura média é de 25°C chegando a temperatura média das máximas a 32°C e a média das mínimas a 17°C. Observa-se, na região, o fenômeno da "friagem" - queda de temperatura brusca e de curta duração - atingindo às vezes temperaturas abaixo de 10°C.

A precipitação pluviométrica anual está acima de 2.000 mm, com uma concentração nos meses de dezembro a março, com média mensal superior a 270 mm, enquanto as menores incidem nos meses de junho, julho e agosto, com média mensal inferior a 40 mm. A umidade relativa do ar média é superior a 80%.

Fearnside (1989), trabalhando com os mapas de solo - escala 1:500.000 do Estado de Rondônia, elaborados pela EMBRAPA - mostrou que da área total do projeto Machadinho entregue até 1986 (glebas 1, 2, 3 e 6, incluindo as reservas florestais em bloco), apenas 7,15% correspondem a solos bons para a agricultura, com insumos baixos ou médios; solos bons para a agricultura somente com insumos altos somam 57,79% e solos regulares para a agricultura, com um ou mais níveis de insumo (baixos, médios ou altos), perfazem 7,36%. As terras são "manchadas", ocorrendo com frequência a associação com solos mais pobres.

---

<sup>26</sup> Na ausência de dados meteorológicos locais, foram utilizados os das estações de Porto Velho e Ouro Preto d'Oeste (Wittern, 1982:13).

Estes dados de aptidão, que não são animadores, devem ser tomados com cautela. Como anotou Fearnside, "*ao interpretar a classificação de solos da EMBRAPA, deve-se lembrar que alguns dos usos de terra sugeridos são superotimistas em vista dos resultados agrícolas obtidos na Amazônia nos anos recentes*" (Fearnside, 1989:53).

## 2.2 INFRA-ESTRUTURA E A "CIDADE DE FUTURO"

Machadinho possui uma infra-estrutura e rede de serviços bem superiores às dos demais projetos de colonização de Rondônia. Com um traçado mais adaptado ao meio ambiente, a divisão dos lotes leva em conta o relevo e cursos d'água, em geral localizados nos fundos dos lotes. As reservas florestais foram agrupadas em blocos em áreas inadequadas à agricultura. Uma malha viária de boa qualidade, estruturada em linhas primárias, secundárias e terciárias, atinge todos os lotes, possibilitando o tráfego durante o ano todo.<sup>27</sup>

A rede urbana de Machadinho foi concebida dentro do modelo dos NUARs - núcleos urbanos de apoio rural. Subordinados ao núcleo urbano principal, foram projetados para as quatro glebas entregues (glebas 1, 2, 3 e 6), 27 núcleos secundários e 75 núcleos de vizinhança.

No núcleo urbano central, iniciado em 1985, ruas foram abertas e instaladas as redes de água e energia elétrica em sua parte central. Em meados de 1986, cerca de 15 agências de órgãos públicos das esferas federal e estadual já possuíam pessoal residente no núcleo. Entre elas, cabe mencionar as das áreas fundiária (INCRA), pesquisa agrônômica e assistência técnica (EMBRAPA, EMATER,

---

<sup>27</sup> Linha é a designação dada às estradas internas de um projeto de colonização. Em Machadinho, a malha viária é estruturada em linhas coletoras - MCs - (estradas principais), alimentadoras - MAs - (linhas secundárias) e de penetração - MPs - (linhas terciárias).

SUDHEVEA e SEAGRI-RO), armazenamento (CIBRAZEM) e as Secretarias de Estado do Planejamento, Saúde, Educação e Assistência Social.

O núcleo urbano, com poucos meses, passou a exercer uma atração significativa sobre a população migrante do estado. Extrapolando a noção de apoio rural, adquiriu muito mais uma dimensão de cidade emergente interiorizada em relação à BR-364, polarizando funções urbanas complementares à rede urbana regional.

Rapidamente se instalaram indústrias, a maioria composta de serrarias (duas com serra de fita) e, as demais, beneficiadoras de cereais. Em termos do comércio, a quase totalidade dos estabelecimentos era do ramo varejista, sendo mais da metade ligada ao setor de gêneros alimentícios; era expressivo o número de farmácias - onze em meados de 1986; o setor de serviços, pequeno, com alguns restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, um cinema e outros de menor expressão; a primeira agência bancária foi instalada em 1987.

A efervescência fortaleceu a imagem de cidade de futuro, encobrendo momentaneamente a precariedade de uma localidade nova. A euforia levou à ocupação precária e bastante dispersa do núcleo. O caráter acentuadamente especulativo da ocupação logo aflorou. Mas, a inexistência de uma auto-sustentação do processo só se configurou, plenamente, com pouco mais de dois anos após a fundação do núcleo urbano. Nessa época evidenciou-se que a cidade emergente não podia dar conta das demandas criadas e das que seu próprio crescimento veio engendrando.

A população, em grande parte com passagem por centros de médio e grande porte, defrontou-se com a impossibilidade que o urbano acabado se materializasse a um só tempo, num espaço até há pouco virgem e desabitado.

Estima-se que, em julho de 1986, havia 2.880 pessoas residindo no núcleo urbano e outras 4.500 nos lotes, das quais 3.370 nas glebas 1 e 2, entregues em 1984 (Sawyer & Sawyer, 1987:8).

O principal acesso e meio de transporte é o rodoviário. Em 1986 havia, em média, catorze ônibus diários entre Machadinho e as cidades mais próximas (Jaru e Ariquemes).

As comunicações de Machadinho com outras áreas eram limitadas. Havia apenas três rádios funcionando, sendo dois deles de particulares, e uma agência de correio. No final de 1986, foi construído um prédio da TELERON para abrigar um posto telefônico e uma central para linhas residenciais e comerciais. Apesar das linhas terem sido vendidas, em 1987 só o posto de serviço estava funcionando e assim mesmo de forma precária. As imagens de televisão eram captadas via antena parabólica instalada pelo governo do estado.

Contrariamente ao verificado no núcleo urbano, a rede de núcleos secundários e de vizinhança da área rural não foi implantada. Os núcleos secundários, projetados para atenderem cerca de 450 famílias, num raio de 10 km, através de escola rural, posto de saúde, comércio e prestação de serviço local, ficaram praticamente restritos às edificações das escolas e a alguns postos de saúde. Até meados de 1987, nenhum deles estava em completo funcionamento e somente oito estavam de alguma forma iniciados.

### **2.3 SAÚDE E EDUCAÇÃO: UM QUADRO DE PRECARIIDADES**

Apesar de Machadinho, comparativamente, possuir uma melhor infra-estrutura que os demais projetos de colonização de Rondônia, nas áreas de saúde e educação, a situação era precária.

Em termos da saúde pública, o quadro era crítico. Nos primeiros anos de sua ocupação, Machadinho ficou popularmente conhecido como a capital da malária, contribuindo em grande medida para o incremento da doença no município de Ariquemes.

Em 1985, Machadinho foi responsável por 30,7% dos casos de malária notificados em Ariquemes, 7,0% em Rondônia e 2,9% no Brasil. Foi também responsável por muitos dos casos exportados para o sul do país. No período 1985-86, a prevalência média da malária em Machadinho foi de 3.360 pessoas-mês com a doença por mil habitantes por ano (Sawyer & Sawyer, 1987:9 e 65).

Ao lado da malária, havia em Machadinho casos notificados de tuberculose, hanseníase e leishmaniose. Capixabas vindos de regiões com esquistossomose eram uma preocupação, devido ao pequeno número de fossas nos lotes e mesmo no núcleo urbano.

O controle e tratamento da malária estava a cargo da SUCAM, que iniciou seu trabalho na área em 1984.<sup>28</sup> Além do posto de atendimento da SUCAM equipado com laboratório, no núcleo urbano havia um laboratório volante que percorria os pontos prioritários, vários postos de notificação (sob a responsabilidade de voluntários), espalhados pela área rural coletando lâminas e entregando resultados e medicamentos. O volume de trabalho e a área a ser coberta estavam acima da capacidade de trabalho da equipe local; as longas filas no posto de atendimento do núcleo urbano eram uma constante. Ao lado da ação medicamentosa, a principal, havia as de combate ao vetor (borrifração das casas) e a educativa.

Em fins de 1985, com o crescimento da prevalência da malária e procurando contrapor-se aos dois pequenos hospitais particulares, foi implantada a Unidade de Acompanhamento de Malária pela SESAU-RO. Com três médicos trabalhando em sistema de rodízio e uma enfermeira, eram atendidos os casos mais graves com necessidade de internação. Os poucos recursos permitiam apenas resolver uns poucos casos e aliviar muitos. A unidade de acompanhamento possuía 12 leitos, quase sempre insuficientes.

---

28

Até julho de 1986 a SUCAM ocupou parte do prédio do posto de saúde da SESAU-RO do núcleo urbano, quando então se transferiu para um prédio com paredes de tábuas, construído com material, em grande parte, doado pelas serrarias e comerciantes locais.

Ainda na área de saúde, havia um posto que contava com três funcionários: um enfermeiro, uma agente de saúde e um visitador sanitário. Por não haver um médico, a rotina ambulatorial restringia-se ao atendimento de casos mais simples, tais como pequenas suturas, diagnóstico preliminar para encaminhamento, vacinação, pré-natal e curativos. A cada dois meses eram realizadas campanhas de vacinação infantil, cobrindo o núcleo urbano, os lotes da área rural e os seringais vizinhos.

O enfermeiro dava assistência a outros quatro postos de saúde da área rural. Cada um desses postos tinha uma funcionária treinada pelo próprio enfermeiro, fazendo mais o trabalho de visitador sanitário. A princípio, esses postos deveriam cobrir uma área num raio de 7 a 10 km mas, dado o pequeno número deles, havia alguns que estendiam sua ação até 30 km.

Em 1986, havia apenas uma viatura à disposição dos funcionários da área de saúde, o que, segundo o enfermeiro, inviabilizava a execução de qualquer trabalho mais sério. Nas épocas de derrubada sua utilização era mais intensa. Em muitas semanas a viatura era utilizada como ambulância ou carro fúnebre.<sup>29</sup> Além disso, muitas vezes era deslocada para atender outros órgãos do governo.

Em meados de 1987, entrou em funcionamento a Unidade Mista de Saúde com 36 leitos, consultórios médicos, gabinete odontológico, berçário, setor de emergências, sala de parto, duas salas de cirurgia, além de farmácia, cozinha, lavanderia, etc. Apesar da previsão de contratação de um amplo quadro funcional - 8 médicos, dentista, 2 enfermeiras, 33 auxiliares de enfermagem, somado a outros técnicos e demais funcionários - a falta de verbas, as precárias condições de trabalho e os baixos salários, implicavam num atendimento irregular e limitado e na rotatividade de pessoal.

Se, por um lado, a situação dos órgãos de saúde pública era sofrível, por outro, as farmácias, todas em mãos da iniciativa privada, progrediam. Em julho de 1986 havia 11 farmácias no núcleo urbano. Muito poucas possuíam farmacêuticos diplomados, sendo em geral geridas por pessoas com algum conhecimento e experiência anterior no ramo. Apesar da região ser bastante pobre e o número de

---

<sup>29</sup> O cemitério de Machadinho só foi aberto em 1987. Até então os corpos eram encaminhados para Jaru ou Ariquemes.

estabelecimentos ser excessivo para uma localidade tão pequena, os proprietários afirmavam ter um bom movimento.

Falando da sua rotina de trabalho, um proprietário assim se referia: *"...faço todo tipo de serviço, desde que inclua a venda de um remédio. Procuo fazer tudo para agradar o cliente. Se aparece alguém à noite, já tarde, não importo em atender. A pessoa sendo bem atendida volta sempre....eu não posso fazer luxo; esses serviços é que dão mais quando a gente está começando"*.

Outro proprietário, indagado sobre o volume de vendas, medicamentos mais procurados e assuntos correlatos, foi enfático:

*"o que mais se vende é remédio para a malária ou fortificante para recompor a saúde depois de uma malária. Agora, os tipos e quantidades não revelo. Se disser, o pessoal do governo fica sabendo, melhora o atendimento e eu vou perder muita freguesia"*.

Na área de educação, as carências eram grandes e os recursos limitados. Em 1986 havia no núcleo urbano uma escola de primeiro grau, com quase 500 alunos matriculados. No ano seguinte, o número de matriculados saltou para mais de 800 e, como só havia quatro salas de aula, ampliou-se o número de turnos para quatro. Mesmo assim, deixou-se de atender cerca de 150 crianças em idade escolar.

Em meados de 1987, estava em construção uma nova escola com 10 salas de aula, um pequeno laboratório e quadra poliesportiva. A expectativa é que cobrisse a demanda crescente das últimas séries do primeiro grau e, futuramente, fosse implantado o segundo grau. De acordo com a diretora, dificilmente haveria alocação de novos professores em número suficiente para aliviar a sobrecarga existente e atender a demanda prevista.

Na área rural, quase 40 escolas unidocentes (1ª a 4ª série) foram construídas, mas somente 16 estavam em atividade em 1986. Falta de professores, poços secos e falta de móveis, equipamentos para a cozinha (merenda), eram as principais causas do não funcionamento. Em 1986 pouco mais de 250

alunos, de 7 a 14 anos, matricularam-se nas escolas rurais, mas a evasão alcançou 35% (na área urbana foi de 33%).

No ano seguinte, o número de matriculados subiu a mais de 400 em 25 escolas, sendo que nove funcionavam em dois turnos. Em algumas escolas os pais dos alunos construíram carteiras e bancos, e duas escolas foram montadas em prédios cedidos.

## 2.4 ÁREA AGRÍCOLA E APOIO AO PRODUTOR

No projeto inicial, previa-se que o Projeto Machadinho integraria o Programa PROBOR III - regularização e ampliação do mercado produtor de borracha. Três subprogramas do PROBOR III seriam desenvolvidos em Machadinho: formação de seringais de cultivo, formação de viveiros, instalação de mini-usinas e usinas de beneficiamento. A seringueira seria a cultura principal (95%), cabendo ao cacau os 5% restantes. Além dessas culturas permanentes, seriam plantadas lavouras temporárias (arroz, feijão, milho e mandioca).

Contrariando os planos iniciais, o café tornou-se a cultura predominante, vindo bem abaixo seringa, cacau e guaraná.<sup>30</sup> Como a CEPLAC não aprovou as terras e devido ao alastramento da doença vassoura de bruxa, em Rondônia, o plantio de cacau foi desestimulado.

Como já mencionado, estavam presentes em Machadinho, na área de pesquisa agrônômica, a EMBRAPA e, nas de assistência técnica e fomento, a EMATER, SUDHEVEA e SEAGRI-RO.

Em 1986, o campo experimental da EMBRAPA - 240 ha de área, dos quais 14 ha cultivados - estava sendo implantado e as pesquisas voltavam-se para a criação de um módulo referencial para o pequeno produtor. Havia plantios de culturas perenes consorciadas, formação de pomar de frutas

---

<sup>30</sup>

Cf. no Capítulo 5, item 5.6 UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO - A Exploração Agrícola.

tropicais, plantios de cana-de-açúcar e diferentes tipos de pastagem. Era prevista a introdução e o manejo de caprinos, ovinos e bubalinos.

A SUDHEVEA iniciou suas atividades no começo de 1986, montando um viveiro para 440.000 mudas, para futura distribuição entre os parceleiros. As mudas e insumos entregues seriam pagos com a borracha produzida. Havia a previsão de plantio de um seringal demonstrativo, em 5 ha, e a construção de uma mini-usina (demonstrativo), com capacidade para 14.000 l. Com a extinção da SUDHEVEA, a SEAGRI-RO assumiu o viveiro.

Apesar de voltada para o fomento em diversas áreas, a SEAGRI-RO iniciou suas atividades em Machadinho com a safra de cereais (arroz e milho) - 1985/86. Coube-lhe a classificação dos cereais para posterior compra pelo posto volante da CFP-CIBRAZEM. O atraso na chegada dos funcionários da CFP e da CIBRAZEM permitiu o livre trânsito dos intermediários. Foram adquiridas 618 mil toneladas de arroz, cerca de 50% da produção comercializada.

As condições de trabalho eram muito precárias. A área central do Centro Técnico Administrativo foi transformada em local de armazenagem, e os poucos funcionários revezavam-se entre as atividades administrativas, classificação e vigilância. Como a área de armazenamento era pequena, frequentemente os parceleiros retornavam para os lotes com o arroz, esperando que na próxima vez houvesse espaço. Até o final de 1987, não havia sido construído o armazém.

Os trabalhos de classificação foram executados sempre à noite, por dependerem de energia elétrica.<sup>31</sup> Trabalhos complementares, que não exigiam energia, extendiam-se madrugada adentro. Por não haver secador, muito arroz foi recusado, apesar da boa granulometria. Já que Machadinho não possuía agência bancária, os pagamentos eram feitos em Ariquemes e Jaru, representando gastos adicionais para os produtores.

31

Em 1986, a energia elétrica só servia à parte central do núcleo urbano de Machadinho e entre 19 e 22 horas. A SEAGRI-RO não possuía gerador próprio.

A EMATER, órgão responsável pela extensão rural, instalou-se em Machadinho em 1985, sendo o mais estruturado dos da área agrícola. Contava com uma equipe de mais de 10 pessoas, entre elas agrônomos, técnicos agrícolas e funcionários administrativos. Possuía a melhor frota de veículos, sendo que todos os extensionistas tinham motos novas e apropriadas para as condições locais.<sup>32</sup>

Apesar da atuação da EMATER abranger todo o projeto, em 1986, dava assistência mais de perto, a pouco menos de 300 produtores das glebas 1 e 2. Estavam sob sua responsabilidade 12 viveiros comunitários, a maioria de guaraná e alguns poucos com mudas de coco, café e cupuaçu. No final deste mesmo ano, numa atividade conjunta com a SEAGRI-RO, estavam sendo implantados em lotes selecionados pomares com 24 diferentes árvores de frutas tropicais. O modelo seguia experimento do INPA, já adotado em outros estados da região.

Apesar de prevista a concessão de crédito agrícola, no período de 1985 a 1987 não havia nenhum programa de crédito nos moldes tradicionais. A EMATER e a SEAGRI-RO tinham programas distintos, mas ambos inspirados no sistema de adiantamento de insumos e o seu pagamento posterior em espécie. Desta forma, foram distribuídas principalmente sementes de arroz, milho e feijão, e sacolinhas para mudas de café. Outros insumos, tais como agrotóxicos, fertilizantes e equipamentos (bombas de borrifação), foram distribuídos inicialmente, mas em número muito reduzido.

Concluindo, foi mostrado que o Projeto de Assentamento Machadinho, concebido como projeto modelo, apresenta grandes avanços em relação aos assentamentos oficiais anteriores. A tradicional grade quadriculada foi substituída por lotes de tamanho variável e em consonância com os acidentes geográficos, as reservas florestais foram agrupadas em blocos em áreas não apropriadas à agricultura e a infra-estrutura, principalmente de estradas, era de boa qualidade.

---

32

Esta situação contrasta com a vivida pela SUCAM em 1985 que possuía apenas uma moto velha e inadequada para estradas de terra. Somente no ano seguinte a SUCAM recebeu motos novas e apropriadas, mas em menor número que o dos guardas alocados para a área rural.

O processo de ocupação, já a partir de 1985, tumultuou-se, fugindo do controle do INCRA. A pressão crescente de migrantes recém-chegados, aliada à desistência de parte dos colonos assentados, levou a uma situação de franca especulação imobiliária e invasões a lotes e datas.<sup>33</sup> Este quadro foi, até certo ponto, sancionado pelo próprio INCRA; a violência não atingiu maiores proporções, pois havia ainda sobras de lotes e datas, possibilitando equacionar as situações mais tensas.

O boom que se verificou, principalmente na área urbana, representou uma sobrecarga ainda maior nos serviços de apoio e assistência prestados pelos diversos órgãos. As já precárias condições de atendimento foram ainda mais rebaixadas, verificando-se, em todas as áreas, um subdimensionamento das instalações e a falta de pessoal, equipamentos e materiais essenciais. O tráfego e a sobrecarga de caminhões pesados (serrarias), levou à deterioração muito rápida das estradas e pontes.

Um dos elementos que mais chama a atenção, em Machadinho, é o descompasso entre os investimentos, as atuações institucionais e as condições locais. O fato de Machadinho fazer parte do Programa de Colonização de Novas Áreas (POLONOROESTE), permitiu investimentos volumosos em vários campos. No entanto, a complexidade de certas instalações e sua inadequação ao contexto sócio-ambiental, chegaram a agredir e comprometeram a médio prazo a manutenção de serviços. Muitos equipamentos foram instalados ou serviços criados, sem a garantia dos recursos para a sua manutenção. Aliado a isto, a sobreposição de programas de diferentes órgãos, a disparidade entre eles em termos dos orçamentos, condições de trabalho e remuneração de pessoal, impediam qualquer atuação mais consistente na linha de um trabalho simultâneo e interinstitucional, como pensado na proposta inicial do Projeto de Assentamento Machadinho.

---

<sup>33</sup> Data é a designação dada em Rondônia aos lotes urbanos.

### CAPÍTULO 3 - ÁREA DE PESQUISA E FONTES DE DADOS

Neste capítulo delimita-se a área onde se realizou o levantamento de campo, bem como apresentam-se as duas principais fontes de dados primários. Discutem-se, por fim, a metodologia de cada pesquisa e o tratamento geral dos dados.

A área de pesquisa é a parte rural das glebas 1 e 2 do Projeto Machadinho. Ao todo, são 1.742 lotes que cobrem mais de 81.000 ha, representando 68,04% da área total abrangida por estas duas glebas. Os 31,06% restantes correspondem a onze reservas florestais, nove núcleos urbanos secundários e ao núcleo urbano principal. A Tabela 3.1 discrimina a divisão interna de cada uma das glebas e o Mapa 3.1 mostrado adiante (item 3.3), localiza a área de pesquisa (glebas 1 e 2) no município de Machadinho d'Oeste.

Os dados primários coletados na área de pesquisa provêm basicamente de duas fontes. A primeira é a pesquisa *Malária na Fronteira Amazônica: Aspectos Econômicos e Sociais de Transmissão e Controle (1985-87)* e, a segunda, a investigação *Família, Fecundidade e as Estratégias de Assentamento em Rondônia: um estudo de caso (1986)*. O autor desta dissertação trabalhou em todos os levantamentos

de dados da primeira pesquisa e foi o responsável pela segunda, tendo residido em Machadinho de março a novembro de 1986.

TABELA 3.1 - PROJETO MACHADINHO, GLEBAS 1 E 2 SEGUNDO A DISCRIMINAÇÃO DE ÁREAS

GLEBAS	LOTES			RESERVAS FLORESTAIS			NÚCLEOS URBANOS			TOTAL	
	N	ÁREA - ha	%	N	ÁREA - ha	%	N	ÁREA - ha	%	ÁREA - ha	%
1	602	27.457,295	23,00	4	20.395,545	17,08	5	457,899	0,38	48.310,739	40,46
2	1.140	53.777,053	45,04	7	14.769,192	12,37	5	2.543,300	2,13 *	71.089,545	59,54
TOTAL	1.742	81.234,348	68,04	11	35.164,737	29,45	10	3.001,199	2,51	119.400,284	100,00

FONTE: MIRAD - INCRA/RO Mapa Parcelamento Geral do P.A. Machadinho.

Obs: \* Inclui o núcleo urbano principal (2.035,248 ha) e o aeroporto (59,274 ha).

### 3.1 MALÁRIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

A proposta original da pesquisa *Malária na Fronteira Amazônica* foi conduzida por pesquisadores do CEDEPLAR-UFMG, sob a coordenação dos professores Donald Sawyer e Diana Oya Sawyer. Previa um estudo longitudinal de quatro anos (1985-88) no Projeto Machadinho. Cortes expressivos nas verbas solicitadas implicaram no redimensionamento da pesquisa, optando-se por um estudo piloto, em 1985. Posteriormente, o aporte de novas verbas permitiu a execução dos levantamentos de 1986 e 1987.

O maior financiamento veio do TDR-UNDP/World Bank/WHO - Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais do PNUD/Banco Mundial/Organização Mundial de Saúde - incluindo-se também recursos de órgãos brasileiros, tais como o CNPq, SUCAM e FINEP.<sup>34</sup>

<sup>34</sup>

As informações que se seguem foram retiradas de Sawyer & Sawyer (1987) e dos cadernos de campo do autor desta dissertação. Somente nas citações textuais menciona-se a obra.

O estudo piloto teve os seguintes objetivos:

*"1. Estabelecimento de uma base de referência ('base-line') para um estudo longitudinal de fatores humanos que afetam a transmissão e o controle da malária no Projeto Machadinho, em Ariquemes - Rondônia;*

*2. Identificação de fatores sócio-econômicos e ambientais associados a diferenças na prevalência da malária e relevantes para o melhor controle da doença;*

*3. Desenvolvimento de metodologia apropriada para pesquisa econômica e social sobre malária, em áreas de novos assentamentos e de alta mobilidade populacional" (Sawyer & Sawyer, 1987:5).*

O levantamento de 1985 calcou-se em trabalho anterior - *Inquérito de Percepção da Malária* - conduzido pelo CEDEPLAR-UFMG em colaboração com a SUCAM. Esse inquérito foi realizado nas cidades de Ariquemes e Ouro Preto d'Oeste em Rondônia, em meados de 1984, entre parceiros selecionados pelo INCRA para o Projeto Machadinho.

O objetivo principal desse levantamento foi obter dados sobre a experiência progressiva dos selecionados, com a malária, principal endemia da região. Foram realizadas 493 entrevistas, cobrindo uma população de 2.528 indivíduos. Os dados sócio-econômicos dos entrevistados mostraram-se consistentes com o perfil traçado a partir de dados do INCRA - Ariquemes, referente a um grupo de 1.428 parceiros selecionados.

Vários motivos tornaram particularmente atraente desenvolver a pesquisa no Projeto Machadinho, cabendo mencionar os seguintes: *"1. Poderia ser acompanhado desde o início de sua implantação; 2. A prevalência de malária era elevada; 3. Uma população de 8.000 pessoas era esperada na primeira fase; 4. A distribuição de lotes permitiria a localização das famílias para um 'follow-up'; 5. A SUCAM havia planejado um programa especial de controle" (Sawyer & Sawyer, 1987:4).*

A pesquisa *Malária na Fronteira Amazônica* é uma pesquisa-survey, conduzida durante o mês de julho de cada ano, abrangendo os domicílios das glebas 1 e 2 (área rural) e parte do núcleo urbano

principal. Os poucos moradores dos núcleos urbanos secundários, que possuíam lotes, foram incluídos como moradores da área rural.

Em 1985, a cobertura completa das glebas 1 e 2 foi revista em função do corte nas verbas. Com base nos dados do INCRA sobre a ocupação das glebas e nas visitas à área rural, constatou-se que apenas 23,8% dos lotes dessas glebas estavam ocupados. Assim, estima-se que as entrevistas realizadas nesse ano cobriram 76,0% dos lotes e 86,5% da população residente.

Nos levantamentos de 1986 e 1987 foram visitados todos os domicílios rurais das glebas 1 e 2. No núcleo urbano principal, o levantamento de dados dos três anos foi feito por amostra aleatória simples, abrangendo 25% das residências.

Em 1985 foram aplicados 357 questionários, dos quais 295 na área rural e 62 no núcleo urbano, correspondendo a um total de 1.778 indivíduos. Em 1986, 717 questionários (3.473 indivíduos), sendo 587 na área rural e 130 na urbana. No terceiro levantamento, aplicaram-se 835 questionários na área rural e 123 no núcleo urbano, perfazendo 958 domicílios visitados e 4.607 indivíduos entrevistados.

No primeiro levantamento, a equipe de campo era composta por 13 pessoas, chegando em 1987 a contar com 25 entrevistadores. Em todos os levantamentos o grupo de entrevistadores era composto por professores e pesquisadores universitários, alunos de pós-graduação e graduação. Além dos coordenadores, vários entrevistadores tinham uma experiência prévia com pesquisas de campo fora ou na Amazônia. Catorze entrevistadores participaram de pelo menos dois levantamentos de dados, sendo que quatro pesquisadores de todos eles.

As informações foram coletadas com informantes qualificados, na maioria das vezes o chefe ou o cônjuge. Em caso de desconhecimento ou dúvida, a informação dada pelo entrevistado sobre algum dos demais membros do domicílio era confirmada com o próprio envolvido, caso presente.

O domicílio foi considerado como unidade para aplicação do questionário, independentemente do número e grau de parentesco de seus membros. O dia 30 de junho de cada ano

foi estabelecido como data de referência. Nos domicílios, cujos membros mudaram-se para o Projeto Machadinho após esta data, o questionário não foi preenchido. Foram anotados somente a composição do grupo doméstico e o número de contrações de malária. Poucos domicílios enquadraram-se neste caso.

O domicílio foi visitado pelo menos três vezes antes de considerá-lo sem morador no momento, desocupado ou abandonado. O primeiro retorno, se realizado no mesmo dia da primeira visita, ocorreu em outro período (tarde) e, o segundo, obrigatoriamente em outro dia.

A codificação e o processamento dos dados foram realizados por assistentes de pesquisa que haviam sido entrevistadores. Isto garantiu a qualidade da codificação e a checagem dos dados. A digitação foi feita em microcomputador e os arquivos de dados montados em computador de grande porte.

Apesar do objeto principal da pesquisa ser a malária, os questionários utilizados eram amplos. Além de questões referentes à percepção, transmissão e controle da doença, abrangiam os seguintes temas: estrutura e composição familiar, mobilidade, história migratória, economia doméstica, processo produtivo e condições de vida.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa apresenta importantes conclusões e diversas inovações. A mais ampla e importante conclusão é que, somente através de uma abordagem holística, que inclua uma análise dinâmica de múltiplas variáveis sócio-econômicas e ambientais e que combine uma análise quantitativa a aspectos qualitativos do processo de assentamento, pode-se dar conta da complexidade dos mecanismos de transmissão e controle da malária em novas áreas. Por outro lado, só assim haverá a produção de resultados que são, ao mesmo tempo, cientificamente relevantes e úteis para a implementação de políticas de controle.

Uma das mais promissoras inovações metodológicas é a recuperação dos dados de prevalência de malária e mobilidade, a nível individual, para cada um dos doze meses anteriores às entrevistas. Isto representa um "follow up" de 36 meses para os grupos domésticos presentes nas três entrevistas.

Tomou-se como referencial, para a coleta dos dados de doença (malária) e presença, datas significativas, tais como: fases do ciclo agrícola, feriados, festas locais, eventos familiares importantes (nascimento, acidente, morte, viagem e visita de parentes).

No segundo levantamento (1986), foram distribuídas pastas-calendário para a anotação das datas de contração de malária, presença dos indivíduos e guarda dos resultados de exames efetuados (lâminas). Esse material serviu de base para o preenchimento do questionário em 1987. Isto não apenas garantiu uma melhor qualidade dos dados coletados, como demonstrou que eram mínimas as diferenças entre a informação oral, dada pelos entrevistados, e a anotada na pasta ao longo do ano.

A recomposição, tanto da mobilidade de curta distância, como dos meses em que cada um dos indivíduos estava doente, mostrou-se consistente. Os dados agregados de prevalência de malária mostraram-se compatíveis com as tendências esperadas. (Sawyer & Sawyer, 1987; Sydenstricker & Torres, 1991; Sawyer & Monte-Mór, 1992; Sawyer, 1992).

Os questionários utilizados nos levantamentos mantiveram, ao longo dos três anos, um corpo básico de questões. Grande parte desse corpo básico referia-se direta ou indiretamente ao objeto central da pesquisa: a malária. As variáveis sócio-econômicas, se bem que mantidas em grandes linhas, sofreram alterações em termos da formulação das questões. Isto aprimorou a coleta de dados, quer pela melhor adequação das indagações ao contexto estudado, quer pela busca em abordar e aprofundar linhas que a própria dinâmica da pesquisa impunha.

Assim, questões foram desdobradas, algumas deixadas de lado e outras introduzidas. A ação mais determinada nesta linha foi a elaboração de dois questionários no segundo levantamento. Em 1986, 22,5% dos questionários aplicados na área rural tinham um suplemento aprofundando alguns temas, entre os quais: malária (mortalidade, medicação, prevenção e gravidez), família (fecundidade e controle da natalidade) e exploração do lote (mão de obra, diversificação de culturas e crédito).

A amostra de 22,5% foi uma amostra por conglomerado. Esta amostra consistiu na escolha aleatória de linhas e trechos de linha, com probabilidade de compor a amostra proporcional ao número de lotes e da estimativa do nível de ocupação (Sawyer & Sawyer, 1987:32).

O questionário de 1987 dedicou particular atenção aos custos diretos e indiretos com o tratamento da malária, ao detalhamento da experiência migratória pregressa do chefe de domicílio em centros urbanos, e à importância do núcleo urbano principal do Projeto Machadinho no processo de consolidação do parceleiro no lote.

Os trabalhos recentes sobre malária, aprofundando as análises anteriores e explorando mais os dados disponíveis, mostram a pertinência do enfoque metodológico adotado; confirmam as hipóteses quanto à interação de fatores e a existência de diferenciais sócio-econômicos na contração e controle da endemia (Sawyer & Monte-Mór, 1992; Sawyer, 1992; Donald Sawyer, comunicação pessoal).

Entretanto, para os demais temas barcados e não diretamente relacionados à malária, de uma forma geral, a inquestionável riqueza e a minuciosidade dos dados coletados não implicaram, na mesma proporção, em avanços concretos na análise e compreensão do contexto estudado. Principalmente para o suplemento amostra de 1986, o pequeno número de casos para vários quesitos dificultam os cruzamentos com outras variáveis.

Além disso, a presença de algumas variáveis em apenas um dos anos, compromete o acompanhamento longitudinal de alguns temas. Enfim, a diversidade, acuidade e abrangência do material coletado não se confirmam plenamente na operacionalização das análises.

### 3.2 ARQUIVO LONGITUDINAL - MDOLONG

Em meados de 1990, através de um acordo de colaboração entre o CEDEPLAR-UFMG, NEPO-UNICAMP e IFPRI, os dados da pesquisa *Malária na Fronteira Amazônica* foram organizados em um único arquivo longitudinal. Após dois meses e meio de intenso trabalho de uma equipe de seis pessoas em Belo Horizonte, o Arquivo Longitudinal de Machadinho (Arquivo MDOLONG) foi concluído. A documentação final e os últimos testes de consistência foram realizados em Campinas.<sup>35</sup>

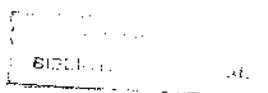
O Arquivo MDOLONG reúne os questionários aplicados nas glebas 1 e 2 (área rural), que preenchem pelo menos uma das seguintes condições: 1. Questionários aplicados a um mesmo grupo doméstico entrevistado em pelo menos dois dos três levantamentos de dados; 2. Questionários aplicados a outros grupos domésticos (agregados) residentes em lote de grupo doméstico entrevistado em pelo menos dois anos. Foram incluídos todos os questionários de agregados que preenchiam esta condição, independentemente do número de anos entrevistados.

A identificação e separação dos questionários referentes aos grupos domésticos entrevistados, em pelo menos dois anos, basearam-se no cruzamento do endereço (linha e lote) com o nome do chefe de domicílio. O controle dessas duas informações permitiu a inclusão dos grupos domésticos que mudaram de lote e daqueles que mudaram de chefe no decorrer da pesquisa. A identificação dos agregados foi feita segundo o endereço.

A reunião dos dados dos três anos no Arquivo MDOLONG deu-se a partir das informações individuais, incluindo-se os dados comuns ao domicílio contidos nos arquivos anuais. A concatenação das informações individuais consistiu na comparação da composição do grupo doméstico, anotada nos questionários dos diferentes levantamentos. Identificados os indivíduos segundo seu número de ordem em cada levantamento, essas informações foram reunidas em uma planilha. Esta planilha, incorporada

---

<sup>35</sup> As informações que se seguem foram retiradas de Sydenstricker (1990a).



ao programa de computador para a anexação de arquivos, possibilitou que os dados anuais fossem organizados longitudinalmente.

Cada registro do Arquivo MDOLONG refere-se a um indivíduo, e contém suas informações para os três anos (1985, 1986 e 1987) e os dados comuns a todos os membros do domicílio (endereço, dados sócio-econômicos, exploração do lote, moradia...) correspondentes aos mesmos anos. Para os indivíduos ausentes, em um ou dois anos (nascimento, morte, mudança), foi atribuído "missing-value" para as variáveis correspondentes ao período de ausência. O Arquivo MDOLONG reúne praticamente todas as variáveis presentes nos arquivos anuais.

Os dados de 1986 foram considerados o referencial para a crítica das variáveis que, obrigatoriamente, deveriam ter os mesmos valores (sexo, data e local de nascimento e data de chegada a Machadinho). Na impossibilidade de aproveitamento da variável de 1986 - indivíduo e/ou domicílio não entrevistado ou variável sem informação (NI) - optou-se pelo dado de 1987. Finalmente, na falta deste, conservou-se o dado de 1985.

Variáveis relativas somente ao chefe e presentes em mais de um levantamento (história migratória progressiva), foram submetidas à crítica idêntica nos casos em que o chefe é o mesmo.

O Arquivo MDOLONG inclui, ao todo, 1.095 questionários, dos quais 188 de 1985, 443 de 1986 e 464 de 1987. São 2.875 indivíduos, sendo que apenas 596 (20,7%) presentes nos três anos.

A comparação do número de questionários e indivíduos que compõem o Arquivo MDOLONG, com os dos arquivos anuais, revela com clareza a desistência, venda e abandono dos lotes pelos parceiros originalmente assentados. Essa tendência já havia sido detectada no levantamento de 1986, e foi estudada por Torres (1987).

Este fato, ainda que típico em áreas de novos assentamentos, superou os níveis esperados quando da formulação inicial da pesquisa. O número de indivíduos, que possibilita o acompanhamento

longitudinal de 36 meses, corresponde a 41,0% dos entrevistados em 1985 na área rural, chegando a pouco mais de 48%, se considerados apenas os levantamentos de 1985 e 1987.

### 3.3 ARQUIVO LONGITUDINAL - MDO3ANOS

Com o objetivo de se estudar a *presença* - os parceiros que ficaram em Machadinho - restringiu-se o universo de pesquisa aos domicílios entrevistados em 1985, cujos grupos domésticos foram novamente entrevistados nos outros dois "surveys". Assim, foi pesquisada a mesma população de indivíduos e as transformações do lote nos três primeiros anos do assentamento (1984-87).

Dada a própria dinâmica do assentamento, que inclui uma elevada substituição de parceiros, o recorte adotado impôs alguns limites. Portanto, não se pode considerar, a priori, a população analisada nesta dissertação como típica de Machadinho. Entretanto, a comparação de algumas variáveis revelou que não há grandes diferenças entre essa amostra e o universo maior.

Para os fins específicos desta dissertação, foi criado a partir do Arquivo MDOLONG o Arquivo Longitudinal Machadinho 3 Anos (Arquivo MDO3ANOS) que reúne:

1. Os domicílios entrevistados nos três anos e os agregados que a eles se somaram ao longo da pesquisa;

2. Os domicílios entrevistados em 1985 e 1987 e os agregados presentes.

Os domicílios entrevistados nos dois anos e não contactados em 1986, foram incluídos, pois representam indivíduos que efetivamente estavam residindo e explorando o lote no Projeto Machadinho, no decorrer da pesquisa. Por razões circunstanciais, não foram encontrados nas visitas de 1986.

Ao todo são 472 questionários, dos quais 159 de 1985, 139 de 1986 e 174 de 1987. Isto representa 53,9% dos questionários aplicados nas glebas 1 e 2, em 1985, e pouco mais de 20% dos

referentes aos dois outros anos. São 1.058 indivíduos, sendo que pouco mais da metade (55,9%) presente nos três levantamentos.

Dando uma visão geral da distribuição dos domicílios visitados e indivíduos entrevistados que compõem o Arquivo MDO3ANOS, são apresentados um mapa e uma tabela. Como pode-se ver no Mapa 3.1, são poucos os lotes na parte leste da gleba 1. Em 1985 havia poucos moradores permanentes na área e muitos lotes foram posteriormente vendidos. Entre os fatores que contribuíram para uma ocupação mais efêmera destacam-se: a elevada prevalência de malária, o acesso precário, os problemas de transporte e o isolamento.

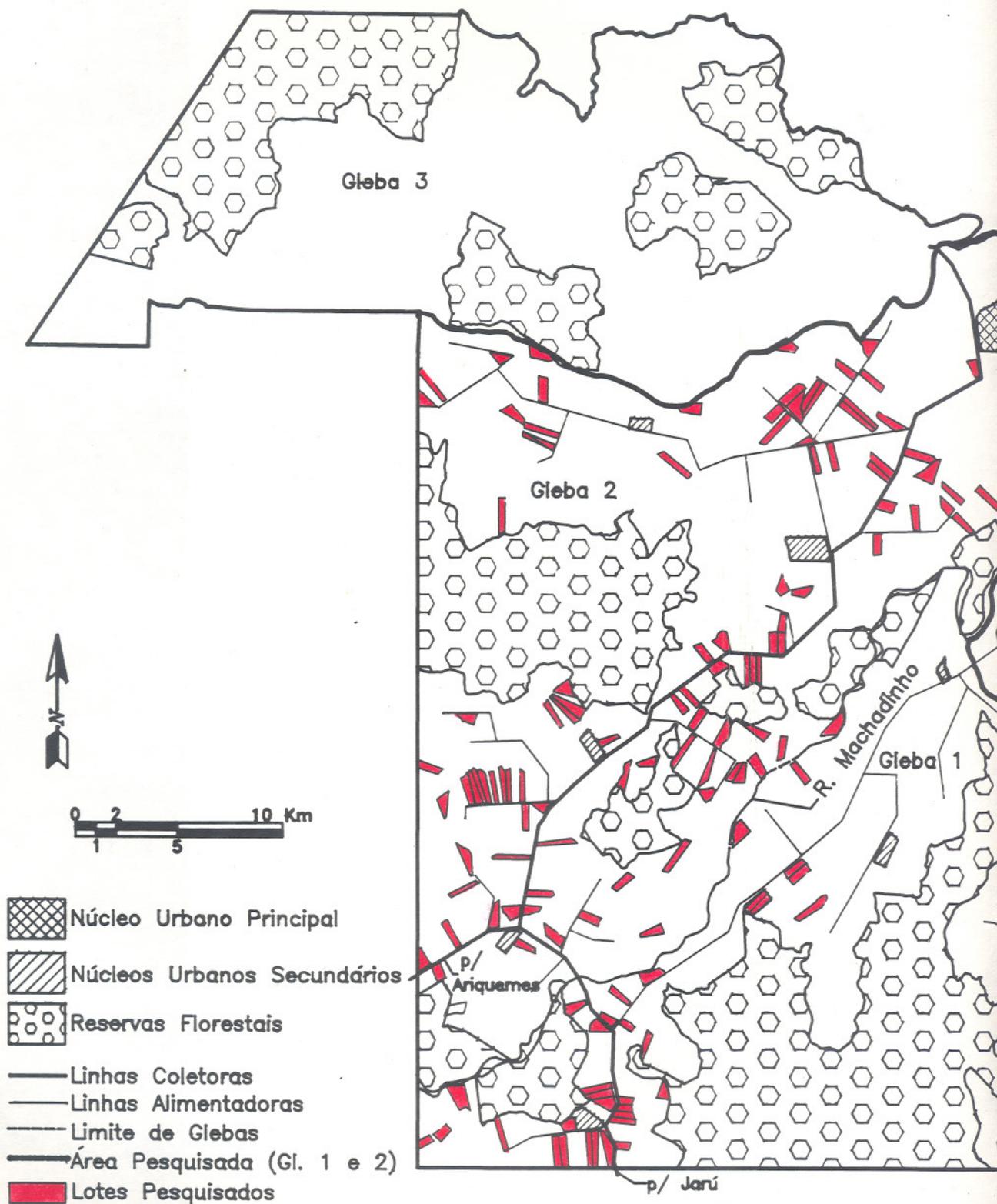
A Tabela 3.2 traz a composição interna do Arquivo MDO3ANOS - indivíduos presentes em um, dois ou três anos - e o percentual em termos dos entrevistados em cada levantamento. O decréscimo do peso relativo dos presentes nos três anos, 40,7% em 1985 e 14,7% em 1987, espelha a dinâmica da ocupação de Machadinho. A chegada de indivíduos convive com uma mobilidade intensa, marcada pela desistência/abandono do lote acima referida. Este aspecto será retomado posteriormente.

TABELA 3.2 - INDIVÍDUOS PRESENTES AO LONGO DOS ANOS E SEU PERCENTUAL EM RELAÇÃO AOS ENTREVISTADOS EM CADA LEVANTAMENTO DE DADOS.

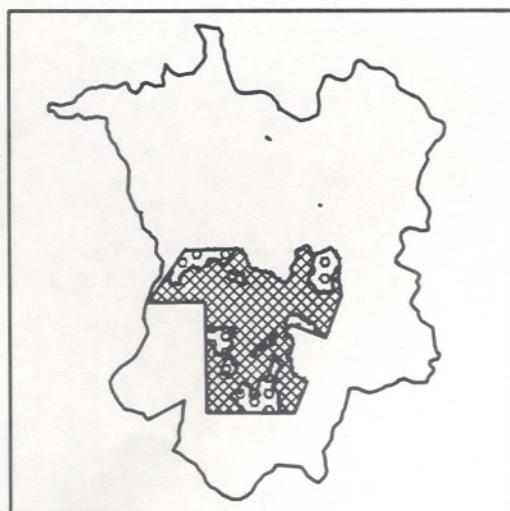
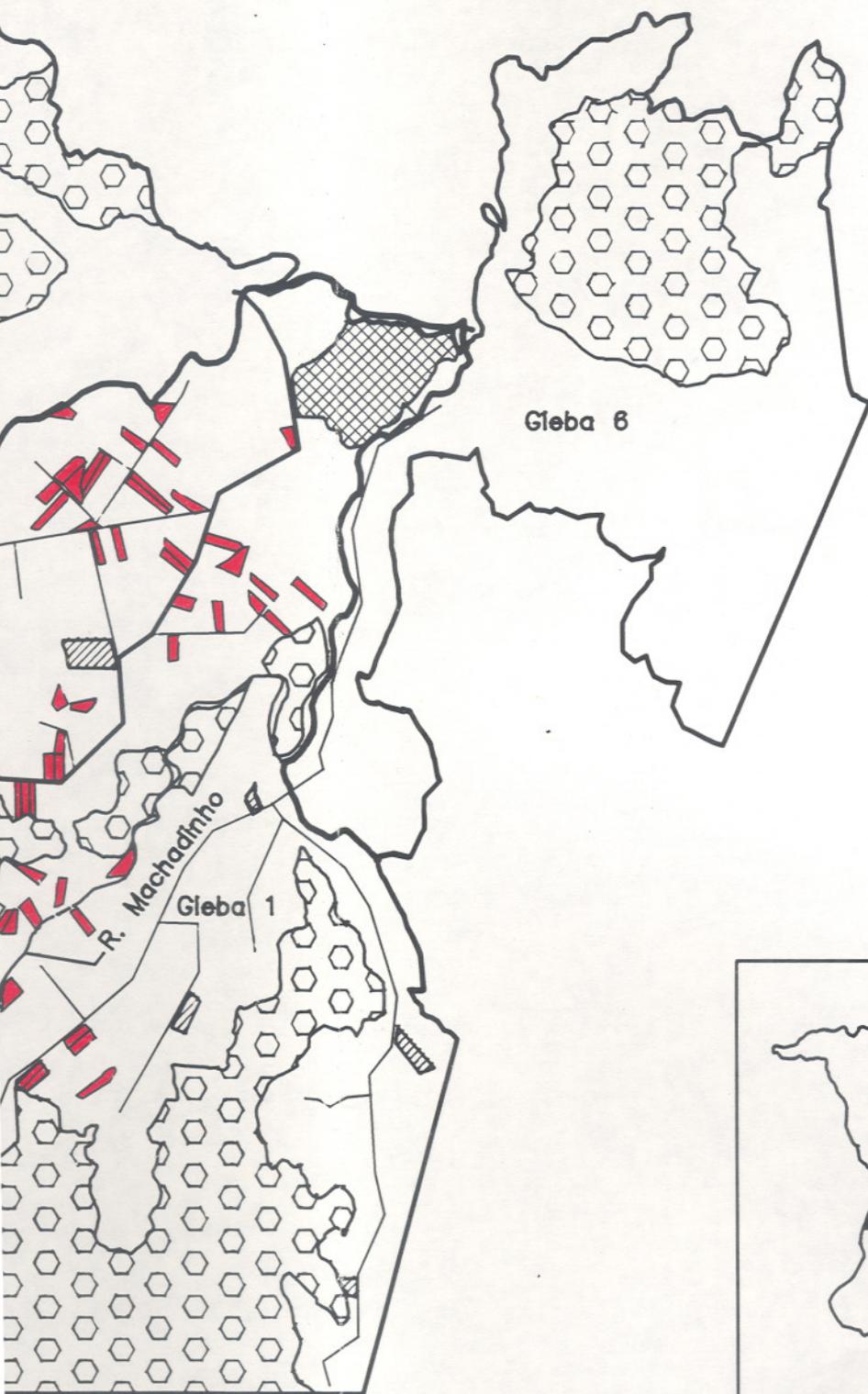
CATEGORIAS	N	%	% DE ENTREVISTADOS		
			1985	1986	1987
<b>PRESENTES EM UM ANO</b>					
1985	61	5,8	4,2	-	-
1986	25	2,4	-	0,9	-
1987	134	12,7	-	-	3,3
<b>PRESENTES EM DOIS ANOS</b>					
1985 E 1986	47	4,4	3,2	1,7	-
1986 E 1987	98	9,3	-	3,5	2,4
1985 E 1987	102	9,6	7,0	-	2,5
<b>PRESENTES EM TRÊS ANOS</b>					
1985, 1986 E 1987	591	55,8	40,7	21,1	14,7
<b>TOTAL</b>	<b>1.058</b>	<b>100,0</b>			

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-87 - Arquivo MDO3ANOS.

# MAPA 3.1 - PROJETO DE ASSENTAMENTO MACHADINHO



MACHADINHO



O Arquivo MDO3ANOS, inicialmente montado para rodar em computador de grande porte, foi transferido para microcomputador. Os dados foram analisados através do pacote estatístico SPSS/PC+. Em função das análises pretendidas e dos dados disponíveis, subarquivos foram criados e trabalhou-se com diferentes universos. Eles são mencionados à medida que se apresentam as análises.

### 3.4 FAMÍLIA, FECUNDIDADE E AS ESTRATÉGIAS

A pesquisa - *Família, Fecundidade e as Estratégias de Assentamento em Rondônia: um estudo de caso* - foi um trabalho de investigação independente que surgiu da participação do autor como entrevistador na pesquisa sobre malária, em 1985. A maior parte do financiamento veio do HRP/WHO - Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Reprodução Humana/Organização Mundial de Saúde - incluindo-se também recursos da FAPESP (Bolsa de Aperfeiçoamento), IBM-Brasil Área de Projetos Acadêmicos e apoio da VASP.

Apesar da pesquisa *Família, Fecundidade e as Estratégias de Assentamento em Rondônia* não compor etapa da pesquisa sobre malária, alguns fatores contribuíram para que se estabelecesse um diálogo constante entre os dois trabalhos. Entre eles, cabe mencionar: 1) A área de pesquisa é a mesma; 2) Enquanto residiu em Machadinho, o pesquisador atualizou dados e proveu informações sobre o processo de assentamento para a pesquisa do CEDEPLAR; e 3) As visitas a campo de membros da equipe da pesquisa sobre malária, entre os levantamentos, foram sempre acompanhadas pelo pesquisador residente.

A motivação mais ampla, que levou à sua proposição, foi o desejo de desvendar e vivenciar a mística amazônica que fascina e impele a migração para a região. O objetivo era penetrar o mundo

dessa gente errante, apossar-se de seus valores, costumes e falas, bem como compreender o contexto sócio-econômico mais amplo da fronteira.

As distâncias entre o desejo e a realidade, a preparação do projeto e a sua operacionalização, o envio de propostas e a aprovação de financiamentos, sugeriram a delimitação do estudo. A pesquisa teve um caráter exploratório, detendo-se no estudo do controle da fecundidade em Machadinho. No entanto, isto não impediu que fosse recolhido um material bem mais amplo.

Os resultados mostram que, apesar de Machadinho reunir elementos tradicionalmente apontados na bibliografia como propiciadores de uma alta fecundidade, o seu controle segue o padrão nacional: concentração nos métodos modernos com predomínio para a esterilização (Sydenstricker, 1990b).

A metodologia adotada seguiu, em grandes linhas, a proposta de "micro-approach" component formulada por Caldwell & Caldwell [198-]. O micro-approach, apesar de pensado em termos de "surveys" demográficos, tem uma abrangência maior. É um estudo antropológico conduzido em paralelo e na mesma região onde se realiza uma pesquisa-survey.

Os principais retornos advindos da combinação dos dois enfoques metodológicos, abordagem antropológica e pesquisa-"survey", são os seguintes:

1. Adequação dos questionários utilizados no "survey", levando em conta as particularidades do contexto estudado;
2. Complementação dos dados coletados pelo "survey", garantindo maior densidade nos temas estudados, principalmente no que concerne às interações entre pessoas;
3. Construção de um quadro mais amplo da área estudada e suas instituições, desvendando influências e interações tomadas como supostas pelos entrevistados e portanto não explicitadas;

4. Investigação mais detalhada de alguns domicílios entrevistados pelo "survey", permitindo testar a exatidão das respostas, bem como garantir uma melhor interpretação destas (Caldwell & Caldwell, [198-]).

Como dito antes, a coleta de dados foi realizada entre março e novembro de 1986, com a residência do autor na área de pesquisa. Duas razões determinaram a escolha desse período: 1) Compreendido entre o final das chuvas e o início de uma nova estação chuvosa - o inverno - permite o acesso a praticamente toda a área de pesquisa; 2) Inicia-se com o final de um ciclo agrícola e termina quando os plantios do ano seguinte já estão em curso, possibilitando resgatar informações precisas sobre praticamente dois ciclos produtivos.

Baseado em resultados preliminares do primeiro levantamento (1985) da pesquisa *Malária na Fronteira Amazônica*, selecionaram-se 75 domicílios das glebas 1 e 2. A seleção não seguiu critérios estatísticos formais, baseando-se nas questões propostas pelo projeto de pesquisa. Levou-se em consideração, principalmente, o tamanho, a composição e o momento do ciclo vital do grupo doméstico e a história migratória do chefe (origem, profissão, etc). Na medida do possível, procurou-se garantir a distribuição espacial verificada no "survey".<sup>36</sup>

Após dois meses de trabalho, 24 domicílios foram descartados devido a: lotes vendidos (7 casos), indivíduos não encontrados (10 casos) e áreas temporariamente sem acesso (7 casos).

A continuidade do trabalho revelou que 24 domicílios eram de especial interesse para as questões propostas. Desses 24 domicílios, 15 tiveram um acompanhamento mais próximo. Foram entrevistados periodicamente, em média, a cada 20 dias. Nos demais domicílios, ou as entrevistas foram realizadas com intervalos mais longos, ou somente alguns temas mereceram atenção.

---

36

No estudo do controle da fecundidade foram utilizados dados do "survey-1986", que incluiu questões específicas sobre anticoncepção. Trabalhou-se como uma amostra de 90 mulheres entre 15-49 anos (Cf. Sydenstricker, 1990b:65-97).

Privilegiando uma abordagem antropológica, calcada em entrevistas abertas e em profundidade, cinco temas centrais foram examinados: família, economia doméstica, produção agropecuária, história migratória e fecundidade. Neste último tema priorizaram-se a história gestacional, as relações entre o comportamento reprodutivo e a participação da mulher na força de trabalho, e as condições de saúde e atendimento à mulher.

As informações e dados foram anotados no transcurso das entrevistas e, posteriormente, transferidos para um arquivo. Não se usou gravador nas entrevistas. Assim, eliminaram-se a formalização excessiva, os problemas operacionais e os custos elevados que sua utilização em ambiente adverso acarretaria.

Nos primeiros meses, alguns indivíduos inibiram-se com a sistemática anotação no decorrer da entrevista. Nestes casos, a entrevista assumiu um caráter informal, constituindo-se mais em uma visita. Se por um lado isto implicou inicialmente em perda de informação, por outro, criou o clima de confiança para o desenvolvimento do trabalho até o fim. Alguns temas mais importantes foram retomados, complementando as anotações anteriores.

Apesar das entrevistas abertas constituírem a principal fonte, houve uma grande flexibilidade metodológica na coleta de dados. Isto permitiu contatos, acesso a informações e percepções que dificilmente uma entrevista revelaria. Assim, a participação de festas, atividades comunitárias, colaboração em trabalhos no lote (cobertura da casa, limpeza no viveiro de mudas, auxílio na limpeza de um porco...) de algum parceleiro que integrava a amostra, dar carona, transportar alguma mercadoria ou levar recados, combinavam a um só tempo lazer, cooperação e trabalho de investigação. Um dia aparentemente ocioso, trazia muitas vezes alguma luz ou dava novo sentido a fatos, a princípio sem qualquer relevância.

A condição de pesquisador do sexo masculino, de barba e com ar circunspecto, era tomada, por vários entrevistados, como definidora de um interlocutor do chefe do domicílio. Era comum, ao

chegar no lote para uma entrevista, ver alguma pessoa da casa sair correndo em direção à roça para chamar o chefe. Se ele não estava, logo davam informações de quando poderia ser encontrado.

Se por um lado os assuntos dos mundos da roça e da rua estavam franqueados, por outro, havia resistência para o trânsito livre no que concernia à esfera da casa. Algumas informações e assuntos só foram tratados depois de muito tempo de convivência. Outros, só foram tangenciados. A presença de uma assistente de pesquisa do sexo feminino teria possibilitado o acesso a muitas outras informações e contribuído para uma compreensão mais acurada do universo familiar.

O contato com as crianças e adolescentes era, em geral, cordial e alegre. Mas, as poucas conversas não iam além do trivial. A incorporação de uma caixa de lápis de cor no material de campo, serviu para quebrar as barreiras de comunicação com os mais novos. Alguns adolescentes tornaram-se mais acessíveis a partir de encontros e conversas em comícios e shows da campanha política.

As informações recolhidas foram ordenadas em um arquivo de domicílios. Esse arquivo foi organizado em fichas, facilitando a manipulação e o reordenamento do material coletado. O arquivo era lido sistematicamente. Isto contribuía para o redirecionamento dos enfoques adotados, assim como orientava a condução das futuras entrevistas.

Paralelamente a esse levantamento domiciliar, eram recolhidas informações sobre a atuação das várias secretarias de estado e outros órgãos públicos presentes na região. A coleta destes dados ocorreu de acordo com a necessidade, disponibilidade de tempo, ou surgimento de fatos novos.

A manutenção do carro, serviços bancários e outras providências da pesquisa, obrigavam a ida a Ariquemes e Porto Velho a cada 45 dias. Em geral eram 5 dias fora de Machadinho. As melhores condições de hospedagem (luz elétrica, ar condicionado, instalações sanitárias adequadas e alimentação mais equilibrada) contribuíam muito para o avanço do trabalho. Assim, as horas vagas eram consumidas em frenéticas atualizações do arquivo de domicílios, ou em leituras recorrentes do material coletado. Debruçado sobre os dados, procurava-se entender tudo, traçar esboços explicativos e anotar lacunas a

serem preenchidas. Era o momento de estabelecer as prioridades a serem atacadas, e programar as atividades para outros 45 dias de trabalho.

As esporádicas visitas a campo de pesquisadores envolvidos com o projeto sobre malária, eram momentos particularmente ricos na troca de idéias. Fossem em atividades mais formais debaixo de um sol escaldante, ou apreciando o pôr do sol sentado na rede, os temas de pesquisa eram retomados, vasculhados, destrinchados. No meio da floresta, ocorriam verdadeiros seminários de pesquisa.

## CAPÍTULO 4 - HISTÓRIA MIGRATÓRIA

Neste capítulo apresenta-se o perfil dos chefes de domicílio que se dirigem a Machadinho. Defende-se a idéia de que estes migrantes, apesar de criados na zona rural, não são camponeses no sentido clássico. Eles foram criados num contexto de decomposição da estrutura agrária, não têm raízes definidas, e suas trajetórias denotam uma vida forjada em vários estados, nos meios rural e urbano, e exercendo diferentes ocupações. Muitos moraram em centros de médio e grande portes, e incorporaram valores e modo de vida urbanos.

Mostra-se que a ida, para Rondônia, representa um conflito entre a busca de melhores condições de vida, onde a obtenção de um lote é extremamente valorizada, e a fuga das pressões no local de origem, configurando poucas alternativas.

A análise da história migratória dos chefes de domicílio baseia-se em 147 questionários cujos chefes eram os mesmos em 1985 e 1987. Essa delimitação restringiu, em 7,5%, o aproveitamento dos questionários dos entrevistados em 1985 que compõem o Arquivo MDO3ANOS. No entanto, permitiu um maior detalhamento com a utilização de questões, só presentes no levantamento de 1987.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

A migração dos chefes de domicílio de Machadinho para Rondônia é recente. Mais de dois terços (76,2%) mudaram-se para o estado a partir de 1980, sendo que 21,7% do total de entrevistados chegaram entre 1984 e 1985. Os que migraram ao longo dos anos setenta representam 22,4%, enquanto apenas 1,4%, em décadas anteriores.

O nível de instrução dos chefes de domicílio é baixo. Os sem instrução atingem 42,1% e 38,6% possuem de um a três anos de estudo. Os com quatro ou mais anos de estudo (primário completo) perfazem 19,3%, sendo que, entre estes, mais de um quinto possui sete ou mais anos de estudo. A educação das mulheres dos chefes segue o mesmo padrão, mas com um peso um pouco maior para as duas primeiras classes.<sup>37</sup>

Quanto à religião, 69,6% dos chefes são católicos. Os protestantes somam 21,0%, sendo que mais de 86% destes são pentecostais. Os 9,4% restantes referem-se aos de outras religiões ou sem.

Como mencionado anteriormente, a migração para Rondônia segue um padrão familiar. Confirmando este padrão, que é significativo em Machadinho, 83,5% dos chefes estavam em algum tipo de união (civil, religiosa ou consensual) e acompanhados da família quando chegaram a Rondônia. Os solteiros ou que viviam sós somam 16,5%. Entre os que viviam sós, poucos haviam deixado a família na região de origem. Representam apenas 3,5% do total dos chefes pesquisados.

Confrontando os estados de residência, no ano anterior à ida a Rondônia, dos chefes, em algum tipo de união ao chegarem a Rondônia, com os de suas famílias, o caráter familiar da migração reforça-se ainda mais. Os chefes que residiam no mesmo estado de suas famílias representam 86,6% dos entrevistados. Este percentual pode ser ainda mais elevado, considerando-se que, dos 13,4% de chefes

---

<sup>37</sup> Estes níveis são um pouco melhores mas muito semelhantes aos da população rural masculina de 20-70 anos de Rondônia. Segundo o Censo Demográfico de 1980, os sem instrução somam 47,4%, 33,2% possuem de um a três anos de estudo e os com quatro ou mais atingem 19,4% (IBGE - 1982. Censo Demográfico de 1980 - Rondônia - Dados Gerais, Tabela 3.1).

que moravam em estados diferentes dos de suas famílias, 8,7% correspondem a casos de estados limítrofes e pertencentes às mesmas regiões geográficas.

Esses casos de residência em estados limítrofes podem indicar uma migração de curta distância, e talvez temporária, que não signifique uma efetiva mudança do chefe. Se isto for verdade, esses deslocamentos não seriam incompatíveis com o padrão familiar de migração e elevariam a mais de 95% o contingente de chefes que residiam com suas famílias no ano anterior à chegada a Rondônia.

Os chefes são jovens. Ao chegarem em Rondônia tinham idade mediana igual a 32,2 anos. No entanto, 9,9% dos chefes estavam na faixa de 50 anos ou mais, indicando que a fronteira não atrai apenas os mais jovens, mas também buscada por algumas famílias em estado mais adiantado de seu ciclo vital.

A maior parte dos chefes nasceu na região Sudeste. São 47,3% contra 25,3% para a região Sul e 22,6% para o Nordeste. As regiões Centro-Oeste e Norte ficam abaixo dos 4,0%, cabendo, à segunda, pouco mais de 1%.<sup>38</sup> Entre os estados, destacam-se o Paraná com mais de 78% dos chefes nascidos no Sul, e Minas Gerais e Bahia, ambos com mais da metade do total de suas respectivas regiões. A Tabela 4.1 apresenta estes dados, incluindo os estados mais significativos de cada região.

TABELA 4.1 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO SEGUNDO O LOCAL DE NASCIMENTO.

LOCAL DE NASCIMENTO			ESTADOS MAIS SIGNIFICATIVOS		
REGIÕES					
NORTE	1,4%	(2)	AMAZONAS/RONDÔNIA	0,7%	(1)
NORDESTE	22,6%	(33)	BAHIA	11,6%	(17)
SUDESTE	47,3%	(69)	MINAS GERAIS	27,4%	(40)
SUL	25,4%	(37)	PARANÁ	19,9%	(29)
CENTRO-OESTE	3,4%	(5)	GOIÁS/M. GROSSO	1,4%	(2)
TOTAL	100,0%	(146)		63,1%	(92)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-87 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. A divisão regional não inclui o Estado de Tocantins, pois foi criado após a coleta dos dados.

2. Valores entre parênteses indicam o número de casos.

<sup>38</sup>

A divisão regional aqui adotada não inclui o estado de Tocantins, pois foi criado após a coleta dos dados.

## 4.2 TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS

Em termos de trajetória migratória, Rondônia não representa a primeira etapa. Como será mostrado abaixo, é o atual estágio de uma migração maior com deslocamentos inter e intra-regionais; as regiões Sul e Sudeste, principalmente, constituem pontos intermediários antes da chegada ao noroeste do país; em geral, os nordestinos compõem um grupo mais velho, que chegou ao centro-sul antes das duas últimas décadas.

A migração anterior à ida para Rondônia, ocorrida ao longo da década de oitenta, constitui uma nova fase da migração interna do país depois dos grandes deslocamentos campo-cidade e do Nordeste para as regiões Sudeste e Sul. Representam, como apontou Sales, as "*idas e vindas intermitentes de um exército de excluídos a perambular pelas rodovias sem destino certo*" (Sales, 1989:58-9).

Hogan, analisando padrões migratórios em Cubatão-SP, verificou essa mobilidade acentuada entre os residentes no município. Como afirmou, "*são os 'novos itinerantes', migrantes que não encontram um destino; estão em Cubatão hoje, mas nada os vincula à cidade*" (Hogan, 1990:187).

É difícil analisar as trajetórias migratórias. O número elevado de deslocamentos de um mesmo indivíduo e a variedade de tipos de migração em termos de tempo e espaço (interestadual, intra-regional, inter-regional, de retorno, pendular...), configuram uma gama enorme de possibilidades. Trabalhando com um universo pequeno, que é o caso desta dissertação, a questão torna-se ainda mais complexa.

Aliado a estas dificuldades, há de se considerar que o termo migração assume significados distintos entre os atores pesquisados e no meio dos que analisam os dados.

Machado, trabalhando com as imagens da emigração entre trabalhadores rurais da Bacia do Paraguaçu (Bahia), mostrou que a intensa mobilidade, na vasta região da bacia, parece não representar rupturas sérias na vida das pessoas. Apesar das muitas mudanças, as pessoas sentem que "*quase não*

*saíram para canto nenhum*". Já a migração para o Sul é referida como um contato com o "*mundo lá fora...*, *fazendo com que os agricultores avaliem sua condição sob uma nova ótica*" (Machado, 1990).

Tendo em vista esses elementos, optou-se por analisar a trajetória migratória dos chefes de domicílio de Machadinho, a partir de alguns momentos e de movimentos-chaves. Os momentos considerados são o nascimento, o período de socialização (5 a 15 anos) e a residência no ano anterior à ida para Rondônia. Os movimentos são apreendidos a partir da ordem cronológica de estados, onde o chefe morou por mais de um ano antes de Rondônia.

Esse procedimento metodológico é interessante pela objetividade na delimitação dos referenciais, o que facilita a coleta de dados e diminui os erros de memória. Além disso, o interesse em migração, que representa a residência por mais de um ano em um estado, retem provavelmente os deslocamentos mais significativos ou de maiores rupturas.

A migração já começa cedo para alguns. Para 24,5% dos entrevistados, os estados de nascimento e de socialização são distintos, sendo que a migração inter-regional responde por 60% desses casos. A partir da socialização os deslocamentos intensificam-se ainda mais. O confronto entre os estados de nascimento e de residência, antes da ida para Rondônia, demonstra que eles não são os mesmos para 64,3% dos chefes. A Tabela 4.2 apresenta o cruzamento do local de nascimento com o de residência anterior à ida para Rondônia, por regiões. Nota-se que 50,3% acusam uma migração inter-regional.

TABELA 4.2 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA ANTERIOR À MUDANÇA PARA RONDÔNIA, SEGUNDO O LOCAL DE NASCIMENTO.

LOCAL DE NASCIMENTO	ULTIMA RESIDÊNCIA				TOTAL
	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
NORDESTE	6,3%	2,1%	6,3%	7,7%	22,4% (32)
SUDESTE	2,1%	15,4%	21,6% *	9,1%	48,2% (69)
SUL	-	1,4%	24,5%	-	25,9% (37)
CENTRO-OESTE	-	-	-	3,5%	3,5% (5)
TOTAL	8,4% (12)	18,9% (27)	52,4% (75)	20,3% (29)	100,0% (143)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-87 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. A divisão regional não inclui o Estado de Tocantins, pois foi criado após a coleta dos dados.

2. Valores entre parênteses indicam o número de casos.

\* Inclui 2 casos de residência no Paraguai.

Analisando os totais por região em cada um dos momentos, nota-se que o Nordeste e o Sudeste perdem peso. Enquanto isso, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam um acréscimo respectivamente de 2 e 5,8 vezes. É expressivo o contingente de nascidos no Sudeste que se dirigem ao Sul (Paraná).

O afluxo para o Sul, e mais especificamente para o Paraná, segue o "roteiro do café", que teve o seu auge no final da década de cinquenta e começo da seguinte. Ao longo dos anos sessenta, a política do IBC levou à substituição dos cafezais por outras culturas.

Estimulada pela onda modernizadora da agricultura, a soja passou a ser cultivada e se estendeu por todo o estado no decorrer da década de setenta. A mecanização acelerada das lavouras representou o desemprego para milhares de trabalhadores até então dedicados ao café ou a culturas alimentares a ele associadas. Esses excluídos deixam o Paraná em direção às regiões Centro-Oeste e Norte, onde estão em curso projetos de colonização pública e privada (Swain, 1988).

O exame da seqüência cronológica de estados, onde o chefe residiu por mais de um ano, mostra que a migração é maior que a apontada acima. O depoimento de um entrevistado ilustra as recorrentes mudanças e aponta outros elementos discutidos mais adiante.

*"Nascido no interior de São Paulo, com dois anos de idade foi para o Paraná com a família, atraída pela ocupação que se dava no norte desse estado. Seu pai era formador de cafezais e, em aproximadamente 15 anos, percorreu toda a região.*

*No início dos anos sessenta, passaram a cuidar de um cafezal de mais de 18.000 pés. A fazenda era muito grande e possuía feitor, fiscais e um regime de trabalho muito rígido. Apesar de trabalharem muito, o que recebiam pouco ia além do necessário para a alimentação. O que reforçava o orçamento era o grande número de diárias obtidas pelos filhos, em fazendas vizinhas. Como dizia o entrevistado, "aquilo era um cativoiro danado... a gente era como cachorro comendo de um prato, com outro [fiscal] de longe vigiando..."*

*Desanimados com tantas dificuldades, foram para o Paraguai em meados da década, cuidar de cafezais de fazendeiro paulista. Fora da fazenda sofriam muita discriminação por serem estrangeiros. Alguns anos depois, aproveitando a venda da propriedade, propuseram o cancelamento do contrato. Isto lhes proporcionou uma boa quantia em dinheiro, permitindo a compra de uma propriedade em Mato Grosso.*

*Antes da mudança para a propriedade, descobriram que a terra era grilada. Nessa época, o entrevistado casou-se. Acompanhando o pai, agora sem nada, foram para um município com áreas de colonização. Não conseguiram terra, pois os lotes destinavam-se aos já residentes no município.*

*Durante dez anos o pai e a maioria dos filhos, já quase todos casados, continuaram trabalhando em fazendas de café. No final dos anos setenta, mudaram-se novamente, quando então os irmãos dividiram-se entre atividades rurais e urbanas.*

*O trabalhador entrevistado optou pela cidade. Em quatro anos passou de vigia a subgerente de um estabelecimento comercial. Apesar da boa remuneração, da casa própria e da integração de sua família na cidade, resolveu pedir as contas e ir para Rondônia. Chegou a receber uma proposta de promoção, mas não aceitou. A vida de empregado trazia-lhe inseguranças com relação ao futuro. Pensava sempre nas dificuldades dos desempregados, na ausência de controle sobre o seu trabalho, "na falta de progresso na vida". Em 1982 foi para Rondônia decidido a adquirir uma propriedade rural.*

Retomando a discussão sobre a seqüência cronológica de estados, onde o chefe residiu por mais de um ano, cabem alguns comentários sobre as restrições impostas pela coleta do dado.

Devido à formulação da questão, a migração inferior a doze meses não é captada e os movimentos intraestaduais tão pouco. A mobilidade temporária do chefe, mesmo superior a um ano, mas que não exija a transferência de sua residência, não é igualmente anotada. A migração de retorno, desde que ocorrida após um ano, é captada. Assim, pode-se afirmar que os dados analisados a seguir representam os níveis mínimos de migração.

As entrevistas qualitativas, conduzidas com as famílias acompanhadas durante nove meses, em 1986, confirmam este fato. Há idas e vindas constantes do chefe, quando garoto, acompanhando seu pai, na juventude, sozinho mas já sendo chefe de família ou acompanhado da família. Mudanças de fazenda ou distrito mesclam-se à migração intermunicipal e interestadual de curta duração.

Mesmo através de histórias de vida, a reconstituição da trajetória não é completa. Aos erros de memória soma-se a própria concepção de migração bastante acanhada dos entrevistados. Não foram poucas as vezes em que os entrevistados, falando de situações fortuitas, traziam novas informações sobre mudanças, em geral acompanhadas de afirmativas como "mas isso foi por pouco tempo", "foi de menos importância nas andanças" ou "aconteceu muitas vezes, perdi a conta".

A diversidade de percurso dentro da trajetória básica até Rondônia e o pequeno número de casos pesquisados - 141 indivíduos com informação - impedem uma análise pormenorizada dos fluxos. No entanto, por mais genéricas que sejam as considerações que se seguem, elas permitem algumas constatações interessantes.

Para o conjunto dos chefes, 75,9% (107 casos) residiram por mais de um ano em dois ou mais estados, antes da ida para Rondônia. A maioria desses indivíduos residiu em até quatro estados, havendo um que chegou a morar em nove estados. Em termos do número de deslocamentos, os contingentes mais importantes são aqueles com dois e três, representando respectivamente 34,8% e 29,1%. Em seguida, vêm aqueles com um deslocamento somando 24,1%. As demais classes apresentam valores bem menores. A Tabela 4.3 traz o quadro completo.

Estes dados são de difícil comparação, com outros trabalhos, pois os referenciais adotados são invariavelmente diferentes. Os dados podem, a princípio, não representar grande número de deslocamentos; tomando em conta que se trata de migração interestadual com residência por mais de um ano no novo estado, os números ganham novo sentido.

TABELA 4.3 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO SEGUNDO A MIGRAÇÃO INTERESTADUAL. \*

MIGRAÇÃO N	CHEFES DE DOMICÍLIO	
	N	%
1	34	24,1
2	49	34,8
3	41	29,1
4	12	8,5
5 ou +	5	3,5
TOTAL	141	100,0

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1987 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: \* Inclui a ida a Rondônia.

Lopes (1983:55), mostra que parceiros do PIC Ouro Preto (Rondônia) têm uma migração inferior aos de Machadinho. Considerando a migração interestadual superior a seis meses, 38,5% acusavam uma etapa migratória, 34,4% duas, 19,8% três e 7,3% quatro ou mais deslocamentos.

Já trabalho do CEPAMI (1988), apresenta maior migração, quando comparado aos dados de Machadinho. Entretanto, nesse trabalho não se delimita os referenciais de tempo e espaço. Para as 14 localidades pesquisadas em Rondônia, incluindo municípios e projetos de colonização, áreas rural e urbana, dos 1.866 domicílios visitados, apenas 15,1% afirmaram que a vinda para Rondônia representava a primeira migração. Pouco mais que 55% migraram de três a sete vezes e 9% migraram oito ou mais vezes. Há casos extremos de mais de 25 deslocamentos (Cepami, 1988:9).

O exame da ordem cronológica dos estados de residência dos 75,9% (107 casos) de chefes que migraram, revela um total de 192 deslocamentos. Isto representa uma média de 1,8 deslocamentos para cada chefe, que passa a 2,8, incluindo-se a ida para Rondônia. Assumindo essa migração para o conjunto de chefes entrevistados (143 indivíduos com informação), que inclui os que só moraram em um estado, a média de deslocamentos até a chegada a Rondônia é igual a 2,3.

A comparação das informações dos chefes com o mesmo estado para nascimento, criação e residência anterior, com os seus dados da ordem cronológica dos estados de procedência antes de

Rondônia, revela que, em pelo menos 13 casos (9,1%), ocorre migração de retorno. Alguns destes casos mostram que não é uma migração de retorno direta, havendo indivíduos que mencionam a passagem por quatro ou mais estados distintos.

Entre os 75,9% (107 casos) de chefes que declararam que haviam morado em mais de um estado antes da ida para Rondônia, a maioria corresponde a indivíduos que só tiveram migração inter-regional. Esta migração soma 66,4% do total, os com intra-regional 13,1%, e os indivíduos que tiveram deslocamentos inter e intra-regionais perfazem 20,5%.

Mais da metade dos indivíduos com migração inter-regional só a fizeram uma vez, havendo no entanto casos de até quatro movimentos. Entre os que migraram dentro de suas próprias regiões, os casos se distribuem entre um, dois e três deslocamentos. Para os que combinam movimentos inter e intra-regionais, o mais comum é o indivíduo com dois deslocamentos, uma de cada tipo. Entretanto, há o caso extremo de seis movimentos inter-regionais, complementadas com duas intra.

As regiões Sudeste e Sul representam os maiores pesos em termos da migração. A primeira é a maior quanto à origem dos deslocamentos; a segunda, quanto ao destino. Ambas destacam-se também em termos das migração intra-regional, representando juntas quase 90% do total.

Em termos dos estados, o Paraná é o que isoladamente mais atrai migrantes. Ao mesmo tempo é passagem de migração para o Centro-Oeste ou de retorno a São Paulo. Os deslocamentos para São Paulo representam quase a totalidade do movimento do Sul em direção ao Sudeste. "Ex-brasiguaios" também estão presentes. Há migração em direção ao Paraguai, como a presença de retornados para o próprio Paraná e estados da região Sudeste.

Minas Gerais é o ponto de partida ou passagem obrigatória para muitos. O trajeto para o Paraná é o mais expressivo, havendo a nível intra-regional, movimentos e trocas populacionais com Espírito Santo e São Paulo.

Também nos deslocamentos intermediários antes da ida para Rondônia, o Centro-Oeste surge mais como receptor, mantendo poucas trocas com as demais regiões. O Nordeste mantém a posição de fornecedor de população (chefes mais velhos), havendo, no entanto, alguns deslocamentos no sentido Sudeste-Nordeste. A migração interestadual, agrupada por região, é apontada na Tabela 4.4.

TABELA 4.4 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO SEGUNDO A MIGRAÇÃO INTERESTADUAL INTERMEDIÁRIA AGRUPADA POR REGIÃO DE ORIGEM E DESTINO, ANTES DA IDA A RONDÔNIA.

REGIÃO DE ORIGEM	REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE DESTINO				
	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
NORDESTE	0,5%	4,2%	5,2%	5,2%	15,1% (29)
SUDESTE	4,2%	14,0%	27,6%	7,8%	53,6% (103)
SUL	0,5%	10,9%	8,9% *	4,2%	24,5% (47)
CENTRO-OESTE	0,5%	2,1%	2,1%	2,1%	6,8% (13)
TOTAL	5,7% (11)	31,2% (60)	43,8% (84)	19,3% (37)	100,0% (192)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1987 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. A divisão regional não inclui o Estado de Tocantins, pois foi criado após a coleta dos dados.

2. Não inclui a migração para Rondônia e os valores entre parênteses indicam o número de casos.

\* Inclui 10 deslocamentos internacionais: 6 Paraná-Paraguai e 4 Paraguai-Paraná.

Concluindo, apesar de todas as restrições acima apontadas, pode-se afirmar que os dados são indicativos de fortes movimentos migratórios. Creditam, à população pesquisada, a clara noção de errantes já a partir dos primeiros anos de vida e que se intensifica em anos mais recentes, em termos do número de mudanças e das distâncias percorridas.

As trajetórias migratórias dos chefes mais velhos, na maioria nordestinos, revelam os grandes deslocamentos campo-cidade e do Nordeste para as regiões Sudeste e Sul, que marcaram a migração interna do país em décadas mais remotas. Mostram a atração e repulsão populacional que marcou o "roteiro do café", no Paraná.

A migração mais recente e em maior número - em média 2,8 deslocamentos interestaduais, com residência por mais de um ano nos estados - representa uma nova fase da migração interna do país marcada pela "itinerância dos excluídos". A sucessiva migração, quase sempre permeada de expectativas frustradas e projetos inviabilizados, forja uma mutabilidade intermitente que terá implicações no

assentamento na fronteira. O "*querer um lote*" confronta-se com o "*não se prender ao lote*". Os fracos laços emocionais com um chão específico na fronteira, aliados às adversidades presentes e vivências passadas minam, até certo ponto, os elementos de credibilidade e sustentabilidade do sonho de liberdade e a esperança de dias melhores em terra própria.

### 4.3 EXPERIÊNCIA URBANA: AS GRANDES CIDADES<sup>39</sup>

O crescimento de áreas urbanas na Amazônia assim como a presença de migrantes de origem urbana na fronteira, já foram apontados pelo Censo Demográfico de 1980 e, em parte, analisado pela bibliografia (Monte-Mór, 1980; Becker, 1982; Henriques, 1985; Martine & Turchi, 1988; Torres, 1988 e Sawyer, 1989). As informações coletadas em Machadinho vão na mesma direção.

Os dados dos chefes de domicílio de Machadinho, sobre os locais de residência e trabalho no ano anterior à migração para Rondônia, revelam que 37,9% moravam em área urbana e 30,1% nela trabalhavam.<sup>40</sup> Apesar destes percentuais serem significativos, subestimam a experiência urbana dos entrevistados.

Indagados sobre a residência por mais de um ano, em área urbana, 63,7% afirmaram que a possuíam, enquanto 60,7% trabalharam por mais de um ano nesse contexto. Ao mesmo tempo, mais de 97% dos entrevistados também haviam morado ou trabalhado por mais de um ano na área rural. A Tabela 4.5 traz estes dados.

---

<sup>39</sup> Com pequenas exceções, os dados aqui apresentados sobre a experiência urbana seguem o perfil dos 834 chefes de Machadinho entrevistados em 1987 analisado por Torres (1988).

<sup>40</sup> Em Rondônia em 1980, 34,4% dos não naturais dos município onde residiam tinham como situação de domicílio anterior a área urbana e 64,6% a rural (IBGE - 1982. Censo Demográfico de 1980 - Rondônia - Dados Gerais, Tabela 2.13).

Este panorama sugere que os chefes forjaram suas vidas num contexto de decomposição da estrutura agrária, mesclando experiências rurais e urbanas, caracterizadas por sucessiva migração.

TABELA 4.5 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO SEGUNDO AS EXPERIÊNCIAS URBANA E RURAL DE RESIDÊNCIA E TRABALHO.

VARIÁVEIS	URBANO	RURAL
RESIDÊNCIA POR MAIS DE UM ANO *	63,7% (144)	97,6% (145)
RESIDÊNCIA NO ÚLTIMO ANO	37,9%	62,1% (145)
TRABALHO POR MAIS DE UM ANO *	60,7% (145)	97,2% (144)
TRABALHO NO ÚLTIMO ANO	30,1%	69,9% (143)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1987 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. Dados entre parenteses referem-se ao total de casos com informação para a questão.

\* Permitem resposta múltipla e portanto não somam 100%.

Essa experiência urbana apontada, é significativa não apenas quanto ao percentual dos que a possuem, mas quanto ao porte da maior cidade onde residiram ou trabalharam. Considerou-se 1980 como ano de referência, para as categorias de tamanho das cidades.

Oitenta por cento dos que têm experiência urbana indicaram cidades fora da região Norte. Apenas 20% apontaram cidades de Rondônia, o que não exclui a possibilidade de terem experiência com cidades menores, em outros estados.

Entre aqueles com experiência urbana, 61,1% residiram ou trabalharam em cidades com mais de 100.000 habitantes. Excluindo-se as cidades de Rondônia, esse percentual sobe para 69,5%, sendo mais da metade representado por regiões metropolitanas. São Paulo é a cidade com maior número de casos (18), havendo menções a Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba. Estes e outros dados estão na Tabela 4.6.

Entre as outras capitais mencionadas, mas que não constituem região metropolitana, estão por ordem decrescente de casos, Porto Velho, Cuiabá, Natal, Campo Grande e Vitória. As três últimas com apenas um caso cada. Das cidades do interior com mais de 100.000 habitantes, destacam-se, pela importância, Campinas-SP, São José dos Campos-SP e Uberlândia-MG.

TABELA 4.6 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO SEGUNDO A MAIOR CIDADE DE RESIDÊNCIA OU TRABALHO.

CIDADES POR NÚMERO DE HABITANTES	SEM AS CIDADES DE RONDÔNIA	COM AS CIDADES DE RONDÔNIA
REG. METROPOLITANA *	36,1% (26)	28,9% (26)
MAIS DE 100.000	33,4% (24)	32,2% (29)
DE 50.001 A 100.000	9,7% (7)	20,0% (18)
ATE 50.000	20,8% (15)	18,9% (17)
TOTAL	100,0% (72)	100,0% (90)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1987 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. Valores entre parênteses indicam o número de casos.

2. Tamanho das cidades segundo o Censo Demográfico de 1980.

\* Das 9 regiões metropolitanas (1980), são mencionadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba.

As cidades de 50-100.000 habitantes representam 20% do total, caindo para pouco menos de 10% se desconsideradas as cidades de Rondônia. É pequeno o peso das cidades com menos de 25.000 habitantes. Das cidades de Rondônia, Ariquemes (53.000 hab.) é citada 11 vezes, vindo depois Porto Velho, Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste e Rolim de Moura.

A experiência de um migrante condensa a vivência em contextos rurais e urbanos, e o contato com grandes centros. *Nascido e criado no Paraná, esse migrante morou, até pouco mais de 20 anos, com os pais. Inicialmente trabalhou com o pai e demais irmãos e, posteriormente, com parentes da esposa. Sempre envolvido com a formação de cafezais, chegou depois de alguns anos, a obter condições vantajosas nos contratos que lhe permitiriam possuir alguma terra. Geadas sucessivas aniquilaram as boas perspectivas, levando-o a transferir-se para a Grande São Paulo, onde alguns primos trabalhavam como carpinteiros.*

*Durante o primeiro ano trabalhou como ajudante de carpinteiro. Contatos com os empreiteiros acabaram redundando em um emprego na indústria metalúrgica. Inicialmente contratado como carregador de chapas, foi sendo promovido e chegou, com registro em carteira, a meio oficial de funilaria. Segundo o entrevistado, apesar de não receber como oficial pleno, exercia quase todos os serviços de responsabilidade, exclusivos desses profissionais.*

*Com o agravamento da recessão acabou incluído em um dos cortes drásticos de pessoal, em meados da década de oitenta. A procura incessante por uma nova colocação, mesmo em trabalhos não qualificados, foi em vão. Após seis meses praticamente parado e vivendo em parte com o apoio de amigos, resolveu ir para Rondônia, onde alguns parentes possuíam lote e estavam contentes.*

*Ao todo, residiu 16 anos na Grande São Paulo, mudando algumas vezes de município. Pelo que relatou, sentia-se integrado à vida de uma grande cidade e o pequeno terreno de sua casa permitia-lhe plantar "alguma coisinha" e mantê-lo em contato com "o vigor da terra".*

*Apesar de morar em bairros mais periféricos, tinha acesso à infra-estrutura típica de regiões urbanas. O emprego na indústria metalúrgica garantia, à sua família, assistência médica especializada, boas oportunidades de lazer e cursos diversos para os filhos (por exemplo, datilografia, auxiliar de escritório e contabilidade elementar). O filho mais velho, ainda menor de idade, já trabalhava em um banco e, o segundo, estava prestes a tornar-se mensageiro quando foram para Rondônia.*

Resumindo, esses dados não deixam dúvidas sobre a experiência dos chefes de domicílio de Machadinho em importantes centros urbanos de médio e grande portes. Mais de 60% deles já trabalharam ou residiram em cidades por mais de um ano, e 36,1% moraram em regiões metropolitanas (25% na cidade de São Paulo).

Este quadro é importante na construção do argumento aqui esboçado e aprofundado no terceiro capítulo. A vivência em contextos rurais e urbanos sugere que a socialização rural dos chefes foi, em muitos sentidos, urbanizada, mas talvez não completamente, já que o apego à terra permanece forte e os motiva a migrarem e buscarem um lote.

Carregando consigo valores tipicamente urbanos, demandam os serviços existentes nesses contextos e procuram reproduzir, na fronteira, um padrão de consumo mais urbanizado (Monte-Mór, 1980:137 e Torres, 1988:496). Em áreas de assentamento recente, que é o caso de Machadinho, defrontam-se com a impossibilidade que esse urbano acabado materialize-se a um só tempo, em um

espaço até há pouco virgem e desabitado. As ambigüidades refletirão no nível familiar em diferentes esferas, entre as quais o processo de trabalho e a fecundidade, criando um panorama de perplexidade. (Sydenstricker, 1990b:38 e 88-92).

Os dados sobre história migratória, aqui trabalhados, têm uma importância do ponto de vista metodológico. Como bem anotou Torres, através de perguntas simples, incluídas no "survey", é possível obter informações relevantes sobre a trajetória dos migrantes. São dados não obtidos através de análises do tipo origem e destino, e não necessitam de técnicas mais sofisticadas como histórias de vida (Torres, 1988:495).

#### 4.4 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Dados sobre os chefes, no ano anterior à ida para Rondônia, revelam que a maioria não possuía imóveis e exercia atividades agrícolas. No entanto, havia também um contingente de trabalhadores urbanos qualificados. A Tabela 4.7 apresenta os dados sobre a propriedade de imóveis e a ocupação exercida.

Como mostra a tabela, quase 74% dos entrevistados não possuíam imóvel urbano e os sem propriedade rural ultrapassavam os 88%. Os que não possuíam qualquer tipo de imóvel alcançavam 64,0% e apenas 4,8% dos chefes eram proprietários, nas áreas rural e urbana.

Em termos da ocupação principal, neste mesmo período, quase 70% estavam envolvidos em atividades agrícolas e os demais em urbanas, sendo que, entre estes, alguns exerciam trabalho qualificado. Entre os trabalhadores agrícolas destacam-se os parceiros, sob diversas formas de contrato, os braçais e os agricultores familiares. A parceria, meia e pequenos arrendamentos representavam a atividade

principal para 33,6% do total de chefes entrevistados, enquanto o trabalho braçal e a agricultura familiar, 15,7% cada.

TABELA 4.7 - CHEFES DE DOMICILIO DE MACHADINHO ANTES DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS.

VARIÁVEIS	%	% ACUMULADO
PROPRIEDADE RURAL		
NÃO POSSUI	88,6% (117)	
POSSUI	11,4% (15)	100,0% (132)
PROPRIEDADE URBANA		
NÃO POSSUI	73,7% (101)	
POSSUI	26,3% (36)	100,0% (137)
OCUPAÇÃO		
TRABALHO RURAL		
BRACAL	15,7% (22)	
AGRIC. FAMILIAR	15,7% (22)	
PARCEIRO	33,6% (47)	
OUTROS	4,3% (6)	69,3% (97)
TRABALHO URBANO		
NÃO QUALIFICADO	14,3% (20)	
QUALIFICADO	13,6% (19)	
OUTROS	2,8% (4)	100,0% (140)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1987 - Arquivo MD03ANÓS.

Obs: 1. Valores entre parênteses indicam o número de casos.

Na área urbana, trabalhadores não qualificados somavam 14,3% e, os qualificados, 13,6%. Os trabalhadores urbanos não qualificados agrupam servente, ajudantes de pedreiro e carpinteiro, pintor, aprendiz e ajudante na metalurgia, mensageiro, vigilante, zelador, balconista, camelô e varredor de rua. Já os qualificados reúnem motorista de caminhão ou ônibus, tratorista, mecânico de automóveis, operário especializado das indústrias metalúrgica, química, alimentícia e de material de construção, carpinteiro e marceneiro. Outras ocupações somam 7,1%, sendo 2,8% para a área urbana e 4,3% para a rural.

Como já mencionado, aguardar a concessão do lote em Rondônia é uma prática comum, em função de uma demanda crescente por terras e da morosidade dos órgãos públicos na abertura de novas áreas de colonização. A espera de alguns anos é mencionada com frequência pelos parceiros. São poucos os que, chegando em Rondônia, se estabelecem imediatamente no seu lote. No entanto, por mais

demorado que seja esse período, é sempre referido como uma etapa intermediária na aquisição do lote de terra.

Tendo em vista este fato, foram analisadas algumas características sócio-econômicas dos chefes com residência anterior em outra localidade de Rondônia, em dois momentos: no ano anterior à chegada a Rondônia (região de origem) e, em Rondônia, no ano anterior à mudança para Machadinho. Para cada grupo de dados analisou-se a alteração de estado entre os dois momentos, através do teste de proporção - estatística z - considerando-se o nível de significância igual a 5% ( $\alpha = 0,05$ ).<sup>41</sup>

Os municípios de Ariquemes, Jaru e Ouro Preto D'Oeste representam, em conjunto, a parada intermediária para 94,0% desses chefes. Os 6,0% restantes são para outras localidades de Rondônia. Ariquemes é, de longe, o município de maior peso, com 72,4% do total, vindo em seguida Jaru, com 14,9%.

A comparação entre as situações - urbano e rural - dos locais de residência e trabalho nos dois momentos, evidenciou uma "ruralização" ( $\alpha = 0,05$ ), com a mudança para Rondônia em ambos os casos. Os cálculos dos dados de residência indicaram  $z = 6,50$ , enquanto os de trabalho,  $z = 7,61$ . As Tabelas 4.8 e 4.9 apresentam os dados que originaram os resultados acima.

TABELA 4.8 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA ANTES DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA, E SUA MUDANÇA OU NÃO, APÓS A MIGRAÇÃO.

SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA ANTES	SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DEPOIS		
	NÃO MUDOU	MUDOU	TOTAL
URBANO	12,9% (17)	24,2% (32)	37,1% (49)
RURAL	53,8% (71)	9,1% (12)	62,9% (83)
TOTAL	66,7% (88)	33,3% (44)	100,0% (132)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1987 - Arquivo MDO3ANOS.  
Obs: 1. Valores entre parênteses indicam o número de casos.

<sup>41</sup>

A estatística z não é o teste mais apropriado, já que as amostras são menores que 100. No entanto, os valores de z encontrados são altos, indicando que um teste mais refinado dificilmente apontaria resultado contrário. Aliado a isto, os resultados a que se chegou reafirmam os verificados para o total dos - parceiros entrevistados nos "surveys".

TABELA 4.9 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE TRABALHO ANTES DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA, E SUA MUDANÇA OU NÃO, APÓS A MIGRAÇÃO.

SITUAÇÃO DE TRABALHO ANTES	SITUAÇÃO DE TRABALHO DEPOIS		
	NÃO MUDOU	MUDOU	TOTAL
URBANO	8,5% (11)	20,2% (26)	28,7% (37)
RURAL	65,1% (84)	6,2% (8)	71,3% (92)
TOTAL	73,6% (95)	26,4% (34)	100,0% (129)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1987 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. Valores entre parênteses indicam o número de casos.

Entre os chefes, que moraram em outra localidade em Rondônia, o percentual de proprietários na região de origem é ainda menor que o do conjunto dos chefes entrevistados em Machadinho (Tabela 4.7). Esta constatação reforça a situação apontada em depoimentos de parceiros mais capitalizados de Machadinho. Alguns migrantes, com mais recursos e em alguns casos mais informados sobre o processo de colonização da região, foram direto para a área de assentamento. A passagem por outras localidades de Rondônia, quando houve, foi curta, não caracterizando uma fixação temporária.

Dados sobre a propriedade ou não de imóveis rural e urbano nos dois momentos - região de origem e a localidade em Rondônia antes da mudança para Machadinho (dados não apresentados) - mostram de uma forma geral a perda do "status" de proprietário, em todos os cruzamentos, com a migração. No entanto, o decréscimo não é estatisticamente relevante ( $\alpha = 0,05$ ).

A análise da ocupação, nos dois momentos considerados, é complicada. Isto se deve a fatores de duas ordens: uma numérica e outra conceitual. No que se refere à primeira, o pequeno número de casos examinados implica em algumas caselas em branco, mesmo agrupando-se os dados em poucas classes.

Quanto à segunda, nem sempre pode-se definir claramente a ocupação. Apesar de haver uma ocupação principal, é comum o exercício concomitante de atividades nem sempre correlatas. Além disso,

exceto nos casos extremos, é difícil precisar os graus de qualificação requerida e de autonomia existente quanto ao controle e decisão no processo de trabalho. Isto é ainda mais sentido quando se compara, como é o caso, ocupações exercidas em contextos distintos sob vários aspectos.

A ocupação principal, nos dois momentos, foi analisada segundo cinco grupos ocupacionais: braçal agrícola, parceiro, agricultor familiar, trabalhadores urbanos não qualificados e qualificados.<sup>42</sup> Eles reúnem 88% dos chefes com informações. Os 12% restantes referem-se a ocupações rurais (extrativismo, tratorista) e urbana (comerciante proprietário) de pouca expressão no conjunto.

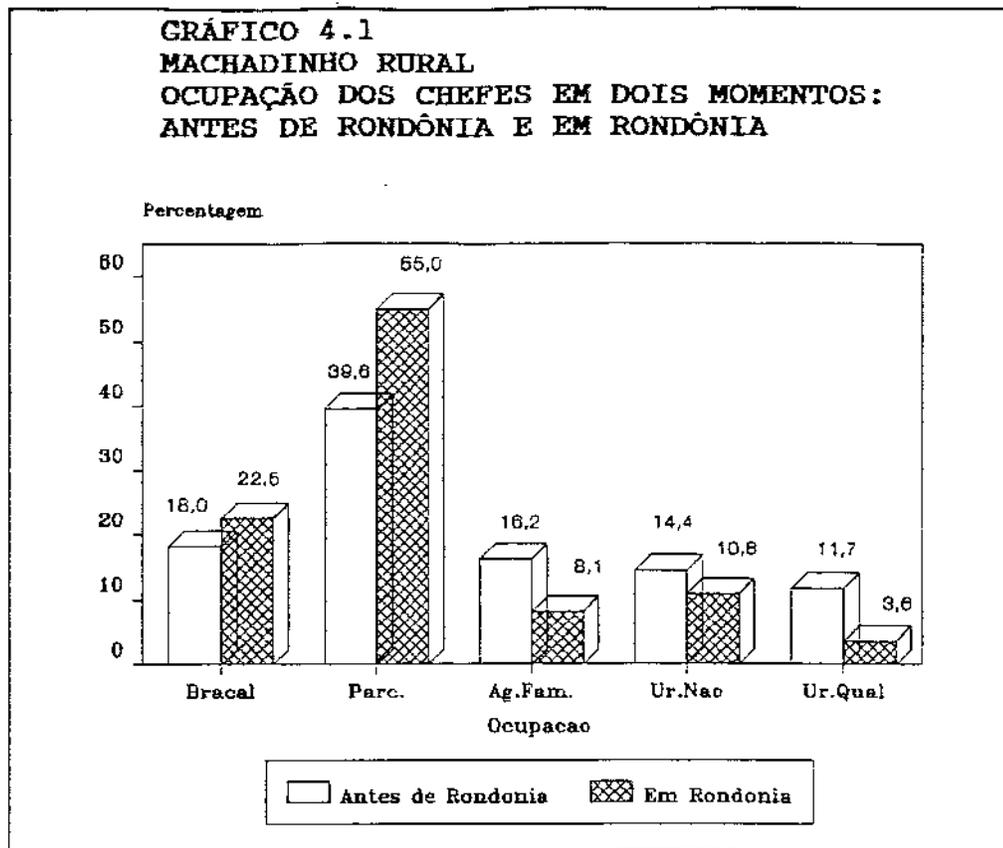
Os parceiros, sob diversas formas de contrato (percentagem, meia, pequenos arrendamentos...), compõem o principal grupo nos dois momentos. Eles correspondem à ocupação de quase 40% dos chefes antes de chegarem a Rondônia, alcançando 55% quando em Rondônia. Os braçais agrícolas, que incluem os trabalhadores volantes, tarefeiros e diaristas, são o segundo grupo mais importante, representando metade do percentual dos parceiros. Em seguida vêm, por ordem, os agricultores familiares, os trabalhadores urbanos não qualificados e os trabalhadores urbanos qualificados. O Gráfico 4.1 apresenta os cinco grupos ocupacionais nos dois momentos: na região de origem antes da mudança para Rondônia, e em Rondônia antes da ida para Machadinho.

Os testes de proporção para cada um dos grupos ocupacionais, nos dois momentos, mostram que é significativo ( $\alpha = 0,05$ ) o crescimento dos parceiros e os decréscimos dos agricultores familiares e dos trabalhadores urbanos qualificados, após a migração para Rondônia. Para os demais, os cálculos não apresentaram significância ( $\alpha = 0,05$ ).

---

42

Consideraram-se agricultores familiares os que assim se definiram e que não exerciam outra atividade agrícola remunerada. Em geral eram recém chegados a Rondônia que iam para a terra de parentes, permanecendo ali até conseguirem o seu lote. Trabalhavam na roça do parente, mas essa atividade não tinha um caráter empregatício ou de prestação de serviço. As ocupações incluídas nos grupos dos trabalhadores urbanos não qualificados, e qualificados, são as já mencionadas (Cf. no item anterior - 4.4 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS).



Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-7 - ARQUIVO MD03ANOS.

Os dados não permitem uma afirmação categórica sobre o exercício de atividades menos qualificadas em Rondônia, quando comparadas às ocupações exercidas na região de origem. No entanto, há evidências que sugerem isto. Por um lado, os dados mostram que alguns ex-pequenos arrendatários tornaram-se braçais agrícolas depois da migração e que, entre os trabalhadores urbanos qualificados, um terço passou a braçal agrícola.

Por outro lado, o exercício de atividades concomitantes e não correlatas, em Rondônia, é mais comum. Foram mencionados, entre outros, pedreiro/camelô, ajudante de serraria/parceiro, balconista/servente, tratador de suínos/agricultor e furador de poço/formador de cafezal. Estes casos,

assim como depoimentos de entrevistados, mostram que em Rondônia os migrantes "se defendem como podem", enquanto não conseguem o lote próprio. Um relato é ilustrativo.

*Como informou um entrevistado, no início de 1983 trouxe a família para Rondônia, indo morar próximo de um irmão que já estava no estado há algum tempo.*

*Durante quase dois anos, pulou de serviço em serviço, procurando manter a família e juntar recursos para aplicação no seu futuro lote. Trabalhou no começo como diarista na área rural, nos mais diversos serviços, combinando depois trabalhos como servente em uma construtora. Como relata, a situação era dura e às vezes chegava a pensar em voltar para Mato Grosso, onde tinha trabalhado como subgerente de um estabelecimento comercial. Suas mãos não mais estavam calejadas para o serviço da roça e as dificuldades impostas à família eram muito grandes. Segundo o entrevistado, a perspectiva de conseguir uma terra própria era o único elemento capaz de suplantar a dureza daquele momento e manter a esperança de dias melhores.*

*Alguns meses antes de receber o lote, passou a trabalhar por empreita em lavouras perenes. Os rendimentos eram maiores, mas bem abaixo do necessário para a formação de uma poupança.*

Dados dos chefes sobre a posição na ocupação e a contratação de mão-de-obra por eles, antes da chegada a Rondônia e em Rondônia, antes da ida a Machadinho, mostram que há uma tendência à desproletarização com a migração.

Através do cruzamento das duas variáveis disponíveis: "Naquele ano o Sr. era empregado" e "Naquele ano pagava outros para trabalhar", criou-se uma nova variável de posição na ocupação, para os dois momentos analisados. Mantendo um critério objetivo na construção das categorias, só foram considerados os casos onde os entrevistados responderam *sempre ou nunca* para as duas questões. Foram eliminados os que responderam eventualmente para uma das questões.

Assim, o empregado inclui os que declararam que eram empregados e não contratavam qualquer mão-de-obra. Os autônomos são os que não eram empregados e não contratavam mão-de-obra

e os empregadores reúnem os que não trabalhavam como empregado e contratavam mão-de-obra. Os resultados são apresentados na Tabela 4.10.

TABELA 4.10 - CHEFES DE DOMICÍLIO DE MACHADINHO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ANTES DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA, E SUA MUDANÇA OU NÃO, DEPOIS DA MIGRAÇÃO.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ANTES	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DEPOIS					TOTAL
	NÃO MUDOU	MUDOU				
		SUB-TOTAL	EMPREGADO	AUTÔNOMO		
EMPREGADO	29,5% (23)	23,1% (18)	*	20,5% (16)	2,6% (2)	2,6% (41)
AUTÔNOMO	34,6% (27)	5,1% (4)	5,1% (4)	*	-	39,7% (31)
EMPREGADOR	1,3% (1)	6,4% (5)	3,9% (3)	2,5% (2)	*	7,7% (6)
TOTAL	65,4% (51)	34,6% (27)	9,0% (7)	23,0% (18)	2,6% (2)	100,0% (78)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1987 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. Valores entre parênteses indicam o número de casos.

\* Incluído na coluna não mudou.

Como se vê na tabela, os autônomos, nos dois momentos analisados, somam mais de um terço do total de casos. Isto pode indicar duas situações distintas, sendo que, provavelmente, ambas ocorrem. Por um lado, boa parcela nunca foi proletarizada, tendo vivido de serviços "por conta". Por outro, a desproletarização poderia já estar em curso na região de origem antes da ida para Rondônia. As outras duas categorias que se seguem são os empregados, nos dois momentos (29,5%), e os empregados que passaram a trabalhar como autônomos após a mudança (20,5%).

Esta alteração de estado, assim como a dos empregados que se tornam empregadores, mostra que os migrantes vão trabalhar por conta própria, procurando minimizar a condição de subordinados e afirmar minimamente a autonomia em algumas esferas.

Para o exame da alteração de estado quanto à posição na ocupação, nos dois momentos, agregaram-se os dados da Tabela 4.10 em duas categorias - empregados e autônomos/empregadores. O teste de proporção revelou que a tendência à desproletarização ( $z = 2,48$ ), ou seja, ir trabalhar por conta própria, é significativa ( $\alpha = 0,05$ ).

A busca dessa autonomia é um tema recorrente nos depoimentos colhidos. Como dizia um lavrador, "*...aqui passo muito apuro, mas sou dono do meu tempo; adianto as tarefas conforme mostra a idéia e acordo sem o aperseio do patrão; trabalhando por conta da gente mesmo, o vigor e a vontade de labutar é mais forte*".

Resumindo, segundo os indicadores utilizados, nota-se que houve uma queda na qualidade de vida dos migrantes com a ida para Rondônia. A "ruralização" verificada, em termos do locais de residência e trabalho, significa um menor acesso aos serviços de assistência. Aliado a isto, o pequeno número de proprietários tende a decrescer, situação somente revertida com o recebimento do lote próprio.

Mesmo com os limites mencionados, o exame dos dados de ocupação e posição na ocupação mostra que há uma tendência à desproletarização e evidências de uma desqualificação, com a mudança para Rondônia. Os migrantes passam a trabalhar, em grande medida, por conta própria e em serviços que demandam menor qualificação.

Esse achado merece um comentário, pois vai contra as expectativas da Teoria da Modernização - desproletarização caminha com qualificação (Lerner, 1964). No caso aqui examinado, uma fronteira ainda em ocupação, reflete a precariedade do processo de institucionalização dos mercados de terra e mão-de-obra. Se há espaço para o balconista tornar-se um dono de supermercado e alimentar o sonho de ascensão e sucesso, há uma tendência muito mais forte do migrante trabalhar em atividades aquêm da qualificação alcançada em centros urbanos com um mercado de trabalho complexo.

A desproletarização não implica que a busca de autonomia estabeleça-se em todos os níveis e de forma contínua. Como se verá adiante, há uma confluência dinâmica das esferas de autonomia e subordinação, constituindo uma das contradições vivenciadas pelos migrantes.

#### 4.5 AQUISIÇÃO DO LOTE: O "TIMING" DO PROCESSO

Há muitas referências na bibliografia quanto à demora na aquisição de um lote, nas regiões de fronteira. Alguns trabalhos enfocam a incapacidade, dos órgãos públicos responsáveis pelos assentamentos, em atender uma demanda crescente por terra. Outros retêm-se em abordagens mais antropológicas e exploram, com riqueza de detalhes, as histórias pessoais que retratam essa realidade (Pacheco, 1979:91-94, Lando, 1979:71-75, Lopes, 1983:26-33 e Guimarães Neto, 1986).

São muitas as histórias que falam de demora na aquisição do lote. Algumas delas, de tão singulares, parecem que escapam da realidade e são mais uma estória de pesadelo e tormento. A gente só se acredita porque a voz, a face e o olhar embaçado de quem as conta, carregam as marcas inquestionáveis das durezas relatadas. O depoimento de um parceleiro colhido em Machadinho é comovente.

*Em 1971 este parceleiro foi para Rondônia com promessa de terra. Descontente com as altas rendas pagas a fazendeiros em Goiás, aceitou a proposta de trabalhar para uma empresa, dona de uma área a ser loteada em Rondônia. Como parte do pagamento receberia um lote de terra. Poucos meses depois de instalado na fazenda da loteadora, foi surpreendido pela polícia federal. A terra era grilada e, segundo seu relato, por pouco não foi preso como prova do crime. Saiu foragido da região, indo trabalhar em outra fazenda em município vizinho. Não tardou muito ocorreram desavenças entre fazendeiros vizinhos e, por pouco, não se converteu em vítima da ação dos "jagunços". Depois destas duas experiências, ainda tomou conta de culturas perenes em formação. Desistiu rapidamente, pois "só trabalho pros outros não dá nenhum futuro".*

*Informado de que o INCRA iria regularizar uma área em outro município, foi para lá e invadiu um pedaço. Em pouco tempo formou uma roça pequena. A família ficou morando em distrito próximo. Após seis meses de trabalho, descobriu que a terra era muito fraca. A única planta que dava bem era sapé,*

material usado como cobertura em substituição à telha. Desgostoso e necessitando de dinheiro, resolveu empregar-se.

Durante mais de um ano trabalhou em uma mineradora. Os filhos mais velhos o acompanharam, engajando-se posteriormente em equipes de prospecção. O salário era baixo e as condições de trabalho muito prejudiciais à saúde. Assim que pagou as dívidas contraídas, pediu demissão. Foi trabalhar na divisa com a Bolívia. Durante seis meses fez diversos serviços, sempre por empreita. Não ganhava bem, mas conseguia enviar algum dinheiro para o sustento da família, que não o acompanhou.

Um acidente súbito matou um de seus filhos. Amargurado com o ocorrido, deixou o trabalho e veio novamente morar com a família. Ficou alguns meses muito desnorteado, vagando sem rumo certo. Finalmente, instalou-se na região de Ji-Paraná, trazendo posteriormente a família. Assumiu a responsabilidade do trato de uma plantação de cacau. Estimulado pela família, inscreveu-se no INCRA para obtenção de um lote. Rapidamente foi selecionado. Segundo o seu relato, o lote designado era um brejo, havendo poucas áreas para plantio de culturas perenes. Além disso, a região estava infestada de malária, doença que já havia causado muitos males à família. Desistiu do lote no ato da entrega, continuando com o trato do cafezal.

Através do seu patrão, foi colocado em contato com um político ligado ao INCRA. Este interessou-se por seu caso, conseguindo uma audiência com um dos responsáveis pela seleção de candidatos a um outro projeto de colonização - Machadinho - na fase de entrega de lotes. Em menos de uma semana foi à área e recebeu um lote. Os dois lotes vizinhos foram entregues ao seu patrão e ao filho deste.

A partir daí, acertou uma rotina de trabalho menos rígida, que lhe permitia fazer algum roçado no lote. Em contrapartida passou a tomar conta dos lotes vizinhos, evitando invasões. Ao todo ficou quatro anos na região de Ji-Paraná, transferindo-se com a família para o seu lote, em 1985. Entre a chegada a Rondônia e a mudança para o lote, em Machadinho, transcorreram-se mais de 14 anos.

Para este parceleiro em particular, em decorrência de vários fatores, a ida para Machadinho poderá representar que ele finalmente se estabeleceu em terra própria. A vasta experiência em Rondônia já lhe evidenciou as adversidades da fronteira, tornando-o mais rude e provavelmente capaz de suplantar, menos dolorosamente, as constantes dificuldades.

Aliado a isto, o fato de ter vários filhos já criados, ainda residindo em sua casa, abre um leque maior de possibilidades nas estratégias de implementação do empreendimento no lote. No entanto, é difícil imaginar que a fixação em Machadinho ocorrerá para a maioria dos chefes; a desistência, abandono e venda de lotes estão presentes desde o início do assentamento e foram verificadas nos três anos de pesquisa.

Até onde foi pesquisado, não se encontrou, na bibliografia, trabalho sobre o "timing" desse processo, que abrange o período entre o migrante conhecer a região, pisar o seu solo pela primeira vez, até o dia da mudança para o lote próprio.

Informações coletadas permitem uma primeira quantificação do "timing". Os dados obtidos devem ser vistos dentro do escopo deste trabalho. Conjecturas específicas que envolveram a abertura do Projeto Machadinho, bem como características da população estudada, podem implicar em resultados não representativos para outros contextos do próprio estado. Não se pretende, portanto, a generalização das conclusões.

Foram considerados quatro intervalos de tempo, todos quantificados em meses. O primeiro compreende o período entre a primeira viagem do chefe a Rondônia (T1) e a sua mudança em definitivo (T2) *T-Viagem/Mudança (T2 - T1)*. O segundo refere-se ao tempo entre a sua chegada (T2) e o início da abertura do lote em Machadinho (T3) *T-Mudança/Abertura (T3 - T2)*. O terceiro representa os meses entre o início da abertura do lote (T3) e a moradia do chefe no lote (T4) *T-Abertura/Moradia (T4 - T3)*. O quarto e último, é uma medida resumo que abrange as três anteriores. Corresponde ao período entre a primeira vinda a Rondônia (T1) e a moradia no lote em Machadinho (T4) *T-Viagem/Moradia (T4 - T1)*.

Todos os intervalos de tempo apresentam uma grande dispersão dos dados. Esta dispersão revela, até certo ponto, a realidade da fronteira, onde tudo ou quase tudo pode acontecer. Sendo uma região em formação, as diversidades são muito mais nítidas, o estado de direito não está estabelecido e a propriedade não se configurou juridicamente. No limite, a viabilização da existência é fruto de "estratégias de assalto".

Através da separação em extratos homogêneos (subpopulações) eliminaram-se as observações discrepantes (outliers). Só foram considerados os extratos que agregavam a maior subpopulação para cada um dos intervalos. Assim, de um conjunto inicial que variava de 125 a 130 casos, conforme as variáveis consideradas, chegou-se a um grupo de 99 a 130 casos.

A Figura 4.1 apresenta os quatro intervalos de tempo e os respectivos "box-plot" - representação gráfica do esquema dos cinco números ou estatísticas de ordem - dando uma melhor noção do comportamento da curva. As estatísticas de ordem incluem: 1) Mediana, representada por um asterisco (\*); 2) Intervalo interquartil ( $Q3 - Q1$ ), representado por um retângulo que reúne 50% dos casos, tendo a mediana como eixo; e 3) Valores extremos inferior e superior. Os valores numéricos também foram incluídos (Bussab & Morettin, 1987:34-39).

No primeiro intervalo de tempo, *T-Viagem/Mudança (T2 - T1)*, o extrato considerado reúne 79,2% (99 casos) do total de casos com informação. Média, moda e mediana são iguais a zero, indicando que nesta subpopulação os chefes, ao irem para Rondônia, já vão de mudança.

Não ocorre uma visita anterior para conhecimento prévio da região. Em geral, esse conhecimento é obtido através de parentes e conhecidos que já estão em Rondônia, e mandam notícias por carta ou através de intermediários. Muitas vezes há um cunhado ou irmão que foi há alguns anos e, após estabelecido em seu lote, serve de apoio temporário para os que chegam depois.

FIGURA 4.1  
 CHEFES DE DOMICÍLIO DE MA  
 INTERVALOS DE TEMPO - ESQUEMA 1

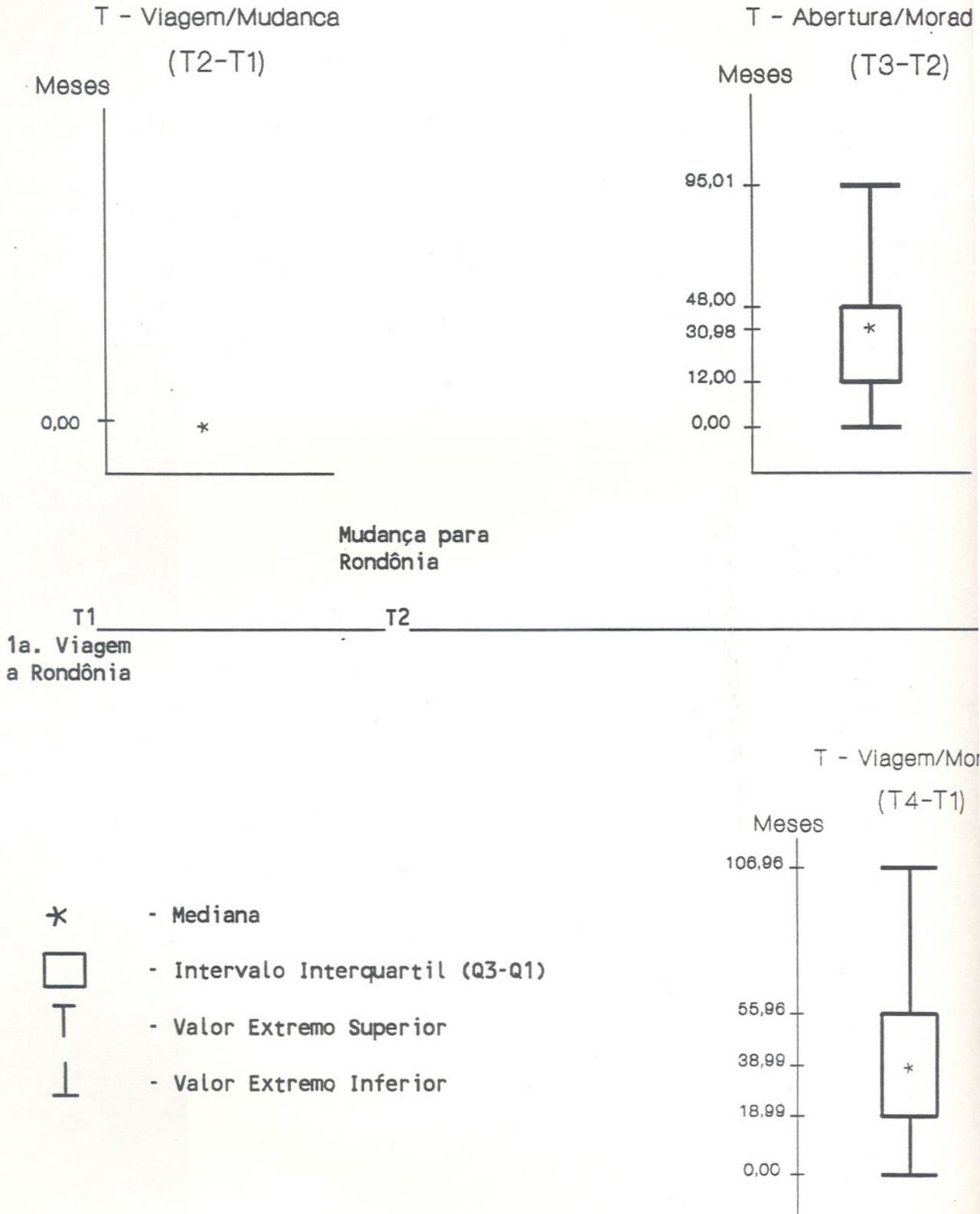
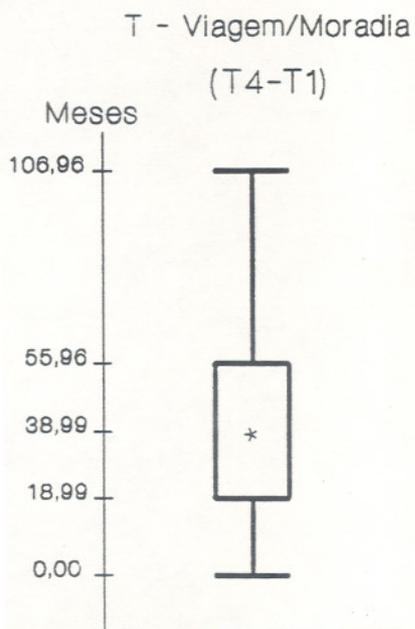
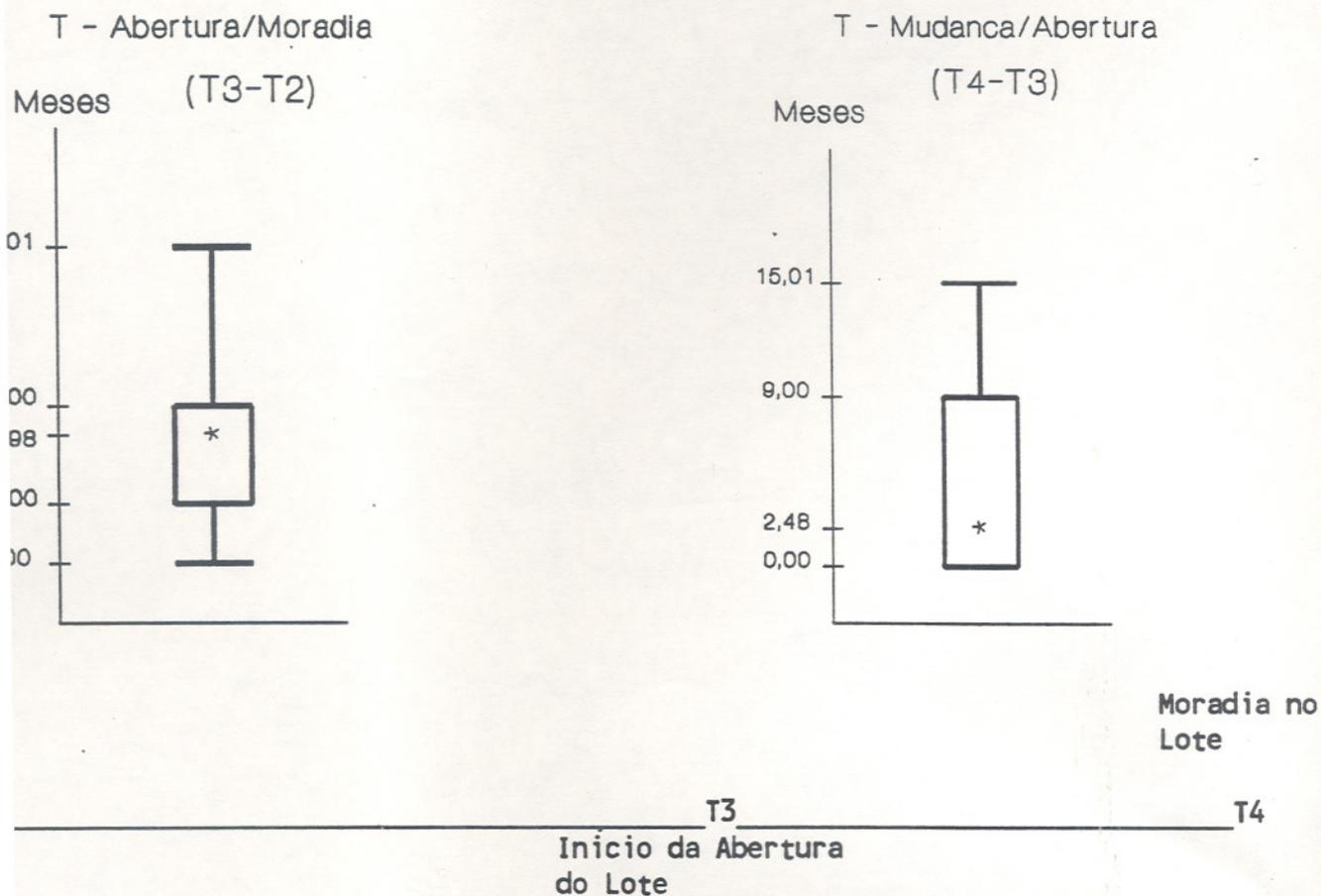


FIGURA 4.1  
 COMICÍLIO DE MACHADINHO  
 PO - ESQUEMA DOS 5 NÚMEROS



A própria distância é um elemento que reduz ou mesmo inviabiliza essa sondagem anterior. A rodovia só foi pavimentada em 1984, os custos de transporte são elevados e as comunicações tornam-se às vezes precárias e difíceis.

O intervalo *T-Mudança/Abertura* ( $T3 - T2$ ) é o tempo para se conseguir um lote. O extrato agrupa 118 casos, ou seja, 91,5% daqueles com informação disponível. O tempo médio é de 31,6 meses (desvio padrão igual 22,8 e mediana igual a 31,0). Isso mostra que, com pouco mais de dois anos e meio de residência em Rondônia, esses chefes conseguiram o lote.

Estes dados têm que ser vistos com certa cautela, pois há circunstâncias específicas a serem consideradas. Mais de 43% dos chefes chegaram a Rondônia a partir de 1982 e, 21,7% entre 1984 e 1985. Como já mencionado, os lotes de Machadinho foram entregues a partir de meados de 1984 e a primeira etapa representava mais de 1.700 lotes. Além disso, muitos contemplados não ocuparam seus lotes imediatamente, abrindo caminho para que migrantes, mais ousados, "colocassem serviço" em algum lote e adquirissem, a partir daí, o direito à terra. Assim, para um bom contingente de entrevistados, o tempo médio relativamente curto reflete a conjuntura momentânea favorável.

O terceiro intervalo de tempo considerado é o período que envolve a preparação da infraestrutura mínima no lote, para que a mudança seja possível. São os primeiros meses da fase de abertura, analisada detalhadamente no Capítulo 5. A média e mediana de *T-Abertura/Moradia* ( $T4 - T3$ ), são respectivamente 4,6 e 2,5 meses. Estes valores são baixos, considerando-se a distância e o isolamento de Machadinho em relação à BR-364 e áreas de intensa ocupação anterior.

A mudança para o lote encerra o primeiro ciclo dentro do processo maior, vivido pelo migrante: tornar-se parceiro e viver da produção do seu lote. A partir da mudança, inicia-se o segundo ciclo que é justamente o de implantar a infra-estrutura e as culturas que garantam a existência de sua família.

A medida resumo *T-Viagem/Moradia (T4 - T1)* corresponde à duração do primeiro ciclo. Numa subpopulação de 112 casos, 89,6% do total com informação disponível, a média e mediana são iguais a 39,0 meses (desvio padrão igual a 25,3) , ou seja, pouco mais de três anos. Aqui também, a conjuntura momentânea favorável, já referida, foi significativa no encurtamento do período.

Resumindo, a princípio os intervalos de tempo encontrados não são elevados, levando-se em conta que se trata da aquisição de uma propriedade rural. Mas, se forem considerados os objetivos e programas do INCRA, e as diversidades inerentes à fronteira, estes dados ganham novo sentido.

Do ponto de vista do parceleiro, esses períodos não são tempos de espera tranquila e paciente. Os cronogramas dos assentamentos sempre são dilatados e as postergações, nas datas de entrega de lotes, são freqüentes. Por isso mesmo, os migrantes acabam, na maioria das vezes, não assumindo trabalhos de maior retorno, já que os contratos determinam prazos que não sabem se poderão cumprir. Quando assumem, acabam perdendo dinheiro com a sua interrupção. Ao mesmo tempo, a experiência dos entrevistados mostra que é importante um acompanhamento de perto, o que implica em intermináveis visitas ao INCRA, para garantir o lugar na fila.

Este quadro gera um estado de incertezas extremamente desgastante e pouco produtivo. Como disse um entrevistado, o que em parte sentiu-se desenvolvendo o trabalho de campo, *"gente chegada do Sul, de mais das vezes esses doutores, acha nós tudo preguiçoso, gente de corpo mole prá enfrentar o serviço....mas eles não vão prá filas debaixo do solão forte, nos órgãos conseguir atestado, exame, fazer cadastro...isso toma todo o dia e dinheiro de passagem, almoço na rua....Aqui é lugar bacana, mas a vida judia demais"*.

## CAPÍTULO 5 - ABERTURA DO LOTE, PROCESSO PRODUTIVO E MOBILIDADE

Neste capítulo analisam-se o processo de trabalho e a abertura do lote ao longo de três anos. É dada particular ênfase à dinâmica das mudanças no grupo doméstico. Mostra-se que os parceiros dependem quase que exclusivamente da força braçal - daí a importância da família - e que as técnicas adotadas são muito rudimentares.

Apresenta-se, inicialmente, uma caracterização geral da população, com base nos indivíduos presentes em julho de 1986 - segundo levantamento de dados do "survey". O processo de trabalho e abertura do lote são examinados em dois momentos. O primeiro, refere-se ao período de julho de 1984 a junho de 1985, sendo analisado com base na dinâmica da chegada das pessoas a Machadinho. O segundo abarca os outros dois anos e é examinado através da mobilidade da população.

## 5.1 POPULAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

A população de Machadinho é jovem. Dados dos 761 indivíduos presentes, em julho de 1986, apontam uma idade média de 16,74 anos.<sup>43</sup> Para os homens é um pouco mais elevada, 17,70 anos, sendo igual a 14,92 anos para as mulheres. Como será mostrado a seguir, a população é integrada, em geral, por casais jovens com filhos pequenos ou adolescentes. Há também famílias em estágio mais avançado do ciclo vital, mas são em número reduzido.

A estrutura por idade e sexo indica uma razão de masculinidade igual a 1,28, que atinge valores maiores para algumas faixas específicas. Enquanto o grupo de 15-49 anos do sexo masculino representa 28,3% da população total, o feminino alcança 18,7%. A razão de masculinidade para este grupo é de 1,51. O Gráfico 5.1 apresenta a pirâmide etária, especificando a participação dos naturais de Rondônia.

O maior contingente de homens e rapazes é típico de áreas rurais, principalmente de regiões em fase de abertura de lote, como Machadinho. Representa a necessidade de braços para os serviços mais pesados.

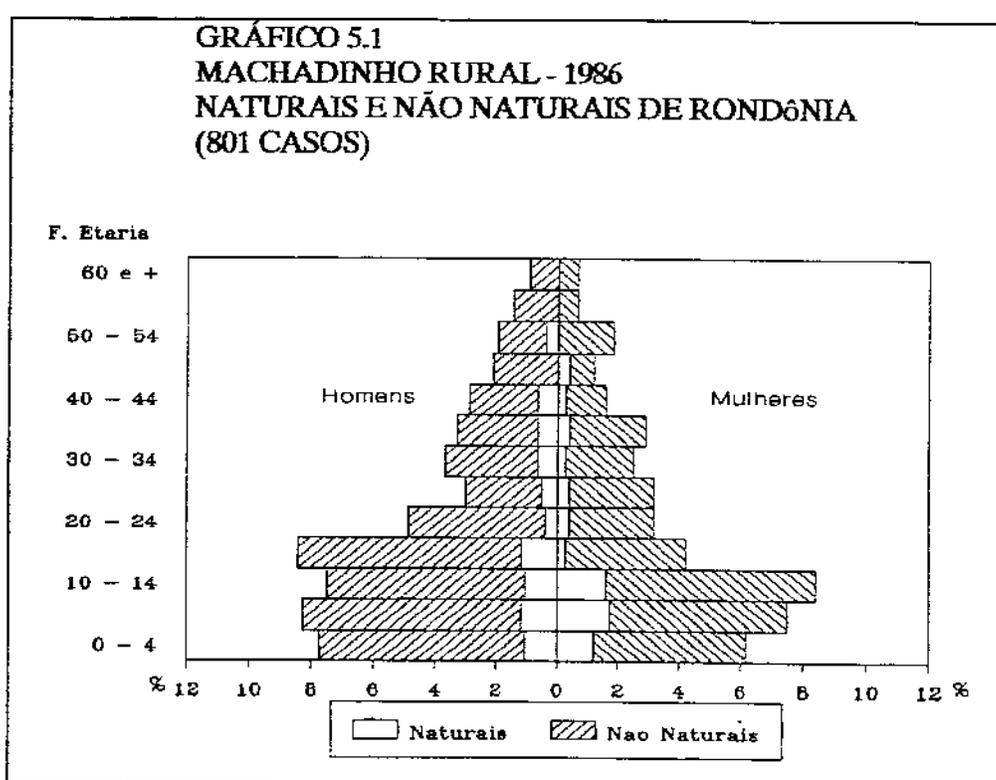
Algumas mudanças bruscas na pirâmide devem-se, em parte, ao pequeno número de casos. No entanto, duas merecem um comentário. A primeira, refere-se à entrada acentuada da pirâmide para os homens de 20-29 anos. Esta entrada já havia sido detectada para a faixa de 20-24 anos da população da *amostra* do levantamento de dados de 1986. Como sugeriram Sawyer e Sawyer, homens dessa faixa seriam muito jovens para serem chefes de família, com lote, e muito velhos para continuarem residindo com seus pais (Sawyer & Sawyer, 1987:42).

---

43

O Censo Demográfico de 1980 indica, para a população residente do Brasil e Rondônia, idade mediana igual a 20,17 e 16,83 anos, respectivamente (IBGE - 1982a. Censo Demográfico de 1980 - Rondônia - Dados Gerais, Tabela 1.1).

A segunda mudança ocorre na faixa etária de 10-14 anos do sexo feminino. Sua participação é proporcionalmente grande; o dobro da faixa seguinte (15-19 anos), e superior à faixa masculina correspondente. Este fato indica que a partir da instalação da infra-estrutura mínima no lote, que não é ainda suficiente para a mudança da família, as meninas dessa faixa acompanham os membros masculinos mais velhos. Garantem assim, um apoio em termos dos serviços domésticos, permitindo que os homens se dediquem inteiramente ao desmatamento. O restante da família vem alguns meses depois, quando estão asseguradas as condições e acomodações para todo o grupo.



Os dados de naturalidade apontam o pequeno peso dos nascidos em Rondônia. A maior parte da população pesquisada nasceu nos estados das regiões Sul e Sudeste. A primeira, responde por 40,0%, sendo que quase a totalidade no Paraná. A segunda, soma 22,5%, cabendo a Minas Gerais quase a metade deste montante.

A participação da região Norte chega a quase 15% do total. Como demonstra o Gráfico 5.1, isto se deve quase inteiramente aos nascidos em Rondônia que, na maioria, estão concentrados entre os menores de 15 anos. Os adultos naturais de Rondônia, encontrados em Machadinho, referem-se a seringueiros e seus parentes que já viviam na área antes do assentamento e foram contemplados com um lote pelo INCRA.

O Nordeste e o Centro-Oeste têm um peso um pouco menor, cabendo-lhes pouco mais de 10%. A região Centro-Oeste é aquela com menor participação. Há uma pequena parcela de filhos de brasileiros nascidos no Paraguai. A Tabela 5.1 apresenta o local de nascimento, segundo as regiões e estados mais representativos em cada uma delas.

TABELA 5.1 - POPULAÇÃO DE MACHADINHO, SEGUNDO O LOCAL DE NASCIMENTO.

LOCAL DE NASCIMENTO			ESTADOS MAIS SIGNIFICATIVOS		
REGIÕES					
NORTE	14,9%	(113)	RONDÔNIA	14,6%	(111)
NORDESTE	11,6%	(88)	BAHIA	6,4%	(49)
SUDESTE	22,5%	(171)	MINAS GERAIS	10,9%	(83)
SUL	40,0%	(305)	PARANÁ	38,3%	(291)
CENTRO-DESTE	10,7%	(81)	MATO GROSSO	5,4%	(41)
EXTERIOR	0,3%	(2)	PARAGUAI	0,3%	(2)
TOTAL	100,0%	(760)		75,9%	(577)

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1986 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. A divisão regional não inclui o Estado de Tocantins, pois foi criado após a coleta dos dados.

2. Valores entre parênteses indicam o número de casos.

Os domicílios são pequenos. Possuem em média 5,5 indivíduos, com moda igual a 5,0 e mediana igual a 7,0. Mais de três quartos (77,0%) dos domicílios são habitados por famílias nucleares. Bem abaixo vêm aqueles com família estendida, correspondendo a 13,6%, aparecendo em seguida os indivíduos vivendo sós e aqueles com família composta, respectivamente 6,5% e 2,9%.<sup>44</sup> Em termos

44

Com exceção dos domicílios unipessoais (um só morador), as demais categorias seguem a classificação dos domicílios, segundo a espécie de família utilizada no Censo 80. "A família foi considerada como Nuclear quando no domicílio residisse somente um chefe com filhos solteiros ou casal com ou sem filhos; Estendida quando no domicílio residisse além da família nuclear algum outro parente; e Composta quando no domicílio residisse além da família nuclear ou estendida, pessoa não parente". (IBGE - 1982b. Censo Demográfico de 1980 - Rondônia - Famílias e Domicílios:XXXVII).

das relações de parentesco, os chefes representam 18,3% dos indivíduos, os cônjuges 15,7% e os filhos 59,9%. Outros parentes e agregados somam 6,1%, cabendo aos últimos apenas 0,5%.

## 5.2 ABERTURA DO LOTE: MOMENTO DE TRANSIÇÃO

Os três anos cobertos pela pesquisa, de julho de 1984 a junho de 1987, correspondem aos primeiros anos da etapa conhecida como *Abertura do Lote*. Ela dura aproximadamente cinco anos, iniciando-se com o desmatamento e encerrando-se com as primeiras colheitas das culturas perenes. A abertura é um período difícil, uma vez que os retornos dos investimentos só ocorrerão depois de alguns anos.

Os primeiros anos da abertura correspondem, no modelo de análise de assentamentos proposto por Scudder (1985), ao segundo estágio ou *Transição*. Baseado em uma experiência de mais de 30 anos de estudos, sobre assentamentos humanos na África e Ásia, além do acesso e estudo dos relatórios de 34 projetos de assentamento financiados pelo Banco Mundial, no Terceiro Mundo, Scudder (1985) propõe que os assentamentos sejam analisados, segundo o "*modelo dinâmico do processo de assentamento em quatro estágios*". Este modelo abarca o período que vai da criação à emancipação do projeto de assentamento e os estágios são os seguintes:

- 1) Planejamento, implantação da infra-estrutura inicial e seleção de parceiros;
- 2) Transição;
- 3) Desenvolvimento econômico e social;
- 4) Transferência de responsabilidade e emancipação.

Apesar de esquemático, este modelo aponta as diferentes etapas, complexidades e perspectivas abertas no processo de ocupação e transformação de uma área com os assentamentos.

Segundo o autor, o segundo estágio (transição) tem recebido pouca atenção por parte dos planejadores, técnicos governamentais e órgãos financiadores. No entanto, é um período importante e de grandes implicações para a consolidação do assentamento. É a etapa onde os parceiros e seus familiares deverão readquirir a auto-suficiência, base para poderem assumir riscos, com novas formas de produção e novos tipos de organização.

Para Scudder, a palavra "transição" enfatiza dois pontos. Primeiro, que os parceiros estão mudando de um tipo de vida para outro. Segundo, que esta é uma fase temporária e, portanto, deve ter um fim, antes que a família assuma riscos e se engaje na diversificação de culturas e no aumento da produtividade.

Se, por um lado, este período pode ser reduzido com interferências e políticas governamentais bem planejadas, ele não pode ser eliminado. Esperar que os parceiros intensifiquem sua produção desde o início do assentamento constitui, expectativa desmedida (Scudder, 1985:133-4).

Alguns elementos qualificam esta mudança de vida mencionada por Scudder. Um novo espaço físico está sendo ocupado, o que representa não apenas uma outra moradia, mas um conjunto de novas relações, que interferem nas diferentes esferas da vida dos envolvidos. A rotina doméstica é alterada, atendendo novas demandas e desafios. Do ponto de vista produtivo, não há conhecimento pleno das condições climáticas, aptidões do solo, potenciais e perspectivas dos diferentes plantios. O aprendizado vem no transcorrer dos primeiros ciclos agrícolas, gerando incertezas, perdas e, algumas vezes, inviabilizando a permanência da família no lote.

Outra dimensão é a temporal. No caso de assentamentos na Amazônia, há uma real "volta no tempo". Não há luz nas casas, as comunicações e os transportes são limitados, as condições de vida precárias e os sistemas produtivos remontam aos utilizados no início do século. Enxada, foice e plantadeira manual são os instrumentos corriqueiros. No meio da mata, somente o barulho das motosserras revelam o momento presente.

### 5.3 DOIS MOMENTOS DE UM ÚNICO PROCESSO

A presença e o incremento populacional mensal na área pesquisada, ao longo dos três anos (1984-87), revelam dois aspectos: 1) As condições em que se deu a ocupação de Machadinho; 2) As diversidades, ao longo do período, quanto às demandas na abertura do lote e sazonalidade do ciclo agrícola.

Em grandes linhas há dois momentos distintos. O primeiro, com um crescimento exponencial, corresponde ao período entre julho de 1984 e junho de 1985. O segundo, refere-se aos dois anos seguintes, julho de 1985 a junho de 1987, indicando um crescimento em degraus que, quando ajustado, apresenta uma tendência de crescimento linear.

Baseado na questão "*Onde você passou a maior parte de cada mês desde julho do ano passado*", feita a todos os membros do domicílio, obteve-se o Gráfico 5.2 - Incremento Populacional Mensal por Sexo. Dos 651 entrevistados em julho de 1985, apenas 79 estavam no lote em Machadinho em julho de 1984. Um ano após, os mesmos domicílios acusavam uma população de 714 indivíduos, chegando em junho de 1987 a 870.

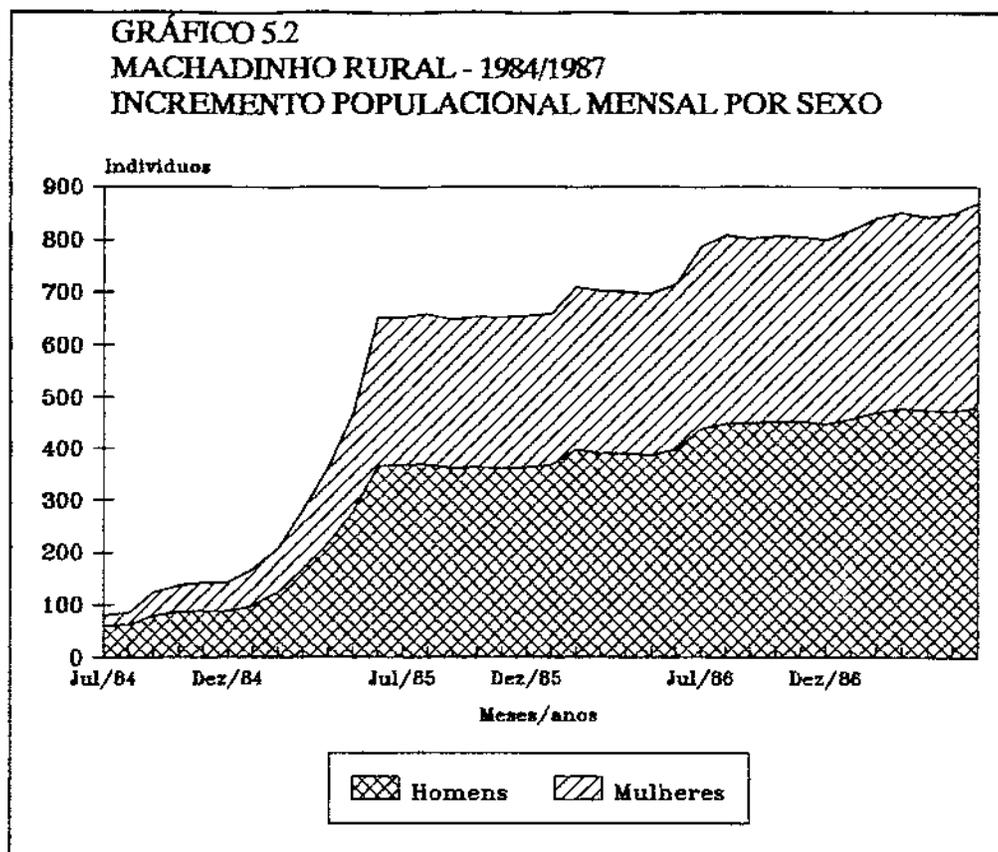
No primeiro ano, o contingente de indivíduos do sexo masculino é bem maior. A partir do final deste ano e ao longo dos demais, a participação feminina cresce proporcionalmente mais, mas mantém-se ainda aquém da masculina.

Os degraus bem marcados do segundo ano, julho de 1985 a junho de 1986, se ajustados, seguiriam as ondulações mais suaves verificadas no ano seguinte. Eles correspondem aos domicílios que estavam fechados em 1986, mas cujos membros foram entrevistados em 1985 e 1987, e foram incluídos no Arquivo MDO3ANOS.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup>

Os critérios para criação do arquivo de dados estão no Capítulo 3, item 3.3 ARQUIVO LONGITUDINAL MDO3ANOS.



Fonte: Malária na Fronteira Amazônica. 1985-7 Arquivo MDO3ANOS.

Por motivos analíticos, o processo de abertura do lote será reconstituído com base nos dois momentos distintos mencionados: 1984-85 e 1985-87. Ressalta-se no entanto que eles integram um único processo.

#### 5.4 DOMAR A TERRA: O PRIMEIRO MOMENTO

O primeiro ano (1984-85), daqui para frente designado de *implantação*, marca, em grandes linhas, o período de preparação para o início do desenvolvimento de atividades agropecuárias mais sistemáticas. Circunstâncias particulares podem diminuí-la ou ampliá-la, mas ela leva, em geral, de seis

meses a um ano. Abrange, portanto, um período maior que o intervalo de tempo *T-Abertura/Moradia*, mencionado anteriormente.

Em conseqüência das condições em que se deu a ocupação de Machadinho, o período de julho de 1984 a junho de 1985 foi um ano agrícola atípico. Por um lado, houve pouco trabalho nos lotes. Por outro, os parceiros mudaram-se para Machadinho em condições muito precárias e bem aquém do que pretendiam.

A maioria dos lotes foi entregue em julho/agosto de 1984, época em que a derrubada já deveria estar em curso. Além disso, com as recorrentes postergações na entrega das glebas, mais de 90% dos chefes entrevistados estavam trabalhando em outras localidades de Rondônia. Entre estes, havia muitos com empreitas ou contratos de parceria em andamento. Assim, premidos duplamente pela falta de tempo, os parceiros realizaram pouco serviço no lote, sendo que 39,7% só começaram a trabalhar a terra em 1985.<sup>46</sup>

Segundo a avaliação dos próprios parceiros, em muitos casos a mudança para o lote ocorreu antes que a infra-estrutura mínima, para receber a família, estivesse concluída. Depoimentos colhidos mostram que isso foi reflexo de fatores mutuamente relacionados.

Da parte dos parceiros havia a expectativa de mudar o quanto antes e concretizar o sonho de morar em terra própria. Somado a isto, os adiamentos na entrega dos lotes haviam imposto sacrifícios e condições precárias de vida, ao parceiro e sua família, criando uma situação que se pretendia superar. A baixa ou quase inexistente capitalização não colocava, para alguns, outra alternativa que não a mudança para o lote, o quanto antes.

Segundo os entrevistados, técnicos do INCRA, desde o momento da seleção, garantiram que haveria financiamento para a exploração do lote. Na época da entrega dos lotes, das glebas 1 e 2, foram

---

<sup>46</sup>

Estes dados, bem como os demais utilizados na discussão da *Implantação*, referem-se aos 159 domicílios entrevistados em 1985 e que integram o Arquivo MDO3ANOS.

informados que os primeiros contemplados seriam os que já estivessem residindo com a família no lote. Assim, muitos não hesitaram e mudaram o quanto antes para Machadinho. A um só tempo, equacionavam os problemas momentâneos e garantiam, a curto prazo, boas perspectivas futuras.

Estes fatos explicam em parte os baixos valores (média de 4,6 meses) encontrados para o intervalo de tempo entre o recebimento do lote e a mudança do chefe, *T - Abertura/Moradia* anteriormente referidos. Mas as boas perspectivas não se concretizaram. O financiamento não veio e os parceiros viram-se confinados em seus lotes e em condições de vida ainda piores.

Após o recebimento do lote, há muito o que fazer e surgem exigências de investimento em todos os campos. Um local de mata virgem inóspita deverá abrigar pessoas e culturas agrícolas. Há de se construir uma casa, ter acesso a um curso d'água, garantir um abrigo mínimo para os animais e guarda de produtos agrícolas, além do desmatamento para os plantios.

Para que esta infra-estrutura mínima seja executada, o que é desejável antes que toda a família mude-se em definitivo para o lote, há uma divisão dos membros do grupo doméstico. Sob a coordenação do chefe, em geral o parceiro, alguns membros vão na frente, ficando curtas temporadas no lote. Na falta de parentes diretos que possam acompanhar o chefe, ou com o intuito de ampliar a capacidade de trabalho da "equipe de frente", outros parentes, vizinhos e eventualmente até alguns diaristas são chamados.

A constituição dessa "equipe de frente" não é aleatória. Ela segue critérios baseados no sexo, idade, habilidade e capacidade de trabalho. Estes critérios constituem elementos importantes para se dar conta das demandas específicas da *Implantação* e da sazonalidade do ciclo agrícola.

Os dados de presença mensal em Machadinho, quando cruzados com outras variáveis, permitem estabelecer em grandes linhas o quadro geral da dinâmica demográfica da *Implantação*. Entretanto, os dados de presença para o período de um ano que antecede a entrevista de cada "survey", só recuperam a informação dos indivíduos entrevistados. Não há dados quantitativos sobre as pessoas

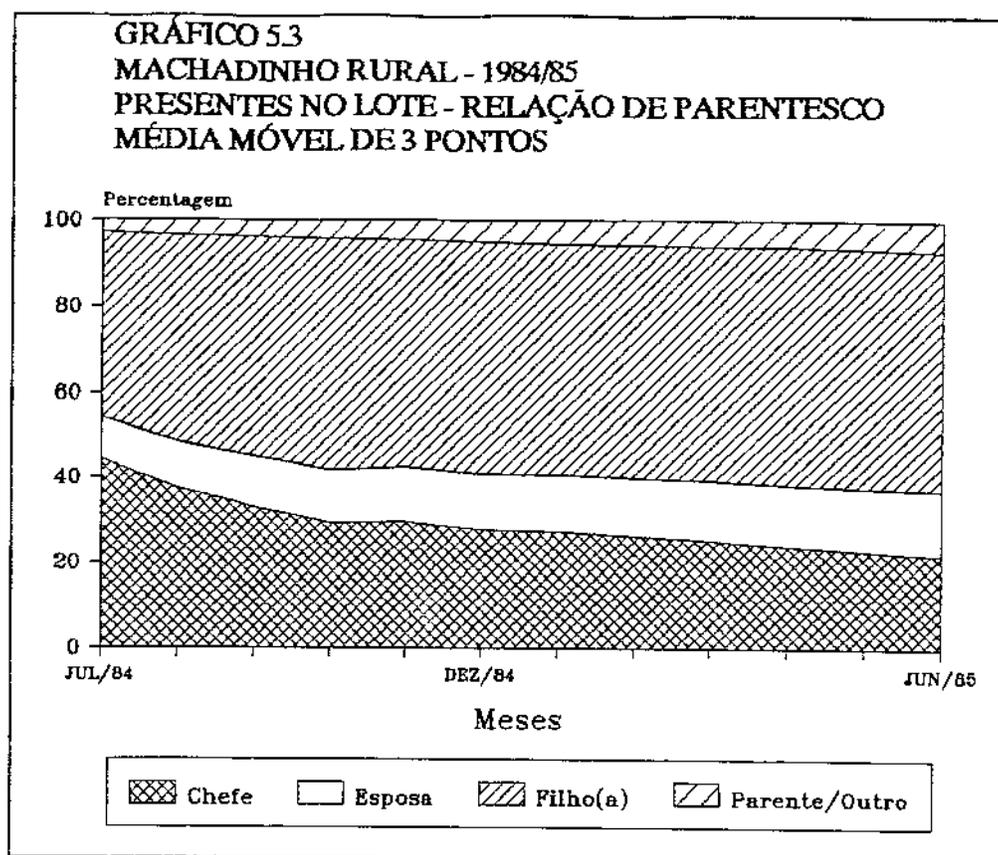
que participaram da implantação mas não residem no lote. No entanto, como se verá, isto não constitui grande problema.

As informações colhidas em entrevistas, em profundidade revelam que o parceleiro, quando contou com o trabalho de terceiros, foi de poucos indivíduos e por curto período. Além disso, tudo indica que os dados desses indivíduos só reforçariam o quadro com tendências muito claras, traçado a partir dos residentes no lote.

A presença no lote ao longo dos meses, quando examinada segundo a relação de parentesco com o chefe de domicílio, em julho de 1985 (primeiro "survey"), comprova a divisão dos membros do grupo doméstico.

Em julho de 1984, 87,3% dos presentes eram chefes ou filhos destes, tendo os chefes participação um pouco maior, 44,3%. As esposas eram em pequeno número, atingindo 10,1%. Demais parentes e não parentes representavam apenas 2,6%. Ao longo dos meses a participação dos chefes cai, chegando no final do período, junho de 1985, à metade (22,0%). As outras três categorias crescem, com destaque para os filhos, que alcançam mais de 55% do total, e as esposas, que somam 15,1%. Demais parentes e não parentes chegam a 7,1%, seguindo um crescimento mensal constante.

Se, no início, os chefes são em maior número, já a partir do segundo mês eles perdem a posição para seus filhos e, em setembro, estes já perfazem mais de 51% dos presentes no lote. Através do Gráfico 5.3 nota-se que de outubro em diante as três categorias mais representativas - chefe, esposa e filhos - tendem a diminuir (o primeiro) ou crescer (os demais) seus pesos de forma mais suave e constante. É justamente a partir de outubro que se iniciam as mudanças das famílias para o lote. Apesar da concentração em alguns meses, elas ocorrem ao longo de todos eles.



Fonte: Malária na Fronteira Amazônica. 1985 - Arquivo MDO3ANOS

### Derrubar, Plantar, Colher

O envolvimento diferenciado dos membros do domicílio, visto segundo a relação de parentesco, reflete as demandas específicas impostas pela sazonalidade do ciclo agrícola. Detalhando este processo, a rotina anual no lote, com as oportunidades de serviços externos, será reconstruída no contexto da *Implantação*.

O exame concomitante de indicadores, tais como a razão de masculinidade, pessoas por domicílio, idade mediana e razão de consumo, qualifica e aponta em grandes linhas a dinâmica demográfica desse período - processo de fragmentação e reconstituição do grupo doméstico.

Na curta estação seca é preparado o terreno para o plantio. Em junho a vegetação mais baixa é roçada, vindo em seguida a derrubada das árvores e a posterior secagem durante aproximadamente 40

dias. No final de agosto ocorrem as queimadas. Em geral, o processo de limpeza é executado apenas pelos homens, com o auxílio dos filhos acima de 12 anos. Mulheres e crianças só se envolvem esporadicamente.

Foice, facão e lima são as ferramentas utilizadas na roçada. O tempo requerido para roçar um hectare varia, em função da densidade da vegetação, diâmetro dos arbustos e resistência das espécies encontradas. Segundo os entrevistados, em Machadinho, a roçada de um hectare requeria de três a sete dias.

A derrubada é um serviço especializado e perigoso. A batida seca e compassada do machado cedeu espaço ao ronco agudo das moto-serras a gasolina. Não há como não se curvar diante do rendimento diferencial. Como disse um parceleiro, *"em Minas, Goiás e Mato Grosso vi tudo feito no machado. Naquele tempo, para tudo, era o machado e ninguém reclamava. Mas depois, com o motor, não tem ânimo que sustente derrubar no machado e ouvir o vizinho tombar uma árvore atrás da outra"*.<sup>47</sup>

Uma boa derrubada requer o domínio do ofício. Com a roçada concluída e antes de iniciar o corte das árvores, o operador percorre a área escolhendo as árvores que comandarão a derrubada. Não importa apenas o porte das árvores, mas também as espécies, a resistência da madeira e a rede de cipós que as unem às menores.

Depois das árvores no chão, eventuais lascas ligando os tocos às árvores são cortadas. Evita-se, com isso, que a árvore fique "mamando" e se mantenha em parte verde. O rebaixamento, que consiste em cortar galhadas maiores e espalhá-las da forma a mais homogênea pela área, garante a dispersão dos faixos de fogo. Em média um operador em Machadinho derrubava um hectare em dois a dois dias e meio de trabalho. Excluindo-se o rebaixamento e corte de lascas, o tempo caía para um dia e meio.

---

<sup>47</sup> Experimento comparando os rendimentos médios de diferentes equipamentos, na exploração de florestas de *Eucalyptus grandis* com 8 anos de idade, na região de Lassance-MG, demonstra que o abate com moto-serra a gasolina (Sthii 08-S) é de 11,93 m<sup>3</sup>/hf (hora efetiva de trabalho) contra 2,58 m<sup>3</sup>/hf do machado convencional (Machado & Pereira, 1983:975).

Roçada e derrubada são momentos de intenso trabalho. Por um lado, uma derrubada fora de época ou mal queimada representa prejuízo, sendo somente recuperada na próxima seca. Por outro, é o momento quando os parceiros prestam serviços a terceiros, obtendo uma renda complementar. Os donos de moto-serra maximizam seus ganhos e os parceiros menos capitalizados trocam, em proporções variadas, a roçada de mato pela derrubada com moto-serra.

A moto-serra é um equipamento caro e poucos a possuem. Em julho de 1985, apenas 28,5% dos parceiros a possuíam. A maioria das derrubadas de 1984 foram feitas com a colaboração de conhecidos, amigos ou vizinhos de lote. Reunidos em torno de um parceiro com moto-serra ou pagando em conjunto as despesas de um operador, parceiros em pequenos grupos deram início ao desmatamento.

Acampados à beira de um córrego próximo aos seus lotes, ficavam em média 10 a 15 dias em Machadinho roçando e derrubando. A área desmatada em 1984 foi pequena. Dados sobre o desmatamento para os maiores extratos homogêneos, 132 casos após a eliminação das observações discrepantes (outliers), revelam que 48,9% dos chefes não desmataram nada em 1984. Somando as derrubadas de 1984 e 1985, chega-se a uma área média de 5,4 ha.<sup>48</sup>

Dependendo do grau de capitalização, em paralelo com a derrubada, é construído o viveiro de mudas de culturas perenes, principalmente café e cacau. As mudas, já crescidas, serão plantadas em local definitivo nos meses de novembro e dezembro. Em 1984, poucos prepararam viveiros, e quando o fizeram foi de forma muito rudimentar. Mais de 80% dos parceiros não plantaram nenhum pé de café ou cacau no ano agrícola 1984-85.

Como já mencionado, no final de agosto ocorrem as queimadas, cuja finalidade é limpar o terreno para o plantio e mineralizar a biomassa vegetal. Nesse período o céu fica enfumaçado e semi-encoberto durante o dia e, à noite, vêem-se de longe os clarões.

---

<sup>48</sup>

A mediana é igual a 4,8 ha, o desvio padrão igual a 2,8 e os extremos iguais a 0 (zero) e 12,1 ha.

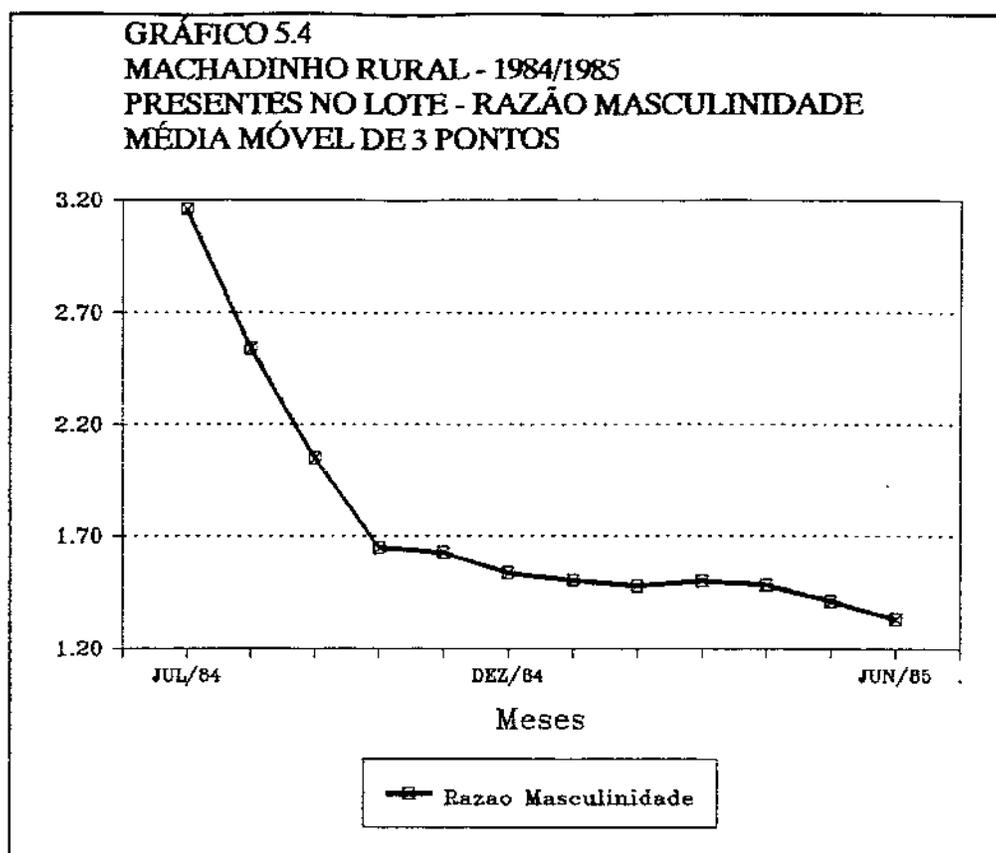
Muitos fatores influem para uma boa queimada, podendo-se mencionar: a qualidade da derrubada, a concentração e disposição dos troncos, o período de secagem, as condições climáticas e a habilidade do parceleiro. Como o fogo arderá durante alguns dias, uma inesperada chuva, ainda que curta, será um problema para que o emaranhado de paus secos e os enormes troncos caídos reduzem-se em vasto tapete acinzentado.

O monitoramento do fogo é importante para circunscrevê-lo à área desejada e garantir que não se apague. Mas perder o controle do processo não é fato incomum. Tudo é muito rudimentar e há uma grande dose de incerteza, onde o resultado final é até certo ponto desconhecido.

Se "*o fogo lambe mas não corre*", ou seja, apenas pequenos trechos são queimados e o que resta não permite atear novo fogo, haverá necessidade de uma limpeza. A "*descoivara*", como é conhecida esta operação, consiste na toragem do que sobrou e a sua reunião em pequenos montes, para nova queima. Dependendo do trabalho necessário, pode-se gastar mais com esta etapa do que o despendido com a derrubada. O resultado final em geral é bom, mas muito aquém daquele de uma boa queimada. A deposição de cinzas, principal nutriente para as culturas a serem plantadas, fica reduzida, comprometendo os resultados da safra.

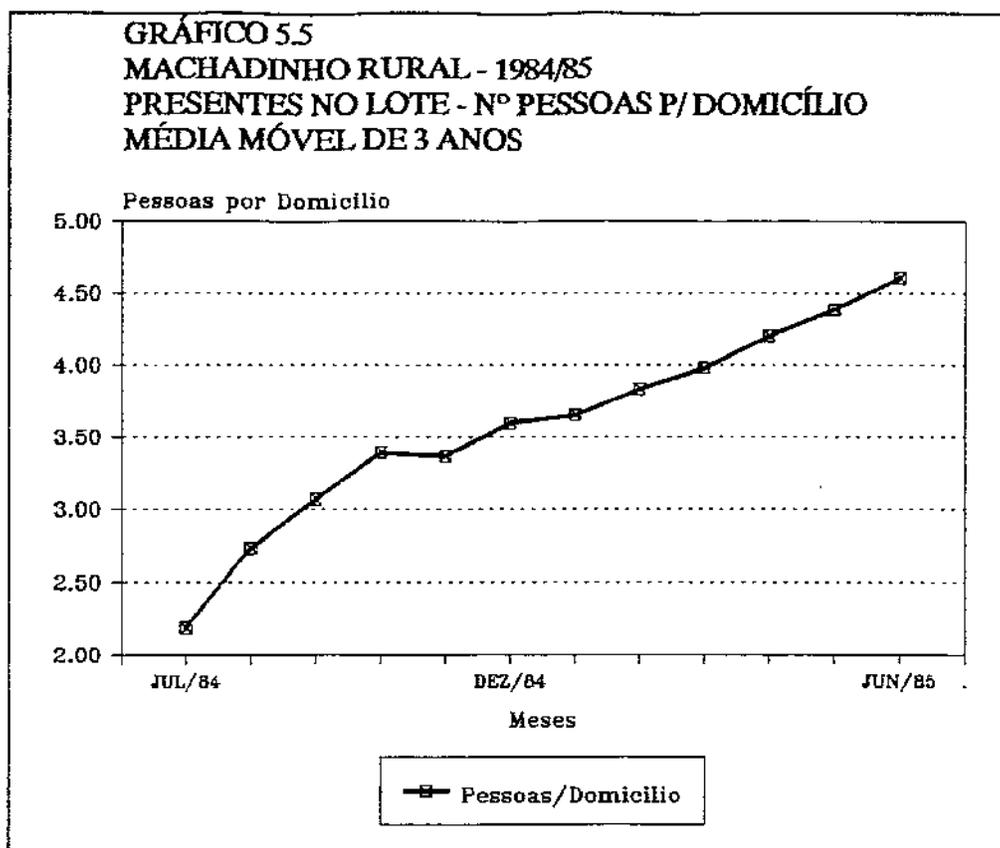
Em 1984, o atraso na derrubada e o fato da maioria não residir no lote, implicaram em queimadas ruins e fora de época. As galhadas que sobraram só foram limpas no ano seguinte e trechos, praticamente não queimados, foram cobertos pela capoeira.

Dados mensais, da razão de masculinidade, demonstram o trabalho predominantemente de homens na derrubada e queimada. Em julho de 1984 ela era igual a 3,16, valor que cai pela metade em outubro, quando as famílias começam a mudar-se para Machadinho. A partir daí, a razão de masculinidade continua decrescendo, mas de forma suave, atingindo 1,33 em junho de 1985. Esses dados são mostrados no Gráfico 5.4.



A presença no lote, cruzada com o número de pessoas por domicílio, traz outras informações sobre a divisão da família no período considerado. O número de pessoas cresce no decorrer dos meses, indicando que a pequena "equipe de frente" vai se avolumando gradativamente, até que toda a família esteja residindo no lote. O Gráfico 5.5 mostra que a média (móvel de três pontos) inicial de 2,2 indivíduos, por domicílio, dobra nos 12 meses, alcançando 4,6 em junho de 1985. O mês de outubro novamente aparece como ponto de inflexão no ritmo da tendência apontada, no caso de crescimento.

A comparação desses valores com o de julho de 1986, média de 5,5 indivíduos por domicílio, inspira dois comentários: 1) Em junho de 1985 nem todas as famílias estavam com todos os seus membros residindo no lote; 2) Com poucos anos de residência no lote, parentes que não os da família nuclear, em geral acompanhados de suas próprias famílias, vão morar no lote.



Fonte: Malária na Fronteira Amazônica. 1985 - Arquivo MDO3ANOS

Retomando o ciclo agrícola, os plantios consorciados de arroz e milho começam com as primeiras chuvas, no final de outubro, estendendo-se até o início de dezembro. Eles são executados com a plantadeira manual, "a matraca". Para o milho, também é usada a enxada, facilitando a quebra dos torrões e garantindo maior profundidade da semente. A mandioca é plantada de setembro a novembro, aproveitando pequenos trechos, não reservados para o arroz e o milho.

Em 1984, o plantio de culturas anuais foi pequeno, atendendo apenas parte do consumo familiar, e com pequenas criações no ano seguinte. Valendo-se de sementes próprias ou sobras de sementes selecionadas, usadas em plantios na parceria, os parceiros aproveitaram para testar diferentes tipos de semente, "*tomando conhecimento da natureza e proveito da terra*".

As colheitas das culturas anuais ocorrem de janeiro a março, concentrando-se principalmente em fevereiro. Delas, participam todos os membros do domicílio. Maximizam o trabalho, principalmente com relação ao arroz, aproveitando os poucos dias de estiagem. Como, no início de 1985, a maioria das famílias ainda não residia nos lotes, os parceleiros levaram consigo os filhos maiores, sendo que alguns já se mudaram com parte ou toda a família.

O arroz, ainda na panícula, é empilhado no meio da roça e coberto com lona plástica. Ele será batido e ensacado manualmente por etapas, de acordo com o consumo doméstico e a comercialização.

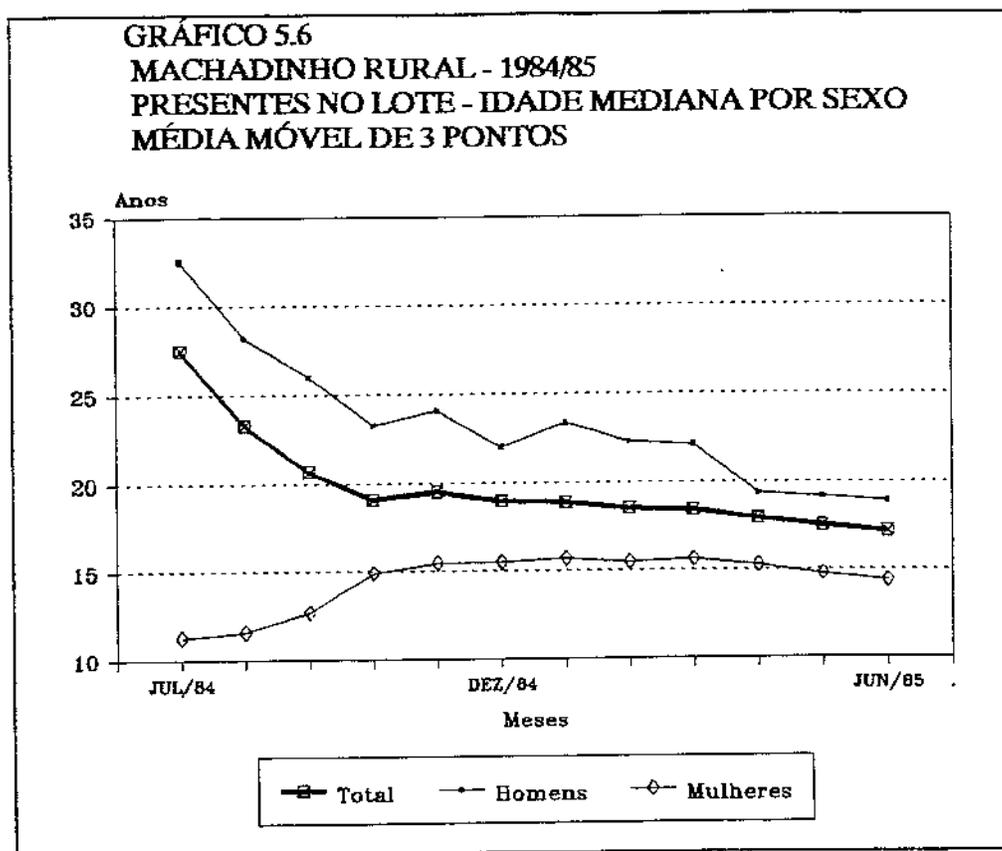
Instalações como galpão, silo ou tulha e a disponibilidade de equipamentos tais como a trilhadeira ou debulhador são praticamente inexistentes mesmo nos anos seguintes. Isso reflete a descapitalização dos agricultores e a conseqüente dependência, quase que exclusiva, da força física.

Áreas pouco queimadas ou não ocupadas com culturas perenes são muitas vezes semeadas com algum capim. Poderão abrigar gado próprio ou ser futuramente arrendadas. Ao mesmo tempo evitam a constituição de capoeiras e valorizam a propriedade. A formação de pasto, em geral, se dá após o segundo ano agrícola.

No primeiro ciclo agrícola (1984-85), os meses de março a maio foram relativamente mortos em termos de demandas e retorno do lote. Isso é ainda mais marcante para os parceleiros sem culturas perenes. O feijão de arranca, semeado no final das águas - entre o final de março e o início de abril - em terras anteriormente ocupadas pelo arroz, redonda numa colheita muito aquém do necessário ao consumo doméstico. A baixa fertilidade das terras e a impossibilidade, ou desconhecimento, de um manejo adequado das pragas são as principais responsáveis pela baixa produtividade dessa cultura. O mês de maio marca o fim do ano agrícola.

A idade mediana observada (média móvel de três anos), ao longo do ciclo agrícola 1984-85, mostrou-se compatível com os outros indicadores já apresentados. Há uma queda de pouco mais de 10 anos (27,50 para 17,20), em termos da população total. Os meses de outubro de 1984 a abril de 1985

correspondem a um período de queda muito tênue, que contrasta com os declínios acentuados nos meses que o antecedem ou a ele se seguem. O Gráfico 5.6 apresenta esses dados, bem como a idade mediana segundo o sexo.



Fonte: Malária na Fronteira Amazônica. 1985 - Arquivo MDO3ANOS

As curvas, segundo o sexo apresentam com mais nitidez os três momentos e dois movimentos distintos. Na masculina, apesar do ajuste, através da média móvel de três anos, as maiores variações ainda persistiram. A curva é de queda, começando por um decréscimo de nove anos nos primeiros meses - julho a outubro de 1984. A partir daí, há um patamar intermediário com oscilações em torno dos 23 anos, que em abril de 1985, registra nova queda, chegando em junho com uma idade mediana igual a 18,94 anos.

A feminina parte de 11,25 anos, estabiliza-se em pouco mais de 15 anos e, de abril em diante, cai até 14,37 anos no final do período. A diferença na idade mediana entre o sexo masculino e o feminino, de mais de 20 anos em julho de 1984, reduz-se a pouco mais de quatro anos em junho do ano

seguinte. Exigências distintas, quanto aos trabalhos iniciais e a mudança paulatina das famílias para os lotes, respondem por esse comportamento.

Apesar dos primeiros trabalhos no lote serem, em geral, executados apenas pelos homens e filhos mais velhos, parceiros descaptalizados e com filhos pequenos acabam levando-os para o lote.

Segundo relatou um entrevistado, *"eu não tinha dinheiro prá pagar dia de companheiro. Eu mais o menino de oito anos enfrentamos o mato. Quando eu mais o menino viemos abrir o primeiro eito, ficamos os dois mais de 15 dias aqui no mato. Eu tocava o serviço mais pesado, mas ele pegava na foice um bocadinho, ia colaborando. Acabou dando acidente, ele cortou a cabeça [mostra a cicatriz na testa do menino] de tanto ânimo no trabalho....O menino cuidava pela bóia. No começo saiu uma comida meio danada, mas no fim o moleque já fazia de tudo. Ele ajudou muito..."*.

O novo ciclo agrícola inicia-se novamente com a derrubada. A atenção volta-se primeiro para as áreas mal queimadas do ano anterior. Havendo recursos, uma área coberta de mata é derrubada. A capoeira com mais de um ano é muitas vezes deixada de lado. Sua limpeza é trabalhosa e, segundo os parceiros, só compensa com o adensamento da vegetação, depois de alguns anos.

A limpeza anual de novas áreas é um imperativo, em decorrência da baixa fertilidade das terras, principalmente quanto às culturas anuais. No entanto, ao longo da pesquisa, verificou-se que havia parceiros plantando arroz e milho em terras já usadas para estas culturas no ano anterior. A *"falta de recursos que desacorçoa o agricultor"* era o motivo principal para não limpar novas áreas.

Os trabalhos externos do parceiro e/ou demais membros do domicílio representam renda monetária. No início da *Implantação*, eles são maiores devido à moradia e ao envolvimento dos parceiros com atividades sistemáticas, em outras localidades de Rondônia. Através desses trabalhos externos, procuram maximizar as fontes de renda monetária, ampliando a capacidade de investimento no lote. Posteriormente os trabalhos externos são reduzidos mas continuam a ocorrer em alguns momentos específicos do ano.

A partir da transferência para o lote, os trabalhos externos, que exigem a saída de Machadinho, surgem predominantemente em duas épocas: de dezembro a janeiro e de abril a maio. No entanto, isto não significa que trabalhos externos não sejam procurados em outros momentos, cobrindo algum desequilíbrio orçamentário.

O primeiro período é marcado por chuvas intensas, que inviabilizam o trabalho no lote. Ao lado disto, é um momento de extrema penúria para o parceiro, só minimizado com as primeiras colheitas (fevereiro). Procuram-se, então, serviços em fazendas dos municípios próximos. Pessoas com alguma instrução e experiência anterior, em áreas urbanas, conseguem curtos trabalhos no comércio.

Os meses de abril e maio são mais promissores. Na estação seca o movimento nas cidades é grande e a economia como um todo se dinamiza. Na área rural, há a colheita do café de meados de abril ao final de maio.

Os parceiros de Machadinho deslocam-se para os municípios de Ariquemes, Jaru e Ouro Preto d'Oeste, trabalhando principalmente na colheita do café. Com exceção das famílias pequenas, as demais se dividem ficando parte cuidando no lote. Em geral, os chefes levam consigo um ou dois dos filhos maiores. Parceiros mais velhos muitas vezes permanecem no lote, e os filhos maiores de idade vão trabalhar fora. Mulheres e adolescentes do sexo feminino participam da colheita quando a plantação é de algum conhecido ou quando há acomodações adequadas.

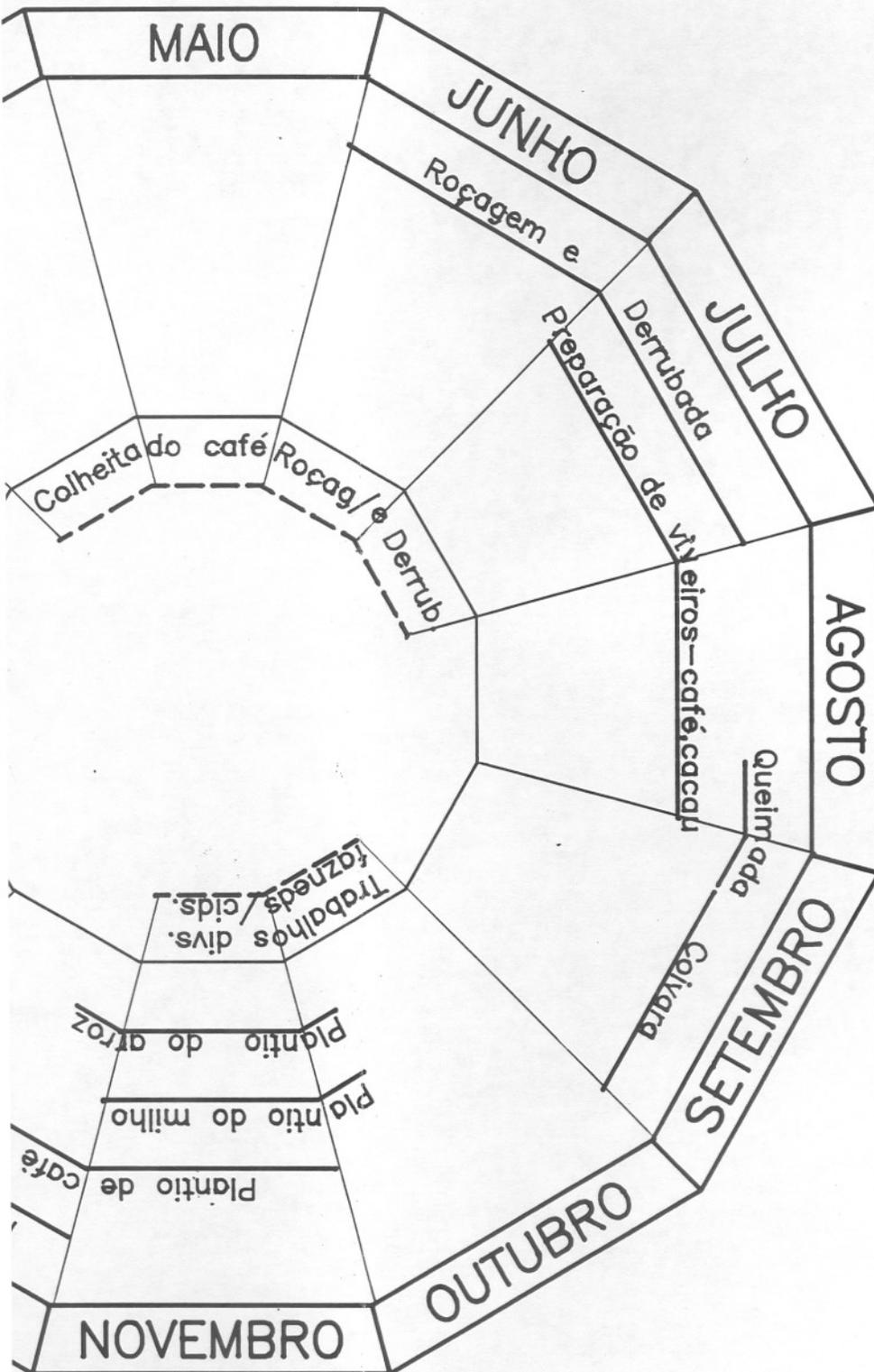
Dependendo dos preços de comercialização da safra e devido ao ritmo dos trabalhos, os parceiros alcançam boa remuneração. Além disso, o trato do cafezal permite-lhes selecionar sementes para suas próprias plantações. Em geral, eles têm acesso também a uma diversidade de outras sementes e mudas de interesse para o lote, tais como frutíferas, plantas medicinais e ornamentais.

Em resumo, a Figura 5.1 apresenta o calendário agrícola com as principais atividades desenvolvidas no lote e os trabalhos externos.

FIGURA 5.1 - CALENDÁRIO AGRÍCOLA - PRINCIPAIS ATIVIDADES



# PRINCIPAIS ATIVIDADES



— Trabalhos nos lotes

- - - Trabalhos externos

### O Modelo Razão de Consumo

A discussão sobre o envolvimento diferenciado dos membros da família, no processo de trabalho e especificamente na *Implantação*, pode ser resumida na relação consumidores/produtores expressa pelo indicador *Razão de Consumo*.

O modelo de *Razão de Consumo* inspira-se na relação entre consumidores e produtores, utilizada por Chayanov em seu trabalho sobre a organização da economia camponesa (Chayanov, 1974:47-68). Trabalhando com as noções de natureza biológica da família e das fases de desenvolvimento, pelas quais a família atravessa, o autor contempla, em linhas gerais, os princípios da atual concepção de ciclo vital do grupo doméstico (Fortes, 1969).

A redução dos indivíduos a unidades de força de trabalho (produtores) e consumidores baseou-se na observação direta no campo, e na avaliação dos próprios parceleiros quanto à participação dos membros da família no processo produtivo. Pequenas modificações foram feitas, compatibilizando as informações recolhidas com as faixas etárias quinquenais, adotadas na análise demográfica.

Os critérios adotados na redução dos indivíduos a produtores diferem dos comumente empregados em pesquisas agrícolas efetuadas por órgãos ligados à extensão e ao desenvolvimento rural (EMATER, EMBRAPA). Em geral, essas pesquisas quantificam a mão-de-obra familiar em número de ativos agrícolas, considerando-se apenas os indivíduos entre 15 e 65 anos que trabalham na agricultura. Não levam em conta as atividades exercidas pelos indivíduos menores de 15 anos, nem a divisão por sexo.

Os valores atribuídos às mulheres adultas levam em consideração todo o trabalho por elas desenvolvido. Apesar de mais envolvidas em atividades que se destinam principalmente ao auto-consumo, sendo a principal o trato das galinhas e porcos, e as tarefas domésticas, em geral também trabalham no roçado em momentos de pico - plantio e colheita - e mesmo em serviços mais pesados.

Quanto à participação de crianças e adolescentes, os valores a que se chegou podem, a princípio, parecer sobrestimados. Na verdade, eles demonstram que, desde cedo, as crianças se dividem

entre as brincadeiras intermitentes e descompromissadas da infância e as tarefas específicas no processo produtivo.

No transcurso da pesquisa, as escolas rurais não cobriam toda a área e só iam até a quarta série. Eram raros os alunos maiores de 12 anos. Segundo relato dos professores, em épocas específicas, como a colheita ou preparação de viveiros de mudas, as crianças faltavam dias seguidos.

A Tabela 5.2 apresenta a redução dos membros da família a produtores e consumidores, segundo o sexo e faixa etária. Para as crianças até nove anos foram atribuídos os mesmos pesos para ambos os sexos. A partir dos dez anos, há um diferencial por sexo que se acentua para a faixa de 50 anos e mais no que diz respeito aos produtores. Em geral, as mulheres dessa faixa ficam mais restritas à rotina doméstica, dedicando-se menos à agricultura; só participam de momentos específicos, como a colheita.

O artesanato, atividade comumente exercida pelas mulheres e homens mais velhos, não é encontrada em Machadinho. Todos os homens acima dos 50 anos, entrevistados, continuavam trabalhando direto na lavoura, independentemente de serem ou não proprietários do lote ou do número de membros da família.

TABELA 5.2 - MODELO RAZÃO DE CONSUMO: PONDERAÇÃO UTILIZADA PARA PRODUTORES E CONSUMIDORES SEGUNDO O SEXO E FAIXA ETÁRIA.

FAIXA ETÁRIA	PRODUTORES			CONSUMIDORES		
	MASC	FEM	MÉDIA	MASC	FEM	MÉDIA
0 - 4 ANOS	0,0	0,0	0,00	0,3	0,3	0,30
5 - 9 ANOS	0,2	0,2	0,20	0,6	0,6	0,60
10 - 14 ANOS	0,5	0,4	0,45	0,8	0,7	0,75
15 - 49 ANOS	1,0	0,8	0,90	1,0	0,8	0,90
50 e + ANOS	1,0	0,6	0,80	1,0	0,8	0,90

Fonte: Família, Fecundidade e as Estratégias de Assentamento em Rondônia, 1986.

Para a elaboração do modelo de *Razão de Consumo*, considerou-se uma família nuclear jovem, cuja união ocorre aos 20 anos para o marido e 18 anos para a esposa. Assumiu-se que o primeiro filho nasce no segundo ano da união e que o espaçamento entre os filhos é de dois anos. Todos

sobrevivem e a mulher tem cinco filhos.<sup>49</sup> Nenhum dos filhos deixa o domicílio até o vigésimo quarto ano de existência da família, quando o mais moço completa 15 anos.

Os parâmetros acima adotados não pretendem abarcar todas as possibilidades. Certamente outros poderiam ser incluídos - tais como a mortalidade geral e infantil - e situações particulares podem representar famílias de tamanhos diversos e com divisão precoce de seus membros. No entanto, os valores tomados são condizentes com a taxa de fecundidade total (TFT) da região e, a saída precoce de filhos mais velhos, repercute minimamente na razão de consumo (Sawyer, 1981; Fernandez & Carvalho, 1986).

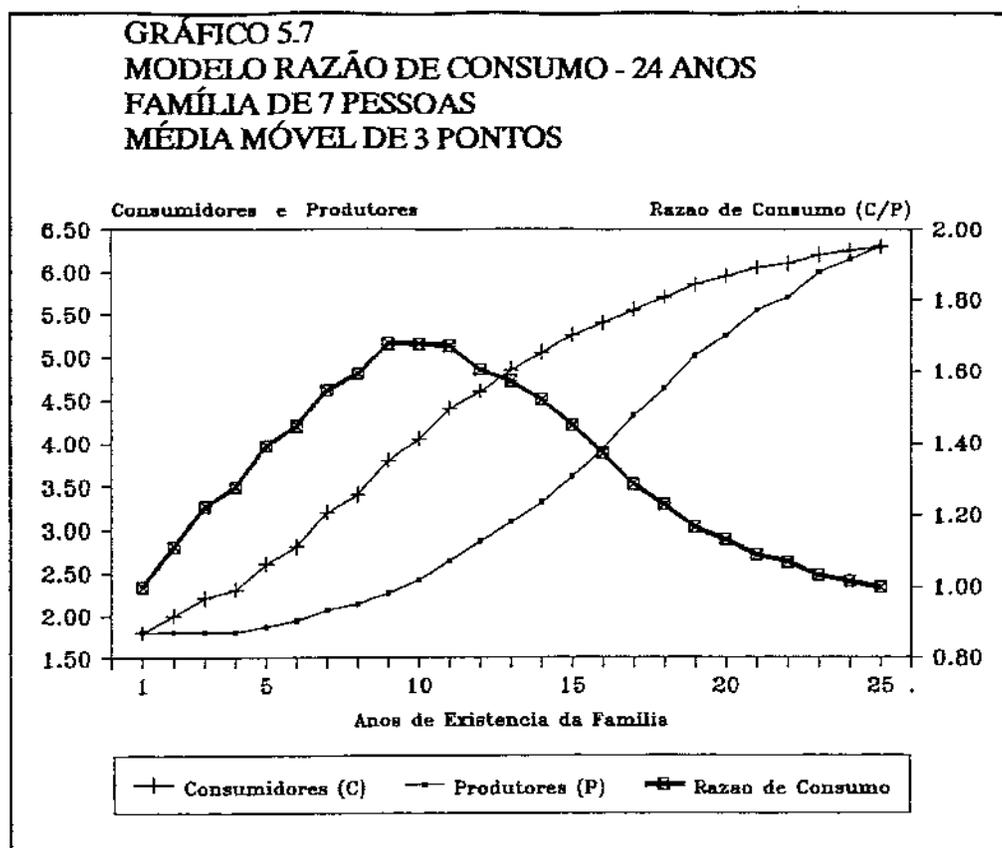
O número de consumidores e produtores da família, ao longo dos 24 anos considerados, foi obtido através da soma dos valores correspondentes a cada um dos membros da família. No caso dos filhos não se levou em conta o sexo, atribuindo a estes o valor médio. O indicador *Razão de Consumo* é a razão entre o número de consumidores e o de produtores. Ele é maior ou igual a 1,00, sendo que os valores acima de 1,00 apontam um maior peso de consumidores frente aos produtores.

Segundo os parâmetros propostos no modelo, a razão de consumo é igual a 1,00 no início da união, quando há somente o casal sem filhos. Ela aumenta com a chegada do primeiro filho, crescendo até o décimo ano de existência da família, atingindo 1,75. A partir daí, diminui de forma mais suave, alcançando novamente o equilíbrio no vigésimo quarto ano, quando o filho mais jovem integra-se por completo ao processo produtivo. O período mais crítico dura nove anos, iniciando-se no sexto ano de existência da família e indo até o décimo quarto.

O Gráfico 5.7 apresenta o crescimento do número de consumidores e produtores no período de 24 anos, bem como o comportamento da *Razão de Consumo*, segundo o modelo proposto.

---

<sup>49</sup> No modelo não se levou em consideração o sexo dos filhos, adotando-se o valor médio (Tabela 5.2).



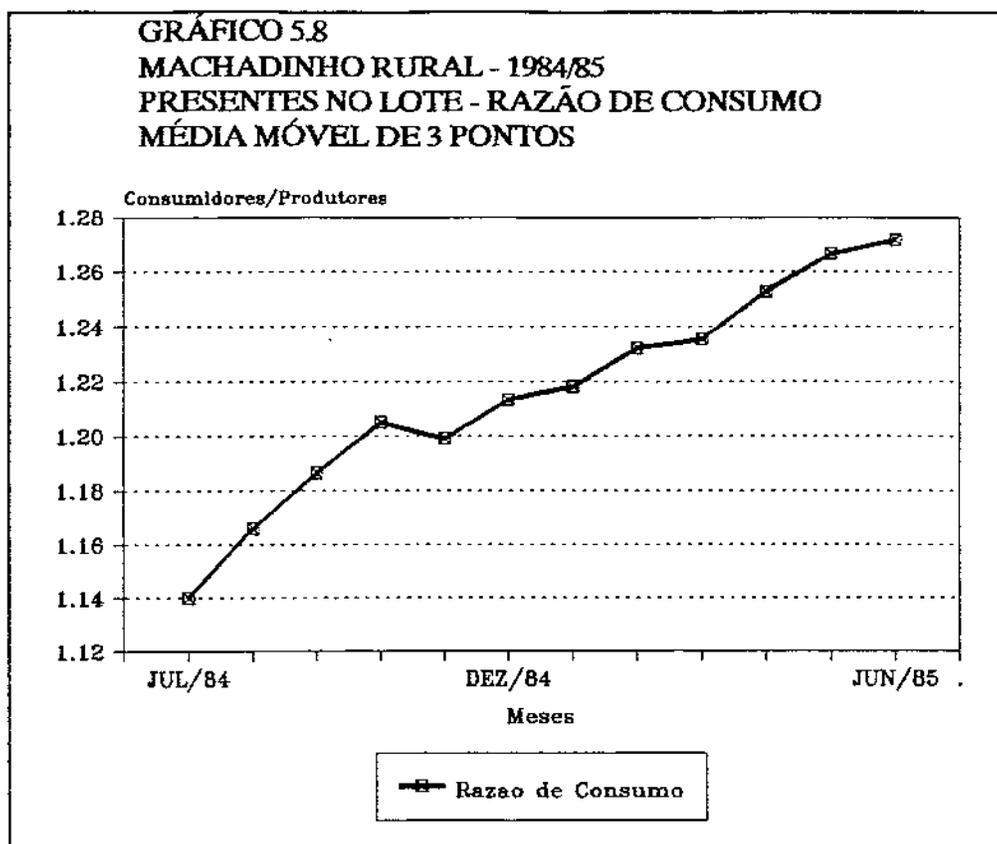
Fonte: Família, Fecundidade e as Estratégias de Assentamento em Rondônia. 1986.

A presença dos indivíduos no período de julho de 1984 a junho de 1985, foi examinada segundo a *Razão de Consumo*. O diferencial que ocorre no período é relativamente pequeno. Cabe lembrar, no entanto, que os valores encontrados são valores médios, calculados a partir dos dados obtidos para cada um dos domicílios. Para se ter uma idéia mais exata, seria interessante calcular a mediana, variância, quartis e pontos extremos. O Gráfico 5.8 ilustra os dados obtidos.

No primeiro mês, a *Razão de Consumo* é igual a 1,14, o que corresponde, a grosso modo, a um chefe e um filho na faixa de 10-14 anos, um casal com um filho até quatro anos ou um chefe com dois filhos, sendo um com até 14 anos e o outro com 15 anos ou mais.

Os dados da razão de masculinidade, pessoas por domicílio e idade mediana acima apresentados, indicam que as duas primeiras possibilidades são mais comuns. Certamente o valor, nos

primeiros meses, aproximar-se-ia bem mais de 1,00, se incorporasse as pessoas que trabalhavam no lote, mas que nele não residiam no mês da entrevista do primeiro "survey" (julho de 1985).



Fonte: 1 - Fecundidade e as Estratégias de Assentamento em Rondônia. 1986.

2 - Família. Fecundidade e as Estratégias de Assentamento em Rondônia. 1986.

Com exceção do mês de novembro de 1984, em que há uma pequena queda, nos demais há um ligeiro crescimento, atingindo 1,27 em junho de 1985. Isto significa que há 27% a mais de consumidores que de produtores, o que deverá ser compensado pelo trabalho adicional, ou seja, um aumento na taxa de auto-exploração da força de trabalho da família, como apontado por Chayanov (1974:69-95).

Concluindo, os indicadores utilizados demonstram a dinâmica demográfica deste primeiro ano, marcado por um crescimento exponencial da população - 79 indivíduos em julho de 1984 e 651 em junho de 1985. Este período, denominado de *Implantação*, verifica-se o processo de fragmentação e

reconstituição do grupo doméstico. Em geral, a família só muda para o lote após estar concluída a infraestrutura mínima, executada por uma "equipe de frente", coordenada pelo chefe, ou parceleiro.

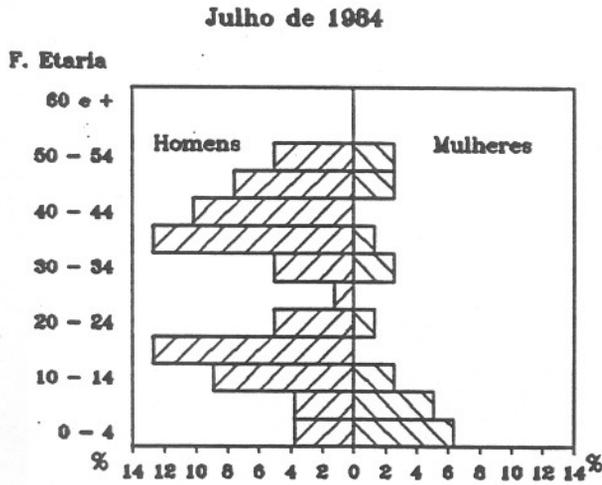
A presença predominante dos chefes e outros homens, no começo, reflete as demandas específicas impostas pela *Implantação* e sazonalidade do ciclo agrícola, onde a força braçal é decisiva e as técnicas empregadas são bastante rudimentares. Por um lado, o crescimento do número de pessoas por domicílio e, por outro, a queda da idade mediana ao longo do período, revelam a mudança das famílias para o lote e a chegada da esposa e crianças menores.

O modelo e indicador *Razão de Consumo*, inspirados na relação consumidores/produtores utilizada por Chayanov (1974), mostram que, desde cedo, as crianças se dividem entre as bricadeiras e tarefas específicas no processo produtivo. Revela, também, ao lado dos demais indicadores, que a abertura do lote é realizada basicamente pelo grupo doméstico, na maior parte das vezes composto por famílias nucleares.

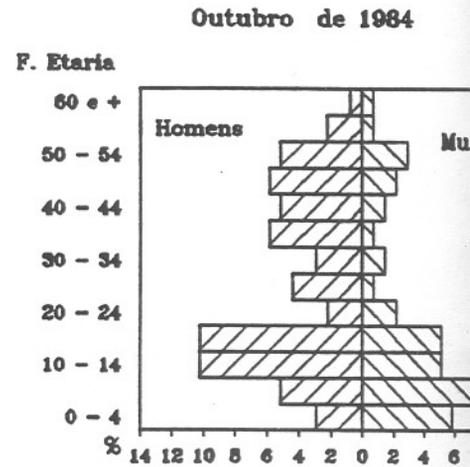
Esses elementos são de certa forma resumidos no Gráfico 5.9. Este gráfico apresenta um conjunto de seis pirâmides etárias, dando uma visão de todo o período da *Implantação*. As estruturas por idade e sexo, inicialmente incompletas e marcadas por mudanças bruscas, assumem contornos mais suaves. A predominância de homens e filhos mais velhos é clara, refletindo os trabalhos pesados a serem efetuados.

Entretanto, isto não impede, como revelam alguns depoimentos, que se encontrem chefes fazendo a derrubada com filhos pequenos ou que as mulheres assumam trabalhos socialmente tidos como masculinos. Como disse a mulher de um parceleiro, *"aqui eu ataco todas as frentes de serviço. É na lavoura, com a criação, na casa, roçando mato e às vezes até no machado. A gente é de pouca força e não pode se valer de serviço de camarada. Com as crianças tudo pequena, o marido sozinho não dá conta. Não desanimo de lidar no serviço....dizer que é serviço prá vida, que eu goste, isso não é não"*.

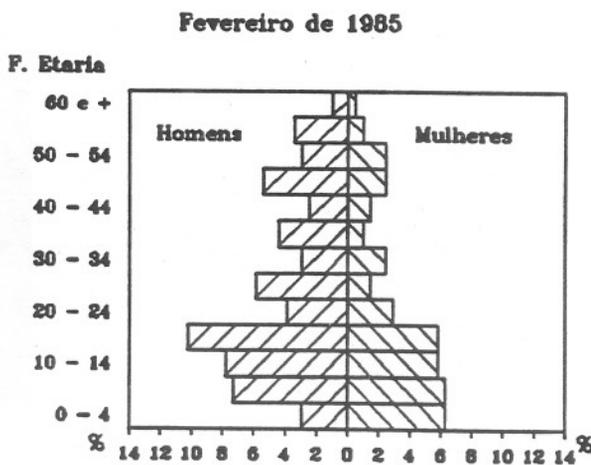
**GRÁFICO 5.9**  
**MACHADINHO RURAL - 1984**  
**PRESENTES NO LOTE - ES**  
**MESES SELECIONADOS**



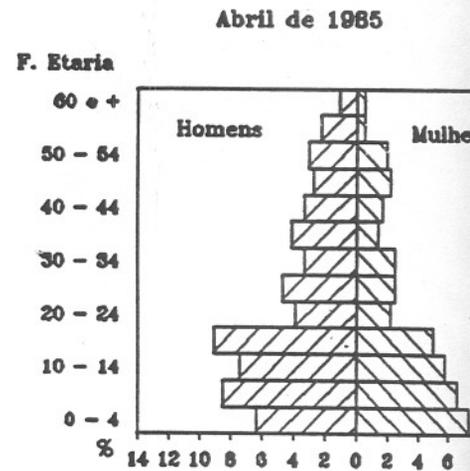
79 casos  
 Id. Mediana 27,50 anos  
 R. Masculinidade 3,16



137 casos  
 Id. Mediana 19,67 an  
 R. Masculinidade 1,6



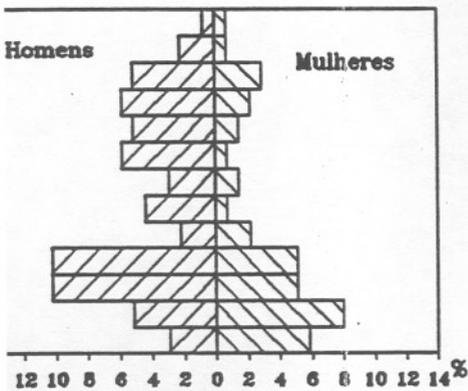
206 casos  
 Id. Mediana 19,24 anos  
 R. Masculinidade 1,51



363 casos  
 Id. Mediana 17,79 an  
 R. Masculinidade 1,4

9  
**RURAL - 1984/85**  
**NO LOTE - ESTRUTURA ETÁRIA**  
**ACIONADOS**

**Outubro de 1984**



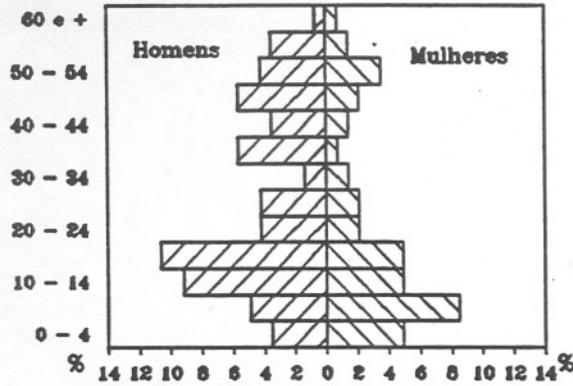
137 casos

Id. Mediana 19,67 anos

R. Masculinidade 1,69

**Dezembro de 1984**

F. Etária

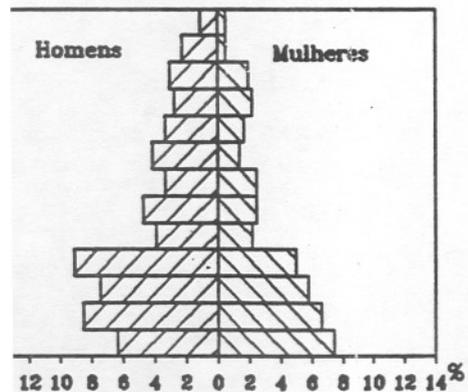


142 casos

Id. Mediana 19,55 anos

R. Masculinidade 1,58

**Abril de 1985**



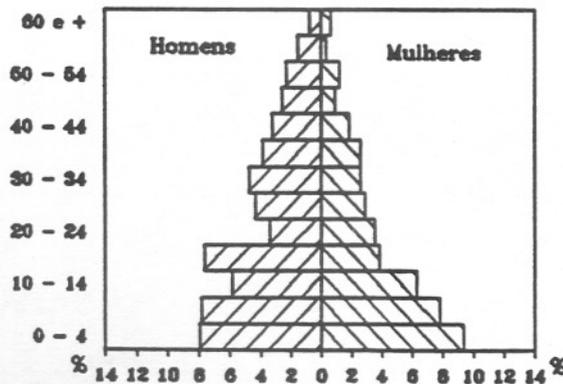
363 casos

Id. Mediana 17,79 anos

R. Masculinidade 1,49

**Junho de 1985**

F. Etária



651 casos

Id. Mediana 17,10 anos

R. Masculinidade 1,28

## 5.5 VIVER DA TERRA: O SEGUNDO MOMENTO

Como demonstrado, o primeiro momento (julho de 1984 a junho de 1985) é caracterizado pela chegada dos indivíduos a Machadinho e a mudança definitiva da família para o lote. No segundo momento, compreendido pelo período que vai de julho de 1985 a junho de 1987, os indivíduos permanecem no lote e dele pouco se ausentam. A análise da mobilidade mostra, no entanto, alguns diferenciais sugerindo diferentes dinâmicas.

Baseado na mesma questão utilizada para determinar o incremento populacional mensal (Gráfico 5.2), "*Onde você passou a maior parte de cada mês desde julho do ano passado*", feita a todos os membros do domicílio, mediu-se a mobilidade da população.<sup>50</sup>

Os dados não permitem quantificar a mobilidade interna à área rural de Machadinho (exploração de outro lote, prestação de serviços, empreitadas ou troca de dias de trabalho). Entretanto, pode-se afirmar que a permanência na área rural representa, em Machadinho, quase sempre trabalho no próprio lote. Exceto momentos específicos, são muito raros os trabalhos em outros lotes ou a prática do mutirão.

O universo para análise da mobilidade é uma subpopulação do Arquivo MDO3ANOS. Esta subpopulação é integrada pelos indivíduos que chegaram a Machadinho até o final de julho de 1985, e que foram entrevistados no segundo e terceiro "survey", julho de 1986 e julho de 1987 respectivamente. Desta forma, eliminaram-se a entrada de indivíduos ao longo dos 24 meses e a inclusão dos que se mudaram de Machadinho, entre os levantamentos. Isso representou um total de 557 indivíduos.

---

50

A mobilidade compreende os deslocamentos individuais de curto prazo, sem alteração do domicílio permanente e que envolvem ausências superiores a 15 dias, independentemente da finalidade deste deslocamento. A metodologia para medir a mobilidade da população, através do indicador de permanência média, é a mesma utilizada em trabalho anterior (Sydenstricker & Torres, 1991).

correspondendo a 118 domicílios em 1986 e 121 em 1987. Essa diferença deve-se ao desdobramento de domicílios.

A adoção dessas restrições homogeneiza o grupo estudado, mas representa a exclusão dos indivíduos e grupos domésticos de maior mobilidade e que, portanto, apresentam menor probabilidade de serem encontrados na época das entrevistas. Assim, os níveis de mobilidade encontrados representam a mobilidade mínima ou a permanência máxima, além de não incluírem as ausências e permanências inferiores a 15 dias.

O indicador de permanência média varia de 0 a 1,0, refletindo o percentual de residentes presentes na área rural de Machadinho, em um dado período. Ele é a razão entre o número de residentes presentes na área rural em determinado período e o universo da subpopulação pesquisada.

#### **Mobilidade: Um Apanhado Geral**

A mobilidade da população de Machadinho rural, como um todo, é pequena no período de 24 meses.<sup>51</sup> A Tabela 5.3 mostra que 72,9% (permanência igual a 1,00) não se moveram segundo o indicador utilizado. Os que se ausentaram por mais de 2,4 meses (permanência média de 0 a 0,89) perfazem 13,8% da população e apenas 6,8% (permanência média de 0 a 0,79) saíram do lote por 4,9 meses ou mais. Neste último grupo há um pequeno contingente intensamente móvel, cuja ausência do lote é superior a 12 meses.

A elevada permanência da população no lote não pode ser tomada como um padrão constante, ao longo do tempo, nem que seja uniforme para todos os indivíduos. Como será mostrado a seguir, a mobilidade reflete a sazonalidade do ciclo agrícola e apresenta diferenciais quando cruzada com variáveis, tais como experiência urbana do chefe de domicílio, faixa etária, sexo e estrutura familiar.

---

<sup>51</sup> Apesar de se mencionar no texto "população rural de Machadinho", é preciso que se tenha presente que se trata dos indivíduos que compõem o Arquivo MDO3ANOS (Cf. Capítulo 3, item 3.3), enquadrados na restrições, quanto à chegada, acima descritas.

TABELA 5.3 - POPULAÇÃO DE MACHADINHO, SEGUNDO OS GRUPOS DE PERMANÊNCIA MÉDIA - JULHO DE 1985 A JUNHO DE 1987.

GRUPOS DE PERMANÊNCIA *	AUSENCIA (Meses)	NÚMERO DE CASOS	%
0,00 - 0,79	4,9 e +	11	6,8
0,80 - 0,89	2,5 a 4,8	39	7,0
0,90 - 0,99	0,1 a 2,4	74	13,3
1,00	0	406	72,9
<b>TOTAL</b>		<b>557</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1986-87 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: \* Indicador de Permanência Média (Razão: Residentes Presentes/Universo da Subpopulação).

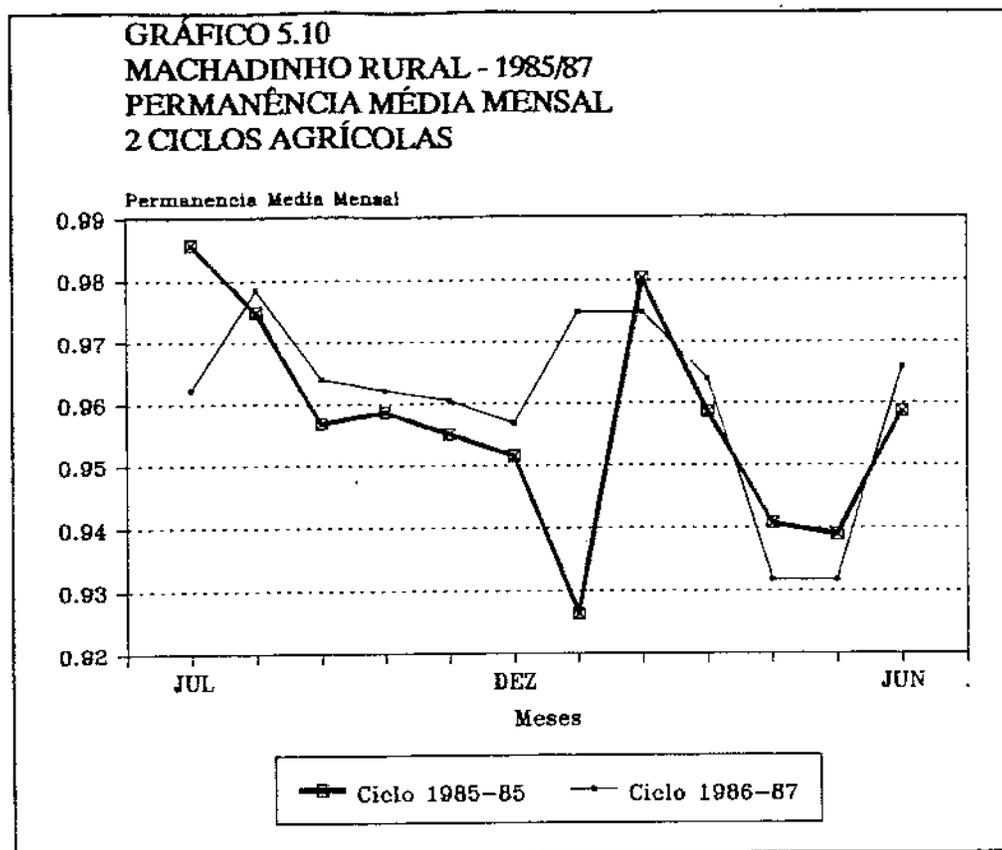
Em grandes linhas, a curva de permanência média da população total é a mesma para os dois ciclos agrícolas (1985-86 e 1986-87), havendo uma maior mobilidade no primeiro. A sazonalidade agrícola, marcada pelas demandas diferenciadas no lote, e as oportunidades de trabalhos externos, aparecem com clareza. As épocas de derrubada e queimada (junho a agosto) e as de colheita (fevereiro) apresentam as maiores permanências no lote, enquanto as de trabalho externo (dezembro, abril e maio), as menores. O Gráfico 5.10 traz as curvas para os dois ciclos agrícolas.<sup>52</sup>

A grande proximidade, entre as duas curvas reflete, a homogeneidade de alguns elementos da população estudada nesta dissertação, e que compõe o Arquivo MDO3ANOS. São grupos domésticos presentes nos três anos de pesquisa (1985-87) e que se mudaram para Machadinho entre o fim de 1984 e o começo do ano seguinte. A partir de julho de 1985 residiam no lote, se não com toda a família, pelo menos com a maioria de seus membros. A fase de maior mobilidade característica da *Implantação*, quando os serviços iniciais do lote são realizados em paralelo com os trabalhos em curso, em outra localidade de Rondônia, já passou.

Os períodos de novembro a janeiro e de abril a maio merecem um comentário, pois indicam circunstâncias específicas em cada um dos anos. O primeiro, com uma mobilidade maior no ano agrícola 1985-86, enquanto, o segundo, com a mobilidade maior justamente no ano seguinte (1986-87).

52

Confira a reconstituição detalhada do ciclo agrícola na discussão da Implantação no item 5.4 DOMAR A TERRA: O PRIMEIRO MOMENTO - Derrubar, Plantar, Colher.



Fontes: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-7 - Arquivo MDO3ANOS.

Como revelam alguns depoimentos, no final de 1985 a população rural de Machadinho estava em completa penúria. Com os pequenos plantios e as fracas colheitas do ano anterior, poucos parceiros tinham alimento em estoque.<sup>53</sup> Somado a isso, como ocorre na abertura de novas áreas de mata, e ainda mais agravado com o princípio das chuvas, o nível de prevalência de malária era alto, fazendo de Machadinho "a capital nacional da doença".

Segundo um parceiro, "o povo todo não deixou o Machadinho porque não tinha como escapar e onde ficar. Como não podia tirar a família, aquele parceiro com um recurso e não estava

53

Uma comissão interministerial que visitou os projetos de Machadinho, Urupá e Cujubim entre janeiro e fevereiro de 1986, sugeriu que se "analisasse a viabilidade de custeio da mão-de-obra para o período de agosto a dezembro, já que numerosos colonos assentados não podem fixar-se no lote no primeiro ano por não disporem de recursos próprios.... não se previu nenhum mecanismo que viabilize a fixação do colono no lote até a primeira safra. Esta falha no próprio desenho [do assentamento] é causa de desistência de numerosos colonos descapitalizados" (Brasil, SUDECO-POLONOROESTE, 1986:46).

*vencido pela malária, foi prá Ariquemes e Jaru conseguir qualquer tipo de serviço e trazer pelo menos um fardo de açúcar, um pouco de café e mais o que desse de comprar, prá aliviar a situação. Os mais necessitados comeram até a semente de arroz, distribuída pela EMATER pro plantio....Eu acudi a família do vizinho que ficou intoxicada, só ele e a patroa, gente mais velha com a saúde fraquejando".*

Realmente, a situação era crítica e motivou a abertura de uma linha de crédito pelo BERON, para o custeio do plantio de arroz e milho em Machadinho. Sem subsídios e com taxas de juros de mercado, o empréstimo só foi tomado pelos que não tinham outra saída. Como relatou um parceleiro, *"caí no conto do BERON prá abastecer a casa e não deixar a família passar necessidade. Mas isso não é auxílio de valia. Custeio de plantio anual não presta, nunca ajudou ninguém e ainda com esse juro medonho...só vou dar conta de pagar por causa do plano [Plano Cruzado]"*.

Técnicos da área agrícola de Machadinho reconheciam que o empréstimo de custeio foi mais para equacionar um problema momentâneo. Dessa mesma forma, agiram o escritório local da EMATER e a SEAGRI-RO na escolha das sementes distribuídas em Machadinho pelo Programa Alternativo de Crédito Agrícola - Plano de Crédito em Espécie (EMATER).

Apesar de já se ter conhecimento que o arroz de ciclo curto (três meses) tinha perfilhamento e rendimento menores, parte das sementes distribuídas eram desse tipo, para garantir um retorno mais rápido aos parceleiros. A falta de difusão da informação, sobre os tipos de sementes distribuídas (três e cinco meses), e a mistura das sementes em alguns lotes, redundaram em apuro e mesmo perda na colheita. Os plantios parcelados acabaram maturando na mesma época.

A situação de abril e maio é bem distinta. Esses dois meses característicos da realização de serviços externos, na colheita do café, foram bons em 1986. Os preços do café no mercado estavam elevados e havia o interesse pelas sementes, para o plantio próprio.

No ano seguinte a situação era outra. O preço do café estava baixo e muitos produtores estavam deixando a produção no pé; havia pouco dinheiro na praça e os pagamentos dos trabalhos da

colheita eram feitos em espécie. Como o interesse e a necessidade maior dos parceiros era por renda monetária, quase nenhum deles deixou Machadinho para colher café. Quem saiu, foi tentar alguma coisa no garimpo de cassiterita Bom Futuro, recém-aberto em Ariquemes.

Durante as entrevistas de 1987 ou em conversas no núcleo urbano principal de Machadinho, era comum a menção de algum conhecido que havia estado no garimpo. Mas poucos foram os que passaram os dois meses garimpando. Como disse um entrevistado, *"como o café não dava e o movimento no Bom Futuro tava de muita fama, o pessoal que saiu do Machadinho foi conferir. Pouca gente voltou com bom dinheiro no bolso ou fardo bom de comida....Os conhecidos, gente aqui do Machadinho, vieram com pouca coisa, não acostumaram e voltaram ligeiro para o lote. Eu falei prá mulher que ia, mais o compadre, mas depois,...fiquei no lote. Garimpo não é trabalho prá lavrador"*.

#### **Mobilidade: A Experiência Urbana**

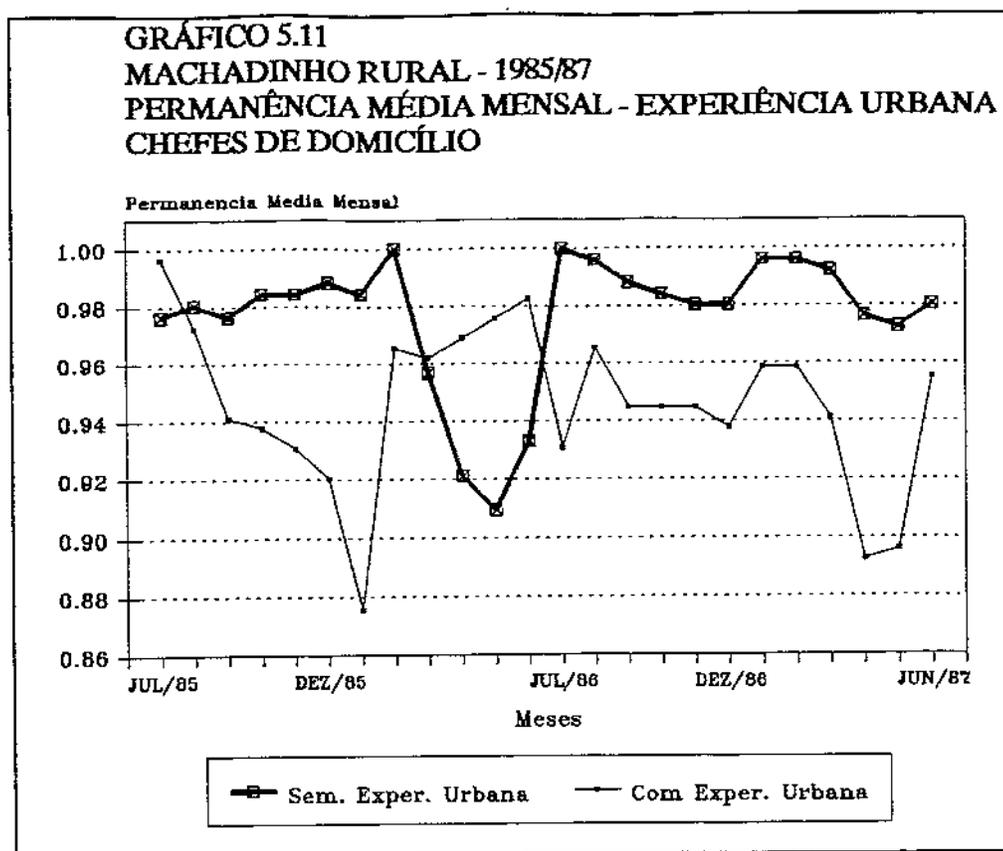
Analisando a permanência média da população, segundo a experiência pregressa dos chefes de domicílio com residência e trabalho por mais de um ano em área urbana, nota-se que ela é menor para os indivíduos cujos chefes a possuem.<sup>54</sup> O Gráfico 5.11 apresenta os dados de permanência média, segundo a experiência urbana.

A categoria sem experiência urbana reúne os indivíduos dos domicílios cujos chefes não residiram ou trabalharam, por mais de um ano, em áreas urbanas, incluindo a moradia em outro local de Rondônia. Portanto, pode-se dizer que estes parceiros, e por extensão seus familiares, são indivíduos com experiência pregressa, restrita ao meio rural.

---

<sup>54</sup>

A informação sobre a experiência urbana foi coletada somente para os chefes de domicílio. Os casos com esta informação perfazem 118, dos quais 48 não tinham experiência urbana. Sobre a qualificação dessa experiência urbana veja no Capítulo 4, item 4.3 EXPERIÊNCIA URBANA: AS GRANDES CIDADES.



Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-7 - Arquivo Mdo3anos.

A curva de permanência média mensal desses indivíduos (sem experiência urbana) mostra que eles ficam praticamente restritos ao lote. O único momento em que há uma queda, com permanência inclusive inferior à dos indivíduos com experiência urbana, é o período de abril a junho de 1986.

Como mencionado, quando se tratou da mobilidade nos dois ciclos agrícolas, a colheita do café em 1986 foi muito boa, quanto à remuneração da mão-de-obra. Depoimentos revelam que parceiros chegaram a postergar a derrubada no lote, maximizando a renda auferida. Essa situação contrasta com a de 1987, nada compensadora e que, portanto, reteve muitos indivíduos em Machadinho.

Esses fatos sugerem que os indivíduos, sem experiência urbana, não apenas ficam a maior parte do tempo no lote, como dele se ausentam somente quando há oportunidades de trabalhos externos

predominantemente agrícolas. Isso pode indicar que eles vivem, até certo ponto, mais distantes da dinâmica das áreas urbanas.

A situação dos parceiros com experiência urbana, e por extensão a de seus familiares, é outra. A maioria viveu na área rural pelo menos até a adolescência, possuindo uma experiência de vida que condensa elementos de uma socialização rural, redefinida por outra urbana posterior ou tardia. Assim, a maior mobilidade desse grupo pode compreender, pelo menos, dois aspectos não excludentes. Por um lado, pode revelar um distanciamento e menor domínio do meio rural. No limite, movem-se, pois não suportam ou não conseguem tirar do lote o que necessitam.

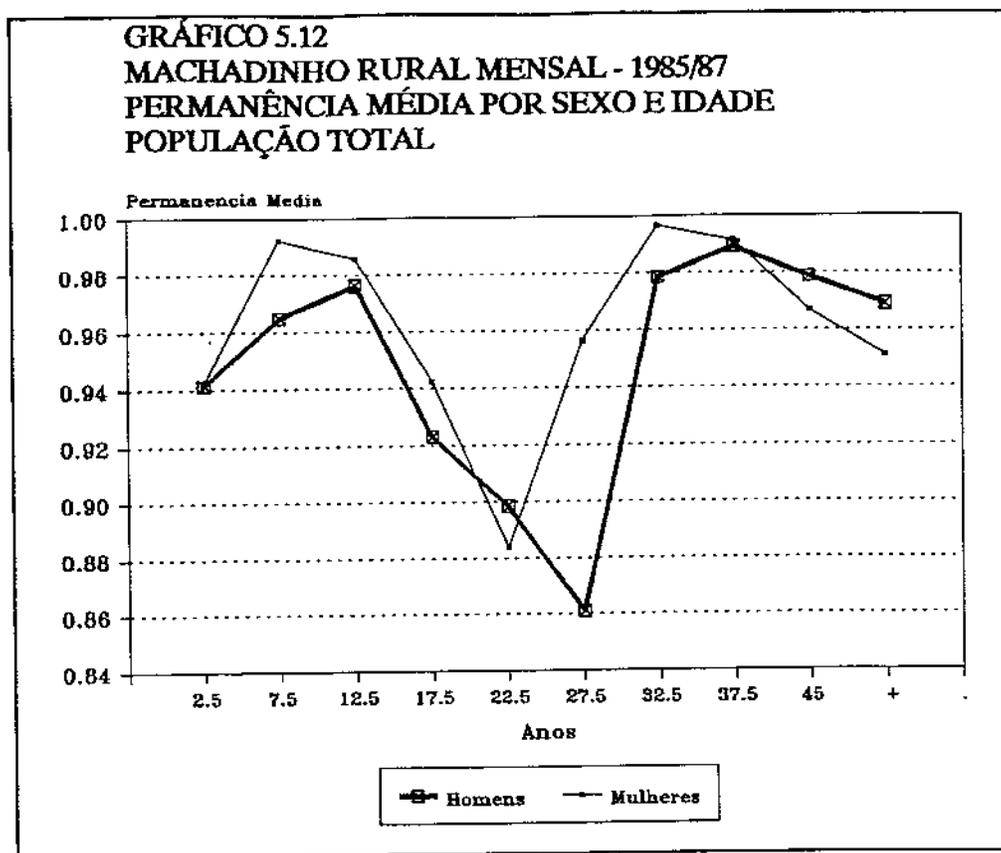
Por outro, a saída pode corresponder à maior capacidade de lidar com as dinâmicas urbanas. Voltados também para as cidades, ampliam as possibilidades de trabalho externo. Se a curto prazos isso pode redundar em menor desenvolvimento do lote, a médio e longo prazo pode significar uma melhor incorporação da dinâmica da fronteira atual. A fronteira amazônica ocupada é cada vez mais um espaço urbanizado, e deixou para trás a concepção tradicional de fronteira agrícola (Becker, 1982 e 1989; Sawyer, 1989).

### **Mobilidade: Os Protagonistas**

O exame da mobilidade, segundo algumas variáveis demográficas, apresentou para cada um dos cruzamentos, curvas muito semelhantes. Os diferenciais só aparecem em alguns momentos específicos, sugerindo que há padrões de mobilidade semelhantes para grupos de indivíduos de um mesmo domicílio. As pequenas oscilações presentes em algumas curvas refletem, em parte, o pequeno número de casos.

A mobilidade (e permanência) para o período de 24 meses como um todo da população segundo o sexo e faixas etárias quinquenais, revela uma curva em forma de **V** para ambos os sexos. Os

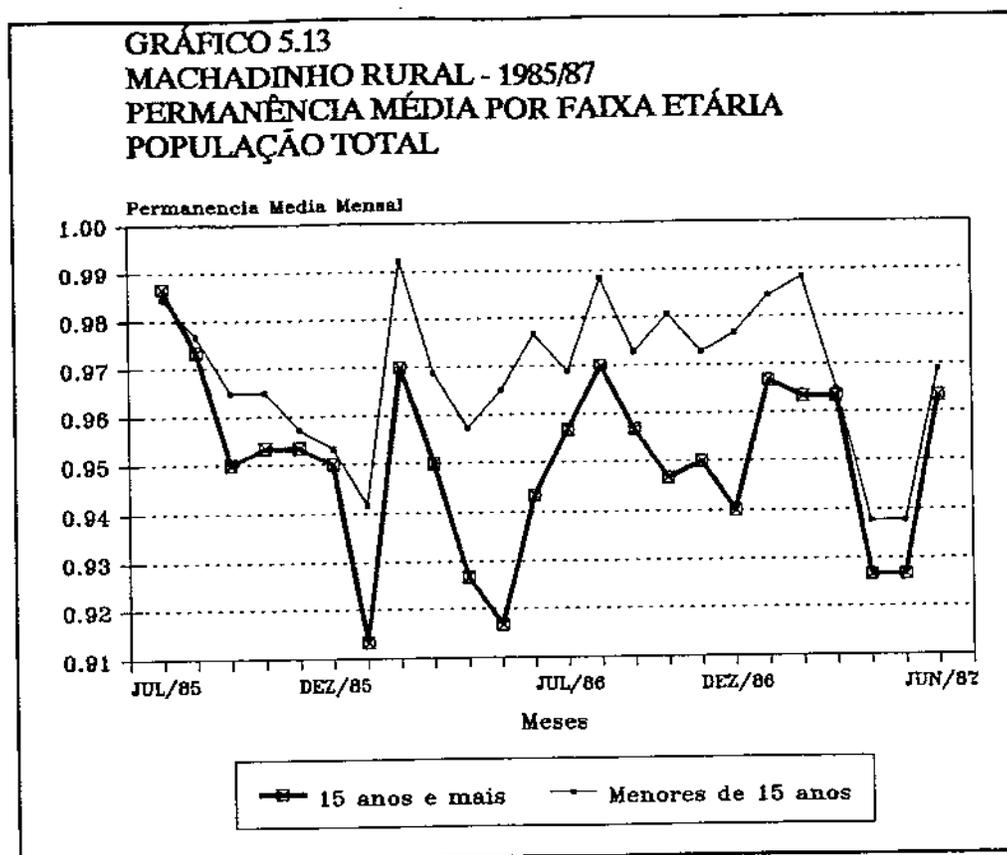
homens (314 casos) possuem uma mobilidade um pouco maior que as mulheres (243 casos), comportamento que se acentua na faixa de 25-29 anos. O Gráfico 5.12 apresenta estas curvas.



Fontes: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-7 - Arquivo MDO3ANOS.

Os menores níveis de permanência ocorrem na faixa de 15-29 anos, sendo o ponto mais baixo, para as mulheres, a faixa de 20-24 anos (0,88) e, para os homens, o grupo etário seguinte (0,86).

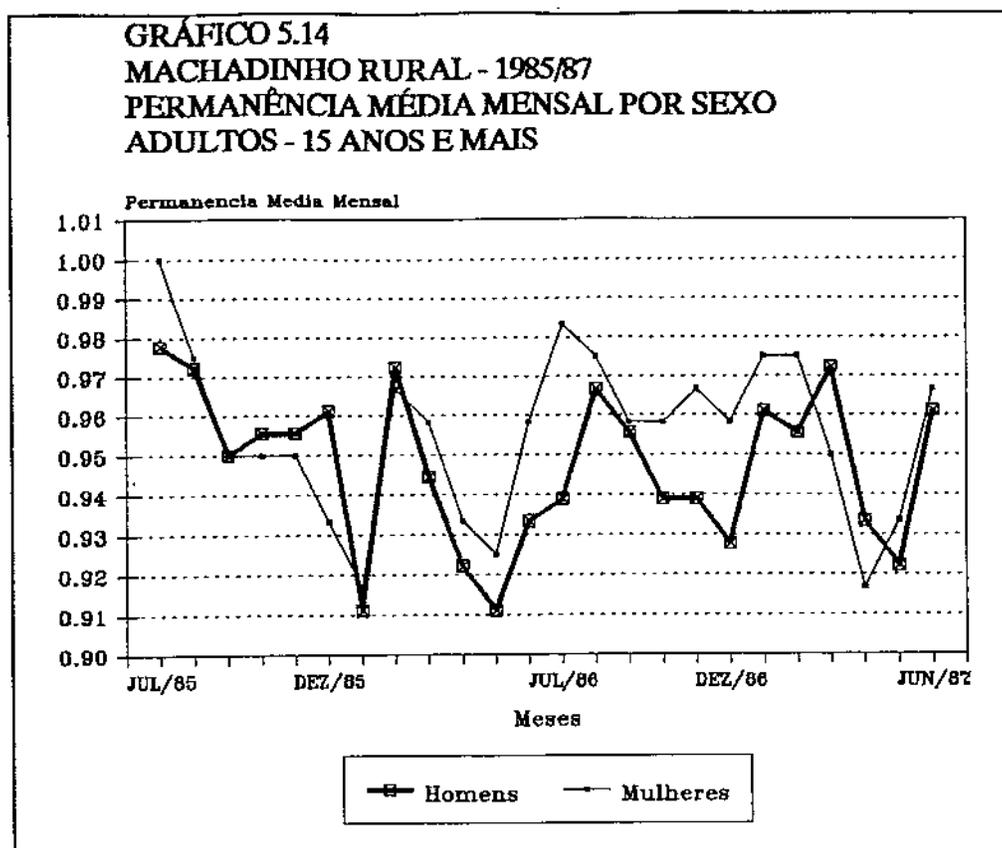
Os Gráficos 5.13 e 5.14 detalham o quadro indicado pelos dados agregados, para o período como um todo (Gráfico 5.12). O primeiro apresenta a permanência média mensal para dois grupos etários: menores de 15 anos (257 casos) e 15 anos ou mais (300 casos). O segundo, os dados mensais de permanência dos adultos divididos por sexo.



Fontes: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-7 - Arquivo MDO3ANOS.

Como era de se esperar, o grupo de 15 anos ou mais apresenta maior mobilidade. O período entre as colheitas (fevereiro de 1986 a fevereiro de 1987) abarca o maior diferencial, revelando uma maior permanência das crianças no lote. Nos demais meses há um paralelismo e maior proximidade entre as curvas, mas com os adultos apresentando sempre níveis um pouco menores.

Nas curvas para os adultos, segundo o sexo, novamente aparecem a semelhança e o paralelismo entre as curvas. Os homens (180 casos) evidenciam menor permanência no lote que as mulheres (120 casos). O mesmo comportamento entre as colheitas, evidenciado no gráfico anterior, surge aqui também, mas com diferenciais bem menores. Nos demais meses, anteriores à primeira colheita ou os que se seguem à segunda, o comportamento das curvas é muito semelhante, havendo no entanto uma alternância entre elas.



Fontes: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-7 - Arquivo MDO3ANOS.

A semelhança e mesmo a sobreposição em alguns trechos das curvas de permanência, segundo o sexo e diferentes grupos etários, apresentadas nos gráficos, reforçam a idéia de que há grupos de indivíduos que apresentam padrões de mobilidade muito semelhantes.

O pequeno número de casos (557 indivíduos) impede a divisão em um maior número de grupos ou o cruzamento com muitas variáveis. No entanto, os cruzamentos com o número de pessoas por domicílio e a relação de parentesco, resistiram ao pequeno número de casos. Eles apresentaram algumas evidências que reforçam a noção de que há um mesmo padrão de mobilidade de indivíduos, de um mesmo domicílio e, talvez, até mesmo de todos os seus membros. Em outras palavras, parece ocorrer uma mobilidade conjunta do grupo doméstico em algum grau.

Tomou-se como referência o número de indivíduos por domicílio, de 1987. Os dados foram organizados em cinco classes, quatro das quais com mais de 100 casos. Somente os que viviam sós constituem um grupo pequeno, apenas 11 casos. A Tabela 5.4 apresenta os dados de permanência, segundo o número de indivíduos por domicílio.

TABELA 5.4 - PERMANÊNCIA MÉDIA (24 MESES), SEGUNDO O NÚMERO DE INDIVÍDUOS POR DOMICÍLIO.

INDIVÍDUOS POR DOMICÍLIO	PERMANÊNCIA MÉDIA 1	DESVIO PADRÃO	NÚMERO DE CASOS
1	0,985 ab	0,028	11
2-4	0,943 a	0,099	104
5-6	0,948 a	0,128	142
7-8	0,977 b	0,062	193
9 E MAIS	0,954 a	0,107	107
TOTAL	0,959	0,098	557

Fonte: Malária na Fronteira Amazônica, 1986-7 - Arquivo MDO3ANOS.

Obs: 1. Indicador de Permanência Média (Razão: Residentes Presentes/Universo da Subpopulação).

2. Médias seguidas da mesma letra não diferem entre si pela estatística t (t de Student) ( $\alpha = 0,05$ ).

O pequeno número de casos, para os que vivem sós, dificulta a comparação com os demais grupos. Apesar de apresentarem a maior permanência média, ela não difere pela estatística t<sup>55</sup> dos outros valores encontrados. No entanto, o valor encontrado e a sua relação com os demais faz sentido, e tudo leva a crer que as médias difeririam, caso o número de casos fosse maior. Assim, ainda que não se possa afirmar, do ponto de vista estatístico, que as médias diferem, a permanência média dos que vivem sós será tomada como igual ao grupo de 7-8 indivíduos por domicílio e diferente dos demais.

A diferença entre as médias mostrou que há dois conjuntos distintos: 1) Os indivíduos vivendo sós e os de domicílios de 7-8 membros têm maior permanência ou menor mobilidade; 2) Os indivíduos

55

A estatística t, ou t de Student, é um teste estatístico para a comparação entre amostras pequenas - diferencial entre as médias. Como as amostras a serem comparadas são de tamanhos diferentes, foi empregada a fórmula do erro padrão da diferença (Levin, 1985:160-6).

de domicílios de 2-6 membros e os de domicílios com 9 ou mais pessoas apresentam uma permanência menor.

Apesar de mesmos padrões de mobilidade, há algumas distinções internas nos dois conjuntos. Entre os que menos se movem, os que vivem sós têm de ficar mais no lote, pois todo o serviço depende deles. Havendo criação, a permanência no lote é ainda mais necessária. Isto é verificado em todos os depoimentos colhidos com os parceiros que moravam sozinho no lote. Já os indivíduos de domicílios com 7-8 pessoas podem ficar mais no lote. A divisão dos trabalhos, com maior número de pessoas permite por um lado atacar um maior número de frentes. Por outro, implica em resultados mais rápidos, o que pode levar à sustentação de todo grupo doméstico. Em outras palavras, os indivíduos poderiam viver quase que exclusivamente do lote.

Entre aqueles com menor permanência, todos precisam sair. A maior mobilidade pode ser interpretada como uma dificuldade ou mesmo impossibilidade de tocar e/ou viver do lote, no curto prazo. Nos grupos domésticos com menor número de indivíduos, o número de ativos agrícolas não é suficiente; nos maiores, nove ou mais indivíduos por domicílio, o lote, pelo menos no seu início, não pode sustentar um número grande de pessoas. Nos dois casos há mobilidade, mas por motivos distintos.

Cabe também lembrar que, nos grupos domésticos com poucos indivíduos, a saída de um pessoa talvez implique que as demais a acompanhem. Por exemplo, o chefe que deixa o lote por mais de 15 dias, dificilmente não leva consigo a esposa e o filho pequeno. A regra seria invariavelmente: quando um sai, todos saem.

Nos domicílios maiores, é justamente o oposto: quando alguém sai é acompanhado por poucos e os demais em geral ficam. Ficam porque podem realizar os serviços sem o envolvimento dos que se ausentam temporariamente.<sup>56</sup>

---

56

Ainda que isso seja verdade, os elevados custos de transporte são um fator, entre outros, que dificultam a viagem de muitas pessoas. Em meados de 1986, uma viagem (ida e volta) de ônibus a Ariquemes custava mais que um saco de arroz (maior preço pago pela CFP). Se vendido aos atravessadores, correspondia a quase dois sacos.

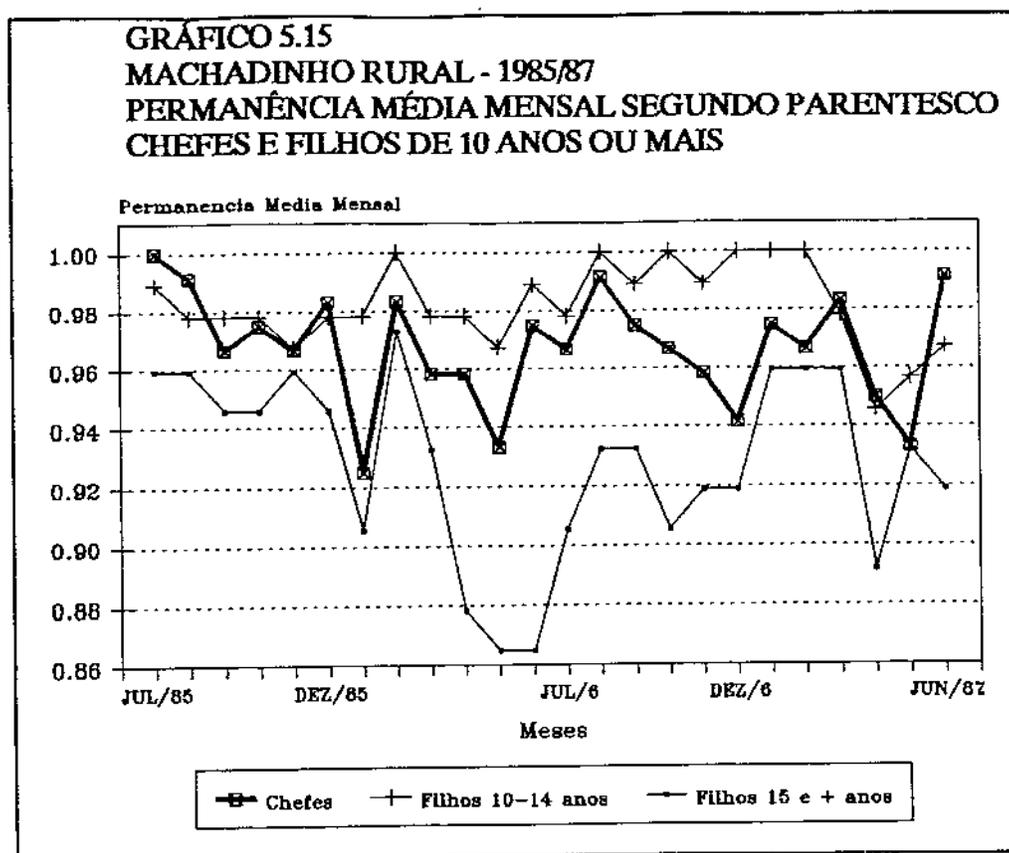
No cruzamento com a variável relação de parentesco com o chefe do domicílio, utilizou-se também o dado de 1987. Consideraram-se os chefes, esposas e filhos, o que corresponde a 544 casos ou 97,7% da subpopulação. Os filhos foram divididos em três faixas etárias: 0-9 anos, 10-14 anos e 15 anos ou mais.

Para o período como um todo, os filhos de 15 anos ou mais são os que apresentam maior mobilidade (0,93). Os filhos de 10-14 anos são os de maior permanência (0,98). Entre esses dois extremos, a diferença das médias é estatisticamente significativa ( $\alpha = 0,05$ ). Neste intervalo (0,98 a 0,93), vêm, em ordem decrescente de mobilidade, as esposas, os chefes e os filhos de 0-9 anos; para essas três últimas classes a permanência média não apresenta diferença estatisticamente significativa ( $\alpha = 0,05$ ).

O exame da permanência média mensal, ao longo dos 24 meses, para os diferentes grupos segundo a relação de parentesco, mostra que há uma redefinição do padrão de mobilidade conjunta de parte dos membros do domicílio. O Gráfico 5.15 mostra a permanência média mensal para os extremos, filhos de 10-14 anos e 15 anos ou mais, e a posição intermediária dos chefes.

Nota-se que a mobilidade do chefe, ainda que mais próxima da dos filhos de 10-14 anos (menor mobilidade), tenderá a acompanhar ora o comportamento destes, ora o dos filhos de 15 anos ou mais. O padrão de mobilidade dos chefes revela sua posição de principal figura no processo de abertura do lote. É ele quem conduz pessoalmente os principais trabalhos e que traça, auxiliado pelos demais familiares, as estratégias de ação. A ausência temporária do chefe só ocorre para a solução de questões que exijam a sua participação.

Os trabalhos externos e a procura de fontes complementares de renda ficam, em geral, a cargo dos membros mais jovens, mas já capacitados a assumir responsabilidades. Nesse particular é importante poder-se contar com os filhos de 15 anos ou mais; procura-se compatibilizar o envolvimento nos trabalhos externos com os serviços no lote. Como mostra o gráfico, as colheitas representam os pontos de maior permanência desses indivíduos em cada um dos ciclos agrícolas.



Fontes: Malária na Fronteira Amazônica, 1985-7 - Arquivo MDO3ANOS.

Os filhos na faixa de 10-14 anos, se na maioria das vezes não estão aptos a assumirem sozinho trabalhos externos, exercem papel importante na manutenção do lote. Para grupos domésticos mais jovens, são estes filhos os "ativos agrícolas" com os quais o chefe pode contar. A esposa em geral dedica pequena atenção ao roçado, já que os filhos menores demandam cuidados especiais.

Nas famílias, em ciclo vital mais adiantado, os filhos mais de 10-14 anos também constituem força de trabalho importante ao lado do chefe, uma vez que os filhos mais velhos envolvem-se em trabalhos externos. No entanto, em alguns momentos específicos, podem acompanhar o chefe ou irmãos maiores em atividades fora do lote.

A variação da permanência média mensal das esposas e filhos de 0-9 anos (curvas não apresentadas) segue também um padrão intermediário, bastante semelhante ao verificado para os chefes. Apesar de não haver diferença estatisticamente significativa entre as médias, os filhos de 0-4 anos tendem a acompanhar a variação da mobilidade verificada para as esposas. Já os da faixa seguinte, permanecem mais nos lotes e o formato da curva em alguns momentos confunde-se com a dos filhos de 10-14 anos.

Resumindo, 72,9% da subpopulação estudada não se moveu segundo o indicador de permanência utilizado no período de 24 meses (julho de 1985 a junho de 1987). Em parte, essa elevada permanência no lote reflete a homogeneidade da população, aliada ao fato que a fase mais dinâmica em termos da mobilidade - a *Implantação* - já passou, e a maioria dos chefes reside com toda ou quase toda família no lote. No entanto, detecta-se uma mobilidade para diferentes grupos, que tem como pano de fundo a sazonalidade do ciclo agrícola e as oportunidades de trabalhos externos.

A mobilidade dos chefes cruzada com a experiência urbana - residência e trabalho em cidade por mais de um ano - revelaram que há maior mobilidade para aqueles com experiência urbana. Os parceiros sem experiência urbana ficam praticamente restritos ao lote, dele se ausentando somente quando há trabalhos agrícolas externos. Isso parece indicar que eles vivem, até certo ponto, mais distantes da dinâmica das áreas urbanas.

Os cruzamentos da mobilidade para toda a subpopulação, segundo o sexo e faixa etária, apresentaram curvas muito semelhantes, oscilando o comportamento entre um paralelismo muito próximo e pequenas alternâncias. Mesmo assim, nota-se que os adultos em geral, indivíduos na faixa de 15-29 anos e os homens, apresentam a maior mobilidade ao longo do período de 24 meses.

A mobilidade, vista segundo o número de pessoas por domicílio e a relação de parentesco com o chefe do domicílio, mostra que há diferenciais. No primeiro caso, nota-se que há os que **têm de ficar** no lote (domicílios unipessoais), há os que **podem ficar** e os que, por diferentes motivos, **precisam sair** de Machadinho. Quanto à relação de parentesco, os filhos de 15 anos ou mais apresentam a maior

mobilidade e os filhos de 10-14 anos a maior permanência. Chefes, esposas e filhos até nove anos possuem uma mobilidade intermediária.

Da exposição feita, não se pode e nem se procurou traçar um modelo de comportamento das famílias, nem se imaginou que as variáveis consideradas em uma análise univariada dêem conta da questão. O que se pretendeu mostrar é que há diferentes comportamentos frente à mobilidade e que o tamanho, a composição e a estrutura por idade e sexo, do grupo doméstico, são elementos intervenientes.

Os dados de mobilidade examinados, segundo os diferentes cruzamentos, apresentaram evidências que reforçam a noção de que há um mesmo padrão de mobilidade para grupos de indivíduos do domicílio. Esses grupos reorganizam-se em função das demandas externas e internas e talvez, em alguns momentos, haja até mesmo uma mobilidade conjunta de todo o grupo doméstico.

O principal registro empírico que se deve reter é: a dinâmica da mobilidade, verificada segundo o tempo (momentos de ausência e presença no lote), e dos seus protagonistas (quem sai, quem fica, quem acompanha), define e é redefinida pelas estratégias de ocupação e implementação, adotadas pelo grupo doméstico.

Apesar da mobilidade ter sido aqui enfocada como uma estratégia coletiva, não deve ser encarada apenas neste sentido. Cabe inseri-la no âmbito das contradições existentes no interior de uma mesma unidade doméstica, abarcando o jogo e o confronto entre as demandas coletivas e individuais expressas nas condutas práticas, e nas representações simbólicas. Esse ponto será aprofundado no capítulo seguinte.

## 5.6 UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO

### A Exploração Agrícola

Após três anos trabalhando o lote, quais as culturas predominantes e como estão vivendo os parceleiros? O intervalo de tempo é muito curto, mas se nota uma transformação do espaço. Praticamente sem sair de Machadinho e restritos aos trabalhos do lote, os parceleiros vão "colocando serviço" e transformando um espaço até há pouco coberto de mata primária. As áreas de derrubada são ocupadas com culturas perenes, intercaladas com os plantios anuais e com pequenas manchas de capim.

Nos roçados, os lenhos maiores, não consumidos pelo fogo, e alguma árvore deixada em pé, mas castigada pelo calor das chamas, são os vestígios calcinados da prévia existência e exuberância da floresta tropical. A paisagem, em trechos de linhas de ocupação mais intensa, não guarda os traços da floresta, podendo facilmente ser confundida com áreas rurais de outras regiões do país.

A partir dos dados dos 174 questionários de 1987, que compõem o Arquivo MDO3ANOS, e eliminando apenas as observações discrepantes (outliers), chegou-se ao seguinte quadro em termos da exploração agrícola, por lote, ocorrida nos três anos (1984-87):

- 1) Em média, foram desmatados 9,60 ha (mediana igual a 9,68 ha e desvio padrão igual a 3,60), correspondendo a cerca de 25% da área total de cada lote;
- 2) A área cultivada média, que não inclui pomar, é de 7,69 ha (mediana igual a 7,26 ha e desvio padrão igual a 2,96);
- 3) Culturas perenes industriais ocupam, em média, 5,56 ha (desvio padrão de 3,09) e as anuais 4,66 ha (desvio padrão de 2,93);
- 4) Mais da metade dos parceleiros não possui pasto, sendo que a área média de pasto formado ou semeado soma 1,13 ha (desvio padrão de 1,56);

5) Uma área mínima nos lotes é coberta por capoeira, sendo que 86,5% dos lotes visitados não a possuem;

6) O pomar, carreadores, áreas ocupadas pela casa, paiol, chiqueiro, mangueira e viveiro de mudas e as áreas que os circundam perfazem em média pouco menos de 0,8 ha.

Informações recolhidas em entrevistas, em profundidade, demonstram que as derrubadas não são feitas todos os anos. Em decorrência da baixa capitalização dos parceleiros, as derrubadas são realizadas em anos alternados ou, se em anos seguidos, em proporções distintas. Derrubadas de áreas maiores são seguidas ou antecedidas por pequenos desmates.

Não é apenas o custo com a derrubada, propriamente, que pesa, mas também as despesas advindas com o plantio da área aberta com culturas perenes. Ao lado dos elementos econômicos, muitas vezes a perda de mudas, o ataque de pragas, a falta de mão-de-obra, ou a impossibilidade de contar com "ativos agrícolas", por motivos de doença, retardam o ritmo previsto para a implantação dos cultivos.

Como se pode ver pelos dados de áreas médias apresentados, a maioria das culturas perenes é associada a outras anuais. Como dito anteriormente, em geral isso ocorre nos primeiros anos após a derrubada, pois a partir daí o rendimento das culturas anuais alimentares cai bastante. Entretanto, a impossibilidade de desmates constantes obriga os parceleiros a plantarem em terras já abertas há algum tempo.

As principais culturas anuais alimentares são o arroz, o milho e a mandioca. O arroz é dividido entre as demandas com a alimentação e a comercialização. O milho é pouco utilizado no consumo humano, sendo quase todo destinado às criações. Devido à baixa produtividade, ele é pouco comercializado, não atendendo, na maioria das vezes, as demandas com as criações.

A mandioca é encontrada, ao longo de todo o ano, no lote. Como pode ficar na terra por vários meses, constitui importante reserva alimentar para consumo do parceleiro e sua família, como

também é usada na alimentação da criação. A mandioca é consumida cozida ou frita e destina-se somente ao auto-consumo. Ao longo da pesquisa não se encontrou "casas de farinha" em Machadinho.

Segundo um entrevistado, *"a mandioca foi a salvação do povo de Machadinho nas águas de 1985 e, até hoje, acode num momento de maior precisão. É duro dizer e tem gente que não acredita, mas eu mais a família atravessamos umas semanas comendo mandioca pura. Tinha dia que aparecia um ovo, arroz economizava pois era um tantinho só, e frango não podia matar. Estava tudo pequeno e não pagava a pena.....só quando o coração apertava a mulher sacrificava uma cabeça já quase frango e dava a mistura para as crianças....O povo não fala, ninguém sente prazer na fraqueza, mas muitos se valeram só da mandioca"*.

Entre as culturas perenes industriais, a do café é a mais difundida. Em julho de 1987, 89,8% dos parceiros possuíam café plantado, havendo uma concentração do café robusta. A maioria dos plantios era do final de 1986, estando portanto com menos de um ano. Poucas propriedades possuíam o café arábica e assim mesmo em áreas muito restritas.

O cacau é a segunda cultura perene industrial. Em meados de 1987, 58,1% dos parceiros a possuíam, mas os plantios eram em geral bem menores que os de café. Dependendo da capitalização do parceleiro, a consorciação inicial com o arroz ou milho é substituída, após a colheita dessas culturas, pela banana, que garante um bom sombreamento (importante no início do cultivo) e retorno financeiro, antes que o cacau entre em produção.

Em Machadinho, essa associação era pequena devido ao elevado custo do transporte das mudas. Muitos parceiros tinham acesso a mudas fornecidas por conhecidos de linhas próximas a Jaru ou Ariquemes, mas não podiam pagar o transporte para o lote. Além disso, e segundo os parceiros, as perspectivas de comercialização da produção de banana eram muito restritas até 1987. O consumo no núcleo urbano principal de Machadinho era pequeno e o preço pago por atacadistas ou marreteiros era muito baixo. Como frisava um parceleiro, *"prá enriquecer os outros eu não trabalho. Se não me dá bom*

*dinheiro, dou pros conhecidos ou quem pára e pede. Como a gente não dá conta de comer tudo, deixa se perder. Melhor que enriquecer o comerciante é ficar prá adubo na terra".*

Pouco menos de um terço (31,7%) dos parceiros entrevistados em 1987 possuíam plantios de seringueira enxertada. Entre estes, a média de plantas por lote era de 796 pés e a mediana igual a 800. A maioria, se não a totalidade, das mudas foi preparada no viveiro da SUDHEVIA de Machadinho e distribuída com a colaboração da EMATER.

Para esses parceiros entrevistados em 1987, não há dados sobre a associação de seringueiras com outras culturas perenes. No entanto, entrevistas com técnicos da EMATER de Machadinho revelam que estava sendo recomendada a associação dos plantios de seringueira e café. Entre os parceiros, acompanhados ao longo de nove meses em 1986, dois tinham pequenas áreas de seringueira associada com café.

Os dois motivos principais para essa prática eram: 1) Minimizar a necessidade de capitalização do agricultor, já que a seringueira só entra em produção com sete anos e, a partir do quarto ano, o café já produz; 2) Dificultar o alastramento do fogo em seringais cultivados e melhorar o controle das pragas.

O sistema técnico de cultivo empregado é muito rudimentar, mesmo entre os cultivos perenes industriais, que representam o maior retorno e dos quais, se espera, o parceiro possa viver. Apesar da preparação de viveiros, os investimentos próprios em sementes selecionadas e fiscalizadas são mínimos. Maiores investimentos e cuidado só são verificados em atividades com subsídio dos órgãos de assistência agrícola.

O preparo de mudas em sacolinhas é mais difundido no café, mas são raros os parceiros que conseguem utilizá-lo para todo o plantio. A grande maioria transfere as mudas diretamente para a cova (plantio no chuco). O cacau, dada a baixa capitalização e maior resistência da planta, é em geral semeado diretamente. As mudas de seringueira e guaraná, em decorrência dos cuidados técnicos exigidos

e do apoio de órgãos oficiais, com escritório local, tinham maior assistência. Eram preparadas em sacolinhas, pulverizadas sistematicamente e acondicionadas em viveiros comunitários.

Pesquisa da EMBRAPA, realizada em 1986 em 438 lotes, distribuídos pelas quatro glebas entregues do P.A. Machadinho, sendo que 80,6% deles nas glebas 1 e 2, mostra que a calagem, diferentes tipos de adubação (orgânica, no plantio, verde e de cobertura), aplicação de inseticidas, herbicidas e fungicidas praticamente não são empregados. Apenas no cultivo da seringueira, 21,0% fazem alguma adubação no plantio e 13,6% controlam as pragas com inseticida. As trações animal e motomecanizadas não são utilizadas (Miranda, 1987:78-91).

O cultivo do guaraná, apesar de estimulado pela SEAGRI-RO a partir de 1986, através do fornecimento de mudas e sementes e a criação de alguns viveiros comunitários pela EMATER, não foi adotado pela maioria dos parceiros. Segundo alguns entrevistados, havia interesse em decorrência dos elevados preços na comercialização. No entanto, o desconhecimento sobre o seu cultivo, as dificuldades na obtenção de sementes em larga escala e as informações sobre a fragilidade das plantas e a necessidade de cuidados sistemáticos, eram elementos suficientes para não adotar o seu cultivo.

Em meados de 1987, 72,9% dos parceiros não possuíam guaraná. Entre os que o cultivavam, a média de plantas por lote era de 390. Como concluiu um parceiro, *"coloquei uns pés no lote prá tomar ciência da cultura, mas gente fraca não inventa o que não sabe. Faz o que conhece e vai tocando a vida. Esse negócio de botar alqueire de guaraná, é coisa prá gente que pode arriscar. Se não der proveito muda de planta..., pode gastar sem comprometer a despesa com a família"*.

Em 1986 havia algumas experiências com o cultivo de pimenta do reino e dendê. Esses cultivos eram vistos com resistência pelos parceiros. Dados de levantamento de 1989 da EMBRAPA, nos mesmos lotes visitados em 1986, mostram que essas culturas são inexpressivas em Machadinho (Miranda & Mattos, 1991:32).

### O Distanciamento da Mata

A utilização de recursos florestais, pelos parceiros de Machadinho, seja para o auto-consumo, seja com fins mercantis, é praticamente inexistente. Basicamente, dois elementos fundamentam essa situação. Por um lado, há o estímulo ao desmatamento e, por outro, são raros os parceiros com conhecimento sobre o extrativismo e manejo dos rios e da floresta.

O estímulo ao desmatamento vem da cultura que o classifica como benfeitoria e que está consolidada na legislação de terras. Na regularização de áreas de terras da União, ocupadas por posseiros, o INCRA concede título de propriedade de uma área cinco vezes maior que a área desmatada. Algumas legislações estaduais estabelecem áreas ainda maiores, como é o caso da paraense, que multiplica por 12 a área desmatada.<sup>57</sup>

No caso de uma área de colonização oficial a situação é distinta, mas a mesma valoração da derrubada está presente. O desmatamento é o indicador corrente em diferentes esferas. Por ele avalia-se o empenho ou a capitalização do agricultor, estabelecem-se bases para indenizações e estima-se o preço dos lotes.

Como apontou Fearnside, a especulação da terra, os empréstimos especiais para culturas perenes e a produção exportável mantêm importantes elos com a intensificação das derrubadas em pequenas propriedades. A especulação estabelece o direito de posse e eleva o valor de venda da terra, enquanto os outros dois garantem recursos financeiros importantes.

Por um lado, nos empréstimos que envolvem hipoteca, as áreas desmatadas são mais valorizadas que as áreas cobertas por mata. Por outro, os produtos comercializados, de maior retorno para o parceiro, não provêm do extrativismo mas são cultivados (Fearnside, 1989:21-3).

---

57

Dados de entrevista de Philip M. Fearnside ao jornal Folha de São Paulo ("INCRA é acusado de estimular desmatamento", *Folha de São Paulo* - 19/Fev/1992, Caderno 3 Cotidiano p.3).

Com exceção dos empréstimos bancários, que não estavam disponíveis, os outros dois elementos foram notados com muita clareza no trabalho de campo, em Machadinho.

Nas vistorias periódicas dos técnicos do INCRA, a área desmatada é um dos principais indicadores na avaliação da ocupação. Nos novos assentamentos, a área desmatada torna-se o principal indicador, já que benfeitorias como casa, paiol e demais instalações são rudimentares e as culturas perenes inexistem ou, no máximo, estão em formação.

Em Machadinho, muitos agricultores não selecionados conseguiram a Autorização de Ocupação - A.O., documento expedido pelo INCRA e decisivo para o reconhecimento como parceleiro, a partir da comprovação de que haviam "colocado serviço" em lote desocupado, isto é, desmatado alguma área. Bastava uma ou duas testemunhas e era quase certa a concessão da A.O., se o interessado morasse no lote.

Em caso de demanda entre o parceleiro e algum ocupante, não reconhecido pelo INCRA, os acordos intermediados, ou não, por esse órgão, sempre tomavam por base a área desmatada para o cálculo de eventual indenização. Como relatou um entrevistado, *"o lote, esse aqui mesmo, foi conseguido no peito. Entrei num lote sem dono, numa linha que um compadre me disse que estava meio abandonada, com poucos parceleiros trabalhando. Com um eito pequeno de mato derrubado e uma casinha prá se abrigar, fui no INCRA e consegui o direito. Quando o dono apareceu, a família toda já morava no lote. Pedi um dinheiro meio alto pelo meu serviço. Ele rateou e ameaçou tomar na força. Mostrei a documentação e falei grosso dos meus direitos. Ele bambeou, disse que não podia pagar. Foi embora e nunca mais apareceu. O que vale é o serviço colocado no lote, estar enfrentando o mato. Nome na lista de seleção não garante o direito. Mas agora, se de todo não desse de ficar com a terra, de qualquer jeito eu saia melhor que entrei. Pegava um dinheiro bom pela derrubada e ia caçar outro lote"*.

Quanto ao plantio de culturas perenes, o pensamento era um só, entre os parceleiros. Com pequenas variações, todos afirmavam que *"do bem de raiz vem a fartura. Daí o interesse em juntar as*

*forças e desmatar uns alqueires e cobrir de café, cacau, alguma seringa, mas não muita porque tarda em produzir. Com cinco prá seis anos já vê futuro melhor*".

Nas áreas de colonização, o desconhecimento do manejo florestal é generalizado. Em Machadinho, os únicos parceleiros que tinham conhecimento da mata eram alguns seringueiros, que já residiam na área antes do assentamento e foram contemplados com um lote. No entanto, eram em número pequeno e muitos deles acabaram vendendo os lotes logo após a entrega. Nos "surveys" eles não chegavam a 5% dos chefes entrevistados.

Os parceleiros e técnicos, ambos vindos, na maioria, de outras regiões do país, ocupam a região encarando a floresta como o "inferno verde" a ser vencido e não vivenciado. Há um temor que não implica em espanto e admiração, mas se expressa em pavor.

O medo não se curva diante da beleza, imponência e dos mosaicos multifacetados da vegetação, nem admira, mesmo que por rápidos instantes, os uivos, gritos ou cantos de animais e pássaros desconhecidos. Antes, pelo contrário e por princípio, nega essas dimensões como parte da realidade, e instaura uma contradição insolúvel no âmbito da socialização vivida até então. A intensificação da relação homem-natureza leva, no limite, à aniquilação dos elementos que a definem. A aproximação com a natureza implica e cria o distanciamento que se procura ou se imagina seria rompido.

É isto que fica do acompanhamento, durante alguns meses da vida de parceleiros na selva, dos depoimentos recolhidos, do olhar silencioso e atento do que se passava ou passava, sem nada acontecer, aliado aos sentimentos pessoais e às inquietações do aprendiz, em mundo que não é o seu.

A inexistência do manejo de recursos florestais, por um lado, assenta-se no desconhecimento de uma cultura assentada em práticas extrativistas. Por outro, está calcado no pequeno retorno de alguns produtos para o parceleiro. A venda de madeira é o exemplo mais claro.

Os parceleiros mais velhos viveram anteriormente, no norte do Paraná, a cultura da valorização do desmate. Falando de suas odisséias "*nos tempos que aquilo era só mata*", evidenciavam

também alguma crítica quanto ao resultado final. No entanto, parece que ela deriva mais da consternação por terem, ao final, sido excluídos, que de um questionamento da forma como os recursos florestais foram destruídos.

Segundo o relato de um deles, *"abri muitas áreas que pouca gente pisou. Tinha muito pau d'alho, árvore grande que dois homens não conseguiam abraçar. Empreitei muita derrubada feita no machado e traçador. A gente levava semanas prá limpar pouca coisa. O trabalho era duro e castigava muito.... Depois da queima, como a gente faz aqui no lote, formava cafezal. Formei muita fazenda prá gente fraca como eu, sem muito conhecimento da ciência do café.... Eles são hoje ricos, tem carro na porta, trator, toma empréstimo, investe em criação.... Quando sai do Paraná no caminho passei pelas fazendas que eu formei..., olhei..., vi tudo produzindo..., veio na lembrança o começo, as dificuldades, o traçador que a mulher ajudava...naquele tempo tinha a mata bonita que não existe mais. Tudo ficou mais desenvolvido, mas ninguém se lembra mais da mata"*.

Nota-se que a derrubada da mata carregou consigo as esperanças "de fazer sucesso" que não vislumbrava a saída do estado que se ajudou a desbravar, como forma de escapar de ser *"comido pelos tubarões da terra lá do Paraná"*.

Hoje, esse mesmo parceleiro, assim como outros em Machadinho, pensam em deixar algum *"pedaço de mata como recordação ou porque o lote todo de cultura não pode ser tocado só pela família"*. Falam com orgulho do quanto vão desmatar, limpar, plantar, produzir. A floresta enquanto tal não se constitui como fonte de recursos.

A extração de látex de árvores nativas é rara em Machadinho. Em 1986, somente os seringueiros-parceleiros dividiam o tempo entre o extrativismo nas reservas florestais, em bloco, e os cultivos no lote. Os parceleiros, quando sabiam fazer o corte, só extraíam o látex em momentos de maior necessidade e consideravam esta atividade como um trabalho menor.

Numa entrevista, um parceleiro disse que *"de junho a novembro de 1984 fiz dois cortes por semana nas seringas nativas do meu lote. Tirava em média 20 a 30 kg de borracha por semana. O preço estava bom e mesmo vendendo aqui no Machadinho apurava bom dinheiro. Isso ajudou muito e foi o que valeu para passar o ano com a família no lote.... Com as culturas e trabalho no lote deixei de lado o corte"*.

Indagado sobre o motivo de não continuar cortando, já que o retorno era bom, afirmou: *"seringa não é trabalho de lavrador. Eu dou preferência nas culturas do lote, mais no café. O corte deixa a gente vadio, sem vontade de enfrentar o sol. O senhor toma base no vizinho; seringueiro, tem dinheiro, sem família, só entra no mato e viaja prá vender a borracha. No lote trabalha pouco. O serviço que tem feito é de diária que ela pagou"*.

Realmente, o seringueiro tinha pouco serviço no lote. Para os seringueiros, contemplados pelo INCRA, o trabalho do lote era secundário. Em uma longa conversa, debaixo de umas árvores e deitado em uma rede ele disse: *"o lote é prá negócio. Vou vender mais prá frente. Seringueiro criado no mato não deixa as estradas [de seringa] prá cuidar de café e cacau.....Anota aí as contas e confirma a situação. Estou melhor que muito parceleiro"*.

Com "estradas de seringa" na reserva em bloco, fazendo divisa com seu lote, apurava 300-350 kg de látex por mês. Saía às cinco da manhã e pouco antes das onze já estava de volta. Pelos preços de comercialização do látex em Machadinho, em junho de 1986 podia pagar 25 diárias de um homem, pelo valor corrente, para trabalho em seu lote e ainda restava, pelo menos, dois terços do que ganhava para seu consumo pessoal.

Um outro seringueiro, com pouco menos de sessenta anos, reconheceu que só se interessou pelo lote por causa da idade. Já sentia que não conseguia cuidar de muitas estradas e, sem filhos, teria que arrumar alguma atividade que o sustentasse. Como disse, *"um conhecido veio morar aqui no lote comigo. Ele também está forte e com saúde, mas não é moço. Mais prá frente ele e eu vamos encostar no lote. Essa terra vai ser a nossa aposentadoria"*.

Apesar da grande dispersão da copaíba e da média ocorrência da Castanha-do-Pará, em Machadinho, o seu aproveitamento era praticamente inexistente e o consumo doméstico esporádico (Brasil, MIRAD-INCRA & SEPLAN-Projeto RADAMBRASIL, 1985:24-29). Outras frutas nativas eram raras, e segundo alguns mateiros, a concentração dessas árvores era pequena.

A caça e a pesca não eram muito difundidas entre os parceiros. Apesar de 67,8% dos parceiros possuírem arma de caça, a maioria a tinha para segurança ou para negócio. Alguns parceiros que pescavam com frequência afirmavam que, em Machadinho não havia rios piscosos. Mesmo no comércio do núcleo urbano principal era muito difícil conseguir-se peixe fresco.

A madeira, produto de maior extração, pouco representava, em termos financeiros, para os parceiros. Conforme reconheciam, e era confirmado pelos toreiros, só vendiam o mato inteiro os mais necessitados. Árvores isoladas ou de pequenas derrubadas, eram vendidas para pagamento de alguma conta ou como parte de algum negócio. As áreas de maior extração eram os lotes de indivíduos ligados, direta ou indiretamente, com o seu comércio.

Em 1986, parceiros que haviam pego o empréstimo de custeio, para o plantio do arroz e milho, comercializaram madeira para quitação do débito junto ao BERON. Mas vários deles ficaram surpresos com o pequeno preço pago pela madeira em pé. Segundo um parceiro, *"vendi porque a dívida estava tirando o sono. Mas não valeu. O cedro que tenho ali, vai ser tirado em "tabuinha" para a casa nova. É um pecado lascar uma madeira desta qualidade, mas alimentar toreiro e dono de serraria não posso....Olha, toreiro nem é tanto. Tenho minhas desconfianças, eles devem prá muita gente, mas o dinheiro mesmo fica na serraria; só eles têm caminhão novo"*.<sup>58</sup>

58

Este e outros depoimentos mostram que a situação vivida em Machadinho é a mesma que Browder (1986) verificou em Rolim de Moura - Rondônia, estudando a extração de madeira.

### As Condições de Vida<sup>59</sup>

Apesar de bem melhores que no primeiro ano de pesquisa (1985), as condições de moradia eram ainda precárias, após quase três anos residindo em Machadinho. Em julho de 1987, as casas tinham, em média, 3,5 cômodos (mediana e moda iguais a 3,0), correspondendo basicamente à cozinha, quarto e sala. Em quase um terço das casas faltava uma parede principal ou mais, ou elas apresentavam grandes frestas. Se por um lado, 67,2% das casas tinham as paredes principais de tábua, apenas 5,7% eram totalmente vedadas. Casas de alvenaria ou taipa eram muito raras, correspondendo, cada uma, a 2,3% do total.

Em termos da cobertura, 16,7% ainda utilizavam plástico, palha ou uma combinação dos dois. Quase 61% das casas eram cobertas de "tabuinhas" e 21,8% utilizavam telhas de cimento amianto. Apesar do excessivo calor provocado por estas telhas, eram socialmente aceitas como o material mais nobre.

Contrariamente ao que se possa imaginar, acesso à água era uma questão problemática. Os córregos, na maioria dos lotes, ficam nos fundos, estando portanto distante das casas à beira das linhas. A perfuração de um poço próprio era caro, vários deles secam durante alguns meses do ano, e não era raro encontrar rocha só quebrada com maquinário próprio. Em 1987, 32,8% dos domicílios se valiam de córregos, nascentes ou cacimbas, sendo que menos de 48% possuíam poço próprio.

A situação sanitária era precária. As casas que não possuíam qualquer tipo de fossa, representavam 73,6% e, entre as que a possuíam, em apenas uma havia fossa séptica. Mesmo após a ampla distribuição de filtro d'água (talha de barro), durante a campanha eleitoral de 1986, em julho de 1987 mais de 35% ainda não o possuíam.

---

59

Exceto menção explícita, os dados utilizados neste subitem referem-se aos 174 questionários de 1987 que compõem o Arquivo MDO3ANOS.

A limitada disponibilidade de ônibus circular, nas linhas, e o isolamento dos lotes tornavam importante e necessário ter algum meio de transporte próprio. Assim, apesar da baixa capitalização dos parceiros, 5,7% possuíam algum veículo (carro ou caminhonete) e, 58,0%, uma bicicleta. Cavalo ou carroça eram encontrados em cerca de 3% dos lotes.

A alimentação das pessoas em geral era fraca. Basicamente se restringia a arroz, feijão e mandioca, muitas vezes sem qualquer "mistura". A formação de hortas só era possível em algumas épocas do ano e as verduras não eram muito consumidas. Pelo excesso de água nos meses de chuva ou pela sua falta na seca, o seu cultivo é muito prejudicado.

Banana, mamão e abacaxi eram as únicas frutas em produção nos lotes, até 1987. Mas quase todos tinham pomares em formação, com mudas de citros, goiaba, jaca, manga, caju, abacate, maracujá, jaboticaba, pinha, coco e outras mais. Assim como eram raras as árvores frutíferas nativas na mata, poucos parceiros tinham frutas típicas da região em seus lotes. As duas únicas encontradas com maior frequência, mas quase sempre de sabor desconhecido para seus donos, eram o cupuaçu e a graviola.

As criações de galinhas e de suínos constituíam as duas principais atividades pecuárias. Eram, na falta do aproveitamento da caça e da pesca, eram a única fonte de proteína animal. A primeira estava presente em 97% dos lotes e a segunda em pouco mais de 80%. No entanto elas não eram suficientes para o abastecimento contínuo dos parceiros e suas famílias. Em julho de 1987, os parceiros possuíam em média 5,2 suínos, incluídos os leitões.

No mesmo período, mais de 85% dos parceiros não possuíam bovinos e 8,9% somente uma ou duas cabeças. Esse gado materializava uma poupança prévia à mudança para o lote. Além de reduzida, pouco a pouco os parceiros valiam-se dessa poupança para quitar dívidas contraídas com doenças, derrubada no lote, ou garantir o consumo e abastecimento da casa.

Como mencionado, as carnes de caça ou pesca eram muito restritas. Segundo o enfermeiro responsável pela avaliação preliminar, para a implantação de um programa de suplementação alimentar

infantil em Machadinho, verificou-se que, nas 100 famílias entrevistadas no posto de saúde, todas possuíam algum caso de desnutrição. Em várias, havia crianças com evidências claras de comprometimento irreversível do desenvolvimento.

Tratando dos serviços e da infra-estrutura disponíveis, já se referiu à precariedade no atendimento à saúde, a gravidade em termos da prevalência da malária e o surgimento de doenças de notificação compulsória. Alguns dados adicionais sobre a malária mostram como ela interfere no trabalho no lote.

Em julho de 1986, 90,1% da população das glebas 1 e 2 haviam sofrido de malária, pelo menos uma vez na vida (em 1985 eram 65,7%). Pessoas que contraíram mais de cinco malárias representavam 55,9% da população e 79,2% haviam contraído a doença nos últimos doze meses. Mais de 81% haviam contraído malária em Machadinho e 7,7% estavam com malária no dia da entrevista (Sawyer & Sawyer, 1987:65).<sup>60</sup>

Resumindo, nas páginas anteriores traçou-se um quadro bastante genérico da transformação do espaço que vem ocorrendo, do não envolvimento da população com a mata e das precárias condições de vida no lote.

Viu-se que, em três anos, os parceiros desmataram cerca de 25% de seus lotes e possuem em média 7,69 ha de área cultivada. O café é a cultura industrial predominante e presente em 90% dos lotes; cacau, seringueira e guaraná também são cultivados, mas a proposta de culturas regionais consorciadas não vingou como planejada.

O sistema técnico de cultivo empregado é rudimentar, mesmo nos cultivos perenes industriais; os investimentos em sementes selecionadas e fiscalizadas são mínimos; quase não são empregados a calagem, os diferentes tipos de adubação e os agrotóxicos.

---

<sup>60</sup> Estes dados são de malária auto referida, mas que demonstraram grande consistência quando confrontados com exames sorológicos (Sawyer & Sawyer, 1987:52).

Com exceção da madeira, extraída de forma predatória e com pouco retorno para os parceiros, o aproveitamento dos recursos florestais é insignificante; a relação com a mata é arredia e vista em geral como perigosa. Por um lado, o desconhecimento do manejo florestal é generalizado entre parceiros e técnicos dos órgãos de apoio e assistência; por outro, a "cultura do desmatamento" - a derrubada é vista como benfeitoria e avaliada acima dos valores alcançados pelas áreas cobertas de mata - exerce estímulos importantes para que a floresta, enquanto tal, não seja incorporada pelos parceiros como fonte de recursos.

As condições de vida são difíceis. A moradia é simples e pequena, o acesso à água é difícil e a situação sanitária precária, mesmo nos elementos mais básicos - quase 75% das casas não possuem fossa e mais de 35% não têm filtro d'água. Mesmo com boas estradas, as condições e meios de transporte constituem um problema pela sua precariedade e pelo elevado custo.

Ao lado disso, a dieta pobre, aliada às recorrentes contrações, e o ressurgimento intermitente de malárias, mal curadas, são outros dois fatores que contribuem para a debilitação da população. Como disse um parceiro, *"a saúde que eu tinha, a malária levou; as gorduras que eu precisava, sem 'mistura', não consigo juntar"*.

## CAPÍTULO 6 - MACHADINHO : EVIDÊNCIAS E INFERÊNCIAS

A análise desenvolvida revela um quadro dinâmico, complexo e contraditório da fronteira. Os migrantes, agora parceiros, deparam-se com um contexto de instabilidade que atinge todas as esferas da vida.

Vivem as ambigüidades de uma localidade nova e atrasada, que integra um processo de ocupação mais amplo e moderno da sociedade brasileira. A todo instante os parceiros defrontam-se com os descompassos intrínsecos a essa realidade.

Habitam uma área de floresta com poucos recursos, muito semelhante às terras isoladas que desbravaram e ocuparam em outras regiões do país, como o Paraná e o Centro-Oeste. Mesmo assim, estão ligados às áreas mais desenvolvidas do centro-sul, pelos sistemas de comunicações e redes de transporte.

Os migrantes, hoje embrenhados na mata, foram criados num contexto de decomposição da estrutura agrária. Partiram para Rondônia após uma etapa migratória em centros urbanos de médio e

grande portes. Tiveram acesso à infra-estrutura de serviços urbanos, esperando até certo ponto, que a um só tempo esse "urbano acabado" se instaurasse em local até então virgem e desabitado.

Apesar de criados na roça, muitos parceiros trabalharam em indústrias e incorporaram valores e rotinas do meio urbano. Agora, em meio rural selvagem, defrontam-se com a necessidade de readaptação ao novo contexto.

Como relatou um trabalhador entrevistado, *"muita gente do Machadinho veio da cidade e não está acostumado com o jeito da roça. Viviam de salário, dinheiro no bolso prá comprar as mercadorias. No roçado, o caboclo tem de ver o futuro nas plantas, saber que ali tem arroz para o ano, dali sai uma mistura....a lavagem engorda cabeça de porco, muda de fruta hoje é dali uns tempos pomar grande....e têm mais coisa..."*.

Falando da rotina de trabalho, lembra que *"na lavoura não tem limpeza, macacão da firma, hora certa de entrada e saída, almoço em refeitório. Lidando na lavoura, a gente usa os trapos velhos de roupa,... foi limpar uma quiçaça sai todinho sujo, pega sol bravo e chuva direto, não tem hora certa de trabalho e quando o sol vai afirmando o parceiro tá findando uma tarefa. A semana tem sete dias, des-cansa cuidando de criação e na colheita faz semana de oito dias prá vencer o plantio. Não tem férias e nunca vi lavrador ganhar bônus de final de ano. A gente é por conta. Gente acomodada com carteira assinada não vence a roça, a roça acaba desacorçoando essa gente"*.

Os parceiros possuem culturas de subsistência. Investem também em produtos, para comercialização no mercado, com maior retorno, como café, cacau, seringa e guaraná. Vivem relações de produção que entrelaçam traços de uma economia tradicional, com realidades baseadas em relações de mercado.

Os elementos mencionados, espelham o constante movimento e a continuada transformação operada pelo processo de ocupação de novas terras. Desafiam a criatividade dos analistas em busca dos significados e implicações, recolocando questões, redefinindo posturas e levantando novas indagações.

Muitas delas, apesar de pertinentes, fogem ao escopo delimitado nesta dissertação. Com o objetivo de construir um argumento coerente e sustentado, privilegiaram-se duas ordens de indagações. Elas constituem um recorte que não procura uma explicação abrangente, globalizante, total. É, antes de tudo, um recurso metodológico, um recorte do real.

A primeira, refere-se às perspectivas dos parceleiros em termos da permanência no lote e do caráter do trabalho nele desenvolvido. A segunda, questiona o "tradicionalismo" das famílias na fronteira sob dois aspectos: a relação família-comunidade e o controle da fecundidade.

## 6.1 DEIXANDO A TERRA: A SUBSTITUIÇÃO DE PARCELEIROS

A análise do processo de abertura mostrou que, domada a terra, os parceleiros procuram viver, ainda que de forma precária, dos frutos e bens que a terra pode oferecer-lhes. Praticamente restritos ao lote, "colocam serviço", transformando a área de mata em espaço de cultivos temporários, lavouras perenes e capaz de reter alguma criação.

Mas a pergunta que surge é se esses parceleiros conseguirão manter-se na terra; se o viver da terra, no curto período, transforma-se em fixar-se à terra, em período maior, levando ao enraizamento marcado pela sucessão de gerações.

Ainda que se tenha estudado os parceleiros, que continuaram em Machadinho, o período coberto pela pesquisa é muito pequeno (três anos) e refere-se ao início do assentamento. Assim, ao enfrentar essa indagação, confrontaram-se as evidências do trabalho de campo com a reflexão presente na literatura.

A bibliografia, sobre a ocupação de Rondônia mostra que a desistência de parceleiros leva à substituição por outros, ocorrendo concomitantemente a concentração de terras e a coexistência de

duas ou mais famílias no mesmo lote - relação de agregação - (Pinto, 1981; Lopes, 1983; Rondônia-CEPA, 1984; Henriques, 1986; Dal Maso, 1990).

Apesar de Machadinho ser um projeto de colonização recente, as três situações - substituição, concentração e agregação - foram encontradas. Talvez a diferença de Machadinho, em relação aos projetos de colonização anteriores, seja a rapidez deste processo de substituição e o nível que ele atingiu. A fama de "projeto modelo", atribuída a Machadinho, e o fato de ser o primeiro grande projeto após um período sem novos assentamentos, certamente contribuíram para esse quadro.

Lopes (1983), entrevistando, entre 1981 e 82, parceiros do PIC Ouro Preto - primeira área de colonização do INCRA em Rondônia, iniciada em 1970 - constatou que a presença de agregados não era ocasional, havendo uma troca contínua destes. O conceito de agregado é redefinido, compreendendo *"aquele que cultiva parte do lote de um parceiro pagando ou não renda pelo uso da terra que lhe é cedida, e que pode ou não estar livre de prestar favores ou trabalhar para o dono do lote na diária ou na empreita"* (Lopes, 1983:70).

Segundo o autor, *"a relação parceiro-agregado constitui uma forma de resistência à exploração; expressa uma estratégia de sobrevivência do parceiro - necessidade de mais braços - e do agregado - possibilidade de reprodução da família até conseguir o seu lote - com vistas a conservar a autonomia do trabalho"* (Lopes, 1983:101). Com o processo de compra de lotes por comerciantes, profissionais liberais e técnicos de instituições governamentais presentes na área, surge o agregado-empiteiro que explora a terra dos "novos parceiros" e evita as invasões.

Dal Maso (1990), em pesquisa recente no PIC Gy-Paraná - área de colonização aberta em 1972 - mostra que com a substituição da primeira categoria de colonos-parceiros por outra, que ele chama de "granjeiros" (migrantes mais capitalizados e que compram a terra), está em curso um processo de concentração de terras. Trabalhando em uma área consolidada, em termos da sua ocupação, afirma

que o conflito em torno da luta pela terra, que marcou a década de setenta, deslocou-se nos anos oitenta, para o campo das relações de produção.

Avançando nesta linha, chega a afirmar que *"a pesquisa realizada no PIC Gy Paraná revela uma gradual transformação das relações de produção, aponta para a formação incipiente de uma pequena burguesia agrária acompanhada da expropriação de colonos, posseiros, índios, meeiros, parceiros, agregados e outros e mostra um progressivo e intensivo envolvimento do capital comercial, industrial e financeiro na compra de terra e no direcionamento da produção"* (Dal Maso, 1990:286).

Torres (1987), trabalhando com dados dos levantamentos de 1985 e 1986 da pesquisa *Malária na Fronteira Amazônica*, verificou, para Machadinho, que 8,5% dos parceiros entrevistados em 1985 haviam comprado o lote; no ano seguinte, esse percentual alcançou 23,7%. Entrevistas de campo mostram que alguns selecionados não chegaram nem a morar no lote.

A desistência foi calculada com base na ocupação efetiva, independente da forma de aquisição; considerou-se *"como desistentes todos aqueles colonos entrevistados em 1985, que tinham saído de seus lotes em 1986"* (Torres, 1987:22-3). Assim, os cálculos mostram que a desistência, no período 1985-86, foi de 23,7%, ou seja, quase um quarto dos entrevistados, em 1985, não mais residiam em Machadinho em 1986.<sup>61</sup>

Dados de 1987 mostram que em 8,1% dos lotes havia mais de um domicílio.<sup>62</sup> Esse dado subestima a presença de agregados, pois refere-se apenas às famílias que residiam em casa que não a do parceiro; não leva em conta os agregados residindo com o parceiro sob o mesmo teto.

<sup>61</sup> Os dados de substituição de parceiros não foram atualizados com o "survey" de 1987. No entanto, a composição do Arquivo MDOLONG (159 domicílios em 1985 e 87), ao lado de avaliações de técnicos de instituições presentes na área - INCRA, EMATER, SEAGRI-RO e SETRAPS-RO - indicam que esse processo intensificou-se.

<sup>62</sup> Nos 136 lotes, visitados nos três anos (1985-87) e que não apresentaram substituição de parceiros, 11 deles possuíam mais de um domicílio (casa), sendo que três, com três domicílios diferentes.

A composição dos domicílios - relação de parentesco dos indivíduos com o chefe - mostra que familiares ascendentes e descendentes, e não parentes, estavam residindo nos lotes. Por falta de terra, por o lote já comportar mais gente ou para ajudar o parceleiro, essas famílias estavam se mudando.

A forma como os dados foram codificados não permite calcular a relação de agregação, a partir da espécie de família - nuclear, estendida e composta (classificação do IBGE). No entanto, baseado na bibliografia que lidou com a questão, e na experiência de campo, sabe-se que a relação de agregação constitui-se, em geral, nas famílias compostas (grupos domésticos formados por famílias nuclear ou estendida, convivendo com indivíduo não-parente) e em parte das famílias estendidas (grupos domésticos formados por família nuclear, convivendo com outro parente).

Assim, num esforço de aproximação da situação de fato, foram considerados também como relação de agregação os domicílios cujas famílias são compostas. Somando-se estes casos com os dos lotes com mais de uma casa ocupada, chega-se a um total de 17 lotes, o que corresponde a 12,5% (17/136).<sup>63</sup>

Foi encontrado um único caso de parceleiro que "vendeu" metade do lote para outro lavrador, que não era parente. Segundo o parceleiro assentado pelo INCRA, *a venda ocorreu por não ter condições de explorar o lote sozinho; preferiu ter menos terra e reverter os recursos em maior área de culturas perenes, nova casa para a família e duas cabeças de gado.*

Em 1986, e mais no ano seguinte, a venda e a concentração de terras estavam em curso. Os "surveys", realizados nos três anos (1985-87) no núcleo urbano principal e os comentários de parceleiros entrevistados nas glebas 1 e 2, revelam que os lotes estavam sendo adquiridos, em maior número, por moradores do núcleo urbano principal - comerciantes, donos de serraria e médicos locais - alguns deles com até 10 lotes. Percorrendo as linhas das quatro glebas entregues, encontravam-se áreas de três ou

---

<sup>63</sup>

O percentual de lotes com agregados deve ser maior, já que não se consideraram as famílias estendidas; se metade das famílias estendidas tiverem agregados, este percentual atinge 19,8%.

mais lotes, cercadas com arame. Eram raros os técnicos e funcionários de órgãos públicos que não possuíam lote.

Concluindo, apesar de distintas, a substituição de parceiros, a relação de agregação e a concentração de terras têm, em comum, o fato de serem situações não planejadas pela política de colonização do INCRA. Esse novo quadro reflete as contradições inerentes à fronteira, espaço onde a propriedade jurídica da terra e o mercado de trabalho estão em processo de constituição. O incipiente estado de direito, marcado pela inoperância da lei e a imposição da "lei do mais forte", legitima o uso da violência e debilita o exercício da cidadania (Foweraker, 1982; Martins, 1980).

## 6.2 AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO: MOMENTOS DE UMA REALIDADE

Ainda que a fronteira guarde suas especificidades, é preciso deixar claro que a fronteira amazônica e, em particular, a dos anos recentes, não é espaço geográfico distante, mas integra o processo de desenvolvimento social e econômico do capitalismo. Portanto, é uma posição extremada reafirmar a colocação de Martins (1975), que toma a fronteira como espaço privilegiado de reprodução de um campesinato tradicional, que contesta a dominação exercida pelo capital. A reconstrução da história migratória, no Capítulo 4, reúne elementos suficientes para sustentar essa posição.

Não sendo "território de um campesinato tradicional", a própria terra e seu apego a ela são redefinidos. Se, por um lado, o "querer um lote" é elemento recorrente na fala dos entrevistados, por outro, o "não se prender ao lote" evidencia, também, que a sobrevivência e a autonomia não se fundam tão somente num lote específico, capaz de condensar as esperanças de uma "terra sem males, uma terra de futuro".

Como mostrou Vieira (1990), a transformação da terra de trabalho em terra de negócio - a venda enquanto estratégia - dá-se a partir da crescente mercantilização da terra, da mobilidade espacial que caracteriza essas populações, e das dificuldades prementes vividas pelos migrantes.<sup>64</sup>

Diferentemente do que verificou Vieira (1990), no Baixo Araguaia - PA, nos projetos de colonização recente, em Rondônia, esta mobilidade não se funda em "resquícios" de uma economia e cultura marcadas pela disponibilidade de terras; a identidade do lavrador não se estabelece a partir da fixação e do enraizamento em um determinado lote ou área. Antes, a identidade constitui-se a partir de uma mutabilidade intermitente dos migrantes - que no limite os condena à itinerância - ancorada no processo de exclusão e de expropriação a que foram submetidos, incluindo as condições materiais de vida e o "universo de representações culturais".

Vivendo no limiar da sobrevivência, as adversidades inerentes à abertura do lote e, as inesperadas (acidente, doença grave, perda da safra, etc), rompem o tênue equilíbrio de forças que permite a permanência do parceleiro no lote. Essa instabilidade dá vida e corpo ao fantasma de um novo "fracasso iminente".

A mercantilização da terra, numa região de crescente demanda por lotes e com dificuldades em todos os campos, leva a um quadro onde "abandono" e especulação com a terra entrecruzam-se e confundem-se. Por um lado, "passar" o lote por preço abaixo dos praticados no mercado pode representar uma das poucas saídas para um parceleiro descaptalizado; por outro, a venda pode ser lucrativa e permitir a compra de novo lote (maior, melhor localizado, em terra mais fértil), ou a montagem de um negócio próprio, um pequeno estabelecimento comercial, em cidade próxima.

Se é extremado pensar a fronteira como *locus* do campesinato tradicional, também o é, assumir a postura que antevê para a população assentada a proletarização como inexorável (Turchi,

---

<sup>64</sup>

Como se pode ver, Vieira (1990) não utiliza os conceitos de terra de trabalho e terra de negócio formulados por Martins: terra para trabalhar e terra para explorar o trabalho alheio, respectivamente (Martins, 1980:58).

1979; Pinto, 1981; Hebette & Acevedo Marin, 1982). Para esses autores, a propriedade ou posse da terra é transitória e a subordinação crescente ao capital é um dado; cabe apenas discutir o "timing" e as formas nas quais ela se concretiza, sendo que as maiores amarras são representadas pelo capital comercial, "mediatizado" pela ação do Estado.

Esse capital subordina os parceiros ao interferir no processo produtivo - determinação das culturas a serem plantadas, na especialização em determinados ramos e na imposição de certos padrões tecnológicos - e ao circunscrever as possibilidades de comercialização e determinação dos preços nas safras.

Se, por um lado, é inegável a subordinação dos parceiros em diferentes esferas, por outro, ao assumi-la como única situação adota-se, a priori, o determinismo. Ainda que esteja ocorrendo substituição de parceiros, em Rondônia, e a migração para o Acre e Roraima esteja em curso, mal ou bem não é pequeno o número de assentados; o processo de trabalho no lote tem esferas controladas pelo parceiro, tais como o tempo, com significado privilegiado ao nível das representações; apesar de todas as dificuldades, muitos parceiros afirmam que a transferência, para o lote, implicou em melhora nas condições de vida.

Aliado a isso, dados coletados em Machadinho mostram que o trabalho externo sistemático - assalariamento e empreitadas - é extremamente baixo. Em 1986, 92,7% dos chefes não trabalharam fora do lote no ano anterior e, em apenas 3,6% dos domicílios, havia algum outro indivíduo, que não o chefe, com outra ocupação.<sup>65</sup>

Os dias de trabalho vendidos, seja na diária seja em empreitas, também são reduzidos. Nos três anos de pesquisa o percentual de domicílios nos quais nenhum dos indivíduos trabalhou fora no ano

---

<sup>65</sup> Estes dados e os que se seguem referem-se ao total de chefes de domicílio em cada um dos anos - 1985, 1986 e 1987 - e que compõem o Arquivo MDO3ANOS.

anterior variou entre 44 e 49%. No outro extremo - 180 ou mais dias de trabalho externo para o total de indivíduos do domicílio - alcançou seu máximo em 1987 com 3,7% de domicílios.

Essas constatações apontam na mesma direção de recente relatório, ainda em versão preliminar, sobre 524 assentamentos distribuídos por todo o país, com mais de 94 mil famílias e iniciados, entre 1986 e 1989 dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em termos nacionais, o relatório mostra que 74% da renda gerada nos assentamentos provém das atividades agrícola e pecuária, incluída a renda de auto-consumo. Rendas com o trabalho externo (assalariamento temporário ou permanente e empreitadas) alcançam apenas 11% da renda total. Entre os 10 assentamentos, com maior renda, os trabalhos externos correspondem a 8%, enquanto, para os 10 de menor renda, chegam a 32%. Mesmo para estes últimos, as atividades agrícola e pecuária, incluído o auto consumo, alcançam 50% da renda gerada (FAO/PNUD - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, 1992:30).

Em síntese, apesar do lote ser um *locus familiar*, os dados coletados não permitem afirmar que Machadinho é um espaço de constituição e reprodução social de um *campesinato tradicional*, nem de *proletarização inexorável* dos assentados.

Calculado nas constatações empíricas do trabalho de campo, partilha-se da posição de que autonomia e subordinação não são mutuamente excludentes; constituem momentos e condições objetivas de uma realidade contraditória, onde diferenciação e heterogeneidade são elementos intrínsecos. Assim, a transição, a alternância, ou a afirmação concomitante destes momentos, em esferas distintas, constituem possibilidades em aberto, pois a dinâmica "autonomia-subordinação" responde às especificidades históricas, e não ao determinismo histórico, com suas tendências tão inexoráveis quanto abstratas (Silva, 1976).

### 6.3 COMUNIDADE: UMA REALIDADE ABSTRATA

O material empírico, discutido no Capítulo 5, evidencia de maneira clara a importância do grupo doméstico (na maioria dos casos, família nuclear) no processo de abertura do lote. Como já indicado, esse envolvimento, praticamente total e exclusivo de pessoas ligadas pelos laços de parentesco na exploração agrícola, mantém-se com o tempo. Ainda que o parceleiro venha a ter agregados residindo em seu lote ou valer-se de mão-de-obra assalariada temporária, ele e sua família participam diretamente do processo produtivo e detêm o seu controle. Pode-se dizer que o lote, pelo menos nos anos iniciais de abertura, é um *locus familiar* por excelência.

Entretanto, se essa "dependência" ao vigor e suor do rosto aparenta descompassada com o desenvolvimento tecnológico presente, ela não representa tradicionalismo, volta ao passado, reprodução do sistema de vida e trabalho dos bairros rurais. O processo de trabalho, calcado na força braçal, com instrumentos de trabalho simples e quase sempre com técnicas agrícolas rudimentares, não leva à recriação da sociabilidade tradicional desses bairros rurais.

Sob esse aspecto, a concepção e valoração da família nas diretrizes do INCRA surge "fora de lugar". A partir dela, assume-se que a cooperação mútua instaura-se e intensifica-se, desembocando naturalmente em práticas associativistas e programas comunitários. Portanto, basta criar os meios, para que um sistema de vida, calcado nesta sociabilidade, estabeleça-se plenamente.

A atuação do INCRA, centralizadora e marcante em todos os campos, redundou no espraiamento dessa concepção de organização social dos assentamentos para além da sua própria ação. Todas as instituições governamentais, presentes nas áreas de colonização, incluem entre suas metas os "programas comunitários" e, todos os técnicos, referem-se às demandas e carências da "comunidade".

No caso de Machadinho, isso era ainda mais forte pelo fato do projeto contar com um número expressivo de órgãos federais, estaduais e municipais, e verbas específicas do POLONOROESTE para a área de associativismo.

Nada parece mais abstrato que a noção de comunidade em Machadinho, área de assentamento recente, onde há uma confluência de culturas e experiências distintas, distantes e, por vezes, contrastantes. O fato de serem todos parceiros, não os torna iguais, apenas mascara desigualdades que, com o tempo, os distinguirão e conformarão uma diferenciação social.

Ao lado disso, as experiências urbanas de residência e trabalho, em centros de médio e grande portes, no centro-sul do país, discutidas no Capítulo 4, forjaram uma concepção de vida e visão de mundo calcadas no individualismo que deixa para trás e se torna incompatível com a "comunidade rural".

Os dados e informações de Machadinho mostram que a cooperação mútua é pequena entre os parceiros. Segundo os técnicos da área agrícola, as práticas comunitárias, tais como viveiros de mudas ou utilização de equipamentos, eram raras e constituíam mais um desafio que um recurso eficiente e de resultados comprovados. Essa mesma sensação era externada por técnicos das áreas de saúde, educação e assistência social.

O sistema de mutirão era quase inexistente, só ocorrendo em situações excepcionais invariavelmente não ligadas ao trabalho agrícola. A troca de dias de trabalho entre parceiros vizinhos era fortuita. Dados coletados nos três anos apresentam o mesmo quadro: cerca de 48% dos parceiros não trocaram nenhum dia de trabalho, ao longo de todo o ano, e apenas 19% trocaram mais de 10 dias no mesmo período.<sup>66</sup>

A inexistência do mutirão e a pequena troca de dias revelam dois aspectos inter-relacionados. Em primeiro lugar, a noção de "fraqueza" que essas práticas sugerem, e que para os parceiros não se

---

<sup>66</sup>

Estes dados referem-se ao total de chefes de domicílio em cada um dos anos - 1985, 1986 e 1987 - e que compõem o Arquivo MDO3ANOS. Para 1985, a troca de dias é ainda menor; o máximo de dias trocados foi seis.

coaduna com o "status" de proprietário que agora gozam. Em segundo lugar, que a avaliação, quanto aos benefícios dessas práticas constrói-se a partir de uma racionalidade econômica, e não na sociabilidade tradicional.

Das entrevistas com parceiros, depreende-se que a troca de dias de trabalho tem um lado pejorativo; evidencia a impossibilidade de "tocar o lote" por si mesmo e, portanto, ter de depender do favor, da ajuda de outros. Nesse sentido, a contratação de trabalho de outros, seja na diária seja por empreita, é valorizada; demonstra capacidade financeira em dois sentidos: custeio da mão-de-obra e ampliação ou melhoramento da infra-estrutura e plantios no lote. Mas a contratação não pode ser desmesurada, não apenas pela baixa capitalização dos parceiros, mas porque demonstraria indolência do dono do lote.

Como o número de braços não é o mesmo em todos os domicílios, e a disposição e destreza para o trabalho são variáveis, a troca de dias surge como problemática e desvantajosa. Novamente, na base desse raciocínio, está a avaliação econômica e não a sociabilidade tradicional, o que leva a sua adoção somente em casos limites ou com indivíduos muito próximos. Como sintetizou um entrevistado, *"a troca da diária fracassa para as famílias com mais gente, ou de trabalhador que não deixa serviço prá depois; o parceiro sai perdendo e uns acabam ganhando; prá ser certo tem que levar tudo no lápis e isso complica. Melhor é trabalhar por conta e no apuro pagar a diária ou dar de empreita"*.

"Levar sozinho" evidencia o individualismo que estrutura a vida dessa população assentada. Mas, esse individualismo ressent-se, na medida em que não pode ser exercido plenamente em um meio carente e deficiente em muitas esferas. A condição de proprietário de lote não permite, ao parceiro, dar o salto que ele imaginava, não apenas possível, mas inerente ao seu novo "status".

Esse quadro torna-se mais complexo quando a ele acrescentam-se os valores tipicamente urbanos, adotados pelos migrantes. Por um lado, a propriedade da terra é valorizada e, em geral, os indivíduos afirmam gostar de residir no lote; por outro, os momentos rudes e até cruéis da existência no

lote, aliados aos problemas de saúde, às deficiências nos serviços de assistência e ao limitado acesso à escola, enfraquecem a credibilidade que *"nesta terra está o futuro, a alegria que não conheci e que, se Deus ajudar e as forças não faltarem, os filhos e o netos vão desfrutar"*.

Não são, portanto, gratuitas e sem sentido as perplexidades que atingem os indivíduos, e os fazem questionar sobre o isolamento e a precariedade da vida no lote. Ao mesmo tempo em que os parceiros querem explorar o lote, e sabem que precisam dos filhos para derrubar, plantar e colher, almejam que eles estudem e tenham um ofício que lhes garanta maiores oportunidades.

As mulheres, por um lado, mostram-se orgulhosas com as criações, destreza e envolvimento dos filhos nos diversos afazeres no roçado; por outro, vêem-se sobrecarregadas com os cuidados com alguém prostrado com malária ou com a demora na cura de doenças corriqueiras das crianças, um quadro cotidiano, em decorrência dos limitados recursos ou impossibilidade de ir até o posto de saúde mais próximo.

Quanto ao estudo, as mulheres são em geral mais críticas que os maridos, vendo-o como um valor do qual não poderiam abrir mão. Mas, invariavelmente, o deixar para trás o estudo dos filhos não é uma opção, mas uma contingência da inexistência de escola próxima ou impossibilidade de custeio de estudo no núcleo urbano.

Nas entrevistas, conversas desprentenciosas, ou em desabafos, as mulheres invariavelmente retomavam o tema "condições de vida", avaliando os desgastes emocional e físico por que passavam. Perguntavam-se e, muitas vezes pediam opinião, se valia a pena passar por esses sofrimentos em troca de um lote de terra.

Os filhos mais velhos vivem essas ambigüidades e perplexidades e, não poucas vezes, vêem-se atraídos em morar no Machadinho (núcleo urbano), ou seduzidos pela dinâmica de uma "cidade da BR" (BR-364).

Algumas famílias possuíam filhos e/ou filhas, entre 13 e 20 anos, trabalhando em serviços não especializados, tais como, borracheiro, balconista, garçon ou auxiliar em oficina mecânica, em cidades próximas - Ariquemes, Ouro Preto, Jaru. O contato deles com a família era pequeno; iam no máximo uma vez por mês a Machadinho, ou cruzavam com os pais na cidade, quando de uma viagem destes para tratar de pequenos negócios ou de um caso de saúde mais sério.

A explicação dos pais, para a residência dos filhos na cidade, era, em geral, a mesma: pequeno retorno do lote para cobrir a despesa com a família, aliado à oportunidade de trabalho com conhecidos ou moradia em casa de parentes. Assim, o trabalho externo representava uma renda adicional, em geral materializada em um fardo de mantimentos, e a possibilidade de uma inserção no mercado de trabalho. Mas todos frisavam que era uma *"ausência dos filhos por ora, até as coisas se acertarem, porque a alegria é ver todos juntos trabalhando aqui mesmo, no lote"*.

Mesmo com um pequeno contato com estes filhos, foi possível perceber, principalmente entre os mais velhos, uma preferência pela vida na cidade. A necessidade de sair e complementar a renda familiar transformou-se em possibilidade concreta de buscar caminhos mais independentes. Como afirmavam, *"fora de casa e morando na cidade, dá liberdade, tem o dinheiro da gente e tem diversão"*.

Alguns, que tinham morado e trabalhado em cidades do centro-sul, consideravam a vida e trabalho no lote árduos e monótonos. Apreciavam o lote apenas para curtas estadas e, podendo, não voltariam a nele morar.

Em resumo, por mais ambíguos que sejam os "projetos de vida" da população vivendo agora na fronteira, eles evidenciam formas de sociabilidade calcadas no individualismo. O distanciamento do tradicionalismo transcende o nível das idéias, atingindo as várias esferas da vida. A família e sua reprodução são redefinidas, implicando na adoção de novas práticas e comportamentos, entre eles, o controle da fecundidade por meio da anticoncepção.

## 6.4 ANTICONCEPÇÃO: UM QUADRO NÃO ANTECIPADO<sup>67</sup>

### As Condições Tradicionais de Alta Fecundidade

Machadinho reúne elementos tradicionalmente apontados na bibliografia como propiciadores de uma alta fecundidade - disponibilidade de terras e acesso à terra própria, trabalho na área rural, processo de trabalho assentado na força braçal familiar, elevado número de pessoas unidas e baixa escolaridade (Stokes et alii, s.d.; Forster & Tucker, 1972; Merrick, 1978). Aliado a isso, as relações mais fluidas com o mercado e as poucas oportunidades de trabalho, fora do lote, podem configurar o que Ozório de Almeida (1977) verificou em áreas do Nordeste: o baixo *custo-tempo* dos filhos para o grupo doméstico e a valoração destes em termos do *motivo trabalho* (contribuição para a renda doméstica) e *motivo pensão* (sustento e amparo na velhice).

No entanto, a ocupação de Machadinho ocorre no período em que se verifica, para o país como um todo, uma transição muito acentuada na fecundidade. Esse processo já estava em curso antes dos anos setenta, sendo acompanhado de uma mudança no padrão geral da estrutura da fecundidade (Fernandez & Carvalho, 1986).

De um ponto de vista global, a queda da fecundidade foi interpretada como decorrência de uma desestabilização de seus níveis, ocorrida pela conjugação de vários fatores, destacando-se: a intensificação do processo de proletarização, a queda do padrão de vida de amplos segmentos da população, o papel e efeitos não antecipados de políticas governamentais - crédito direto ao consumidor, telecomunicações, benefícios previdenciários e atenção à saúde - e a ampla difusão de métodos modernos de controle, com uma concentração na esterilização e métodos hormonais. (Carvalho et alii, 1981; Paiva, 1984; Martine & Camargo, 1984; Faria, 1990 e Berquó, 1889).

---

67

Aqui é apresentada apenas uma parte dos resultados da pesquisa *Família, Fecundidade e as Estratégias de assentamento em Rondônia: um estudo de caso*. Para um quadro completo, confira Sydenstricker (1990b).

Como mostrado no Capítulo 3, grande parte da população de Machadinho veio das regiões Sul e Sudeste.<sup>68</sup> Nessas regiões os níveis da fecundidade estavam bem abaixo dos de Rondônia, e continuaram em queda. As mulheres já se valiam de práticas contraceptivas, concentrando-se nos métodos modernos (Berquó, 1989).

### Os Métodos Modernos de Anticoncepção<sup>69</sup>

Entre as 90 mulheres pesquisadas, a idade mediana era 27,0 anos, o número médio de anos de estudo era 1,6 e somente 4,5% possuíam uma escolaridade igual ou superior a sete anos.<sup>70</sup>

Pouco mais de 43% (39/90) das mulheres tinham experiência com métodos contraceptivos; entre as mais jovens, 15-19 anos, três entre 5 mulheres utilizaram ou estavam se valendo de algum meio anticoncepcional; mulheres acima dos 44 anos não se incluíam entre as usuárias e, as entre 40-44 anos, apenas duas entre dez, controlavam a fecundidade em Machadinho.

De um lado, o controle da fecundidade já no início do período reprodutivo e, de outro, a pequena presença de usuárias, acima dos 40 anos, sugerem uma mudança no comportamento das diferentes coortes quanto à reprodução. De fato, depoimentos mostram essa mudança na maneira de encarar o controle da fecundidade, entre gerações sucessivas das mesmas famílias.

As mulheres acima dos 45 anos afirmam que tiveram os filhos que a natureza permitiu, não se valendo de métodos anticoncepcionais. Elas possuem uma posição ambígua sobre o controle da fecundidade. Reconhecem que a mulher sofre com partos seguidos e, por isso, "tem de tomar

<sup>68</sup> Cf. no Capítulo 4, item 4.3 EXPERIÊNCIA URBANA: AS GRANDES CIDADES.

<sup>69</sup> Os dados de anticoncepção são do "suplemento amostra", presente em 22,5% dos questionários do "survey" de 1986. Com a limpeza dos dados, chegou-se a um total de 90 mulheres unidas e na faixa de 15-49 anos. Como o número de casos é pequeno, testaram-se os dados, o que mostrou, de forma geral, a sua consistência e semelhança com os percentuais do Censo Demográfico de 1980 - área rural de Rondônia. Algumas oscilações encontradas decorrem mais do pequeno número de casos do que propriamente de problemas amostrais.

<sup>70</sup> Segundo o Censo de 1980, as mulheres de Rondônia têm, em média, 2,2 anos de estudo (IBGE - 1982b. Censo Demográfico de 1980 - Rondônia - Dados Gerais, Tabela 3.2).

providências"; acham no entanto que os "métodos de valia" são uma agressão muito grande à própria natureza.

Já as filhas casadas têm outra visão do uso de anticoncepcionais. Como tiveram os filhos cedo e com espaçamento curto, o uso de métodos hormonais é valorizado e, não raras vezes, referem-se à esterilização como "*o jeito de deixar de lado a preocupação com outro bucho, pois o tanto de menino que a gente tem tá bom demais*".

A mudança para Machadinho não modificou a prática contraceptiva. Das 90 mulheres, na faixa de 15-49 anos, 79 continuaram com o mesmo comportamento frente ao controle da fecundidade - 28 usavam antes e continuaram depois, enquanto 51 não faziam nada antes e assim permaneceram. Das 11 mulheres que mudaram sua prática, sete adotaram algum meio anticoncepcional após a ida para Machadinho.

Tudo indica que o controle da fecundidade definiu-se com a migração para Rondônia, e que as condições de Machadinho só vieram ratificar a decisão tomada. "*Viagem, mudança, não ter casa certa, não conhecer o lugar, enfrentar todo tipo de dificuldade, poucos recursos, pouca assistência...*", são justificativas que surgem, sob diferentes formas, nas falas das mulheres para o controle, ao menos temporário, da fecundidade.

Em termos dos métodos utilizados, as mulheres de Machadinho apresentam dados muito próximos aos de Rondônia, refletindo o quadro encontrado para todo o país - concentração nos métodos modernos, com predomínio da esterilização e métodos hormonais. Métodos tradicionais como coito interrompido e tabela têm uma utilização muito baixa - apenas três em 35 casos.

A Tabela 6.1 apresenta o panorama da anticoncepção das mulheres na faixa de 15-54 anos para Machadinho, algumas unidades da federação e o Brasil.<sup>71</sup> Os Estados do Paraná e São Paulo

71

Os dados utilizados são resultados preliminares da PNAD-86 (não publicados). Com exceção dos dados de Rondônia, os demais foram extraídos de Berquó (1989). Em Rondônia, como em toda a região Norte, a PNAD-86 só foi aplicada na área urbana. Para a comparação com os dados preliminares da PNAD-86, os dados de Machadinho incluem as mulheres de 15-54 anos.

foram incluídos por representarem a residência anterior, antes da ida a Rondônia, da maior parte da população de Machadinho.

TABELA 6.1 - MULHERES DE 15-54 ANOS UNIDAS USANDO CONTRACEPTIVOS PARA MACHADINHO, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL, SEGUNDO OS MÉTODOS UTILIZADOS - 1986.

MÉTODO	MACHAD.	RONDÔN.	PARANÁ	SPAULO	BRASIL
ESTERILIZAÇÃO	51,4	50,6	42,8	38,4	44,4
PÍLULA	40,0	37,9	45,5	39,4	41,0
VASECTOMIA	-	1,1	1,5	2,5	0,9
DIU	-	2,3	1,0	1,2	1,5
PRESERVATIVO	-	-	1,8	3,8	1,8
INTERRUPÇÃO	2,9	-	2,0	4,5	2,5
TABELA	5,7	8,1	3,6	7,5	6,2
OUTROS	-	-	1,8	2,7	1,7
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fontes: IBGE - PNAD-86 Resultados Preliminares (não publicados).  
Malária na Fronteira Amazônica, 1986 - Suplemento Amostra.  
(dados de Machadinho).

Obs: 1. Valores em percentual.

2. Machadinho, 35 casos: Esterilização 18, Pílula 14, Interrupção 1 e Tabela 2.

Para Machadinho, o número de casos é muito pequeno não permitindo grandes inferências. Examinando as situações antes e depois da mudança para o lote, a contraposição tradicional/moderno, nos dois momentos, pouco se altera. No entanto, chama a atenção o elevado número de esterilizações e o fato de ser a única categoria que ampliou o número de casos.

Das 18 mulheres que estavam esterilizadas, em Machadinho, quatro o fizeram após a mudança. Entre essas novas esterilizações, uma, refere-se à mulher com 19 anos, duas a mulheres na faixa de 25-34 anos e, a última, à faixa de 35-44 anos.

Tendo esse quadro como pano de fundo, médicos e enfermeiros foram entrevistados. Eles apontaram que o acompanhamento durante o pré-natal era muito difícil. Mesmo os limitados recursos disponíveis no núcleo urbano eram pouco demandados, sendo raras as mulheres que compareciam mensalmente às consultas. Na "área rural", o atendimento nos postos de saúde, em datas pré-fixadas, pouco crescia em termos de uma cobertura efetiva.

Se, por um lado, a preocupação com o acompanhamento da gestação parecia estar relegado a segundo plano, por outro, o interesse em evitá-la era um assunto recorrente entre as mulheres. Desde as mais jovens até as com muitos filhos, era grande o número delas que procuravam uma orientação no posto de saúde. Segundo o responsável pelo posto, os motivos alegados eram: já ter muitos filhos, "estar muito acabada", e dificuldades financeiras, que não permitiam a ampliação da família; a maioria das mulheres referia-se à laqueadura como o método anticoncepcional mais desejado.

Essas informações coincidem muito com os dados da PNAD-86, recolhidos em Rondônia - 40,0% das mulheres esterilizadas indicavam, como motivo, já ter o número desejado de filhos; 26,7% alegavam "problemas de saúde" e 11,1% apontavam "questão financeira".

Concluindo, o controle da fecundidade é uma realidade em áreas de fronteira. A confluência de dois fatores - conhecimento dos meios anticoncepcionais e as adversidades de uma área em início de ocupação - parecem atuar conjuntamente no sentido de fortalecer a contracepção e, conseqüentemente, "relativizar" as condições propiciadoras de uma alta fecundidade.

Do que se mostrou sobre as condições de vida em Machadinho, parece apropriado supor que, pelo menos nos primeiros momentos após o assentamento, a família vive num contexto que reforça, para as usuárias, a continuidade das práticas contraceptivas assumidas antes da migração, ou sua adoção após a chegada na fronteira. No entanto, a transitoriedade do controle da fecundidade é parcial, na medida em que é elevado o percentual de mulheres esterilizadas.

A utilização de práticas anticoncepcionais modernas constitui, entre outras, numa das manifestações das mudanças nos referenciais e perspectivas de vida. Se por um lado, a observação empírica sustenta a importância da família no processo produtivo no lote, por outro, evidencia o distanciamento das formas tradicionais de organização comunitária. A comunidade é uma abstração.

Os dados de Machadinho revelam que o individualismo estrutura a vida dos parceiros. Em termos do trabalho, as práticas de cooperação mútua (o mutirão e a troca de dias de serviço) aparecem

como "fracuza do proprietário", e são avaliadas com base em cálculos econômicos. A sociabilidade tradicional, presente em bairros rurais tais como os estudados por Candido (1971) e Pereira de Queiroz (1973), não se configura e, portanto, as noções de vizinhança e localidade não mais ordenam os espaços geográfico e social.

Os mesmos fatores econômicos e sociais que têm imprimido mudanças nas representações e práticas no centro-sul, região moderna e dinâmica do país, permeiam, redefinidos, os processos de ocupação de novas terras. No novo contexto, o confronto entre concepções e projetos distintos, em diversos campos, reflete as ambigüidades, perplexidades e disputas de uma população migrante vivendo o processo de constituição ou re-constituição do espaço social.

A realidade contraditória do processo de ocupação de novas terras, onde diferenciação e heterogeneidade são elementos intrínsecos, colocam dilemas de difícil superação, tanto para os atores diretamente envolvidos, quanto para os analistas em busca dos significados e implicações. No entanto, as evidências e inferências deste trabalho apontam que a população migrante não representa, nem espera a reconstrução de uma "fronteira tradicional", que já é passado histórico.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Mauro W. B. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.66-83, 1986.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa; o sudoeste do Paraná*. São Paulo: USP, 1981. 274p. Dissertação (mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, 1981.
- AREZZO, Dryden C. - *Colonização*. Brasília: Fundação Petrônio Portella / M.J., 1982. 57p. (Curso de Direito Agrário 7).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB/6023- *Referências Bibliográficas*. São Paulo : Forum Nacional de Normalização, 1989. 19p.
- BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia, a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 233p.
- \_\_\_\_\_. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. p.60-89.
- BERQUÓ, Elza. *A Esterilização Feminina no Brasil Hoje*. Trabalho apresentado no Encontro Internacional Saúde da Mulher: um direito a ser conquistado promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM. Brasília, 1989, mimeografado.
- BRASIL, Ministério da Agricultura-INCRA. *Metodologia para a programação operacional dos projetos de assentamento de agricultores*. Brasília: INCRA-Departamento de Projetos e Operações, 1971. 165p.

- BRASIL, Ministério da Agricultura-INCRA . **Norma DPS. 1-P/1a Preenchimento do formulário de identificação e classificação de candidato a parceleiro - IC (modelo DPS.1/1a).** Brasília: INCRA, 1981. 5p.
- BRASIL, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários-INCRA & Ministério das Minas e Energia- Projeto RADAMBRASIL. **Levantamento pedológico de reconhecimento de alta intensidade, aptidão agrícola e zoneamento agrícola da gleba 1 - Projeto de Assentamento Machadinho.** Brasília: [s.n.], 1984. 168p.
- BRASIL, MIRAD-INCRA. **Política de assentamento.** Brasília: MIRAD-INCRA, Diretoria de Assentamento, 1987. 12p.
- BRASIL, MIRAD-INCRA e SEPLAN-Projeto RADAMBRASIL. **Estudo da vegetação e do inventário florestal, Projeto de Assentamento Machadinho, Glebas 1 e 2.** Goiânia: [s.n.], 1985. 103p.
- BRASIL, SUDECO-POLONOROESTE. **Relatório do grupo de trabalho criado para o diagnóstico da situação dos projetos de novos assentamentos em Rondônia.** [S.l.], SUDECO-POLONOROESTE, 1986. 58p.
- BROWDER, John O. **Logging the rainforest: a political economy of timber extraction and unequal exchange in the Brazilian Amazon.** [S.l.], University of Pennsylvania, 1986. 336p. Tese de PhD - Graduate School of Urban and Regional Planning - University of Pennsylvania, 1986.
- BUSSAB, Wilton O. e MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica.** São Paulo: Atual Editora, 1987. 321p.
- CALDWELL, John C. e CALDWELL, Pat. **The micro-approach component in the survey.** [S.l.], [198-]. 10p.
- CANDIDO, Antônio - 1971. **Os parceiros do Rio Bonito.** 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284p.
- CARDOSO, Fernando H. e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia, expansão do capitalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense & CEBRAP, 1977. 205p.
- CARVALHO, José Alberto M., PAIVA, Paulo T. A. e SAWYER, Donald R. **A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretações. Monografia 12.** Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1981. 65p.
- CEPAMI. **Realidade das famílias de migrantes no Estado de Rondônia.** Ji-Paraná: CEPAMI, 1988. 23p.
- \_\_\_\_\_ **Tendências da migração em Rondônia.** Ji-Paraná: CEPAMI, 1990. 30p.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.
- CORRÊA, Mariza. **Rural, urbano, tribal: antropologia & família.** Trabalho apresentado no Seminário ANPOCS - A Família nos Anos 80: Dimensões Sociais do Novo Regime Demográfico. Campinas, 1988. 11p. mimeografado.

- DAL MASO, Mansueto. **Política de colonização e colonização da política**. São Paulo: PUC, 1990. 318p. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.
- DIAS, Guilherme L. S. e CASTRO, Manuel C. **Colonização oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola**. São Paulo: IPE-USP (relatórios de pesquisa 32), 1986. 96p.
- DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973. 245p.
- FAO/PNUD - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Brasília: [s.n.] (versão preliminar), v.1, 1992. 102p.
- FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje, 1989**. São Paulo: Vértice-ANPOCS, 1990. p.62-103.
- † FEARNSIDE, Philip M. Distribuição de solos pobres na colonização de Rondônia. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.6, n.33, p.74, 1987.
- ‡ \_\_\_\_\_ **A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento**. Brasília: SCT/PR - CNPq, 1989. 76p. (Programa Polonoroeste, relatório de pesquisa 5).
- FERNANDEZ, Rogelio E. e CARVALHO, José Alberto M. A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.3, n.2, p.67-86, 1986.
- FERREIRA, Eudson C. **Posse e propriedade territorial: a luta pela posse da terra em Mato Grosso**. Campinas: Editora da Unicamp (série teses), 1986. 230p.
- FORSTER, Colin e TUCKER, G.S.L. **Economic opportunity and white american fertility ratios 1800-1860**. New Haven: Yale University Press, 1972.
- FORTES, Meyer. Introduction. In: GOODY, Jack (ed.) **The developmental cycle in domestic groups**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. p.1-14.
- FOWERAKER, Joe. **A Luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 315p.
- GARCIA, Afrânio R. Jr. **Terra de trabalho, trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236p.
- \_\_\_\_\_ **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989. 285p.
- GUIMARÃES NETO, Regina B. **A lenda do Ouro Verde**. Campinas: Unicamp, 1986. 177p. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa E. O Estado e a Reprodução Social: Ariquemes em Rondônia. **Seminários e Debates 9**. Belém: NAEA-UFPa, 1982. 73p.

- HENRIQUES, Maria Helena F. T. A dinâmica demográfica de uma região de fronteira: Rondônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.47, n.3/4, p.317-356, 1985.
- \_\_\_\_\_. Os colonos de Rondônia: conquistas e frustrações. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.48, n.1, p.3-42, 1986.
- HEREDIA, Beatriz M. A. *A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 184p.
- HOGAN, Daniel J. Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e migrantes pendulares em Cubatão. in: VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. *Anais ... Caxambu: ABEP*, v.3, 1990. p.177-196.
- IANNI, Octavio. *Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979. 137p.
- IBGE. *VIII Recenseamento geral do Brasil 1970: censo demográfico, Rondônia, Roraima e Amapá*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v.1, tomo 1, 1973. 678p.
- \_\_\_\_\_. *Sinopse estatística da região Norte*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1981. 244p.
- \_\_\_\_\_. *IX Recenseamento geral do Brasil 1980: censo demográfico, Rondônia, dados gerais, migração, instrução, fecundidade e mortalidade*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v.1, tomo 4, n.2, 1982a. 167p.
- \_\_\_\_\_. *IX Recenseamento geral do Brasil 1980: Censo demográfico, Rondônia, famílias e domicílios*. Rio de Janeiro: v.1, tomo 6, n.2, 1982b. 88p.
- \_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990a. 783p.
- \_\_\_\_\_. *Censos econômicos de 1985: censo agropecuário, Rondônia*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n.2, 1990b. 236p.
- \_\_\_\_\_. *Censo demográfico 1991: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992a. 95p.
- \_\_\_\_\_. *Resultados preliminares do censo demográfico de 1991: tabelas e gráficos de análise*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992b. 33p.
- LANDO, Aldair M. *Estado e campesinato: o processo de ocupação de Rondônia*. Belo Horizonte: UFMG, 1979. 127p. Dissertação (mestrado) - Departamento de Ciência Política - Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- LEHMANN, David. Ni Chayanov ni Lenin: Apuntes sobre la teoria de la economia campesina. *Estudios Rurales Latinoamericanos*, Bogotá, v.3, n.1, p.5-23, 1980.

- LEITE, Sérgio P. *A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80*. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1989. 50p. (projeto de dissertação de mestrado).
- LERNER, David. *The passing of traditional society*. New York: Free press, 1964. 466p.
- LEVIN, Jack. *Estatística aplicada a ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1985. 392p.
- LISBOA, Pedro L. B, MARCEL, Ubirajara N. , PRANCE, Ghillelan T.  
Perdendo Rondônia. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v.6, n.36, p.48-56, 1987.
- LOPES, Eliano S. A. *Colonização agrícola em Rondônia: a relação parceleiro-agregado como manifestação de resistência à expropriação*. Itaguaí: UFRRJ, 1983. 107p. Dissertação (mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro, 1983.
- LOUREIRO, M<sup>a</sup> Rita G. *Terra, família e capital*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. 182p.
- MACHADO, Eduardo. As imagens da emigração entre trabalhadores rurais. in: VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. *Anais...Caxambu: ABEP*, v.1, 1990. p.387-399.
- MACHADO, Carlos M. & PEREIRA, Aloísio Rodrigues. Alternativa energética para as operações florestais com motosserra. *Ciência e Cultura*, Rio de Janeiro, v.35, n.7, p.974-7, 1983.
- MARTINE, George. *Colonization in Rondônia and the reproduction of conditions prevailing in older areas*. Trabalho apresentado no Informal Technical Workshop on Migration Policies, Genebra, 1979. 30p. mimeografado.
- \_\_\_\_\_. *Migração e absorção populacional no trópico Úmido*. Trabalho apresentado no Seminário CEPAL/IPEA sobre Tecnologias para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido, Manaus, 1987. 33p. mimeografado.
- MARTINE, George e CAMARGO, Lísio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.1, n.1/2, p.99-143, 1984.
- MARTINE, George e TURCHI, Lenita. A urbanização da Amazônia: realidade e significado. in: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. *Anais... Caxambu: ABEP*, v.2, 1988. p.161-189.
- MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975 p.43-50.
- \_\_\_\_\_. *Expropriação & violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980. 181p.
- MERRICK, Thomas W. Fertility and Land Availability in Rural Brazil. *Demography*, Washington, v.15, n.3, p.321-36, 1978.
- MILLIKAN, Brent H. *The dialectics of devastation: tropical deforestation, land degradation, and society in Rondônia, Brazil*. Berkeley: University of California at Berkeley, 1988. 186p. Dissertação (mestrado) - University of California at Berkeley, 1988.

- MIRANDA, Evaristo E. **Rondônia: a terra do mito e o mito da terra - os colonos do Projeto Machadinho.** Jaguariúna: EMBRAPA-CNPDA, 1991. 175p.
- MIRANDA, Evaristo E. e MATTOS, Cristina. **De colonos a munícipes na floresta tropical de Rondônia - Machadinho d'Oeste.** Campinas: EMBRAPA-NMA, 1991. 154p.
- MODESTO, Reinaldo G. **A contribuição do INCRA no processo de ocupação do Território de Rondônia.** Porto Velho, Ministério da Agricultura, INCRA, Coordenadoria Especial do Território de Rondônia - CETR, 1981. 44p.
- MONTE-MÓR, Roberto L. M. **Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1980. 225p. Dissertação (mestrado) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Malária e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira. In População e Saúde: Anais do Seminário Latino Americano.** Campinas: Editora da Unicamp, 1986. p.312-28.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflito.** Campinas: Papyrus, 1987. 133p.
- OLIVEIRA, M<sup>a</sup> Coleta F. A. **A produção da vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura.** São Paulo: USP, 1981. 440p. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de São Paulo, 1981.
- OLIVEIRA JR., Henrique B. **Ribeirinhos e roceiros: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá - PA.** São Paulo: USP, 1991. 346p. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de São Paulo, 1991.
- OZÓRIO DE ALMEIDA, Anna L. **Parceria e Tamanho da Família no Nordeste Brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.291-331, 1977.**
- PACHECO, Lenita M. Turchi. **Colonização dirigida: estratégias de acumulação e legitimação de um estado autoritário.** Brasília: UnB, 1979. 165p. Dissertação (mestrado) - Instituto de Ciências Humanas - Universidade de Brasília, 1979.
- PAIVA, Paulo T.A. **The process of proletarianization and fertility transition in Brazil. Texto para Discussão 15.** Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1984. 40p.
- PEREIRA, Alberto C. L. **Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos oitenta.** Belo Horizonte: UFMG, 1990. 264p. Dissertação (mestrado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O campesinato brasileiro.** Petrópolis: Editora Vozes, 1973. 242p.
- \_\_\_\_\_. **Variações sobre a técnica do gravador no registro de informação viva. 2. ed. Textos 4.** São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1983. 181p.
- PERPÉTUO, Fernando A. O. **Políticas de Ocupação e assentamento populacional. In: CEDEPLAR (ed.). Ocupação recente na Amazônia.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, v.4, 1982. 123p.

- PINTO, M<sup>a</sup> da Graça O. **Reprodução da força de trabalho em uma área de fronteira agrícola: Rondônia.** Brasília: UnB, 1981. 133p. Dissertação (mestrado) - Instituto de Ciências Humanas - Universidade de Brasília, 1981.
- REGO, Rubem Murillo Leão. **Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná.** São Paulo: USP, 1979. 138p. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de São Paulo, 1979.
- RONDÔNIA. **Planafloro.** Porto Velho: [s.n.], 1990. 48p.
- RONDÔNIA, CEPA. **Estrutura fundiária de Rondônia.** Porto Velho: CEPA-RO, 1984. 95p.
- RONDÔNIA, CEPA. **Prognóstico agropecuário de Rondônia - 1985/86.** Porto Velho: CEPA-RO, 1985. 163p.
- \_\_\_\_\_ **Estudos básicos para desenvolvimento rural de Rondônia.** Porto Velho: [s.n.], [198-]. 63p.
- RONDÔNIA, SECET. **Histórico do Real Forte Príncipe da Beira.** Porto Velho: SECET-RO, 1986. 22p.
- RONDÔNIA, SEPLAN. **Boletim de Migração.** Porto Velho: SEPLAN, 1984 a 1988.
- RONDÔNIA, SEPLAN-CEP-DEI. **Indicadores municipais - 1988 "informações gerais".** Porto Velho: SEPLAN-RO, 1988. 23p.
- RONDÔNIA, SEPLAN-NURE/MIGR. **Cinco anos de migração em Rondônia: 1979/83.** Porto Velho: SEPLAN, 1984. 21p.
- RONDÔNIA, SEPLAN, Prefeitura Municipal de Ariquemes. **Diagnóstico sócio-econômico - Projeto Machadinho.** Porto Velho: SEPLAN-RO, 1987. 62p.
- SALES, Tereza. **Migrações inter-regionais nos anos 80: a não-política para os excluídos.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, SEADE, v.3, n.3, p.57-9. 1989.
- SAWYER, Diana O. e MONTE-MÓR, Roberto L. **Malaria risk factors assessment in Brazil.** Trabalho apresentado no Interregional Meeting on Malaria, Pan American Health Organization, Brasília, 1992. 24p. mimeografado.
- SAWYER, Donald R. **Peasant commodity production in Capitão Poço.** In: **Peasants and capitalism on an Amazon frontier.** Cambridge: Tese de PhD - Harvard University, 1979. p.131-75.
- \_\_\_\_\_ **Fecundidade e mortalidade na Amazônia: notas sobre as estimativas e interpretações.** in: II Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ABEP, v.1, 1981. p.113-83.
- \_\_\_\_\_ **Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial.** **Revista Brasileira de Estudos de População,** Campinas, v.1, n.1/2, p.3-34, 1984.

- \_\_\_\_\_ A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. In: ARAGÓN, Luís E. & MOUGEOT, Luc J. A. (orgs.) *Migrações Internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Belém: NAEA-UFPa, 1986. p.54-90.
- \_\_\_\_\_ *Urbanization of the Brazilian frontier*. Trabalho apresentado no Seminar of Urbanization in Developing Countries, Committee on Economic Consequences of Alternative Demographic Patterns, IUSSP & Gujarat Institute of Area Planing, Ahmedabad, 1989. 19p. mimeografado.
- \_\_\_\_\_ *Campesinato e ecologia na Amazônia*. Documentos de Trabalho do Instituto SPN 3. Brasília: Instituto SPN, 1991. 25p.
- \_\_\_\_\_ *Malaria and the environment*. Documentos de trabalho do Instituto SPN 13. Brasília: Instituto SPN, 1992. 37p.
- SAWYER, Donald R. e SAWYER, Diana O. *Malaria on the Amazon frontier: economic and social aspects of transmission and control*. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFGM, 1987. 84p. (relatório de pesquisa).
- SAWYER, Donald R., ÁLVARES, José Marcus P., SANTOS, Silvana A. *Inventário e avaliação da produção técnico-científica sobre migração na Amazônia Legal*. Belém: SUDAM-Departamento de Recursos Humanos, 1989. 273p.
- SAWYER, Donald R., TORRES, Haroldo G., PEREIRA, Alberto C. L. e ABERS, Rebecca. *Fronteiras na Amazônia: significado e perspectivas*. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFGM, 1990. 184p.
- SCUDDER, Thayer. A sociological framework for the analysis of new land settlements. In: CERNEA, Michael M. (ed.) *Putting people first: sociological variables in rural development*. New York: Oxford University Press, 1985. p.121-153.
- SILVA, José P. *Jaru, colonização e campesinato (política de colonização e sobrevivência da produção camponesa no estado de Rondônia)*. Campina Grande: UFPb, 1984. 185p. Dissertação (mestrado) - Centro de Humanidades - Universidade Federal da Paraíba, 1984.
- SILVA, Sérgio. *Agricultura e capitalismo no Brasil*. *Contexto*, São Paulo, n.1, p.23-32, 1976.
- SINGER, Paul. *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*. In: *Economia política da urbanização*. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p.29-60.
- STOKES, C. Shannon, SCHUTJER, Wayne A., MCCOY, Terry L. e WOOD, Charles H. *Rural Development, Land and Fertility: A State of the Arts Paper*. Gainesville: University of Florida, [198-].
- SWAIN, Tânia Navarro. *Fonteiras do Paraná: da colonização à migração*. In: AUBERTIN, Catherine (org.) *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. p.19-37.
- SYDENSTRICKER, John M. *Arquivo longitudinal da pesquisa malária na fronteira amazônica - documentação final*. Campinas: Unicamp, 1990a. 13p. (Relatório técnico, mimeografado).
- \_\_\_\_\_ *Família, fecundidade e as estratégias de assentamento em Rondônia: um estudo de caso*. *Textos NEPO 18*. Campinas: Unicamp, 1990b. 96p.

- SYDENSTRICKER, John M. e TORRES, Haroldo G. - 1991. Mobilidade de migrantes: autonomia ou subordinação na Amazônia Legal? *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.8, n.1/2, p.33-54, 1991.
- TAVARES, Vania P., CONSIDERA, Claudio M., SILVA, M<sup>a</sup> Thereza L.L.C. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região Amazônica*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 212p. (Relatório de Pesquisa 8).
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2. ed. São Paulo: Huciteq 1984. 182p.
- \_\_\_\_\_. A política de colonização no Brasil contemporâneo. *Reforma Agrária*, Campinas, v.15, n.1, p.18-29, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Matuchos: o processo de colonização agrícola*. in: XI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) - Grupo de Trabalho Estado e Agricultura. Águas de São Pedro, 1987. 10p.
- \_\_\_\_\_. Depois da constituinte a colonização agrícola uma solução para a crise agrária brasileira? *Reforma Agrária*, Campinas, v.18, n.2, p.36-52, 1988.
- TORRES, Haroldo G. *Desistência e substituição de colonos em projetos de colonização em Rondônia: um estudo de caso*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 1987. 41p. (Relatório técnico apresentado ao CNPq).
- \_\_\_\_\_. A migração e o migrante de origem urbana na Amazônia. in: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda. *Anais...Olinda*: ABEP, v.2, 1988. p.483-501.
- \_\_\_\_\_. *Migração e agricultura na fronteira: o caso da Amazônia Sul*. Belo Horizonte: UFMG, 1990. 146p. Dissertação (mestrado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.
- TURCHI, Lenita Maria. A colonização dirigida no processo de expansão da fronteira agrícola: Território Federal de Rondônia. in: II Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro. *Anais... Águas de São Pedro*: ABEP, v.1, 1981. p.298-334.
- VALVERDE, Orlando. *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v.1, 1979. 260p.
- VIEIRA, M<sup>a</sup> Antonieta C. A venda de terras do ponto de vista dos lavradores: a venda como estratégia. In: VIANNA, Aurélio & VIEIRA, M<sup>a</sup> Antonieta C. *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. p.37-55.
- WITTERN, Klaus P. Levantamento de reconhecimento de média intensidade dos solos e avaliação da aptidão agrícola das terras de 100.000 hectares da gleba Machadinho, no município de Ariquemes, Rondônia. *Boletim de Pesquisa* 16. Rio de Janeiro: EMBRAPA/SNLCS, 1982. 274p.
- WAKEFIEL. *Colonização*. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, n.3, p.337-415, 1946.

- WANDERLEY, M<sup>a</sup> Nazareth B. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo. **Cadernos IFCH UNICAMP 19**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1988. 162p.
- WOOD, Charles H. **Structural change and household strategies: an integrated approach to rural migration in Latin America**. Trabalho apresentado na Annual Meeting of the Population Association of America, Denver, 1980. 27p. mimeografado.
- WOOD, Charles H. e SCHMINK, Marianne. Culpando a vítima: pequena produção agrícola em um projeto de colonização na Amazônia. IN: MOUGEOT, Luc J. A. & ARAGÓN, Luis (orgs.) **O despovoamento do território amazônico: contribuições para sua interpretação**. Belém: UFPa-NAEA (Cadernos NAEA 6), 1983. 171p.
- WORLD BANK. **Brazil, integrated development of the northwest frontier**. Washington: World Bank, [198-]. 101p.
- WRIGHT MILLS, C. Do artesanato intelectual. In: **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.211-43.